INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Volume 2

Maria Nélida González de Gómez

Área: Ciência da Informação

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Aldo de Albuquerque Barreto, PhD

Rio de Janeiro

1992

PARTE III - O HIATO COMUNICAÇÃO-INFORMAÇÃO NAS SOCIEDADES DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE

CAPÍTULO 1 - AS IDÉIAS E SEU LUGAR

1. O Hiato Comunicação-Informação nas Sociedades do Terceiro Mundo

Conforme trataremos de demonstrar, consideramos a Sociedade de Informação como um alargamento e reformulação de um "horizonte de possibilidades" ao qual, de fato, também pertence a sociedade mercantil-industrial-capitalista.

Os padrões recorrentes de formação dos conhecimentos - que foram agregados pelo conceito paradigmático de conhecimento objetivo - e os padrões associativos indentitários, serão os "fios condutores" que levarão de uma à outra figura, numa complexa "operação" cultural que designaríamos, também, como "modernidade".

São esses processos conjuntos os que produzem, por um lado, o crescimento exponencial do conhecimento/informação, facilitando sua gestão monopolista, e, por outro lado, a emergência de um "hiato" entre "comunicação" e "informação". Esse "hiato" comunicação/informação manifesta-se hoje em uma relação inversa já formulada nos seguintes termos:

À medida e sempre que aumentam as "ofertas sociais de informação, reduzem-se as "oportunidades" sociais de

comunicação - enquanto exercício interativo da intersubjetividade.(1)

Em países com um passado colonial(2), a comunicação e a informação não eram, porém, olhados em sua dissociação, mas idealizados conjuntamente como fator de integração, capazes de colocar aquelas sociedades, até então "externas", na trilha certa do movimento civilizatório universal, incluindo-as por meio dos modelos ora de "desenvolvimento", ora de "modernização".

Desse ponto de vista, antes que no do "hiato" comunicação-informação, pensava-se na "lacuna" ("gap") da informação, que separaria o Norte - de países ricos em informação, e um Sul - de sociedades pobres em informação(3).

Alentava-se, assim, a expectativa de que, através dos meios de comunicação social, e aumentando o "volume" de informação circulante naquelas sociedades, poderiam-se ativar processos de crescimento econômico, de modernização institucional e de "atualização" cultural.

Seriam as próprias informações, definidas a partir de critérios estabelecidos na fonte, como informação de alto teor racional e cognitivo, que operariam, como fator causal, as transformações da modernização.

Na década de 80, o "informational gap" ainda era considerado um dos maiores "obstáculos" ao desenvolvimento. Ocupando-se do planejamento de "sistemas de informação e de acesso ao conhecimento", representantes da Unesco fizeram as seguintes afirmações:

> "A posse e o uso do conhecimento são fatores essenciais para o progresso. Assim, a informação, forma comunicacional do conhecimento, especialmente do conhecimento científico e tecnológico, tem sido reconhecida como pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social. É um fator indispensável no uso racional de recursos naturais, desenvolvimento científico e tecnológico, progresso na agricultura, indústria e serviço, no florescimento da cultura e melhoria do bem-estar social. Como consequência, a assimilação da informação científica e tecnológica é uma pré-condição essencial para o progresso nos países em desenvolvimento. O acesso à informação científica e tecnológica aparece desta forma como uma necessidade ética e como um fator da mais alta importância ao trazer uma nova ordem baseada em maior justiça e solidariedade mútua."(4)

Posteriormente, a partir da avaliação dos resultados de sucessivos projetos que pretendiam promover a modernização de, e através de, recursos de informação, na indústria, na educação, na saúde, na extensão rural, chegou-se à conclusão que não necessariamente à maior afluência de recursos de informação corresponde uma aceleração dos processos de modernização.

Pode-se afirmar, hoje, que em nada adianta "aumentar", em termos "absolutos", o "quantum" de informação circulante num contexto social, sem superar antes aquelas rupturas e assimetrias que produzem um "hiato" entre comunicação e informação. Aquele "hiato" comunicação/informação será pelo contrário, aprofundado nos contextos onde se desenvolvem processos de modernização dependente ou "conservadora" - de cima para "baixo".

A modernidade, em seu próprio berço de origem, na medida em que se apresenta como o "novo", como devir substitutivo de uma "tradição", apresenta-se também como ação, como "modernização". Sempre transcendendo-se, a modernidade ocorre em "camadas" super-postas de "tradições modernas", deslocadas por novas "ondas" de modernidade, sempre jogando-se para o futuro a expectativa de sua realização.

A "modernização" implica sempre uma etapa de "finalização", uma "teleologia" da ordem racional da realidade. Implica também uma vanguarda, que personaliza a ação de modernização. É essa "vanguarda" como um "artesão metafísico", que extrai, a partir das "massas passivas" e das "relações de força", o ator social organizado dos novos tempos.

Na América Latina os efeitos serão mais intensos. As distâncias que são geradas e constantemente reproduzidas, serão agora reformuladas e aumentadas pelo caráter "exógeno" da modernidade, que se constitui como uma "intervenção" no decurso espontâneo dos fatos. Mais que em nenhum outro lugar, na América Latina, modernidade é modernização.

Em suas fases mais ativas, a modernização, enquanto "modelo" antecipatório de mudanças desejadas, exprime-se através de "planos" e "programas", a serem aplicados como uma técnica "corretiva", ao mesmo tempo normalizadora e normativa.

A modernidade, como modernização, não passaria, com efeito, primeiro pela "base", a "estrutura", a sociedade e a economia, mas pelo "plano", pela "agência", enfim, pelo Estado.

São assim profundamente afetadas as estruturas decisórias daquelas sociedades que, dentro das relações de interdependência planetária, ficam sujeitas aos processos de expansão auto-impulsionada de outros centros decisórios, enquanto elas mesmas não conseguem auto-impulsionar suas transformações econômicas e sociais.

Por outro lado, o resultado do processo de modernização parecia gerar uma inversão de seu objetivo civilizatório.

"Civilização ou barbárie" é uma expressão comum de ser ouvida nas encruzilhadas históricas das sociedades européias. Para os povos da América Latina, a disjunção transformou-se, muitas vezes, numa asserção: a barbárie da civilização.(5)

Com efeito, comprovou-se, paradoxalmente, que o movimento civilizatório, impulsionado "de fora para dentro", carregava sua própria violência. Para alguns, tratar-se-ia de uma violência "catártica" ou "purificadora", de um custo e uma dor forçosos ou necessários: o preço do "atraso". Para muitos, porém, a permanência e expansão da fome, do analfabetismo, das doenças, a marginalização de segmentos cada vez maiores da população - excluídos das vantagens da sociedade industrial urbana - mostravam, simplesmente, a inesperada e inexplicável barbárie da civilização.

Nesse quadro, os mesmos padrões integradores da sociedade moderna têm efeitos reversos e coíbem a construção de novas identidades coletivas.

Originadas em cadeias prático-discursivas heterológicas, as esferas especializadas de produção discursiva - orientadas por padrões modernizantes e ocidentalizadores - e as esferas comunicacionais que perpassam e "entre-tecem" os contextos do cotidiano, ao

mesmo tempo que parecem "incomensuráveis", se justapõem e se cruzam no mesmo espaço social. Não é, porém, o "bricolage" de significados o equivalente da superação do "hiato" comunicação/informação.

O que sustentava as redes prático-discursivas das sociedades jurídico-constitucionais e sua realização em economias de mercado, seria de fato um horizonte de equivalências institucionalizado, que enquanto assegurava um "minimum argumentativo" e um "consentimento mínimo", permitiu manter num mesmo fluxo os ciclos formativos e os ciclos distributivos da informação.

É a ausência desse horizonte de equivalência, que reconstrói na ordem institucional o conceito de "reciprocidade" - pressuposto nas relações da vida cotidiana -, o grande empecilho para a "reforma moderna". As assimetrias de códigos, de bases de conhecimentos ou de conteúdos culturais, não são impossíveis de equacionar-se em condições de reciprocidade e autonomia das partes.

É a ausência desse "minimum argumentativo", que desativa, no Terceiro Mundo, toda sequência transformadora pela via política; o que desativa também toda fórmula de "consentimento mínimo" e atinge o próprio tecido rotineiro da coordenação das ações coletivas, da formulação dos contratos locais e da negociação de objetivos e interpretações.

Para reinverter o já longo processo de custoso aprendizado e de desacertos, teríamos que ser capazes de reinventar a dignididade humana no próprio âmago do processo onde hoje são transmutadas as relações de hegemonia.

Nesse caso, a política só poderia recriar seu espaço de eficácia como política do conhecimento, da comunicação e da informação. E só na medida em que um "discurso prático", regulador, perfila a nova figura de uma cidadania nunca totalmente construída.

Existiria, assim, uma carência anterior a carência de dinheiro, de educação, de saúde"; a ausência de um discurso prático que atinja o cerne de todas as violências, materiais e simbólicas, e reabra, lentamente, os caminhos possíveis da comunicação.

Em todo caso, o saldo negativo dos autoritarismos e das políticas neoconservadoras, demonstraria, por via indireta, a falácia de que, o crescimento econômico e a inovação tecnológica é o inverso da democracia e de sua profundização na justiça social.

2. O Imperativo Industrial-Capitalista e o Tema das Elites "Certas"

Enquanto nas sociedades centrais, no séculoo XX, a reflexão, dirigia-se à materialidade e força do discurso, na América Latina detectava-se a síndrome de uma "semiose" desarticulada dos mundos da ação social ou da eficácia econômica. Essas formas de ideação distanciadas da ação e das realidades coletivas, teriam como agente não atores sociais e econômicos, mas agentes auto-sustentados nos espaços de produção simbólica ou cultural, caracterizados por suas atividades de caráter intelectual. Teriam assim um acesso a espaços coletivos de discurso não através de uma relação de representação ou a partir de uma esfera de participação, mas por pertencer a uma esfera especializada de produção cultural.

Em suas novas versões, os setores médios assumem um papel em certa forma decisivo em relação àquela "distância": ora articulador - como elo entre as idéias e a ação, enquanto nele estão interligados as facetas do profissional, do trabalhador e o cidadão -, ora como desagregador - refúgio e subterfúgio de uma semiose "aculturadora". Considerados, às vezes, o resultado daquela distância formulada em termos da dissociação entre uma "cultura erudita ou acadêmica" e a "realidade local". Outras vezes são considerados como os "reprodutores" dessa "distância".

A tese da "distância" tem várias formulações e desdobramentos: apresenta-se como a falta de articulação entre as esferas de produção de idéias e discursos, e as esferas de intermediação de interesses, onde seriam colocadas as "demandas" econômicas e sociais; leva a afirmar a "fragilidade" da sociedade civil ou, ainda, sua inexistência; enfatiza a dissociação entre as "elites" e a "base", ou entre as "elites e as massas", ou, muito frequentemente, a dissociação entre os "modelos" e a "realidade".

Quando coloca-se como premissa necessária da reflexão o imperativo industrial, porém, a pergunta parece encaminhar-se numa direção: estabelecer qual ou como seria a "elite" correta, capaz de realizar, num novo contexto, a "operação" cultural da modernização: idéias certas, no lugar certo.

Para melhor entender essa argumentação, vamos deter-nos nas idéias de Hirschman(6).

Hirschman parte da premissa necessária da incorporação da América Latina à sociedade capitalista de mercado. A incorporação total e progressista da América Latina ao capitalismo ocidental depende, não só, de variáveis "estruturais" e "objetivas" só detectáveis por terceiros e através do uso de instrumentos metodológicos sofisticados, como modelos estatísticos e econométricos.

Um fator decisivo na definição do rumo econômico e institucional de uma sociedade complexa, são as interpretações que as elites sustentam, e conforme as quais reconhecem e definem os problemas e elaboram respostas plausíveis e consistentes para os mesmos(7). Como agentes hegemônicos, essa definição de orientações de ação, que as elites se propõem como "tarefas", serão encaminhadas através de suas ações econômicas e políticas, favorecendo certos rumos e não outros do devir social.

Existiria uma desarticulação, porém, na América Latina, entre o momento cognitivo-interpretativo, onde se reconhecem os problemas e se idealizam soluções, a serem assumidas como "tarefas", e o momento de realização da ação coletiva, onde as "tarefas" são efetivamente levadas à execução nas diferentes esferas da vida econômica e social. Essa desarticulação gera a fragmentação dos setores sociais, e a ausência de um espaço discursivo comum, de negociação, de modo que se produz um hiato comunicacional entre as partes envolvidas, que coloca sempre em risco a mediação discursiva de conflitos e diversidades.

Em seu "modelo" de desenvolvimento, conjugar-se-iam duas funções: uma, desequilibradora ("unbalancing function" ou "entrepreneurial function"), que implicaria uma expansão dos empreendimentos de industrialização, com os correspondentes investimentos; e outra, equilibradora,

que seria uma função distributiva ou de reforma ("reform function")[8].

Para que o processo de desenvolvimento, entendido como industrialização sob o modelo capitalista, acontecesse de maneira efetiva, as duas funções deveriam ser realizadas por agentes dissociados, mas não antagônicos, e de modo que fossem sequenciados os "tempos" em que predominam as ações de acumulação/investimento e os "tempos" onde predominam as demandas distributivas: períodos, logo, de "liberação" ideológico-política das demandas.

Cada função requer um "suporte" ideológico que a transforma num princípio coletivo de ação. Seu "sucesso" depende de certa capacidade "trans-institucional" de formação de consciência. Isso não ocorre na América Latina, onde "as forças ideológicas subjacentes à função empresarial "são mais fracas que na Europa, e as "vozes" dos intelectuais não vieram em apoio da função industrial.[9]

Existe, porém, uma relação inversa entre a "potência" ideológica de uma função e o recurso à força ou ao autoritarismo para sua realização no escopo da industrialização capitalista "ineludível":

> "Porque, como Rousseau indicou, há tempos atrás no seu 'Ensaio sobre a Origem das Linguagens', força é um

> substituto para a eloquência e a persuasão. (...) Rousseau viu a força desestimulando a eloquência. Mas, também, é possível que a retirada da eloquência (isto é, do suporte ideológico) contribua para a da força."(10)

A afirmação de Rousseau seria igualmente válida para os agentes contemporâneos da expansão capitalista:

> "Sem apoio ideológico, grupos sociais solidamente 'entrincheirados', recorrem rapidamente à força, na medida em que lhe são negadas as prerrogativas da legitimação."(11)

Nessas condições, dificilmente um país conseguirá essa sequência ótima das duas funções; praticamente nenhum país poderia escapar de "momentos" de autoritarismo num processo de desenvolvimento capitalista.

Trata-se de uma concepção teleológica da modernização industrial-capitalista, na qual se outorga um papel decisivo à comunicação estratégica entre grupos em conflito: "empresariais" e "reformistas":

> "...Ambas as funções empresarial e reformista são essências para se conseguir com sucesso o desenvolvimento sob patrocínio capitalista, mesmo considerando o interesse pelo processo a longo prazo. Mas ao mesmo tempo os reformistas não gostarão de aparecer como 'colaboradores secundários' dos grupos empresariais (...) A ruptura com as formas pluralistas pode estar relacionada à natureza e ao grau de hostilidade entre os protagonistas das duas funções."(12)

Hirschman reafirma o caráter inclusivo do modelo hegemônico de expansão industrial-capitalista, enfatizando a natureza comunicacional das políticas hegemônicas, reforçadas por uma premissa utilitarista.

Assim, os conflitos entre os grupos de "empreendedores" e "reformistas" serão tão certos como a comunicação nunca totalmente interrompida entre os dois grupos, que expressam, em conjunto, os interesses que perpetuam o campo econômico capitalista.

> "A comunicação entre os dois grupos frequentemente foi tensa, mas nunca interrompida, em parte devido as relações pessoais, e em parte, porque após algum tempo, ficou patente que os reformistas, qualquer que fossem seus discursos, eles não eram, sem qualquer dúvida, revolucionários, mas estavam atuando pelo interesse de seus pares (bretheren)."(13)

Numa "filosofia da história" onde o "advento" do socialismo como superação do capitalismo é substituído pelo "advento do capitalismo" - como devir necessário da sociedade não "plenamente capitalista" - recoloca-se no quadro da "revolução capitalista" os dois modelos gramscianos de "Reforma": o "bismarckiano", de cima para baixo, e o jacobino, "de baixo para cima".

Na América Latina, predominariam os modelos de reforma bismarckianos, pela "fragilidade" dos sindicatos e de outras "organizações de massa".

À desarticulação das elites, agrega-se a fraqueza das massas e sua pouca potência de organização e pressão.

Isso levaria à frequência dos períodos autoritários, onde as "elites" - agentes de "acumulação" e "empreendimento" econômico-tecnológico, respondem a "demandas" fora de hora sem a força das organizações de massa e carentes de uma definição realista dos problemas e das soluções, os movimentos de reforma de baixo para cima são instáveis, pouco duradouros e condenados ao fracasso; as reformas de cima para baixo são frágeis, fáceis de derrubar e de pouca ajuda para os "beneficiários potenciais".

Hirschman responsabiliza aos grupos sociais reformistas e sua rejeição das elites tradicionais e estrangeiras, pelo déficit de legitimação da função industrial nos países da América Latina. (14)

O capitalismo dependente estaria, assim, em constante desencontro entre as práticas sociais e suas narrativas, de modo que o descompasso dos discursos de legitimação, que não acompanham a sequência lógica do "argumento econômico" e o "argumento social", levaria,

seja a ruptura dos jogos discursivos, seja à exacerbação dos jogos discursivos dissociados da ação.

> "O resultado pode ser o pior dos dois mundos: o enfraquecimento dos empresários combinado com uma falta de avanços reais para os grupos menos favorecidos em benefício dos quais as reformas foram introduzidas."(15)

O hiato comunicacional entre os atores econômicos e sociais que são agentes efetivos de ações coletivamente significativas (industriais, trabalhadores, diferentes grupos de interesses categoriais), levaria os intelectuais à pretensões de substituição desses atores, seja como "porta-vozes" ou como "vanguardas" privilegiadas de elaboração de definições.

Este impasse ou "desencontro" entre as elites empresariais e reformistas, agiria logo como um "convite" para que os intelectuais adiantem suas próprias interpretações, propostas e soluções. Eles seriam os responsáveis pelo "fermento intelectual" das últimas décadas.

Deste modo, segundo Hirschman, os intelectuais latinoamericanos contribuem para impedir a formação de atores de classe, assim como dificultam as relações de conflito e negociação entre os atores sociais.

3. A Busca de Novos Rumos

Procuramos, a seguir, reconstruir a tese da "distância" quando os intelectuais brasileiros falam, ainda que em terceira pessoa, deles mesmos.

Para uns, a "distância" é um efeito estrutural da dependência, e expressa-se como "alienação" ou "estranhamento"; a perda ou "esvaziamento" de uma consciência nacional. Só iniciada uma fase de reversão da dependência, no plano estrutural, começaria a construir-se o discurso prático-ideológico da identidade nacional. Nessa concepção, a variável tecnológica está atrelada às variáveis econômicas, das quais é derivação e consequência. Alguns dos principais sustentadores dessa tese, formaram parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. O tema da "alienação" predominou entre as décadas de 50 e início de 60.(17)

Para outros, a "distância" é um efeito político e a própria redefinição das formas de articulação do vínculo social, será o princípio de um efeito de reversão. A diferença do movimento anterior, que enfatiza a questão nacional, nas décadas de 70 e 80 caracterizam-se pela preocupação com o social. Colocando como problema a "distância" entre os intelectuais e os políticos, por um lado, e as massas de trabalhadores e despossuídos, pelo outro, começariam a utilizar-se de outros conceitos-chave:

"hegemonia", "sociedade civil", "cidadania". A variável tecnológica deveria ser subordinada as "formas" políticas.(18)

Para outros, a "distância" é um efeito cultural, e requer a redefinição do próprio discurso de formulação do problema: a questão da autonomia requer não novos conteúdos de discurso, mas um novo lugar de discurso, onde e em consequência mudará a relação entre o discurso e a prática e entre os especialistas e os povos. A variável tecnológica pode ser considerada uma variável "axial", mas não variável "causal" de padrões societários.

Os novos pontos de partida, onde será redefinida a alocação do discurso da autonomia, deveria ter a extensão de uma Antropologia ("Antropologia Dialética") ou de uma "Ontologia Cultural".(19)

Trata-se de teses que acompanhavam esforços internos e duradouros de desenvolvimento endógeno, e que, em novas formulações, mantêm-se ativas nas três últimas décadas.

As teses da "alienação" afirmavam, como inversão do Iluminismo, o "empobrecimento" do sujeito coletivo na situação estrutural de dependência. São, por isso, necessárias as "vanguardas intelectuais", capazes de salvar as distâncias entre o ser autêntico e o estado de

ser alienado, construindo as "pontes" de uma "ideologia" geral, autêntica ou correta.(20)

O ISEB, os "Centros de Cultura", eram os espaços de construção e disseminação de um "discurso prudente" - que dirigia à realidade local seus instrumentos intelectuais orientados por uma vontade prática de mudança, superando as formas "alienadas" de consciência.

A alienação, com efeito, "esvazia" a consciência de sua função de representação, e, distanciando-a do real-referencial, conduz à substituição de uma "consciência do real" - que é enquanto tal também "auto-consciência", por uma "falsa consciência", uma "consciência inautêntica".

No pensamento "isebiano" o sujeito da alienação ora é a "Nação", ora o "povo". A alienação, a diferença de Feuerbach, não é antropológica e necessária, é histórica, como em Marx. À diferença do marxismo, porém, ela resulta das relações entre sociedades dentro da ordem internacional, e não das relações de produção dentro de uma mesma unidade societária.

A atividade do "sujeito" da concepção isebiana é o próprio devir do "ser nacional", ou o devir do "nacional-popular".

O conteúdo da alienação será o estranhamento e, logo, a "perda" do "ser nacional" sob formas econômicas e discursivas que o negam, o ocultam, dispersam suas potencialidades e o entregam a potências externas. Para Corbisier, o brasileiro é um "homem Oco".(21)

A dependência é o "não ser" da nação; sua realização passa pela industrialização e a independência econômica:

> "Tornar-se uma nação industrializada implica tornar-se uma nação que produz seu próprio ser."(22)

O objetivo ibesiano não é, porém, uma cultura crítica, mas a elaboração substancial de um saber verdadeiro e orientado à ação.

Jaguaribe pretende definir as condições de uma "ideologia autêntica" ou de uma "ideologia correta":

> "As ideologias autênticas são aquelas que, sejam quais forem os interesses situacionais que representam ... formulem para a comunidade como um todo critérios das condições naturais da comunidade, em função dos valores predominantes na civilização a que pertence."(23)

Duas premissas estão interligadas no pensamento ibesiano: a concepção faseológica da história e o papel ativo dos intelectuais.

> "A ideologia deve surgir da meditação de um grupo de sociólogos, economistas e políticos que, superando o plano restrito de suas especialidades, se alcem ao pensar filosófico, por via da compreensão das categorias reais que configuram o processo histórico e acompanham o projeto de modificação das estruturas fundamentais da nação..."(24)

A participação ativa dos intelectuais no projeto nacional-desenvolvimentista, conforme a idéia que deu origem ao ISEB, teria duas tarefas principais: a antecipação "teórica" das ações e processos do desenvolvimento, como "ideologia" racional ou como planejamento(25), e a legitimação ativa da síntese "nacional-desenvolvimentista", como uma "ação pedagógica" que pusera ao serviço dos objetivos nacionais todas as forças progressistas e modernizantes.(26)

Duas linhas irão se integrando na "lógica emancipatória" isebiana. Uma teria como referência a nação, a outra, o povo. Se, por um lado, procura-se a emancipação diante do domínio externo, como o processo histórico de desalienação e de construção de uma "personalidade" histórica (a "nação"), por outro, a ideologia do desenvolvimento só pode realizar-se enquanto torna-se consciência de massa.

Nessa lógica isebiana, a produção do conhecimento e a ação pedagógica precederiam à constituição de uma esfera comunicativa. Era necessário superar o "hiato" entre a

"consciência social" e o "ser social", e para isso contava-se com a participação ativa e ideológica dos setores responsáveis e ilustrados.

A operação de equivalência entre "interesse nacional" e "revolução social" ficaria, porém, interrompida no quadro político pós-64.

A ocupação do Estado por um projeto autoritário, a exclusão das atividades político-ideológicas, os crescentes processos de internacionalização econômico e cultural e a privatização dos meios de circulação de informações, através da crescente indústria cultural, deixaria sem sustentação a muitas das concepções e estratégias isebianas e levaria à sua revisão.

O "tema" do discurso político brasileiro, a partir da década de 70 e já na década de 80, será o de "Sociedade Civil".

O conceito de "sociedade civil" teve, aliás, uma repercussão tão ampla, além de toda identidade ideológica, que chegaria a ter um significado "pré-marxista" próximo das teorias do "direito natural":

> "Na linguagem política brasileira, foi-se designando como sociedade civil tudo o que era fragmento de articulação e que escapava do controle imediato da ordem autoritária. Sem rigor mas com eficácia, foi-se designando toda a

> oposição - da Igreja, da imprensa, da Universidade, das corporações profissionais, dos sindicatos, da empresa e dos partidos - como se fosse a movimentação da sociedade civil. E descobriu-se, sem que ninguém o tenha notado como escândalo, que ocorria aqui, como ocorria antes, o oposto do que Gramsci descrevia com relação à Itália: voltava-se à concepção latina de sociedade civil."(27)

Em todo caso, o conceito de sociedade civil, junto com o de hegemonia, indicavam a nova ênfase nos conflitos internos da sociedade local.

Renato Ortiz, Coutinho, Schwarz, entre outros(28), formulam a mesma "premissa maior" daquele raciocínio. O Brasil teria realizado ao menos algumas das condições internas do paradigma econômico-tecnológico do capitalismo. Teria passado, assim, de uma "subordinação formal" (inclusão política na unidade econômica do capitalismo internacional) à "subordinação real" ("natureza" capitalista do aparelho produtivo brasileiro).

É a própria realização universalizadora do capitalismo, na fase de internacionalização, o que justifica a inserção do Brasil - nascido junto com o nascimento do mercado mundial - numa "cultura universal" que é sempre o "horizonte potencial" de suas realizações culturais.(29)

Schwarz concorda que, a partir de 64, a internacionalização do capital, a mercantilização das relações sociais e a expansão da "comunicação de massas" avançou tanto, que seria inadequada a pergunta por um "fundo nacional genuíno", "não adulterado".

Se no século XIX o liberalismo era uma "idéia fora de lugar", após a década de 60, falar em "imitação", "cópia", "transplante cultural", não basta já para compreender e superar aquele "mal-estar" do homem latinoamericano.(29)

A inadequação do discurso literário e político não resultaria, assim, da divisão entre um "conteúdo" discursivo espúrio e uma realidade "autóctona" silenciada, mas da existência de estruturas de poder econômico e político que, por sua forma de inclusão na ordem capitalista mundial, rejeitam as reformulações "modernas" dos quadros institucionais, ainda no escopo do modo industrial-capitalista.

> "Por sua lógica, o argumento oculta o essencial, pois concentra a crítica na relação entre elite e modelo, quando o ponto decisivo está na segregação dos pobres, excluídos do universo da cultura contemporânea".(30)

A linha mais profunda de divisão da sociedade brasileira, entre as elites e as camadas populares, o

"povo-nação", seria a consequência direta da busca de soluções "pelo alto", ou de "cima para baixo".

As "dualizações" da sociedade latinoamericana não derivaram da incorporação a ordem mundial na esfera da sociedade industrial capitalista, mas principalmente da forma de incorporação(31), que caracterizou-se pela ausência de uma hegemonia sólida e a fragilidade dos componentes "modernos" da Sociedade e do Estado: fortalecimento do poder Executivo sobre o Legislativo, predomínio de mecanismos repressivos sobre mecanismos de negociação dos conflitos, incorporção de indivíduos e grupos, "pelo alto", ao poder estabelecido.

Tal aconteceria com a integração de setores profissionais na esfera do governo, favorecida pela ampliação e fortalecimento da burocracia estatal, ao mesmo tempo que pela inexistencia de organismos não-governamentais de educação,cultura e ciência.

Os mecanismos diferenciados de incorporação, por outro lado, teriam operado através de concessão de direitos sociais e vantagens previdenciários ou de ordem econômica, que alcançariam principalmente setores de trabalhadores urbanos e seus organismos de representação - mecanismos que teriam funcionado mais ativamente nos governos de Vargas e KubitscheK. Os limites dessas políticas estariam na própria carência de bases materiais

do Estado Dependente, obstaculizando a implantação de políticas compensatórias e explicando a descontinuidade do "pacto" social.

Se na década de 80 as questões das relações entre Estado e Sociedade Civil colocaram a ênfase nos espaços políticos de discurso e ação, não deixaram de emergir certas questões que levaram à refomular os significados e padrões de experiência afetados pela intervenção acelerada de mudanças tecnológicas.

De fato, os "intelectuais políticos" que eram parte ativa do pensamento e da ação coletiva no início da década de 60, colocaram um tema que resultaria ser mais duradouro que muitas das teses contratuais em que eram contextualizados: a questão da técnica, não como variável independente, mas como questão antropológica. Darcy Ribeiro e Paulo Freire são expressões exemplares dessa tematização que colocava na esfera da reflexão a reconstrução dos parâmetros de experiência do homem brasileiro - no decurso de um processo de modernização em andamento.

Com efeito, já tinham acontecido transformações, sem reversão previsível, na vida e no trabalho do homem brasileiro. Urbanização, industrialização, redes cada vez mais eficientes de comunicação secundária: parecia que,

junto com, ou independentemente das políticas distributívas, o desenvolvimento teria seguido seu curso inevitável.

As propostas políticas, educacionacionais, técnicas, teriam que considerar essa fatualidade histórica e seus desdobramentos e equacioná-los de maneira crítica: é a modernização que deve impor suas condições à vida dos povos, ou é a auto-realização dos povos o que deve impor suas condições à modernização?

> "Na modernização de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação.
> No desenvolvimento, pelo contrário, o ponto de decisão se encontra no ser que se transforma e seu processo não se verifica mecanicamente. Desta maneira, se bem que todo nem toda modernização é desenvolvimento."(31)

Ora, se Gramsci ampliara a relação gnoseológica afirmando que "todo fazer é conhecer", Freire amplia a relação gnoseológica afirmando que "todo conhecer é comunicar".

> "A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico.
> Daí que a função gnoseológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto

> cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo."(32)

Nenhum conhecimento técnico poderia, então, ser uma variável causal de modernização e mudança, se não parte de uma situação intersubjetiva onde não só se realizam as condições técnicas da comunicação (canais de comunicação adequados, tempos de interação suficientemente duradouros, etc.), mas as condições sociais e políticas da interação: a reciprocidade.

O pensamento de Freire, ancorado numa filosofia antropológica que agrega à herança das lutas emancipatórias aos valores da tradição cristã "renovada", parte de estabelecer uma primeira condição: todo homem é o sujeito de sua história, agente de decisão e de ação. Ele possui uma potência de transformação que o diferencia de outros seres vivos, e realiza-se juntamente como duração, espacialidade e "logos" - palavra e pensamento.

Para compreender sua posição, é preciso, primeiro, eliminar o "equívoco gnoseológico"(33) que está consolidado nos principais paradigmas epistemológicos da cultura ocidental. Pressupõe-se neles um sujeito epistemológico privilegiado que pode estipular "a priori", a partir de premissas metodológicas e teóricas, a melhor solução possível de um problema - num contexto qualquer da realidade e sem a participação ativa dos atores daqueles contextos de ação.

Para eliminar esse "equívoco" gnoseológico é necessário ampliar a base da "relação gnoseológica" incluindo todos os participantes da situação - por isso duplamente cognitiva e comunicativa.

Como é possível essa "equivalência" dos sujeitos quando possuem bases de conhecimento prévio radicalmente assimétricos? Qual é o diálogo e a reciprocidade possível entre o camponês que reza para afugentar as pragas e o engenheiro agrônomo que pretende destruí-las com agrotóxicos?

É a "problematização" comum, que surge da convivência de um "desafio" do mundo, o que permite o encontro. O engenheiro e o camponês têm numa comunidade de objetivos e experiências o "solo" para a construção de um "espaço comunicativo".

> "Seria possível o diálogo se o seu objeto girasse em torno de sua vida diária e não em torno das técnicas."(34)

Ao modelo logocêntrico, "colonizador", de uma racionalidade-instrumental auto-suficiente e expansiva, contrapõe-se um modelo de racionalidade inclusiva por solidariedade, emancipatória, pois atende as condições de reciprocidade do agir intersubjetivo.

As condições comunicacionais e cognitivas da ação, são assim um "módulo antropológico" sobre o qual podem reconstruir-se condições de equivalência e reciprocidade - num mundo onde a colonização e as assimetrias sociais teriam destruído, sob a figura da "opressão", a "aura" fundacional das culturas não-capitalistas.

É através da "apercepção" dos parâmetros da experiência de um grupo humano, que é possível chegar a um novo patamar de intersubjetividade, a um "nós" reflexivo de ação e comunicação.

> "Vivo aqui. Ando diariamente nessas ruas. Não posso dizer que jamais tivesse visto isto. Agora, porém, percebo que não percebia."(35)

A inclusão da alfabetização num processo de conscientização, indica o caminho da apropriação de uma técnica e do significado da técnica, numa situação onde a técnica (escrita) já interfere no contexto da experiência. Um camponês do nordeste brasileiro observa:

> "Não se pode dizer que o índio é analfabeto porque vive numa cultura que não conhece as letras. Para ser analfabeto é preciso viver no meio das letras e não conhecer elas."(36)

Uma sociedade onde as condições da definição e introdução de tecnologia independem das possibilidades de escolha social, não seria uma nova técnica (como as

"técnicas de ensino") o que poderia reverter a situação assimétrica de saber, mas uma ação política que coloque a inovação técnica numa forma desejada de mudança social. Só assim a técnica é um recurso e não uma imposição de fins.

De fato, a conscientização como ação de auto-conhecimento e de conhecimento do mundo - onde se inclui a aprendizagem das letras parte do fato da cultura literária instalada de modo irreversível. Não é, aliás, que se trate de duas ações diferentes e dissociadas: a conscientização e a instrumentalização nas técnicas alfabéticas. É a compreensão da técnica como algo que pode ser "transferido" de fora para dentro, sem problemas, o que "cinde" o agir em uma esfera de máxima consciência e criatividade (onde se produzem a escrita e as mensagens, e em uma esfera de mera operacionalização (onde se recebem mensagens e os instrumentos mínimos de sua decodificação). Trata-se, pelo contrário, de considerar o ciclo gnoseológico em sua totalidade: sendo intersubjetivo, só a contextualização do "eu" no "coletivo" o coloca em sua "grandeza" certa e permite sua ancoragem nas relações entre intenções e objetos que compõem um "mundo".

Se a alfabetização pela conscientização aparece como politização é porque tende a reverter a cisão das ações práticas em um puro momento decisional, de escolha de fins e valores e em um puro momento técnico, de instrumentalização. Para aqueles aos que está negado

participar na interpretação e leitura do mundo, a alfabetização é um ato político.

A crítica aos critérios de inclusão redutores, implícitos numa modernização de "modelo único", levou a homens como Freire a pensar em outros critérios de inclusão baseados na solidariedade, no respeito pelo outro.

Trata-se de um "olhar" diferente daquele olhar próprio dos grandes centros e indústrias em expansão. Na década de 60 e de 70, tratava-se de aprender a olhar de um modo próprio as relações possíveis entre "inovação tecnológica" e "mudança social".

> "Cultura para nós... são todas as manifestações humanas, inclusive a cotidianeidade, e fundamentalmente na cotidianeidade está a descoberta do diferente, que é essencial. Esta é uma concepção do essencial que é distinta da tradicional, que considera o essencial como o comum, os traços comuns. No entanto, para nós... o essencial é o diferente, o que nos torna diferentes."(37)

Para as sociedades sujeitas à ondas sucessivas de modernização por "reflexo", fica difícil não considerar a expansão universalizadora do capitalismo ocidental como uma figura "necessária" de uma série evolutiva - quiçá seu estado de finalização.

Para Freire, determinação "pós-factum" das histórias individuais e comunitárias de sociedades diversas e longínquas, a racionalidade técnica só pode ter um papel emancipatório quando "rodeada" pelo discurso prático, que é sempre diálogo, multiplicidade reversível de papéis, reciprocidade discursiva de pronomes intercambiáveis.

Seria preciso, quiçá, elaborar uma grande narrativa dos povos da América, para contrapor àquelas leituras historiográficas que fazem - do decurso contingente e seletivo da história européia - a grande narrativa da humanidade em sua totalidade. Ao erro "gnoseológico", agrega-se assim o "bias" antropológico. A "ampliação" da racionalidade moderna requer primeiro a crítica e o desfecho daquela "ontologia" identitária e eurocêntrica. Trata-se, logo, de

> "criar um esquema conceitual mais compreensivo, que explique nossas póprias concepções e a posição dos povos europeus como variantes das possibilidades de realização do fenômeno humano."(38)

Darcy Ribeiro, a diferença de outros pensadores, elabora uma síntese teórica - sua grande "narrativa americana" - colocando a ênfase na "variável tecnológica", que não fora igualmente valorizada no pensamento social e político das décadas anteriores.

Não é o paradigma associativo ou o modelo de estratificação que ordena os vínculos sociais, a instância definidora de um processo civilizatório. Não é tampouco o modo de produção, como um todo, o que lhe define. É na tecnologia, os meios de produção, onde se "resolve" a natureza e características de um processo civilizatório. Darcy Ribeiro cita Marx:

> "A tecnologia nos revela a atitude do homem diante da natureza, o processo direto da produção de sua vida e, portanto, as condições de sua vida social e das idéias e representações espirituais que delas derivam."(39)

A inovação tecnológica e os saberes científico-tecnológicos que lhe dão suporte, seguem uma trajetória adaptativa que são parte da aprendizagem do gênero humano. O vapor, o carvão não são "ocidentais e cristãos", assim como as técnicas agrícolas ou a imprensa não são "orientais" ou "mediterrâneas". Gehler e Habermas levantam considerações semelhantes: desenvolvidas a partir de esquemas da ação do homem sobre o mundo, as tecnologias só poderiam explorar as formas imprevisíveis e "decisionais" da artificialidade": dentro de uma matriz de possibilidades "trans-culturais".(40)

A evolução da variável tecnológica é assim dissociada dos paradigmas associativos e de formas de "conscrição da força de trabalho", de modo que a uma mesma

base tecnológica podem associar-se mais de um paradigma cultural-associativo.

Essa nova leitura antropológica, servirá como princípio de legitimação de uma nova historiografia americana e como princípio de ampliação da racionalidade modernizadora.

As revoluções tecnológicas, "transformações prodigiosas nos modos de produção", desencadearam processos civilizatórios que, a partir de "focos" de irradiação, expandem-se em áreas "contíguas ou longínquas":

> "Todos os povos envolvidos nesses movimentos se transfiguram. Transfiguram-se, porém, de duas formas distintas, segundo experimentam movimentos aceleratívos para si mesmos ou movimentos reflexos de atualização ou incorporação histórica que plasmam povos dependentes, objeto do domínio e exploração dos primeiros."(41)

A existência de uma "variável axial", agora a tecnologia, sobre a qual temporaliza-se o devir genérico do homem, gera duas "posições" das sociedades em relação a mesma: ou "agenciam" um processo civilizatório, de modo que são culturas autênticas e tecnologicamente produtivas, se auto-constroem, ou são submetidas à atualização histórica de seus modos prévios de relação econômica e societária, pela ação "reflexa" de processos

civilizatórios - geridos por princípios e agentes que lhe são externos.

Sujeitos à modernização por reflexo, tendências hegemônicas, homogeneizadoras, tendem a definir o plano institucional conforme o paradigma identitário da "sociedade" urbana e industrial.

O problema, porém, não estaria no confronto entre o modelo jurídico formal e os conflitos de interesses que segmentam o vínculo social. Não é no tecido social onde se instalam as assimetrias e patologias das novas formações pós-colônias, pois o próprio conceito do social pressupõe um princípio totalizador e a homogeneidade dos elementos componentes, agregados por seus papéis econômicos em identidades genéricas ou de classe. É no tecido cultural onde se instalam as assimetrias e os movimentos dissociativos que segmentam as populações submetidas a processos reflexos de modernização.

Não se trata, porém, de executar uma operação simbólica de equivalência entre culturas - mágica generosa mas ineficaz do relativismo cultural.

Em relação à "variável tecnológica" em seu sentido mais amplo (saber, recurso, bens), pode falar-se de "atraso" e de "contemporalidade" em sentidos bem precisos. Só que o único a diagnosticar o atraso e apontar o caminho

do desenvolvimento histórico é o próprio grupo humano que agencia um processo de auto-construção cultural.

À autoconstrução - processo molecular de formação de uma nova identidade cultural - opõe-se, por um lado, a desculturação e a aculturação e, por outro, a alienação e a identificação.

A desculturação é "privativa", resulta de uma ação compulsória para inviabilizar a manifestação e transmissão da cultura própria de um grupo; a aculturação é "integrativa", procurando-se, seja pela negação, seja pela criatividade, a transfiguração de uma etnia que, afastada de suas formas de vida tradicional, deve plasmar novas representações e padrões comportamentais em função de sua sobrevivência e do convívio social.(42)

Submetidas a processos de desculturação e aculturação, mas desprovida de oportunidades reais de inclusão nos processos distributivos da sociedade urbana e industrial, as classes subalternas respondem, por um lado, com comportamentos defensivos arcaizantes, e, por outro, com sua criatividade.

Nem o Sistema Educativo, nem a Universidade, nem meios não distorsivos de comunicação social, têm oferecido ao povo brasileiro um espaço "inclusivo" de comunicação, onde possa ser um dos agentes das trocas de informação.

> "Obrigamos ao povo a atualizar essa visão arcaica por seu próprio esforço, a partir de fontes tão precárias de informação."(43)

À sua vez, as elites, quando não desempenham ativamente o papel de aliados gerenciais de potências externas, são, porém, assimiladas por processos de identificação e alienação cultural, limitando-se a comportamentos miméticos em relação às culturas hegemônicas.

Tendo acesso ao "saber" científico tecnológico, que seria o patrimônio da sociedade como um todo, os círculos de cultura erudita agregam sua própria gestão monopólica do saber ao monopólio dos centros hegemônicos transnacionais.

A liberação social passa assim pela dissolução do monopólio do conhecimento e da informação, o que daria um papel decisivo à Educação, à Universidade e aos programas científicos e tecnológicos.

> "... as culturas dicotomizaram-se em uma esfera do saber vulgar, de transmissão oral, que forma e conforma a visão de mundo do homem comum; e uma esfera do saber erudito, monopolizado por uma minoria de especialistas. Estas passaram a controlar e manipular uma massa de informações de importância crucial, no entanto, em proveito próprio e não com sentido social. Ao ser esse um patrimônio fundamental da sociedade, sobre cuja base são

> renovados e acelerados evolutivamente os modos de existência, uma das tarefas da emancipação social consiste em 'desmonopolizar' esse patrimônio, rompendo as barreiras que se interpõem e impedem o livre fluxo do saber moderno e sua utilização criativa, como única forma de transformar radicalmente a realidade."(46)

De acordo com Hirschman a dualização das sociedades da América Latina ocorre pelo distanciamento ou a ruptura entre os agentes da função intelectual e os agentes da função industrial.

Existe, porém, um pensamento brasileiro que coloca a questão do conhecimento/informação que, gerado e colocado em circulação pelos processos de modernização, é gerido de maneira monopolista e excludente.

Os mecanismos dissociativos atuam separando as grandes maiorias da população brasileira do usufruto e controle desse novo patrimônio cultural, da ciência e da tecnologia.

De que maneira os novos atores sociais, os coletivos organizados, poderiam lidar, ao mesmo tempo, com o "quantum" de conhecimento/informação, e com as formas monopolistas e assimétricas de sua distribuição?

CAPÍTULO 2 - MODERNIZAÇÃO E NEOCORPORATIVISMO

1. A Modernização e os Novos Atores Sociais

Os países da América Latina, quando atrelados aos processos de expansão do capitalismo ocidental e, a partir daí, sujeitos às lógicas reguladoras dos cenários internacionais, passam por diferentes fases de modernização. Quando, por consequência da manutenção de uma "ordem internacional" ou no contexto de uma conjuntura específica, são "afrouxados" os mecanismos de incorporação centro-periferia, são favorecidos processos endógenos de modernização.(1)

Com maior frequência,porém, aqueles países têm experimentado processos de modernização reflexa ou dependente.

Sumarizando considerações anteriores, "modernização endógena" seria aquela que, incorporando processos de industrialização, componentes do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico e modalidades não-tradicionais de socialização e transmissão cultural (escola, meios de comunicação, etc.), o faz conforme objetivos políticos, econômicos e culturais definidos pelos agentes socio-políticos que partilham o cenário local - assim, existem, mecanismos de acesso e escolha política disponíveis para aqueles agentes.

"Modernização reflexa" ou "dependente" seria aquela em que os objetivos econômicos, políticos e culturais, incluídas as metas de inovação tecnológica e a formação e aplicação de excedentes, são, ao menos em parte, estabelecidos fora do corpo societário e dos campos de atividades da comunidade local.

A "modernização conservadora" agrega àquelas características a implementação de mecanismos excludentes com respeito aos participantes na definição de objetivos e às camadas habilitadas para o exercício da escolha política.

A modernização endógena pareceria oferecer as condições para o estabelecimento de um horizonte de equivalências, reconstruindo o horizonte jurídico-constitucional de um Estado representativo, de orientações democráticas.

Nos próprios centros capitalistas, consegue-se atualizar o horizonte institucional democrático de modo limitado, sendo que, porém, o sucesso dos modelos hegemônicos estabelecidos sustenta-se na existência de uma expectativa e numa "crença" na democracia política e econômica e na vigência da ordem jurídica.

Sem formalizar as bases institucionais do "consentimento" que sustentaria a coordenação da ação coletiva nos diversos contextos, a modernização conservadora altera de fato o quadro sócio-político nos cenários locais. Resultado não desejado, quiçá, das elites da modernização dependente, presencia-se a emergência de novos atores sociais que, buscando a reprodução ampliada de suas próprias "camadas" sociais, tornam-se atores de demanda de uma modernização "voltada para dentro".

A partir da década de 80, alguns dados permitem recompor traços significativos da sociedade brasileira, resultados daqueles processos de modernização. Taxas efetivas de crescimento econômico, de expansão do produto industrial e de urbanização acelerada(2) modificam os espaços sociais e econômicos, as posições e atributos de seus agentes. O Brasil rural tem "deserdado" grandes contingentes populacionais, só em parte absorvidos pelo crescimento do setor industrial, mas sempre contribuindo para a expansão urbana. As relações capitalistas de trabalho e os mecanismos do trabalho assalariado absorvem os segmentos autônomos da atividade profissional e econômica, assim como as formas pré-capitalistas de trabalho.(3)

Junto com o aumento proporcional dos trabalhadores do setor industrial moderno, o setor terciário, de

serviços, mais que duplicou em números absolutos (de 7,5 milhões na década de 60 a 20 milhões em 80).(4)

A ampliação das funções do Estado juntamente com a aceleração do processo de concentração do capital, consolidando a formação de grandes unidades empresariais, privadas e estatais, aumentaram significativamente o grupo dos que trabalham em ocupações administrativas, assim como cresceu a participação de profissões técnicas, científicas e afins, em termos proporcionais(5).

A expansão das funções do Estado deveu-se ao crescimento quantitativo e à expansão "jurisdicional" das "agências" do Estado, sobretudo em áreas de política social, e à penetração do Estado na esfera da produção(6).

Como consequência daquelas mudanças, tem-se

> "a geração de uma camada crescentemente diferenciada de administradores e burocratas interpostas entre os que detêm ou controlam o capital e os trabalhadores diretamente ligados à produção."(7)

Em um período relativamente curto de tempo, sucederam-se processos de "mobilidade ascendente", que levaram à expansão dos setores médios urbanos e, a partir do início da década de 80, a processos inversos, de exclusão ou de perda das vantagens obtidas, sendo que esses setores médios urbanos participarão

significativamente na absorção dos "custos" das políticas recessivas.

Aqueles setores se aquinhoaram de uma parcela, de certa forma privilegiada, das cadeias distributivas assimétricas do "milagre brasileiro", começaram a experimentar o retrocesso de suas posições e a reconsiderar seus papéis como atores sócio-políticos.

Para Boschi,

> "Não é de se surpreender, portanto, que nos realinhamentos sociais e políticos em curso a classe média esteja emergindo como um importante ator político, que se opôs ao regime autoritário pressionado pela expansão das liberdades democráticas."(8)

Os setores médios, assim ampliados e reformulados no decurso das mudanças sociais e econômicas, passam a integrar os novos contingentes das classes assalariadas urbanas.

Diversos fatores renovariam seus padrões comportamentais e associativos. Como assalariados, estão sujeitos às variações conjunturais do mercado de trabalho, ora "esquentado" pela aceleração do crescimento econômico e pelas políticas de investimento, ora desativado por políticas e por conjunturas recessivas.

Como os "pontes" da sociedade moderna, nos contextos de atividades e relações tradicionais, tiveram seus parâmetros de experiência reformulados através da permanência maior no sistema educativo ou de treinamento especializado. Ficaram habilitados, assim, para lidar com conceitos, procedimentos e artefatos próprios das frentes intelectuais e tecnológicas mais desenvolvidas, em suas atividades específicas.

Se para alguém aquela "modernidade" não é uma mera possibilidade, mas um "fatum", tangível em parâmetros de experiências, e em ambientes tangíveis de utensílios, máquinas e serviços - esse alguém seria aquele setor "moderno" das classes urbanas assalariadas.

Incluiríamos nesse "setor moderno" não só os grupos ocupacionais administrativos, técnicos e profissionais, mas também determinados segmentos que trabalham diretamente na produção - nos setores ditos "modernos" das indústrias de ponta - e que por suas experiências nos ambientes de trabalho e por seus novos padrões de consumo, estão mais perto daqueles setores médios que de outros segmentos das classes operárias ou rurais.

A partir de sua posição diferenciada nas novas grades ocupacionais e de suas "aquisições" de experiência e conhecimento, os setores médios inscritos no mercado capitalista de trabalho deslancham um processo de

construção ou reformulação de identidades coletivas, que permitem definir desde suas novas perspectivas até suas vinculações sociais e políticas.

A década de 80 encontra esses setores "comprimidos" entre as crescentes reivindicações e demandas e o processo de "abertura regulada", próprio da fase de "transição" programada entre o regime autoritário e a perspectiva da "democratização".

> "O processo de abertura política, embora permitindo a reativação da sociedade através do livre fluxo de informação, manteve bolsões de controle em áreas chave, entre elas o processo eleitoral e sindical."(9)

Através de uma prática associativa intensa e renovadora, aqueles setores médios procuraram ampliar seus espaços de autonomia, de controle dos processos de trabalho e de expressão política, que os colocaram ao resguardo dos "vaivéns" de um mercado cada vez mais esquivo, e que lhes permitiram "interiorizar" suas reivindicações nos novos horizontes institucionais do Estado.

Associações civis, associações profissionais e, finalmente sindicatos e partidos políticos são o desdobramento da emergência e das vicissitudes dos novos atores sociais.

Nessa caminhada, apelaram às mobilizações e às greves, lutam pela definição das formas de reinstitucionalização dos procedimentos de participação e representação, e "migram" dos movimentos associativos às novas camadas de "quadros" dos partidos de oposição. A estruturação da cúpula de um novo partido, o "Partido dos Trabalhadores", é ilustrativa dessa situação. Para Leoncio Martins Rodriguez,

> "No cômputo final, o PT, pela natureza de sua direção, é um partido policlassista onde predominam os professores, os profissionais liberais e todos os que exercem uma atividade de tipo intelectual, em que o saber, o conhecimento - e não o capital ou a propriedade, é que garantem o 'status'."(10)

Interessa-nos não a discussão em particular da constituição do Partido dos Trabalhadores ou de outros partidos de oposição, na década de 80, mas enfatizar a inclusão da classe média, de universitários e profissionais, em partidos que reivindicam a defesa e a expressão das classes assalariadas.

Por outro lado, a crescente sindicalização desses setores médios e as exigências, cada vez mais árduas, de negociação, frente à deterioração das condições econômicas, terminam por colocar suas demandas dentro das condições da sociedade de mercado.

Estagnados os processos distributivos e de inclusão de bases sociais mais amplas, esses setores médios não parecem encontrar os caminhos para universalizar suas bandeiras ou para alargar suas reivindicações, articulando-as com aquelas das classes populares.

Desde os setores rurais até as multidões imprevisíveis dos "não-garantidos", não parecem existir cadeias transmissoras, procedimentos de "tradução", que coloque a todos num mesmo patamar de demandas, sob formas solidárias e recíprocas de uma parceria que permita esperar o advento de um "Novo Contrato" de cidadania.

Uma das consequências dessas figuras assimétricas de formação das demandas, no tecido já tão magoado do vínculo social, leva àqueles setores médios, na década de 80, a investir seus potenciais associativos em formas de negociação neo-corporativas.

Denominaremos os resultados desses padrões, associativos dominantes a obtenção de "representatividade" pela "publicização".(11)

Com efeito, os novos atores sociais, agentes aceleradores de uma modernização descontínua, em suas pretensões de construir uma esfera da sociedade civil, contribuem, às vezes, para a formulação de um <u>discurso público</u> em esferas de comunicação não-recíprocas, como uma

espécie de reformulação "feudalizada" do modelo da esfera pública burguesa, e gerando estruturas "para-democráticas" de elaboração de interpretações e conteúdos políticos(12).

2. Os Horizontes Institucionais e os Novos Atores Socio-Políticos

As modalidades de organização da ação coletiva devem expressar a presença dos novos atores sociais, no decurso da modernização. Trata-se de identidades coletivas, porém, as que são contruídas dentro e não antes dos processos, através dos quais procuram estabelecer seus objetivos e reformular o quadro institucional.

Os processos construtores de formação das identidades coletivas estão submetidos à ação do contexto e suas lógicas de ação coletiva respondem às lógicas de ação de outros grupos, movimentos associativos, assim como às políticas do Estado.

Grupos mais ou menos estáveis "migram" de uma a outra forma associativa ou se dispersam em estruturas tecno-burocráticas. Conforme a conjuntura, o movimento associativo pode expressar o "intelectual coletivo" ou pode intermediar interesses em cadeias "curtas" da negociação.

Às "teses" de "indeterminação" do social agregam-se, agora especificamente, afirmações acerca da falta de autonomia relativa dos campos de atividade social: o econômico, o político ou, ainda, o "campo científico-tecnológico".

Nas análises dos Estados representativos dos países de industrialização avançada se pode perceber uma tendência à especialização e à progressiva autonomização dos campos das atividades sócio-culturais.(13)

Sob a idealização de uma "sociedade civil" ativa e produtiva na formação deliberativa de interpretações e de consenso, pode-se conceber uma "esfera pública" diferenciada que, por dar vez a todos os contextos, é independente de qualquer contexto ou segmento de opinião.(14)

Trata-se de uma forma de equacionar as diferenças, baseada em mecanismos de equivalência, mas orientada à unificação de objetivos e escolhas, conforme a figura limite do "consenso mínimo".

Com o passar do tempo, as "democracias" ocidentais, transformadas em "democracias de massa", tenderam a desenvolver esferas políticas diferenciadas, onde os processos discursivos de interpretação e definição de problemas e objetivos, ficam em mãos de "profissionais" da

política. Jornalistas especializados, cientistas políticos, políticos "de profissão" e, finalmente, firmas de "marketing político" reduzem a prática política a uma esfera especializada.

Os "muitos" recebem, um a um, através de informações da imprensa, do rádio, da TV, o que uns "poucos" elaboram, num "simulacro" das esferas públicas idealizadas nas origens das democracias representativas. A "despolitização" se processa pela especialização, diferenciação e relativa autonomia das esferas de ação social. As redes societárias que, através da sociedade civil, estabeleciam elos renovados entre o econômico, o social e o político são "desmanchadas" e dão lugar a novas formas de segmentação e agregação. Mas isso acontecerá sobre o pano de fundo de uma diferenciação inicial, cujas formas institucionais expressam a "divisão do trabalho" a nível dos mecanismos de representação: associações civis, sindicatos, partidos políticos.

Na sociedade latino-americana e, concretamente, na sociedade brasileira, não se pode falar igualmente nem de processos estáveis de diferenciação nem de lógicas articuladoras que assegurem os movimentos de "consenso mínimo".

Os campos econômico, político e social estão fracamente diferenciados, primeiro, porque o social e o

econômico modificaram-se atrelados às intervenções políticas, e através do Estado; segundo, em consequência das descontinuidades que, mostrando a segmentação da vontade hegemônica, manifestam-se no caráter "assistemático" das intervenções políticas. Em tempos relativamente curtos, são ativados e desativados setores econômicos, ações de saúde, ações educativas e ações culturais, antes que um tempo de experiência suficientemente longo permita consolidar resultados e avaliá-los.

Em consequência, o ator sócio-político se desloca do campo econômico ao político ou do político ao econômico. O campo científico-tecnológico, quase sempre fracamente articulado com o campo social, fica totalmente às expensas do campo político e seus próprios atores (pesquisadores e administradores) recebem ainda o reforço de capitais que carregam de outros campos: do econômico ou do político.

Na medida em que não existe, porém, uma instância de unificação e de estabilização das relações entre os diversos campos, tendem a se formar campos setoriais, organizados sob o princípio funcional de "parcelamento" das atribuições e da demarcação jurisdicional, em torno dos quais se produz a agregação de poder (político, econômico, social). Tal acontece com campos de atividades socialmente relevantes, tais como a saúde, ou em torno de setores integrados da produção, num "parcelamento" das

atribuições e da competência com vistas à participação na definição de políticas e de orientações de ação.

Nesse contexto, as teses mais frequentes acerca do cenário sócio-político brasileiro afirmam a fragilidade dos atores de classe, a inexistência ou fraqueza da sociedade civil e, em consequência, a ineficácia de uma pretensão hegemônica sobre as forças sociais.

De fato, ao longo de quase um século de experimentação social, desenvolveram-se diversas formas de intermediação de interesses: sindicatos, sociedades e associações científicas e profissionais, associações de empresários e de trabalhadores.

O acompanhamento desses processos e de seus desdobramentos em formas associativas requer a atualização de premissas teóricas mais ou menos implícitas naquelas teses.

Nas teses pluralistas e liberais, a sociedade é considerada como um sistema auto-regulado, "homeostático", requerendo um "minimum" de intervenção do Estado(15). Com efeito, cabe ao Estado assegurar condições infra-estruturais de funcionamento dos mecanismos de mercado.

O conceito integrador não é o de "bem comum", porém, mais precisamente, o de "utilidade". Não é necessário

"sobrecarregar" os mecanismos de equilíbrio social com o "peso" normativo do "bem comum": no liberalismo clássico, supõe-se que a busca do interesse individual leva, sem mais, à realização de um bem máximo, que atinge a sociedade como um todo.(16)

O liberalismo contemporâneo "introduz" a concepção pluralista em uma nova versão, que tem como agente de iniciativa não o "indivíduo", mas os "grupos de interesse". Para Truman,

> "O equivalente funcional da mão oculta do mercado, na teoria de grupo, é a competição entre os grupos combinada com o corte transversal dos participantes entre os grupos. Nesta, como na teoria liberal (...) a análise começa com a preocupação com como os indivíduos agem: nenhum indivíduo é totalmente absorvido por qualquer grupo ao qual pertence (...) um indivíduo geralmente pertence a vários grupos (...)"(17)

Partindo do princípio de que "todos os interesses são interesses potenciais de grupo", à pressão de um grupo de interesses correspondem pressões inversas ou "transversais" de outros grupos, de modo que as relações de força "tendem ao equilíbrio". Os padrões de participação múltipla facilitam os processos negociados de resolução dos conflitos.

> "(...) na teoria de grupo a regulamentação do conflito é basicamente um resultado autônomo da

> interação dos diferentes grupos. A teoria pluralista de grupo considera as pressões transversais múltiplas da sociedade como desempenhando a função de induzir uma tendência no sentido da barganha e do compromisso tanto no indivíduo como nos grupos individuais, que se esforçam para manter a unidade do grupo no meio das pressões transversais."(18)

As críticas ao modelo pluralista de grupos de interesse coincidem em dois pontos. Por um lado, minimizam o papel histórico "jogado" pelo Estado em situações reais das sociedades ocidentais e, por outro, tratam como iguais, conforme um modelo formal e abstrato, formações coletivas com posições diferentes na estrutura de poder, sendo que as lógicas de ação coletiva e as formas institucionais resultam dessas assimetrias dos grupos no contexto das relações sociais. Conforme Stephan,

> "Como descrição do mundo real, isto sofre de limitação óbvia de que, para a maioria das sociedades durante a maior parte da história, os grupos de interesse não tinham liberdade de 'se combinarem livremente'. Bastante vezes (...) eles têm sido <u>privilegiados</u> muito estritamente pelo estado de acordo com as 'linhas de interesse' do próprio estado, e não dos grupos."(19)

O acesso coletivo à decisão política e às funções de governo fica sujeito a diversos modos de condicionamento impostos pelo Estado. Em sociedades ditas "pluralistas", a prática governamental da "consulta política", através de comissões ou outros mecanismos, permite a incorporação

seletiva de grupos de interesse, que passam a participar da formação de políticas públicas, antes ou fora do tratamento das mesmas pelo Poder Legislativo.

No outro extremo, o corporativismo caracteriza um sistema de representação de interesses estruturados sob o princípio da representação funcional, com um número limitado de unidades de filiação compulsória, não competitivas, e às quais o Estado outorga o monopólio de representação, dentro de certa "jurisdição" ou "categoria".

Em retribuição a esses privilégios, o Estado obtém o direito de controlar os grupos assim organizados, estipulando a abrangência da representação, os procedimentos de escolha de suas lideranças, ou as formas legítimas de articulação de demandas.(20)

Schmitter(21) diferencia o corporativismo do Estado, em que os grupos associativos são dependentes do Estado, ao mesmo tempo em que o Estado embasa seu funcionamento e sua legitimidade na estrutura corporativa, do corporativismo social, no qual os grupos associativos, definidos por um princípio funcional, coexistem com outras formas de representação de base territorial - tais como os partidos políticos -, e que, sendo independente do Estado, o "penetra", procurando "aquinhoar" uma parcela relevante dos recursos públicos.

No corporativismo de Estado, Stephan diferencia dois pólos "políticos" de estruturação de representação de interesses: o inclusivo e o exclusivo.

> "Perto do pólo inclusivo a elite do Estado pode tentar forjar um novo equilíbrio da sociedade-estado por políticas destinadas a incorporar grupos importantes da classe trabalhadora..."
>
> "Perto do 'pólo exclusivo' a tentativa de forjar um novo equilíbrio sociedade-estado pode se apoiar fortemente em políticas coercitivas para desativar e depois reestruturar grupos importantes da classe trabalhadora."(22)

O "corporativismo societário" ou "neocorporativismo" refere-se àquelas situações em que instituições associativas, não originadas pela intervenção do Estado ou por seu patrocínio, seja em função da duração do exercício da representação, seja em função do prestígio e do reconhecimento obtidos em seus contextos de ação, adquirem o direito de falar em nome de um setor social e convertem-se em interlocutor obrigatórios do Estado em assuntos referentes àquele setor. Podem, até, assumir o caráter de um agente de atividade pública.

Offe oferece uma conceituação mais flexível de "corporativismo", como manifestação atual das sociedades desenvolvidas:

> "O corporativismo é um conceito que não indica uma situação, mas um 'eixo' de desenvolvimento. Em outras palavras, os sistemas políticos podem ser mais ou menos corporativistas, estão mais ou menos adiantados no processo de corporativização, conforme o grau em que se atribui status público a grupos de interesse organizados."(23)

A atribuição formal de "status" ao grupo organizado condiciona mais suas ações, que já não são "exclusivamente" determinadas por aquilo que seus membros julgam como desejável ou legítimo, mas estão sujeitas aos constrangimentos resultantes da interferência do Estado.

As instituições neocorporativistas, porém, não ficam reduzidas aos dois pólos das relações de mercado: trabalhadores e empresários. Incluem-se outras formas associativas que, para Offe, são "participantes de um mercado político", representam coletividades afetadas por políticas governamentais e que recebem o direito de "auto-administração", na sua esfera de interesse e de ação: saúde, equilíbrio ambiental, transporte urbano.

Existem diferenças, porém, entre as organizações das classes trabalhadoras e as formas associativas que particpam de negociações em um "mercado político". A concessão de "status" público, no caso dos trabalhadores, pretende colocar um "teto" considerado suportável a suas demandas e reivindicações, procurando regular o poder de responder aos conflitos da classe trabalhadora. No caso

das formas associativas, trata-se de conceder certa "autonomia" aos grupos organizados, num processo de "delegação de autoridade" que busca "drenar" tensões em zonas consideradas não-centrais para o projeto hegemônico.

De fato, além da necessidade de manter num "patamar" aceitável o conflito de interesses, a concessão de "status público" a grupos organizados, resulta, também, da insuficiência de agentes e de mecanismos políticos tradicionais na formação de uma "vontade" política, no amplo sentido, tanto de articulação consensual dos agentes sociais, quanto de elaboração deliberativa de conteúdos políticos.

A formulação de processos decisórios ou consultivos, baseados em formas neocorporativistas de articulação de interesses, inclui já na esfera de decisão as informações dos setores envolvidos ou afetados por essa decisão. Indústrias, trabalhadores e usuários manifestam in locus opiniões, reivindicações, resistência, eliminando a espera por um segundo ciclo onde, após elaborado, seriam avaliadas e aceitas - ou não - por esses grupos as políticas públicas. As agências e instâncias de decisão podem antecipar melhor e, ainda, "desativar" comportamentos de oposição às políticas formuladas.

Do ponto de vista de nosso estudo, tanto os modelos tecnocráticos quanto os neocorporativos, na medida em que

"distanciam" os pólos decisórios das bases afetadas pela decisão, gerando processos restritos e excludentes de deliberação, tendem a aumentar o "hiato" entre comunicação e informação. Com efeito, a informação circula em esferas especializadas de comunicação, sem que fiquem assegurados canais de "ida" e de "volta" entre os coletivos reais que são afetados pelas medidas, e os movimentos associativos que falam em seu nome. Ainda que formas neocorporativas indiquem uma ação da sociedade sobre o Estado, não poderiam ser consideradas um substituto de mecanismos democráticos de tomada de decisão.

No Brasil, "tendências" corporativistas em diversos graus e modalidades, surgem, primeiro, a partir da década de 20, a favor da incorporação regulada das classes trabalhadoras, num processo de industrialização acelerada, com a finalidade de "amenizar" os conflitos emergentes da esfera das relações de produção.

Uma segunda tendência neocorporativa acompanhará o processo de "abertura política" na "transição" de um regime autoritário a um regime com mecanismos democráticos de acesso político (eleições, partidos políticos, divisão de poderes, congresso). Nesse caso, a via neocorporativa constituiria uma espécie de espaço "parademocrático", às vezes só consentido pelo Estado, às vezes alentado pelo mesmo, em setores específicos, onde se constroem ou reconstróem identidades coletivas, procurando a retomada

da "voz" e as formas negociadas de acesso às decisões e aos recursos públicos.

Na América Latina, as "variações" sobre o "eixo" de processos corporativos acontecem, em geral, como alternativas para a incorporação regulada dos atores sociais - coadjuvantes da modernização.

Como já observamos, um dos pontos de "clivagem" dessas "variações" do modelo corporativo, passa pela diferenciação dos processos de institucionalização corporativa dos movimentos operários, na década de 30, e os processos neo-corporativos que, acentuadamente na década de 80, terão como sujeitos as camadas altas e médias da sociedade urbana, e como mecanismos de implementação a concessão de "status público" a determinadas esferas de representação de interesses.(24)

Elites liberais, formadas, inicialmente, por intelectuais e profissionais das mais altas camadas da sociedade urbana, e, depois, por profissionais, técnicos, administradores e outras categorias de trabalhadores, buscam, em diversas formas associativas e com o recurso a mecanismos neocorporativos, equacionar suas reivindicações e demandas e não poucas vezes, obter o reconhecimento de seus movimentos ascendentes e de seus privilégios.

Construídos nos "bolsões" de "inclusão", no contexto, de uma modernização conservadora, os novos atores sociais, logo encontram-se, como assalariados, em posição de dependência em relação às condições do mercado de trabalho e das políticas estatais de emprego público.

Suas expressões associativas permitem mapear os deslocamentos desses novos coletivos, ora agindo como interlocutores do Estado, nos domínios das tecno-burocracias, ora colocando-se como agentes de demandas econômicas, reformulando e utilizando os dispositivos da ação sindical (greves, mobilizações). Finalmente, em suas expressões inovadoras, explorando novas alternativas no horizonte de institucionalização da ação coletiva: os "movimentos sociais", os partidos "progressistas".

Os processos corporativos e neocorporativos não podem ser analisados, porém, linearmente, como expressão de políticas conservadoras, ou resultante de "tradições culturais" autoritárias: eles têm um caráter programático, justificável nos termos e nas condições da modernização imperativa.(25)

A constituição de 88 confirma a persistência dos padrões corporativos nas formas de institucionalização da sociedade brasileira. Associados ao aumento dos mecanismos reguladores da esfera do trabalho, expressam um momento de intensa vigência das práticas associativas, na década de

80. Em que pese um posterior retrocesso, deixaram sua marca na nova Carta Constitucional.

Nem as estratégias do movimento associativo nem os preceitos constitucionais, dificilmente colocáveis em prática nos contextos recessivos da década de 80, oferecem solução ao problema maior da esfera associativa e às suas lógicas neo-corporativas", que levam à "segmentação da representação" e à incapacidade de articulação horizontal de interesses e demandas. Entre os efeitos negativos resultantes desse quadro, temos, assim, a reprodução das assimetrias de poder entre os grupos de interesses organizados, outorgando maior espaço de representação aos que já usufruem de outros princípios de privilégio, e levando aos segmentos de um mesmo setor de atividades e interesses a competir pelas prerrogativas do "status" público e por uma maior participação na definição de políticas.(25)

3. A Institucionalização dos Novos Coletivos: Entidades Associativas de Profissionais e Outros Segmentos dos Setores Médios

Com a formação dos Estados nacionais, por ruptura com a ordem colonial anterior, o Estado recebe um papel decisivo nas transformações decorrentes da nova situação.

Esse papel do Estado tende a reproduzir-se ao longo do processo de modernização dependente. A natureza "modelar" da modernização "de fora para dentro", por isso também chamada de "modernização reflexa" ou "dependente", implica ações "pontuais" que interferem, por princípio e por programa, nas séries temporais dos processos societários e biográficos, para modificar sua direção e seu ritmo, agora o ritmo acelerado da mudança. O Estado é o encarregado de viabilizar essa ruptura reordenadora do tempo social.

> "O Estado nacional emerge mais moderno que a sociedade, o privado como um legado da colônia, o público como a possibilidade de sua transformação, antecipação do que deveria ser a sociedade nacional."(26)

As experiências da vida cotidiana, acontecimentos biográficos e comunitários, são parte de uma tradição que o novo relega ao passado. O moderno, como modelo e como meta, transforma-se no paradigma para o qual deve-se remeter, para testar sua adequação, tudo o que até então eram práticas indubitáveis do "viver bem" e do "agir" legítimo.

Existe, logo, uma fase de "modernização normativa", onde o ideário liberal, como um "corpo" de normas, oferece-se para transformar os parâmetros tradicionais da sociedade brasileira, introduzindo valores e padrões

culturais que são condizentes com o projeto da modernidade.

A "racionalidade", como critério para avaliar os procedimentos e a metodologia, os "direitos individuais", como bandeira da ética liberal, não são necessariamente "traços" culturais dominantes, mas sim aqueles que, num futuro, decidirão a incorporação da sociedade brasileira à cultura universal da modernidade. E antes de recorrer ao corpo todo da sociedade, como padrões comportamentais, aqueles modelos e valores são "inscritos", de modo formal, nas instituições: como "leis", como "planos", como "discursos".

Logo, os "portadores" desses conteúdos culturais não são, em primeiro lugar, os agentes de empreendimentos econômicos. São, antes, aqueles que adquiriram um domínio na produção cultural, num dos setores enfatizados pelo ideário liberal: a "cultura jurídica", a "cultura científica", a "cultura literária". São, assim, advogados encarregados de "desenvolver" a cultura jurídica e de "traduzi-la" num quadro institucional, e escritores e jornalistas, encarregados de "defender" os direitos à voz e à opinião.

Os intelectuais e profissionais que participam como agentes de ações modernizadoras nos primeiros setores envolvidos por aquele "movimento", de "cima para baixo",

são portadores de um capital simbólico e assumem um papel normativo, doutrinário. Estão mais perto do "uso público" da razão que da manipulação tecnocrática da ciência.

O tipo de "bem" que eles custodiam, em nome de toda a sociedade, só pode-se realizar, de fato, quando alcança a cada um e a todos os membros da sociedade. A ordem jurídica e a educação - pressupostos políticos do liberalismo - são por princípio e de direito, universais. No ponto de partida, a ênfase na universalidade abstrata, gerava o conflito entre o formal e o real. Aqui, o formal fica pairando sobre uma realidade que não gera antagonismo.

Por não representar outra coisa que a própria idéia de modernização (jurídica, acadêmica, administrativa), o agente doutrinário demanda duplamente o atributo de "público": seu interlocutor é o Estado, enquanto expressão ideal e abrangente de todo e qualquer contexto societário, de modo que ele fala no domínio do público: sua representatividade resulta da universalidade dos valores que expressa, da legitimidade que corresponde ao cuidado do "bem" público. Assim, enquanto pretende não representar ninguém em particular, demanda a representatividade pela publicização de sua missão. Daí que seu discurso de legitimação é mais normativo que utilitário - a diferença das orientações do liberalismo nos países de industrialização avançada.

Filhos das elites tradicionais, ainda que, às vezes, "deserdados" do patrimônio da classe (terra, carreira política, etc.), formam uma nova elite, a dos "intelectuais" e dos "profissionais liberais".(28)

Tendo nas mãos uma tarefa que não tem previamente delineado seu espaço nos contextos locais, desenvolvem um sentimento de identificação pela filiação profissional, antes que pelo "locus" de exercício de uma atividade, um sentido de "corpo" que os leva a buscar uma expressão associativa. A OAB, Ordem dos Advogados do Brasil - desdobramento do IAB, Instituto dos Advogados Brasileiros -, a ABC, Academia Brasileira de Ciência e a ABI, Associação Brasileira de Imprensa, expressam essas primeiras formações de um coletivo que se identifica antes com um capital simbólico - o qual lhes confere um papel normativo - que com uma categoria de interesses a intermediar.

Na medida em que são "produtores demiúrgicos" de uma realidade por vir, e que, portanto, será antes política e cultural que econômica e tecnológica, concordam em delegar ao Estado um papel protagônico.

Werneck Vianna, em seu estudo sobre a OAB(28), estabelece premissas que são plausíveis de extensão nesse contexto.

O profissional liberal e suas primeiras formas associativas não vacilam em ser coadjuvantes do Estado na tarefa de modernização, mas não deixam de defender sua autonomia, que lhes cabe como privilégio.

A adesão tem um limite: que a relação com o Estado não deturpe o sentido de suas próprias identidades coletivas, que elas detêm como portadoras dos novos conteúdos culturais: a ordem jurídica, a liberdade de opinião, o "julgamento por pares" na comunidade científica.

O conceito formal de cidadania é aqui precedido pelo conceito formal e normativo de um Estado Institucionalizador: não o ponto final ou o "elo" de uma longa cadeia, mas algo assim como o "gatilho biológico" de um novo "tecido social".

De fato, pode-se falar da "ambiguidade" do Estado, sempre optando, como fórmula de equilíbrio, pela "aliança" entre o tradicional e o moderno; pode-se falar, também, dos "paradoxos" daquelas elites intelectuais e de "profissionais liberais" que, por um lado, penetram o Estado para obter reconhecimento público e até jurídico de seus espaços de representação e, por outro, lutam para manter a autonomia.

A OAB[30] seria uma das primeiras manifestações dessas dualizações. Por um lado, quer o reconhecimento institucional de um espaço de ação, que já seria público pelo valor "universal" dos "conteúdos" jurídicos-doutrinários que nele se expressam. Movimento de uma elite de juristas políticos, sua relação com o Estado é mais "simbólica" que "tecnocrática".

Coincidentes nas grandes linhas discursivo-doutrinárias, o Estado tampouco faz da "publicização" um instrumento de controle da categoria, mas encontra, na institucionalização da "corporação jurídica", uma instância de legitimação do próprio regime.

Por outro lado, quando um decreto[31] coloca a OAB sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, começa a resistência e uma luta permanente pela autonomia da associação.

Com efeito, diferentemente das classes trabalhadoras que recebem, por imposição governamental, um modelo corporativo que é a "forma" obrigatória de toda ação de representação, os profissionais liberais, em geral, colocam como objeto de demanda a concessão de "status" público a uma forma organizativa já existente, através de cujo reconhecimento procuram consolidar ou ampliar as prerrogativas ou privilégios de uma atividade profissional.

O "código de ética" será um instrumento fundamental no reconhecimento público do papel normativo da profissão liberal.

Em 1931 amplia-se a esfera de ação da ABI, e cria-se o código de ética dos jornalistas. No mesmo ano, a Academia Nacional de Medicina estatui o Código de Ética Médica. Em 1933, cria-se o CREA e regulamenta-se a atividade de engenheiro, arquitetos e agricultores. A "regulamentação" da profissão, de fato, encaminha-se a novos objetivos: o "monopólio da qualificação" e a reserva do mercado de trabalho.(32)

Uma próxima "versão" da modernização, deixaria de lado seus aspectos "normativos" e os valores "iluministas" do ideário liberal, para enfatizar os momentos estratégicos e utilitários da racionalidade tecnológica. Nessa nova fase de expansão, e modificando a ordem de relevância que estabelecera a industrialização por substituição de importações, novos objetivos associam-se ao "desenvolvimento" aliado à "segurança nacional".

Um caso permite exemplificar o que de algum modo vai funcionar como "divisor de águas" na definição do papel dos profissionais como agentes de modernização. Trata-se da categoria dos "engenheiros", incorporada ao quadro das "profissões liberais", institucionalmente reconhecidas e

regulamentadas, em 1933, mas que traz um novo tipo de questão, pertinente ao próprio domínio das "competências" que detenham. Trata-se de uma profissão promissora, que teve um intenso desenvolvimento nas décadas de 20 e de 30.

Nas leis e regulamentações que a institucionalizam, se estabelece a diferença entre a figura do profissional liberal e a do "empreiteiro", do "construtor", do agente do empreendimento econômico.

O "profissional liberal" não pode ter interesse econômico algum no desempenho de sua tarefa, por isso recebe "honorários" e não pode auferir por ela lucro ou, aliás, salário.

Entre o cliente, que espera usufruir um bem ou receber um serviço, e o capitalista-empreiteiro, contrutor, que tem como objetivo obter lucro pelo investimento de capital, o engenheiro e o arquiteto, como profissionais liberais, são responsáveis pela definição dos "padrões de excelência" para a realização de uma tarefa: um edifício, uma instalação fabril, uma estrada.

É pela manutenção desses "padrões de excelência" que eles respondem frente a sociedade - ou perante aos órgão de fiscalização da classe, onde são avaliado pelos pares.

A autonomia do profissional liberal expressa-se no círculo fechado e ideal da "competência". Do ponto de vista "abstrato", engenheiro é aquele que é apto para conferir a excelência das realizações da engenharia. E só outro engenheiro - ou um corpo coletivo de engenheiros - é capaz de avaliar o modo pelo qual os engenheiros "particulares" realizam essa dupla dimensão da "excelência" do agir profissional: a técnica e a ética.

Em 1913, uma Federação Internacional de Engenheiros o definia assim:

> "O Engenheiro-Consultor ou perito em matéria técnica é aquele que, tendo feito estudos técnicos apropriados, e completados por uma prática suficiente, propõe-se fazer aproveitar a terceiros dos conselhos que os seus estudos ou a sua experiência o autorizam a dar, e isso em plena imparcialidade. Os seus serviços, além das despesas de viagem, são remunerados exclusivamente por honorários."(33)

A regulamentação da profissão não eleva o nível técnico ou ético da mesma: o objetivo não é, aliás, o "monopólio da qualificação". Na "publicização" da habilitação profissional, outorga-se um aval à competência do consultor, do planejador, do idealizador de uma obra para usufruto de terceiros.

> "Mister é que se compreenda não se tratar com isso de fazer respeitar um título; do que se trata é de permitir ao patrão, ao cliente, ao empregador, o ter idéia exata do

> valor daquele que se propõe ser seu colaborador, seu conselheiro, seu empregado."(34)

A profissão sustenta-se, assim, em dois braços, o "bildung" - a "formação do profissional", teórica e prática, o braço instrumental da profissão - e um "braço normativo" - explicitado no código de ética e mantido ativo por órgãos de credenciamento e fiscalização.

Ao mesmo tempo, a engenharia introduz um outro campo de aplicação do saber especializado, o campo da produção, cujo resultado é um produto, um bem, um artefato.

No campo da produção, existe uma situação de agregação e interação entre saberes e capacidades. A indústria, de fato, socializa o processo de produção, faz depender o resultado de uma agregação coletiva de "potências" e "saberes".

Colocando a produção no quadro das finalidades, exige-se um saber prudente, que é "prático" porque é um saber lidar com situações que envolvem homens e coisas, regras, técnicas, valores e normas, coisas e discursos.

Quando olhada como "tarefa", exige uma capacidade de organizar uma pluralidade de ações, cada uma em si mesma especializada, fragmentária.

> "Na vida moderna - disse-o Sordes perante o Congresso Internacional do

> Ensino Técnico - tem o engenheiro por missão o assegurar a produção, com a mão no leme para pilotá-la pela rota científica e técnica. Não é só porém. Tendo direito a pretender as situações mais elevadas, deve o engenheiro estar em condições de poder assegurar essa produção nos postos de administração geral.
>
> "O seu preparo tem que compreender pois, não somente as ciências e as técnicas que terá de aplicar, mas também o conhecimento dos homens, dos fatores morais, intelectuais e econômicos que sobre eles influem."(35)

É, de fato, nas esferas modernas de aplicação das técnicas onde a atividade produtiva se socializa e "homens, de formações as mais diversas, trabalham sobre os mesmos problemas".

A equação dessa diversidade de capacidades e saberes não se assenta, porém, na articulação comunicativa de competências, mas no "sucesso" obtido como "resultado".

> "No trabalho do engenheiro sempre constitui doutrina mansa e pacífica em suma, que o que importa não é a formação, mas primeiro e acima de tudo, o rendimento."(36)

Como "traço de união entre a Ciência e a indústria", o engenheiro vivencia uma dupla transformação. A primeira, é a da especialização das figuras do engenheiro e do administrador, como consequência da crescente complexidade e "socialização da indústria". A segunda, leva mais tarde à inclusão desses profissionais nas camadas urbanas

assalariadas, pela "socialização" da esfera da administração e das funções técnicas intermediárias, no contexto da tercialização progressiva das sociedades contemporâneas.

Em consequência, por um lado, temos o passar da "responsabilidade própria" e individual dos profissionais liberais tradicionais à função de coordenação e planejamento de ações coletivas do engenheiro e do administrador. Por outro, o próprio engenheiro vivencia o "trânsito" da "responsabilidade pela excelência" à elaboração eccnômico-administrativa de uma função de avaliação do "desempenho" e da "eficácia".

Ao mesmo tempo, o "saber" está incorporado, até a década de 30, aos "sujeitos" portadores de competência". Não é pensado ainda como uma "infoesfera" ou uma "esfera de conhecimento objetivo".

Como vimos anteriormente, é na década de 30 que Gramsci escreve sobre os intelectuais e Horkheimer sobre a "inteligência", um olhar crítico que abrange, ao mesmo tempo, a "idéia" iluminista e sua irrealização ou deturpação prática: a <u>função intelectual</u> ocupa um lugar decisivo na <u>função hegemônica</u> e, justamente por isso, a racionalidade e o conhecimento estão sempre atrelados ao poder, não sendo eles mesmos emancipatórios.

Um corolário dessa natureza "relacional" da função intelectual, e dos diferentes "saberes" que estão atrelados à mesma, é que toda mudança nas esferas do poder implicará uma mudança na função hegemônica e no papel social dos conhecimentos.

De fato, conforme o modelo liberal de relação entre conhecimento e ação e o modelo weberiano, o saber técnico-científico e a função do "profissional" ou do "perito" estão separados e diferenciados do "querer decisório" e da função do político. Os critérios e valores que orientam a produção e transferência dos conhecimentos são, assim, de outra qualidade e origem que os fins e valores que orientam a ação social e individual, nos contextos da vida e do trabalho.

Do ponto de vista dos próprios "especialistas" - intelectuais, profissionais e técnicos - o processo de "diferenciação de suas funções acompanha um processo cada vez mais claro de "defesa da autonomia", que, aos poucos torna-se parte de um processo mais amplo de "luta pelo controle do processo de trabalho". Com efeito, as mesmas mudanças que "alargaram" o espaço de ação da racionalidade, na sociedade moderna, vão também incluir nos mecanismos do mercado e no paradigma produtivista todas as atividades que completam as séries da produção e transferência dos conhecimentos.

Por um lado, a "função perito" é rapidamente absorvida pela cadeia da ação econômico-instrumental nos cenários da indústria e da grande empresa. A redefinição do "espaço" do saber e da prática da engenharia oferece alguma luz para a compreensão dessas mudanças. Tal seria o deslocamento do papel do engenheiro, enquanto "profissional liberal", expresso na figura da "consultoria" e regido por padrões normativos, ético-cognitivos e critérios de "excelência", para um novo papel de "engenheiro de produção", no quadro de uma empresa, onde é um componente, ainda que hierarquizado, em um contexto de interdependência e onde é avaliado por critérios de desempenho e eficácia.

Por outro lado, a expansão dos procedimentos da racionalidade, além dos "cálculos de meios", alcançará os procedimentos da escolha, e agrega, aos domínios da "razão instrumental", novos domínios de uma razão funcional e estratégica.

A idealização do Estado Técnico e a "cientificação da política"(37) pretendem eliminar a figura decisória de uma vontade soberana, sendo que interessada, subjetiva, parcial.

O conceito de "conhecimento objetivo" dará suporte às duas "funções" principais da ciência, acentuadas após a 2ª Guerra Mundial: como princípio da ordem econômica e

militar, por seu valor instrumental e estratégico; como princípio da ordem social e política, como fator da legitimação que interfere no seio da sociedade civil nas esferas da escolha do julgamento político.

4. A Tecnocracia, o Neocorporativismo e o "Hiato" Comunicação/Informação

Nos países da América Latina e no Brasil, os novos "padrões" de formação dos conhecimentos são incorporados conforme uma configuração interna de demandas e possibilidades.

No Brasil, de fato, seria outra vez o Estado, e não a sociedade ou a economia, o "eixo" em torno do qual processar-se-iam as mudanças. E o Estado lideraria a transformação da ciência em empreendimento organizado, através de instituições atualizadas para realizar aquela fase da modernização: a Ciência para o desenvolvimento e a "segurança nacional". Diferentemente do que aconteceria na primeira industrialização, por substituição de importações, agora seria enfatizada a inovação tecnológica, estabelecendo-se, através do Estado, uma relação, antes estratégica que pragmática, entre a Ciência, a Tecnologia e a Indústria.

A modernidade, porém, é um conceito polissêmico, cujo sentido é alterado no contexto das relações sociais, conforme as segmentações da vontade política no Estado e na sociedade.

Como observara Werneck Vianna[38], se, num momento inicial, o Estado foi mais moderno que a sociedade, o próprio processo, ao levar à formação de novos atores sociais, preparou a inversão dos papéis dos agentes da ação modernizadora, quando certos segmentos da sociedade tornaram-se mais "modernos" que o Estado.

Os cientistas, como grupo diferenciado, formado a partir da expansão do sistema universitário e da criação de entidades de pesquisa, começam a expressar-se e a buscar sua configuração como atores sócio-político, não já como os agentes iluminados da Razão, mas como "sujeitos" aos efeitos estruturais da modernização, no "meio" de um processo do qual são tanto agentes como "pacientes": "(...) nos pegamos a SBPC pelo meio (...)", diz um cientista, em 1978.[39]

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, criada de "baixo para cima", resultado de um movimento reivindicatório de um grupo de pesquisadores de São Paulo, participa, após 64, de um processo de redefinição das relações entre o Estado, a Sociedade e a Ciência - com avanços e retrocessos.[40]

Entre 67 e 74, aproximadamente, o governo busca um suporte de legitimação no modelo tecnocrático, procurando o apoio das expressões da "ciência" organizada, nas sociedades e associações mais representativas da comunidade científica brasileira.

A partir de 1974, há diversos sinais de "fratura" entre o Estado e as expressões organizadas da Comunidade Científica, da Academia e das Associações Profissionais. De fato, entre fins da década de 70 e início da década de 80, aumenta a mobilização das associações de cientistas pelo reconhecimento público de sua presença e ação.

A consolidação do "status" público dos coletivos dos cientistas organizados serve agora a dois propósitos os quais têm uma certa sequência temporal.

Primeiro, a SBPC constitui-se como um espaço aberto e "vicariante", onde a sociedade silenciada poderá colocar suas demandas: dá lugar "às forças desarmadas da sociedade civil não organizada"(41). Posteriormente, a SBPC procurará abrir espaços para o próprio cientista colocar suas demandas, desde a sociedade, e frente à sociedade e ao Estado.

No primeiro sentido, utilizando o espaço de legitimação da "autoridade científica", coloca suas

esferas de discurso coletivo - congressos e encontros dos movimentos associativos de cientistas - à disposição da sociedade excluída pelo Governo, dos espaços do discurso político.

Quando o Cientista fala em nome da sociedade, como cientista, termina por "despolitizar" as questões - as quais responde conforme o critério e o aval das "metodologias" científicas, já quando a sociedade ocupa e alarga os espaços da comunicação dos cientistas, as questões científicas e dos cientistas ganham "status" político.

Com a retirada progressiva do apoio do Estado ao financiamento das pesquisas, e dissolvidos muitos dos pontos de convergência entre os Programas de Governo para a Ciência e os objetivos e expectativas dos cientistas, começa a ganhar importância uma segunda orientação da ação dos coletivos organizados da Ciência e da Tecnologia: além de esmorecer os ímpetos tecnocráticos, são fortalecidos novos modelos de ação e representação.

Com efeito, com a abertura política, a sociedade obtém novos acessos às esferas do discurso político (partidos políticos, imprensa, congresso), sendo desativado o potencial generalizador que alargara os espaços comunicacionais de associações profissionais e

científicas. Ao mesmo tempo, cresce o papel dessas associações como expressões de demandas específicas.

Forjaz destaca essa nova disposição dos coletivos organizados dos cientistas, orientados a interferir nas políticas públicas internas da Ciência e da Tecnologia. Referindo-se a dissidências entre o CNPq e alguns segmentos da "comunidade científica", Forjaz observa:

> "Essa crise também permite avaliar o papel cada vez mais significativo que as associações científicas vêm assumindo como veículos de expressão setorial da comunidade científica em suas relações com as agências financiadoras e em última instância com o Estado. Nesse aspecto é possível afirmar que na etapa da transição democrática tende a tornar-se menos tecnocrática a questão das políticas públicas vinculadas à Ciência e Tecnologia, na medida em que a comunidade científica se organizou e vem colocando demandas crescentes ao setor público.(42)

O cientista requer agora do Estado as condições para a reprodução ampliada da Ciência e de seus agentes. Não fala dentro do Estado e pelo Estado - como parte de uma "burocracia profissional", fala para o Estado, como agente de reivindicações específicas. E para fazê-lo, coloca-se na sociedade, como ator diferenciado, mas parte do social.

Após a constituição de 88, presencia-se a busca de formas de "negociação" do financiamento da pesquisa - junto ao Estado e a outras fontes externas de recursos -,

com a participação de coletivos organizados de pesquisadores e docentes universitários (tal como ANDES, ANPED, ANPOCS, entre outros).(43)

A questão da "autonomia do cientista", seu direito de definir o escopo temático e o horizonte normativo de seu próprio trabalho, defronta-se, cada vez com mais urgência, com questões decorrentes da condição social da ciência, ela mesma "variável dependente" do contexto social. Antes que a demanda de "status público" para os coletivos organizados de cientistas e tecnólogos - como direito e privilégio que eles obtém em troca pela realização de um benefício, deveria-se pensar

> "... o lugar e o papel da prática científica dentro da sociedade global. E aí talvez o cientista perceba que não é só ele que perdeu o controle sobre os instrumentos e o resultado de seu trabalho."(44)

Tratar-se-ia de especificar o <u>conteúdo</u> das lutas e reivindicações de associações científicas e profissionais, ou de articular melhor e mais densamente suas demandas em esferas políticas de discurso?

A inclusão do trabalho profissional, técnico e científico nas grades ocupacionais e econômicas do trabalho assalariado, e a "retirada" do Estado financiador de pesquisa (Estado tecnocrático, Estado de Segurança e de Desenvolvimento) teriam alterado profundamente o cenário

de ação do movimento associativo daqueles setores de meados da década de 80 ao início da década de 90.

Se na década de 70 puderam existir perspectivas de incorporação individual em setores de ponta, modernizados e modernizadores, no modelo de incorporação tecnocrático ou da "burocracia profissional", cada vez mais, os componentes de grupos profissionais, da academia e dos institutos de pesquisa são levados a implementar formas coletivas e institucionalizadas de ação.

O "status público", duplamente obtido no caso de expressões organizadas das "comunidades" de cientistas, como associações e sociedades de reconhecimento público e como expressões "corporativizadas" do "conhecimento público" da ciência, é utilizado aos poucos para ampliar e legitimar reivindicações próprias dos coletivos de pesquisadores e docentes, num modelo neocorporativo de ação e de demanda: da sociedade para o Estado.

As dialéticas do saber e do poder experimentam, porém, mudanças mais profundas, que vão além dos novos vôos do discurso político da Ciência e da Tecnologia.

É nesse quadro que, para nós, ocorre ao mesmo tempo que a socialização da função intelectual, do "perito", e a apropriação monopólica e estratégica de seus produtos e de

suas capacidades "produtivas": capacidades de gerar, transmitir, aplicar conhecimentos/informação.

É também sobre ssa função formadora de excedentes - de capacidades produtivas e funcionais-administrativas de recursos de conhecimento/informação -, que a indústria do conhecimento e da informação realiza suas principais operações de transformação e comercialização.

Trata-se de novas dialéticas das relações entre poder e saber, entre grupos sociais e países que se alocam nas longas séries da geração e transferência de conhecimentos. Para compreendê-las, acreditamos, já não bastam as premissas das filosofias da consciência, nem tampouco as premissas invariáveis das formulações estruturalistas.

Procuraremos avançar mais na leitura dessas dialéticas no contexto da própria sociedade brasileira e de alguns seguimentos dos trabalhadores do setor de atividades de informação.

PARTE IV

A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I - A Transferência de Conhecimento/Informação no Contexto de Entidades Associativas. Novas Questões.

1. As "Bases de Conhecimento" e os Contextos Organizacionais

As propostas de "integração" da Ciência, sob o princípio da comensurabilidade do "conhecimento objetivo" e de seu "crescimento acumulativo", levariam, contrariamente ao esperado, a novas e crescentes fragmentações de saberes e competências, e à inadequação dos modelos dominantes da cientificidade, frente à complexidade atual dos problemas que demandam solução.

Os padrões cognitivos e societários da modernidade, orientados à formação de excedente de conhecimentos e seu controle monopolista produziram, finalmente, um "hiato" cada vez maior entre a "comunicação" e a "informação".

A "cisão", porém, parece ser maior nos países da América Latina, onde os contextos de inovação e de modernização econômica e social parecem estar historicamente em desencontro com os contextos de democratização(1). Tais foram os resultados das experiências de "crescimento a qualquer custo", ou os efeitos sociais de políticas neo-liberais de atualização tecnológica e administrativa.

Caberia logo colocar em questão sobre quais os princípios e com a participação de quais agentes, deveriam ser estabelecidos e aplicados os critérios de "inovação", ou deveria ser feito o julgamento sobre a "adequação" da base de conhecimentos disponíveis, num domínio de atividade social.

Durante muito tempo, o "imperativo tecnológico" usufruiu da "aura" legitimadora da superioridade gnoseológica da Ciência e da superioridade instrumental de seus desdobramentos técnicos.

O Estado, em parte enquanto "Estado de Bem-Estar", e mais ainda sob o signo de "segurança e desenvolvimento", absorveria o ônus da "adequação" da base de conhecimento, em substituição de uma demanda social frágil ou subordinada ao centralismo das instituições políticas.

Nos próprios países de "industrialização avançada", a associação do modelo tecnocrático de decisão e do sistema de compensações do Estado assistencialista, mostraram sua incapacidade de lidar com as assimetrias geradas como decorrência dos imperativos industriais e produtivistas.

Nesses ou em outros termos, o estado atual da questão ccloca-se em direção à uma mudança que afetaria

profundamente tanto a noção instrumental ou hobeseana do "poder", como o próprio conceito de "progresso", que estaria subjacente ao conceito de "inovação". Novos padrões de formação e transferência de conhecimentos deveriam constituir-se, ao mesmo tempo, como "contra-poder" (em oposição aos "poderes" existentes) e como "outro" poder, um poder de natureza e qualidade diferentes. O poder sobre a inovação teria que manifestar-se, assim, como uma inovação do poder.

> "A inovação tecnológica, e mesmo a experimentação social podem inscrever-se numa evolução, mas (e isto é o mais frequente), levam em si uma hierarquia subversiva de "contra-perícia": tentar fazer é fazer de outro modo, criar em outra parte... Reconhecer uma hierarquia à inovação - tecnológica ou social - é legitimar outra perícia e permitir que outros "poderes" se expressem e atuem."(2)

A busca de redefinição dos procedimentos de decisão acerca da inovação, a ampliação dos critérios de "julgamento da relevância" com respeito aos conhecimentos, afetam tanto o conceito de "cientificidade" como levam à reconsideração dos padrões de formação e transferência de conhecimentos e dos grupos sociais envolvidos nesse processo.

MATTELART(3) introduz os termos atuais de discussão na França e em outras nações européias:

> "... o debate definido em termos de público/privado, no sentido de Estado/empresa comercial, deixa em evidência seus limites. Só se pode enriquecê-lo se se aprofundar a questão do 3º pólo - um privado não comercial, que alguns denominam já terceiro setor enquanto outros preferem manter o termo de "sociedade civil"... Este terceiro setor deveria conter, ao mesmo tempo, as "atitudes assistenciais" fomentadas pelo Estado-benfeitor e a influência da valorização capitalista."

De fato, dentro ou fora dos mercados da sociedade industrial capitalista existiram sempre outros princípios reguladores e outros julgamentos de relevância acerca das "bases de conhecimento/informação", além dos resultados do Estado e suas agências e das Empresas e suas manifestações específicas, as Indústrias do Conhecimento e da Informação.

De modo geral, cada formação política, em sua situação histórica, têm um mapa próprio de espaços e agentes de produção cognitiva e de redes comunicacionais. O processo de formação de um "nós", agregação resultante e geradora de interesses e experiências comuns no espaço abrangente das relações sociais, define o traçado ou a refuncionalização de redes cognitivas e comunicacionais.

Na sociedade ocidental, e com ritmo acentuado nas modernas formações industriais capitalistas, a geração e transferência de conhecimentos desloca-se dos contextos das formas cotidianas de ação e interação, aloca-se como

uma das funções das instituições especializadas e em instituições cuja finalidade é a geração e transferência de conhecimentos/informação.

Grupos, instituições, atividades socialmente significativas e organizadas, sempre tenderam a formar suas próprias "bases" de conhecimentos, e a reunir saberes e competências de diversas fontes, em novas unidades que respondessem a seus interesses e necessidades: de resolver situações problemáticas, de produzir coisas ou idéias, de tomar decisões, etc.

Não seria, porém, uma "episteme" ou uma "consciência a priori" do grupo social. Trata-se mais de processos de construção de identidade, que através de procedimentos de inclusão/exclusão vão traçando "figuras" mais ou menos estáveis e, conforme seus próprios movimentos, nas redes prático-discursivas. Respondem, no entanto, a condição mínima de estabelecer um "limite" entre um "interior" e um "exterior", expressável na relação "nós-outros".

A igreja e as corporações foram, durante séculos, alguns dos principais "arcabouços" sociais de geração e preservação de conhecimentos.

Nessas e em outras instituições, os "saberes" e "competências", baseados em repertórios tradicionais de

normas e conceitos, estavam totalmente atrelados à atividade-fim e formavam um "saber organizacional", partilhado pelos membros do grupo conforme sua posição nas grades hierárquicas organizacionais.

Sob a influência de um processo crescente de divisão social do trabalho e de segmentação de esferas culturais,(4) a sociedade mercantil-industrial-capitalista caracterizou-se pela substituição de conhecimentos e competências tradicionais por conhecimentos técnicos e científicos. Na área jurídica, por exemplo, a reformulação das noções do direito tendo como base de fundamentação o conhecimento sociológico, psiquiátrico ou médico, equivale a subordinar aos critérios científicos de validade e de legitimidade metodológica, um domínio da ação humana antes sujeito aos julgamentos baseados nas tradições de uma comunidade (direito consuetudinário) ou uma esfera específica de valores (concepções acerca da "justiça").

Do mesmo modo, em todos os contextos da sociedade moderna chegariam a diferenciar-se e multiplicar-se "arcabouços" organizacionais e instituições cuja finalidade própria será planejar, produzir, disseminar, aplicar conhecimentos(5). São agora processos de institucionalização especializada, em oposição às formas "difusas" de produção e circulação de conhecimentos, que existiram previamente. Laboratórios de pesquisa, empresas editoriais juntar-se-ão, assim, a instituições mais

antigas, como Escolas, Universidades e Bibliotecas, que serão reformuladas para sua adequação ao novo quadro.

É nesse horizonte, agora brevemente delineado, que deverão situar-se, primeiro, as práticas profissionais e depois, a crescente tercialização das sociedades industriais.

Já antes da diferenciação das instituições e das "comunidades" especializadas dedicadas à produção científica(6) outras atividades caracterizar-se-iam pelo desenvolvimento e organização de sínteses de conhecimentos orientados à intervenção em contextos específicos de ação, da maneira prática e através de "consultorias"(7). Sacerdotes, médicos, advogados, são os mais antigos representantes daquelas práticas que hoje reconhecemos como "profissões".

Uma profissão designaria, assim, uma categoria de pessoas que se dedicam em tempo integral à obtenção do controle técnico e normativo de uma atividade social, elaborando ou reformulando "bases de conhecimentos" orientados à ação profissional, e procurando estabelecer princípios, procedimentos e padrões que orientem a aplicação daqueles corpos de conhecimentos e normas aos casos concretos.(8)

Originadas naquela divisão "jurisdicional" entre "especialistas" e "leigos", eles, conforme a Freidson,

> "formulam e administram um "corpus" especializado de "significados sociais"... os quais contribuem para a manutenção da ordem social "oficial"."(9)

Se a orientação à prática coloca a organização profissional dos conhecimentos dentro do escopo e das possibilidades e dos constrangimentos das práticas socialmente sustentáveis, os diferentes modelos de práticas profissionais afetarão profundamente a relação leigo/especialista.

Nesse sentido, no contexto desse modelo de relação leigo/especialista poderão encontrar-se diferentes estratégias para lidar com a inovação. O médico no hospital, o professor na escola, o bibliotecário na biblioteca, teriam certo poder de definir quais seriam os novos conhecimentos e as inovações pertinentes e prioritárias em seus contextos de ação.

O desenvolvimento das "profissões", porém, apesar de seu papel regulador, está sujeito às "tensões" que a sociedade moderna não consegue eliminar em seus setores emergentes.

A profissão, assim, procura reafirmar seus espaços de autonomia, numa margem cada vez mais estreita entre

duas "dialéticas": por um lado, com respeito a suas clientelas institucionais, junto as quais desenrola-se o jogo "leigo/especialista", e por outro lado, com os agentes e mecanismos de integração econômica e tecnológica, com os quais é envolvida num jogo de "soma zero" pelo controle do processo de trabalho.

A "profissão" é um "dispositivo" complexo de geração e transferência de conhecimentos, respaldado em um conjunto de instituições especializadas, tais como as instituições de ensino e pesquisa, as sociedades científicas, associações profissionais, sindicatos, conselhos de fiscalização.

Nesse quadro institucional diferenciado, a base de conhecimentos é formulada como "conhecimento asbtrato", formalizável numa literatura, e aberto à teorização e à pesquisa, ao mesmo tempo, que transmitida e adquirida no sistema de ensino superior e incorporada como "habilitação", "competência", "perícia", "especialização", por agentes da profissão.

Possuir um "diploma" já é o resultado de um conjunto de "atributos" sociais e de "competências" intelectuais e técnicas, que permitem passar pelos sistemas de "filtros" educacionais, ao mesmo tempo que a obtenção de novos direitos e privilégios.(10)

O reconhecimento institucionalizado de "perícia", outorga-lhes a capacidade de formular conceitos e modelos organizadores da experiência e das práticas de suas clientelas. Na medida em que se trata de profissões práticas ou consultivas, seu poder simbólico exerce-se efetivamente no domínio das práticas sociais, de modo que seus "modelos" e suas estratégias metodológicas interferem nas atividades de outros indivíduos e grupos. O "julgamento" e a "decisão" em cada profissão são tanto "sociais" quanto técnicos, tanto éticos quanto cognitivos.

Se na origem pareceria ser a demanda social a que leva à formação de uma "perícia" e uma prática profissional, posteriormente, a partir de sua dissociação dos domínios das práticas culturais cotidianas, de sua crescente especialização e de sua institucionalização - sob o modelo do "monopólio jurisdicional"(11) - a demanda passou-se a subordinar à oferta. É a própria elite profissional e seus corpos representativos que exercem o poder de decidir, não só qual é a base de conhecimentos relevantes, os "que" e "como" da oferta profissional, mas também o perfil das demandas a serem satisfeitas.(12)

Esse papel normativo, além de cognitivo das profissões práticas e de consultoria, implicaria que seus membros fossem "peritos", tanto em conhecimentos teóricos e técnicos, quanto no exercício de "competências" políticas, éticas e jurídicas.

Através de suas regras práticas e dos quadros conceituais e normativos, uma profissão pareceria ter, assim, o poder de definir e estruturar um domínio da atividade social.

De fato, a profissão estaria orientada à intervenção num domínio de responsabilidade prática, responsabilidade que pode ser explicitada e sancionada legalmente por um "código de ética".

Nesse sentido, o profissional, expressão aqui e agora de uma competência, trabalharia sobre aquilo que o "conhecimento objetivo", enquanto "abstrato", não contempla: as circunstâncias de aplicação, o "caso": um domínio de incerteza. A autonomia da profissão encontra sua razão de ser justamente na incompleteza e na inadequação das premissas científicas e tecnológicas para atender as particularidades das situações problemáticas. Gera-se, assim, em suas práticas, uma dialética "indeterminação: racionalização", a qual mantém dentro de certos limites o valor do "quantum" cognitivo transmitido pelo sistema formal de ensino técnico superior,

> "... No caso das ocupações profissionais, o papel jogado nos processos produtivos por significados que podem ser controlados e comunicados por meio de regras, é menor que os que escapam às regras, e que, num momento histórico dado, atribuídos à virtualidade dos produtores."(13)

O desenvolvimento profissional defronta-se logo, com uma contradição interna: quanto mais desenvolve sua base de conhecimentos, no sentido de sua racionalização e sua formalização, de acordo com metodologias e procedimentos técnicos e bem estabelecidos, mais pode ir perdendo sua autonomia e o controle do processo de trabalho.

A "rotinização" de sequências cada vez mais longas de ações instrumentais favorece não só o controle administrativo da tarefa, de modo que o controle do processo de trabalho se desloca do plano ocupacional ao plano gerencial, como permitirá também a elaboração de modelos computadorizados, que podem substituir tarefas que antes eram prerrogativas de ocupações técnicas e profissionais, tais como acontecia com áreas de Desenho e de projeto, em Arquitetura e Engenharia.

Com efeito, . a dialética "indeterminação:racionalização e formalização", indica também o confronto entre o paradigma administrativo e o paradigma profissional de organização do trabalho. No primeiro caso, a "indeterminação" da base de competências necessárias para o desempenho de uma prática ocupacional asseguraria o monopólio da qualificação para a categoria profissional correspondente; no segundo caso, o aumento da formalização e a emergência de modelos racionais e pré-

estabelecidos das tarefas permitiria maior penetração da esfera da ação profissional por agentes "externos".

O "virtualismo" profissional garantiria não só o "sucesso" profissional, mas também seria um meio de manter o controle do processo de trabalho.

Para Offe[14], o desenvolvimento de um setor terciário ou de serviços resultaria, entre outras coisas, da necessidade de separar as tarefas produtivas das tarefas normativas: um mesmo papel ocupacional dificultaria a realização da racionalidade capitalista, que tende a padronizar e esquematizar as tarefas, para seu melhor controle administrativo.

Um princípio análogo, aliás, justificaria, no mesmo processo de tercialização, a absorção das profissões liberais e consultivas em formas de trabalho assalariado e sujeito aos controles do mercado de trabalho.

Assim, a substituição de serviços gratuitos não-profissionais, por serviços profissionais e remunerados,[15] opera no mesmo contexto de desativação dos mecanismos normativos de controle e coordenação da ação coletiva - conforme mecanismos ou critérios não-instrumentais e tradicionais - éticos ou políticos. Tais mudanças levarão à absorção do modelo profissional liberal, pelo modelo do trabalho assalariado e de

serviços, assim como a progressiva divisão do trabalho nas esferas do trabalho intelectual.

> "O princípio de lucro implica uma dupla neutralização normativa de toda a esfera das atividades econômicas, ou seja, a exclusão de qualquer critério de sucesso e de adequação da ação, exceto o da lucratividade econômica."(16)

Trata-se, aliás, de uma indicação, para nós, de que a produção de conhecimentos seria alcançada por um processo crescente de socialização que avança da esfera da produção econômica para a esfera das atividades intelectuais, mas sem alterar a apropriação monopolista dos conhecimentos.

O setor de serviços, desenvolvendo-se em um espaço que amplia o recorte regulador-normativo das profissões, realiza seu trabalho no quadro de um imperativo funcional: são atividades orientadas para a "manutenção das condições normais em uma sociedade ou entre suas partes".(17)

Trata-se de um trabalho de "mediação" ou "sintetizador", que deve equacionar os termos de um conflito que reaparece em todas as formações assimétricas da ordem moderna: o conflito, por um lado, entre a necessidade de coordenar e padronizar ações, mantendo um domínio da atividade social num "patamar" aceitável e pré-estabelecido, como o "minimum permitido" de "equilíbrio" ou realização, e, por outro lado, a necessidade de

preservar um certo grau de variabilidade e alteridade, sem os quais esse equilíbrio seria irrealizável.

Para Offe, se por um lado, deve-se elaborar a generalidade da norma, especificando-a, por outro, deve-se estabelecer as particularidades do domínio de aplicação - "normalizar" o caso.(18)

O setor de serviços e o exercício das profissões compreendem um campo em que entram em confronto dois princípios de formação de valor: um, próprio dos arcabouços institucionais e dos quadros normativos que constituem as condições sociais de um contexto de ação (saúde, comunicação, transporte, etc.); outro, próprio dos critérios econômicos orientados a obtenção de lucro e eficácia, sendo que as funções de mediação, de síntese e de normalização são realizadas como trabalho. A racionalidade instrumental e funcional-administrativa defronta-se com os princípios da busca de entendimento mútuo e as demandas de uma racionalidade prática e comunicativa.(19)

Na medida em que trata-se de atividades e serviços dirigidos a uma clientela de alunos, de pacientes, de usuários, as "medidas" de valor, empresariais ou do Estado, pareceriam "aplainar" todas outras medidas de valor,e todos os diversos critérios subjetivos de formação de valor(19). Saúde, bem-estar, sentimentos estéticos e

religiosos, princípios múltiplos de realização, valores de uso e valores de "não-uso", subvertem, porém, nos diversos contextos de ação, as definições utilitárias e econômicas de valor. O profissional está "no início" dessa dualização dos critérios de valor.

Como agente de mediação institucionalizada da ação coletiva, o técnico, o profissional, enquanto trabalhador, enquanto empregado, está sujeito aos critérios organizacionais de formação de valor: da Secretaria de Saúde, da Empresa Jornalística, do conglomerado bancário-financeiro, da agência de governo.

Como "mediador", uma função que requer a compreensão e elaboração inteligente dos parâmetros de definição de uma tarefa, ele deve possuir competência e potência de julgamento, o que implica uma autonomia que transcende o "monopólio jurisdicional", na medida em que o coloca como antena receptora e sensitiva daquelas diferenças que se constituem nos campos locais do desejo e da alteridade. Trata-se do outro lado da formação do valor, o lado das clientelas, o lado social das demandas.

Os trabalhadores do setor terciário, trabalhando entre pessoas e palavras, entre signos e coisas, são assim duplamente afetados pelas crises dos modelos de integração e de equilíbrio que afetam as sociedades ocidentais: as

formas disponíveis de ação coletiva respondem parcialmente às situações problemáticas com que se defrontam.

Nem a ação coletiva baseada no princípio do "monopólio jurisdicional" de competência e privilégios teria a suficiente flexibilidade e alcance para responder às profundas transformações culturais e tecnológicas dos contextos de ação, nem a ação coletiva baseada nas reivindicações econômicas e salariais permite-lhes reunir de modo mais eficiente suas demandas de trabalhadores com as de suas clientelas, aperfeiçoando os vínculos políticos entre o trabalhador e o cidadão.

O hiato "comunicação-informação" é tanto o <u>efeito</u> como a <u>reprodução</u> daqueles processos hegemônicos de redução das esferas de valor, eliminando todo o que, e no primeiro olhar, não aparece como visando ao lucro e a eficácia.

2. <u>Associações Profissionais, Sindicatos e a Transferência de Conhecimento/Informação</u>

Resultado de uma "divisão do trabalho" na esfera da representação de interesses, associações civis, associações profissionais e sindicatos oferecem diferentes "arcabouços" institucionais para formalizar os "sujeitos coletivos".

Cada uma pretende articular uma rede própria de vínculos sociais, introduzindo uma nova figura do "nós" associativo sobre o horizonte moderno da "sociedade civil".

A associação civil tem força representativa em áreas culturais, acadêmicas e, num sentido amplo, políticas, mas não nas áreas econômicas, no contexto das relações de mercado. A associação profissional representa os interesses de uma categoria ocupacional, mas não pode assumir a representação coletiva de seus interesses, no quadro das negociações trabalhistas, função que compete ao sindicato.

O "coletivo", formalizado por um movimento associativo de base profissional ou ocupacional, não age no mesmo plano que os profissionais que associa. Pertence ao campo político de definição e de legitimação das práticas sociais profissionais.

Iniciada como processo de construção de identidade, a formulação de um "nós" associativo dá origem a um movimento de reunião, no qual tende-se a reordenar todo o campo prático-discursivo, a partir da nova posição de um sujeito coletivo. A "qualidade" do movimento associativo, dependerá, logo, da natureza e intensidade das redes de relações que ligam o tecido associativo e aquelas que se

estabelecem entre este e seus contextos da ação: com outras profissões e movimentos associativos, com modelos alternativos de política profissional, com clientelas dessas práticas e, no sentido mais amplo, com o Estado e suas agências e com outros agentes da sociedade política e civil.

De fato, quanto menos estiverem definidos em termos jurídico-institucionais a jurisdição e o alcance de sua ação, maior seria seu poder definicional no campo de atividades ao qual se dirige. Para isso, porém, deverá ser capaz de gerar formas de agregação de poder que independam da concessão de "status público", em relação às bases e a outros movimentos sociais.

A associação dá a um grupo social a possibilidade de intervir nos jogos definicionais, no plano das "competências meta-discursivas". Assim, o movimento associativo poderia lidar com as definições de uma atividade social: saúde, educação, ciência, transporte, informação, num plano meta-discursivo: junto às Universidades e os Institutos técnicos, junto ao Estado, os meios de comunicação de massas e a alguns dos segmentos econômicos que se expressam através do mercado.

A relação entre as potencialidades e as realizações do movimento associativo ficam sujeitas, de fato, não só a fatores estruturais e representacionais dos grupos que

agregam e organizam, mas também às próprias formas de institucionalização associativa.

O "nós" da associação profissional, ao mesmo tempo que abre uma "cadeia" de equivalência - entre "pares" - tende a "fechar-se" em práticas que consolidam o "monopólio jurisdicional". Esse comportamento produz um duplo efeito comunicacional: propicia a comunicação para dentro do "nós associativo" e fragiliza os elos comunicacionais para fora.

Em princípio, a rede associativa pode sustentar múltiplas redes de comunicação: redes de comunicação de conhecimentos e transmissão de conteúdos culturais, considerados valiosos no contexto associativo, redes simbólicas de reconhecimento e homenagem que reforçam os critérios de valor do grupo e seus referenciais normativos, redes de transmissão de dados econômicos, legislativos, previdenciários, ocupacionais, que facilitarão as estratégias individuais e coletivas de negociação e de colocação de reivindicações e demandas. Conforme Ratchford:

> "As sociedades científicas e tecnológicas são fundamentais para a civilização moderna. Elas constituem os alicerces da estrutura científica e tecnológica (scientific and engineering structure) de todas as nações: dos países industrializados de mercado, dos países de economia planejada, assim como dos países em desenvolvimento. Elas provêem redes de comunicação e estruturas de

> suporte profissional para seus membros que, se não existissem, deveriam ser inventados."(20)

As Associações, porém, enquanto formadas no domínio de uma atividade profissional, tais como as Associações Profissionais, as Sociedades de Cientistas e de Tecnólogos, manteriam alguns dos traços das formas pré-capitalistas de organização do trabalho, de distribuição e reconhecimento de competências. O "secreto" das ordens de ofícios ou corporações, reproduzir-se-ia, para Ratchford, nas "linguagens especializadas", os "jargões", as "terminologias".

> "Esta rede de sociedades, especialmente as de caráter disciplinar, provêem uma estrutura de reconhecimento que só atribui valores a uma faixa estreita, corporativa, de atividade. A pesquisa <u>interdisciplinar</u> ou <u>multidisciplinar</u> - a que mobiliza a mais de uma corporação ou envolvem pessoas ou idéias que não pertencem a uma corporação, recebem um julgamento negativo (negative reinforcement). (...) As sociedades científicas e tecnológicas desencorajam uma abertura dos horizontes intelectuais ou a participação em atividades relacionadas com a esfera política ou com o serviço público, devido a que estas atividades ameaçam a certeza na preeminência dos estreitos interesses da corporação."(21)

As associações, tal como as "sociedades de discurso", de Foucault(22), tem uma ação específica no plano metadiscursivo onde se estipulam mecanismos de

acesso ou de restrição do acesso à regiões especializadas do discurso. Seu papel é tanto formular ou reforçar critérios de relevância, estabelecendo os "focos" onde se concentrariam as potencialidades do grupo, quanto desenvolver ações tendentes a manter ou modificar as formas dominantes de apropriação de "regiões do discurso", "junto com o conhecimento e o poder que eles carregam".(23)

Enquadrados nos padrões da "especialização", tais movimentos associativos preservam a assimetria de papéis entre os que podem participar na criação de conceitos e de textos (científicos, didáticos, jurídicos) e os que só podem usar esses conceitos e ater-se aos modelos e ditames dos "textos" estabelecidos. Desse modo, todos os que interagem com grupos profissionais (as "clientelas" dos engenheiros, dos médicos, dos urbanistas, dos bibliotecários), serão duplamente afetados pelas ações "definidoras" dos agentes de fala competente: pela relação direta e ocasional com o profissional, pela relação indireta mas regular com órgãos de expressão daquelas categorias, e sua interferência na formulação de padrões culturais ou de atos normativos e legisladores das agências governamentais. Assim, eles são afetados pelas decisões sobre ética médica do Conselho Regional de Medicina, pela definição de "população de risco", da qual participaram associações médicas, ou pela estipulação de um "gabarito" para a construção de moradias numa área urbana, com a provável participação e "fiscalização" de um

"conselho" ou "associação" de uma categoria - arquitetos, urbanistas, engenheiros civis. Nenhum daqueles grupos de não-especialistas afetados por esses processos definicionais e decisórios teria algum acesso à manipulação discursiva de significados, gerados e mantidos nos círculos das competências "publicamente" reconhecidas.

Por outro lado, as expressões institucionais dos grupos organizados, tais como os conselhos, as associações, as sociedades científicas, estarão normalmente em mãos de "elites" profissionais consolidadas, as quais encontram neles meios de "alargar" na esfera pública seus próprios padrões técnicos e valorativos, assim como exercer o "poder simbólico" de atribuição de prestígio e reconhecimento. A frequente recondução de quadros diretivos, durante mais de um mandato, pode indicar uma fraca demanda das posições associativas, mas indicará também um alto potencial reprodutivo e uma baixa renovação dos "paradigmas" cognitivos, práticos e comportamentais que podem obter expressão nos espaços discursivos daquelas categorias.

A definição, logo, do que pode ou não ser normalizado, padronizado ou rotinizado, dependerá da origem e características daquelas elites profissionais e do "espaço de representação" que lhes for outorgado, ora pelas bases, ora pelo Estado, e que eles ocupam e retêm conforme sua própria capacidade organizativa.

De novo, o que seja "competência" técnica ou "capacitação", fica sujeito aos "poderes simbólicos" de atribuição de prestígio.

Uma nova linha de conflito ou exclusão ficaria traçada, assim, entre os que detentam o monopólio da legitimação da base de conhecimentos e dos padrões técnicos e normativos de uma área profissional, e os que sustentam novos valores, padrões e conhecimentos que atendam a novos objetivos, novos campos de demanda ou de inovação tecnológica, mas que ingressam no campo discursivo em posições "subalternas" ou "periféricas". Tais conflitos levariam à intervenção de mecanismos reguladores meta-discursivos, nem sempre explicitados em processos deliberativos e comunicacionais, o que, a longo prazo, deverá reduzir as oportunidades de aprendizagem e de adequação da categoria às novas situações.

As políticas de "monopólio jurisdicional", no entanto, interferem mais nas séries horizontais de competência entre pares que na transformação daquelas premissas mais profundas que regulamentam a organização do trabalho intelectual e a dualização das "cadeias" de geração e transferência dos conhecimentos, em vias "formativas" e em vias "distributivas".

Até que ponto a crescente assalarização das profissões de setores meios poderia interromper as séries estreitas das "equivalências" dentro de uma categoriai profissional, e ampliá-las na série abrangente das equivalências econômicas dos "trabalhadores"?

Por sua vez, as organizações sindicais defrontam-se, hoje, com um dilema que diz respeito a seus próprios princípios de constituição, ou melhorar a qualidade do vínculo associativo, ou aperfeiçoar sua eficácia.

Para um dos propósitos, os sindicatos deveriam alargar seus objetivos e os arcabouços de sua ação, procurando equacionar as demandas do produtor e do cidadão; para o outro, deveriam procurar formas organizativas que visassem à agregação de forças e a extensão de sua esfera de ação. Mas isso levaria a reforçar mecanismos da representação e desestimularia a institucionalização de procedimentos de participação, mais adequados a formas locais e descentralizadas de ação. Em outras palavras, ganhariam mais eficácia imediata quanto mais se distanciarem do "movimento social", orientado à horizontalização e a reciprocidade intersubjetiva do vínculo associativo.(24)

Por outro lado, no contexto de uma economia recessiva, o Sindicato deve concentrar todos seus esforços no desenvolvimento de estratégias defensivas e

reivindicatórias, e no processo de negociação, o que mantém sua ação sujeita às iniciativas emergentes da ordem capitalista das relações de trabalho.(25)

Esse agir interiorizado nos horizontes da sociedade de mercado terminará por conduzir ao movimento sindical ao desenvolvimento de estratégias homólogas aos modelos capitalistas de formação de poder. Daí que o movimento sindical procura compor suas forças em unidades abrangentes, de gestão unificada, tais como as Centrais Sindicais (CUT, CGT), que seriam assim um parceiro adequado para a negociação e o confronto com as forças do capital monopolista.

Desse modo, o sindicalismo utilizará como princípio de síntese o próprio conceito de "trabalhador", desconsiderando as segmentações em categorias e em postos de trabalho, definidos pelo mercado. Contrói-se, assim, uma identidade "molar" e abrangente, como um dos polos antagônicos do campo econômico (capital-trabalho).

No Brasil, a legislação trabalhista tendeu a evitar as relações horizontais, estabelecidas por um princípio geográfico ou entre diferentes categorias econômicas, favorecendo-se assim as estruturas hierárquicas "sindicato-Federação-Confederação". Todo processo de síntese, não antecipado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), devia logo valer-se daquelas possibilidades

institucionais, sendo que determinadas sínteses de conhecimento/informação, que poderiam resultar da experiência compartilhada por mais de uma categoria, só poderiam constituir-se em nível das federações e confederações, e nos órgãos ou departamentos intersindicais.(26)

Tais órgãos, assessorias ou departamentos intersindicais, realizam processos de análise e síntese de conhecimento/informação,, em torno de um dos parâmetros de variáveis significativas na experiência dos trabalhadores - economia, saúde, tecnologia - e desdobram os valores dessas variáveis nos diversos universos do trabalho.

O DIEESE(27) e o DIESAT(28), vão ao encontro das necessidades de uma formação de conhecimentos, de caráter científico especializado, que permitam não só legitimar reivindicações e demandas, mas dar-lhes a forma e o alcance adequados para elas obterem valor argumentativo e decisório, na esfera das negociações, junto às empresas, e para elas serem juridicamente plausíveis nas esferas institucionais, tais como as das agências governamentais de trabalho, saúde e previdência.

O sindicato deve agir como "canal" de concentração, sínteses e mediação: entre agências que funcionam conforme as regras e princípios de geração de conhecimento/informação, por um lado, e as reivindicações

e demandas de suas bases, pelo outro. O sindicato, apoiando-se numa estrutura paralela de assessorias e agências específicas, poderia ser um "elo" entre as cadeias de "formação" de conhecimento/informação, e as "cadeias distributivas", das quais o próprio movimento associativo faz parte, alargando-as com suas ações de informação - através de reuniões, assembléias, encontros, boletins e utilizando outros meios de comunicação de massa.

A importância do movimento associativo, e nesse caso, o sindicato e seus órgãos de expressão, é que eles podem iniciar novas séries prático-discursivas, introjetando nas "cadeias" formadoras de conhecimento/informação o ponto de vista e a experiência do trabalhador, dando lugar a novas sínteses, num sentido em que ninguém melhor que aqueles sujeitos poderiam ter produzido tais significados e conceitos.

É esse papel de gerador de informações diferenciadas, e não o papel de "eslabões" de transmissão nas cadeias ditributivas-descendentes, o que daria ao movimento associativo um lugar próprio num mapa do conhecimento político.

Ao lado do imperativo tecnológico-industrial, que determinaria o "quantum" de informação que os trabalhadores vão receber como "células" da organização

moderna do trabalho, o ator coletivo organizado, ganha wm novo espaço institucional, e a capacidade de reformular e definir um "quantum" de informação, adequado agora a seu agir intersubjetivamente discursivo e seus desdobramentos instrumentais ou estratégicos.

Por outro lado, a existéncia das assessorias e órgãos especializados proporciona, aos sindicatos, os "conteúdos" para a elaboração de políticas sendo que, ao não passar por processos deliberativos, coloca uma vez mais mecanismos representativos e indiretos em substituição das formas participativas de formação coletiva de uma vontade política.(29)

As possibilidades de o espaço associativo converter-se numa esfera de comunicação democrática, sofrem duas outras restrições. Primeiro, as diretorias sindicais passam a ter um peso proeminente na definição de ações de geração e uso de conhecimento/informação e, enfim, na própria gestão do campo discursivo que o sindicato, ao mesmo tempo constitui e torna acessível. Segundo, a discussão política parece ficar restrita ao confronto de posições alternativas com respeito à constituição e condução do próprio movimento ou da própria categoria, sem maiores referências e desdobramentos sobre seus contextos de ação e a própria sociedade.(30)

Aé onde, no quadro dessas alternativas e constrangimentos, as associações e sindicatos, como intelectuais coletivos - ou como intelectuais específicos de um setor da atividade social, podem contribuir para a elaboração de novas fórmulas de equação entre a inovação tecnológica e a mudança social?

Um dos aspectos a serem destacados com respeito à relação entre os trabalhadores e a inovação tecnológica, é justamente a falta de espaço comunicacional e de informação onde os "significados" tecnológicos (quadros conceituais e valorativos, modelos de produtos, de produção e de organização do trabalho) incorporem o "ponto de vista" do trabalhador ou do cidadão. Trata-se de um problema mais político do que técnico discursivo. Com efeito, não podemos desconhecer que a decisão tecnológica é hoje uma questão política e econômica de ser técnica: para muitos, como para Falabella,

> "sendo o capital que introduz as novas tecnologias, o primeiro critério de decisão é econômico e não técnico, e é político: aumento da margem de manobra do capital."(31)

Por outro lado, a supressão de um horizonte revolucionário onde a classe trabalhadora teria um papel protagônico e privilegiado, exige um outro olhar, um ponto de distanciamento que recoloque a questão do "produtor" fora do horizonte capitalista das relações de trabalho,

num novo processo de "virtualização", tão distante das utopias da sociedade do trabalho como do "realismo político" da sociedade de mercado tal qual a conhecemos e atua.

É nesse novo horizonte que o movimento associativo poderia elaborar novas figuras do saber e da gestão do saber.

Vicentinho, líder sindical da indústria automotriz, coloca-se nessa nova "linha" de elaboração de alternativas:

> "A situação mudou e nós também precisamos mudar a nossa atuação, começando por deixarmos de ser corporativistas. Precisamos estar mais afinados com a sociedade civil, participar de campanhas pela ecologia, das discussões sobre política industrial."(32)

Temos, porém, empresários, governantes, políticos, explorando esse novo horizonte de que nos fala Vicentinho?

3. A Institucionalização de Novos Atores Coletivos no Setor das Atividades de Informação

Ao processo de tercialização da sociedade industrial capitalista contemporânea, juntam-se as mudanças na organização do trabalho especializado e

profissional com a crescente divisão do trabalho, que atinge posições gerenciais intermediárias e com a incorporação cada vez maior do trabalho profissional, técnico e científico, às forças de trabalho assalariadas. Trata-se, para nós, de dois indicadores da crescente socialização do trabalho intelectual, ainda sujeita às formas de apropriação monopolista dos excedentes de conhecimento/informação.

Com efeito, grandes setores de atividade social, outrora caracterizados pelo exercício de atividades profissionais autônomas, são colocados hoje sob modelos de gestão empresarial ao mesmo tempo que segmentos dessas atividades são absorvidas por indústrias da nova geração, tais como em setores de saúde, comunicação, processamento de dados, entre outros, e de maneira mais abrangente, naquelas atividades que tem como atividade fim a geração e circulação de conhecimento/informação. A informação transforma-se em critério de agregação e diferenciação de "postos de trabalho" e de atividade profissional.

Entre as diferentes categorizações do trabalho no setor de informação, escolhemos a de Porat(33), onde as atividades, caracterizadas por sua função de informação, são agregadas por sua relação com respeito aos mercados (Quadro 4).

Pertencem à primeira categoria, de "Mercados para a Informação", os trabalhadores cuja atividade principal consiste em produzir ou distribuir informação. Incluem-se nela cientistas, pesquisadores e inventores, professores, bibliotecários e outros produtores culturais.

Na segunda categoria - "Informaçãoes dentro dos Mercados" - encontram-se os que compilam e divulgam informação, dentro das empresas e mercados. Seriam os profissionais da administração, os empregados de escritórios, os juristas, agentes do sistema bancário e financeiro que lidam com informação.

A terceira categoria corresponde àquelas ocupações responsáveis pela operação das máquinas e tecnologias de informação e comunicação, que servem de apoio a duas categorias de atividades anteriores.

As atividades "intelectuais" são, de fato, mais amplas do que são consideradas habitualmente, quando olhadas desde os "exemplos" mais complexos e diferenciados: cientistas, os escritores, os tecnólogos. O caixa, numa loja de departamentos, realiza constantemente atividades de teor intelectual: processa constantemente significados e valores, em operações que exigem compreensão, processos de decodificação e de codificação, cálculo e memorização de dados, regras e procedimentos.

QUADRO 4

TIPOLOGIA DOS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO (a)

Mercados para a Informação

Produtores de Conhecimento

Cientistas e técnicos

Pessoal dos serviços de informação privada

Distribuidores de conhecimento

Pessoal docente

Pessoal de divulgação de Informação Pública

Pessoal do setor da comunicação

Informação nos Mercados

Especialistas no estudo dos mercados e da coordenação

Profissionais da coleta de informação

Especialistas em pesquisa e coordenação

Pessoal de planejamento e controle

Pessoal de tratamento da informação

não-eletrônico

eletrônico

Infra-estrutura da Informação

Encarregados das máquinas de informação

Operadores de máquinas não-eletrônicas

Operadores de máquinas eletrônicas

Trabalhadores do setor de telecomunicações

FONTE: Porat (1978), apud SCHEMENT.

As novas "tecnologias intelectuais" vão modificar esses processos de trabalho, em toda sua diversidade - dos mais simples aos mais complexos.

Diferentemente da indústria cultural, onde era a circulação econômica do bem cultural o que alterava sua inserção no tecido social, as mudanças atuais nas atividades de conhecimento/informação caracterizam-se pela inserção do fator tecnológico no interior da atividade intelectual, de modo que o trabalho com símbolos, conceitos e palavras, desdobra-se agora no trabalho com signos através da máquina.

Observou-se, no decurso do estudo, que existiria uma "zona" onde seriam mais intensas as mudanças e os processos de socialização, sob o modelo capitalista de absorção da inovação tecnológica: naquelas atividades que, por suas características, estão mais sujeitas à definição funcional-administrativa e que, ao mesmo tempo, estão situadas em algumas das zonas de "constrangimento", com respeito aos princípios norteadores do empreendimento estratégico-capitalista: seja porque afetam a variável do "tempo" de realização da tarefa, seja porque a interferência permite diminuir a cadeia de agentes que lida com as bases de conhecimento/informação, ou permite substituir trabalho profissional autônomo por trabalho administrativamente organizado. Enfim, novos segmentos de

atividades estariam sendo "desterritorizados" e reconstruídos em termos de sistemas homens-máquina: reduzindo a variável "tempo" e a autonomia e o controle do trabalhador intelectual sobre seu processo de trabalho.

Essa "socialização" do trabalho intelectual, em forma de "trabalho diacrônico", trabalho "embutido" nas memórias funcionais das máquinas, expressaria também uma reversão do modelo moderno de criação de "monopólios jurisdicionais" de saberes e competências especializados. Seriam, assim, afetados no processo de "reversão", os "arcabouços" sociais que foram desenvolvidos para a formação de "especialistas": o modelo das "profissões" de formação universitária, o modelo da "Academia" e suas jurisdições disciplinares e departamentais e, finalmente, os modelos diferenciados das "comunidades científicas" - dos "físicos", dos "químicos", dos "biólogos", etc.

A busca de modelos de integração dos saberes e competências outrora fragmentados, aparece no século XX sob diversos "temas": os modelos sistêmicos(34) e holísticos(35), a interdisciplinaridade e a "trans-disciplinariedade"(36), e, finalmente, a nova utopia tecnológica do "Banco de Dados" onisciente, manifestação imediata dos casos de informação completa.(37)

Além do princípio monopolista, a "socialização" da atividade intelectual em diferentes segmentos da cadeia de

geração-disseminação e uso de conhecimento/informação será condicionada, para nós, pelo "hiato comunicação-informação" que caracteriza as modernas sociedades industriais, seus padrões culturais e seus quadros institucionais - princípios e padrões vigentes sob as mudanças dos contextos tecnológicos da comunicação e da informação.

Em consequência, nenhuma figura política ou social que pretendesse modificar o modelo monopolista de transferência de conhecimento/informação, poderia fazê-lo sem a mudança dos padrões comunicacionais. O que está em jogo, agora, é a própria qualidade do poder, e não só sua distribuição.

Só a superação desse "hiato" entre a comunicação - como forma intersubjetiva e recíproca de um devir hominizante - poderia expandir a socialização incipiente da produção intelectual, pelo usufruto social dos excedentes de conhecimento/informação.

Nos países pós-coloniais ou de economias dependentes, o processo de socialização da atividade intelectual, sob o modelo produtivista e capitalista de formação e apropriação de excedentes, só poderá ser avaliado considerando não só o perfil histórico dessas atividades na sociedade local, os critérios "seletivos" de inclusão/exclusão que definem suas posições no campo de

poder e suas linhas hegemônicas mas, também, como aquelas atividades inserem-se numa ordem internacional: de "divisão do trabalho" e de regulamentação e orientação dos fluxos trans-nacionais de informação.

Quais são os primeiros segmentos de atividades de informação que passariam por transformações tecnológico-administrativas, sob as novas formulações do imperativo industrial-produtivista?

A disparidade dos contextos sócio-econômicos não deve esquecer a unicidade das macro-premissas da ordem econômica internacional. Vejamos, porém, alguns dados da situação na sociedade local.

Se reconstruirmos o surgimento de algumas das profissões, observamos que elas primeiro surgem no arcabouço organizacional oferecido pelo ensino superior e técnico, dentro das universidades, para logo buscar outros espaços e princípios de legitimação: na sociedade civil, na ordem jurídica estabelecida.

Entre elas, algumas das chamadas "profissões de informação" só adquirem "estatuto" profissional no século XX. O ensino universitário da Biblioteconomia começa na segunda década do século, e outros segmentos profissionais como os analistas de sistemas, mas também os arquivistas,

começaram a ser formados nas universidades entre os fins da década de 60 e a década de 70 (Quadro 5).

QUADRO 5

AS PROFISSÕES DO SETOR DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E OUTROS SETORES

Profissão	Data de Criação da 1ª Escola	Data de Criação da 1ª Associação	Data de Início da Regulamentação	Data de Adoção do Código de Ética
Médico	1808	1829	1928/1851	1931
Engenheiro Civil	1810	1843	1933 (CREA)	1971
Advogado	1827	1843	1930	1934
Bibliotecário	1911:1915 (RJ) 1929 (SP)	1938	1962	1975
Arquivista	1979	1971	1978	-
Museólogo	1922	1963	1981	-
Analista de Sistemas	Final dos 60	1978/1979	-	-

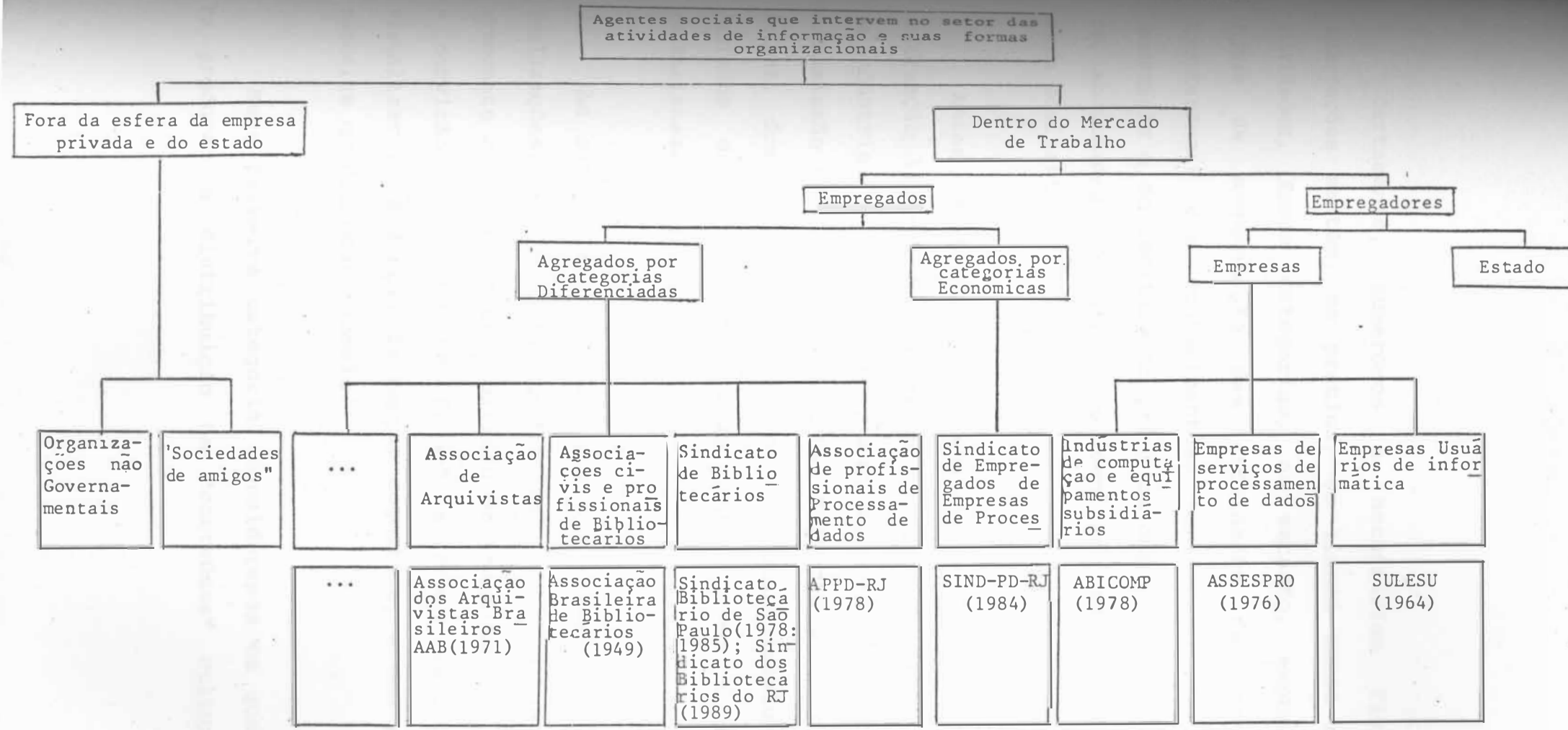
FONTES: MARINHO, Marcelo J. M. da C. (1986); POBLACIÓN, Dinah (1989); FERNANDEZ, Neusa (s.d.), "AAB - 10 anos de Fundação", in Arq. e Adm. (1981).

Com exceção da Biblioteconomia, as expressões dos coletivos organizados dos agentes do setor constituem-se na década de 70, e sofrem algumas reformulações na década de 80, tal como observa-se no segmento dos trabalhadores de Informática e Biblioteconomia, cujo movimento associativo sofre um processo de mudança: a passagem das formas da associação civil à adoção das estruturas sindicais (Cif. Quadro 6).

Em todos os casos, as associações dos empregadores precedem os sindicatos e associações de empregados. O setor das indústrias eletrônicas, antes de acolher-se na ABICOMP - Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos, tinha como referência a ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e eletrônica, criada em 1963, e que ainda continua congregando as grandes empresas internacionais do setor - como a IBM.

Para dar continuidade a nossa análise, decidimos incorporar uma outra categorização dos profissionais de informação, em parte inspirada por Mattelart(37). Não são categorias hierárquicas nem implicam uma "sequência" cronológica de aparecimento. De fato, muitas dessas atividades existem desde épocas remotas, ainda que não foram tratadas como atividades de um setor autônomo, com suas próprias grades ocupacionais (Cif. Quadro 7).

QUADRO 6 – O MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO SETOR DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO



Certamente, numerosos e necessários fluxos e interseções mantém, na prática, os liames entre aquelas atividades. Essas categorias, no entanto, expressariam formas de segmentação das atividades de geração e transferência dos conhecimentos, conforme critérios de demarcação e de legitimação próprios dos padrões culturais das sociedades modernas e ocidentais, em grande parte ainda dominantes.

Antes da indústria da cultura e da indústria da informação ligarem os contextos da produção cultural aos da indústria, enfatizando o momento material da produção e transmissão cultural, o mundo das palavras e o mundo das coisas, dos "estados subjetivos" de conhecimento e dos "estados de coisas do mundo", pertenciam a esferas cartesianamente dissociadas.

As categorias definidas por sua referência àquelas dualizações, e as "intermediárias" - resultantes da crescente especialização e divisão do trabalho intelectual - servirão de "pano de fundo" a nosso esforço por visualizar as mudanças da função cognitiva, e seu reflexo naquelas grades ocupacionais.

Numa primeira categoria, consideramos os que lidam na produção e distribuição de "conteúdos" culturais e

conhecimentos: cientistas e pesquisadores, professores e jornalistas, entre outros.

Uma outra categoria, seria formada pelos que lidam com as tecnologias no plano dos "continentes": computadores, fibras óticas, microeletrônica, etc.

Uma categoria, porém, caracterizar-se-ia por participar das características das duas anteriores, pois lidaria, ao mesmo tempo, com tecnologias e suportes da ordem dos "continentes", e com técnicas, processos e produtos da ordem dos "conteúdos". São os que lidam com discursos e "coisas", com palavras e máquinas. A esse grupo pertencem, entre outros, os bibliotecários, os arquivistas, os museólogos, mas também, os analistas de sistemas e determinados profissionais da indústria editorial (Quadro 7).

Conforme nossas análises e pressupostos, entendemos que é, nesses segmentos, onde são mais fortes e imediatos os efeitos da mudança da função cognitiva e da figura dos procedimentos hegemônicos, na sociedade contemporânea. As inovações tecnológicas e econômicas, com ritmos rápidos e em ondas expansivas, demandam respostas rápidas e também inovadoras dos profissionais e técnicos do setor.

Ao mesmo tempo, o intelectual, o cientista, o comunicador e o artista, deverão recriar as bases

experimentais, metodológicas e instrumentais de seus processos de produção cultural e intelectual. Provavelmente, um número cada vez maior desses quadros técnicos e profissionais, serão absorvidos por sistemas homem-máquinas e terão suas ações coordenadas por critérios econômicos e administrativos - e não avaliados conforme critérios de valor epistemológicos ou estéticos, ou reconhecidos e legitimados numa esfera idealizadora de pares.

O confronto não parece estabelecer-se entre as pragmáticas da produção cultural e especializada e as pragmáticas das esferas da vida cotidiana, mas com as regras técnicas e os dispositivos econômico-administrativo que interligam os fluxos semióticos e informacionais com os fluxos digitalizados dos sistemas homem-máquina.

Nas sociedades de modernização reflexa, a inovação tecnológica segue atrelada aos imperativos das ordens mundiais da informação, que parecem fixar os ritmos e as metas das dinâmicas tecnológicas.

Ao mesmo tempo, as energias da sociedade civil são fracas. Na Europa os índices de associativismo da população adulta oscilam entre 90%, na Suécia, e 30%, na Suiça. No Brasil, em 1986, conforme uma pesquisa por amostragem domiciliar, do IBGE, 15% da população adulta pertencia a uma associação civil e 22% dos trabalhadores

estariam sindicalizados. Os percentuais poderão ter-se elevado no decurso da década de 80, ainda que tudo indica um retrocesso do associativismo em fins da mesma década (Cif. Anexo nº 7).

Num esforço para compreender melhor esses processos, na sociedade brasileira, procuramos reconstruir alguns dos momentos - significativos à luz de nossas questões - das associações de Bibliotecários e de profissionais de Processamento de Dados, do Rio de Janeiro, seus desdobramentos federativos e sua recente adoção da forma sindicalizada de organização.

QUADRO 7

TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM INFORMAÇÃO ($_b$)

Os que lidam com a produção/distribuição de "conteúdos culturais" e conhecimentos:

- Cientistas
- Professores
- Jornalistas
- outros

Os que lidam com tecnologias e recursos que podem ser considerados como "continentes" de informação:

- Engenheiros
- Trabalhadores em indústrias de computação
- Telemática
- Microeletrônica
- Operadores de sistemas de computador, etc.

Os que, por suas atividades habituais, partilham as características dos dois segmentos anteriores: trabalho com "continentes" e "conteúdos":

- Bibliotecários
- Arquivistas
- Museólogos
- Analistas de sistemas
- Funcionários de empresas editoriais
- Digitadores
- Empregados de escritório
- Outros

CAPÍTULO 2 - O Movimento Associativo de Bbibliotecários

1. Da Modernização Liberal à Concessão de "Status Público" à Profissão de Bibliotecário

A Biblioteconomia teria origens tão distantes como o próprio desenvolvimento das culturas literárias. Poder-se-ia começar, assim, com aquele breve e conhecido comentário de Plínio, historiador romano, que lembra a Assinius Pollio, fundador da primeira biblioteca pública de Roma:

> "ele fez dos engenhos dos homens coisa pública."(1)

Na modernidade, a atividade biblioteconômica situa-se num ponto ideal do campo de relações entre o conhecimento público, a publicação e o público, como ator intermediário que consolida os elos entre os componentes desse campo, e acompanha e experimenta suas transformações.(2)

Com efeito, a "universalidade" do uso da razão, que garantia a perfeita junção dos dois atributos, o estado de "estar publicado", de ter passado por um processo de exteriorização e registro, e o atributo de "público", de ser acessível para qualquer pessoa sem restrições de origem ou atividade, seria reformulada, de fato. Em todo caso, poder-se-ia falar da socialização da produção de

conhecimento/informação, pela natureza coletiva da pesquisa científica e tecnológica, incluindo diferentes categorias profissionais e ocupacionais, e por ter-se desenvolvido com o apoio de instituições estatais e de fundos públicos, ainda que - conforme o modelo produtivista das sociedades industriais e capitalistas - tenha-se observado a apropriação e gestão privada de seus resultados.

Na modernidade, a definição da função, da ocupação e da profissão do Bibliotecário resultaria daquela diferenciação do campo informacional já considerada e dos sucessivos deslocamentos e re-estruturações desse campo.

A "tradição" da Biblioteconomia brasileira, é, de fato, uma tradição moderna.

Para Borba de Moraes(3), a Biblioteconomia nasceu quando o Brasil era um país eminentemente agrícola. Em São Paulo, quase entrando na década de 40, existia uma única Biblioteca Municipal, com uns cinquenta mil volumes, para uma população de aproximadamente quinhentos mil pessoas que, seguramente, em sua maioria, não usavam seus serviços. Nasceu, porém, nas ondas da modernização. O próprio Borbas de Moraes participara do "ativismo cultural" do modernismo, e seria um parceiro crítico dos processos que atrelaram a Biblioteconomia brasileira em

formação às ações modernizadoras de elites intelectuais e aos programas de governo, de "atualização" administrativa.

Modernização normativa, vanguardista, que, na ausência da sociedade civil, fazia do Estado o espaço de reformulação das relações sociais.

Inicialmente, para aqueles precursores que, junto a Mário de Andrade, idealizaram o Centro Cultural Municipal de São Paulo, constituía-se como uma ação dirigida a partir do Estado para a Sociedade.

Através do planejamento e execução de políticas inclusivas, procurava-se ampliar as bases sociais da Nação moderna, ao mesmo tempo que aspirava-se a incluir os conteúdos da cultura e do saber local nos espaços contemporâneos do discurso cultural e político.

As ações de informação estavam dirigidas à criação de quadros profissionais e "espaços informacionais", até então inexistentes ou improvisados. A ação de informação era idealizada, assim, como um momento de uma ação cultural e pedagógica. Diz Borba de Moraes:

> "O que nós queríamos era formar um tipo de bibliotecário que fosse um técnico, mas que soubesse o que contém os livros. Isso era extremamente importante para nós, tanto que o curso de referência que nós dávamos era muito apertado e longo, onde justamente formávamos os bibliotecários para saber o que

> contêm os livros, onde procurar a informação e quais os livros que contêm a informação que os leitores pedem. O nosso caso era formar profissionais para Bibliotecas Públicas."(4)

Essa busca da união entre técnica e cultura, bibliotecário e sociedade, é sustentada ao longo dos anos, com firmeza e clareza, pelo mesmo Borba de Moraes:

> "O Bibliotecário moderno, repito, é um intelectual e um técnico. É por isso que julgo um erro colocar à frente das bibliotecas não só eruditos sem preparo técnico, mas também técnicos sem erudição."(5)

A criação da Associação Paulista de Biblioteconomia, em 1938, foi também iniciativa de Rubens Borba de Moraes, que foi seu primeiro presidente. Surgia, assim, o movimento associativo, mais do que para acolher um coletivo de profissionais bem estabelecido, para constituí-lo. A construção do coletivo organizado dos bibliotecários acompanha a construção da própria categoria profissional.

A forma institucional escolhida foi a Associação Civil e tinha como finalidade

> "ser um centro de informação biblioteconômica e documentária, contribuindo dessa forma para um aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação."(6)

A formação de uma associação com o perfil de um "centro de estudos biblioteconômicos" era inspirada no movimento associativo norte-americano(7). Enfatiza-se, então, a formação de uma base de conhecimentos especializados, mas atentos à "internalização" desse saber pelos novos quadros profissionais:

> "Dentro do campo do conhecimento bibliotecário, uma das preocupações em seus primeiros anos de vida foi estimular a elaboração, pelos bibliotecários nativos, de literatura técnica em português, para suprir uma carência da área, na época"(Grifo nosso)(8)

Se o objetivo das primeiras ações das elites modernizantes era fazer da Biblioteca e do livro um instrumento moderno da cidadania(9), os efeitos mais imediatos dessa ação cairam sobre a própria construção profissional da Biblioteconomia, seja pela ausência ou fragilidade da demanda, seja pela incerteza e descontinuidade do contexto político da ação.

Em 1949 seria criada a Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB), com sede no Distrito Federal, então Rio de Janeiro. O "parágrafo único" de seu Estatuto situa o fundo liberal do movimento associativo:

> "A duração da ABB será por tempo indefinido e ilimitado o número de seus membros."

Um outro artigo (art.3, cap.II) confirma essa "abertura" no estabelecimento do critério agregador:

> "Podem ser admitidos como membros da ABB todos os servidores de bibliotecas bem como as pessoas interessadas em assuntos de biblioteconomia."(10)

Coadjuvante dos esforços profissionalizantes daquelas elites formadoras, apenas iniciada a expansão territorial do movimento associativo, serão criados seus primeiros desdobramentos "funcionais": os grupos de trabalho organizados entre profissionais com interesses comuns. Na década de 50 surgiam, assim, os primeiros "grupos" em "Ensino da biblioteconomia", "Processos Técnicos", "Biliografia".(11)

A partir da década de 40, os esforços dirigiam-se à construção do saber e da prática profissional. A ênfase seria colocada na divulgação dos "processos técnicos" e no começo da "normalização bibliográfica". As lideranças da classe, na década de 50, serão, portanto, profissionais que se destacam na formulação e implantação de "padrões de referência" e na elaboração de bibliografias, especialmente aquelas que traçavam o "mapa" representacional do conhecimento local(12). A "normalização" como "regra" e como "procedimento" correspondia à elaboração de bibliografias como "produto" dessas metodologias.

A construção de um plano meta-informacional, onde seriam estabelecidas as modernas regras do discurso documentário, era a contribuição da categoria à racionalização da comunicação administrativa, na esfera do Estado e, logo, à introdução dos produtores do discurso acadêmico e dos emergentes institutos de pesquisa, nos canais e nos padrões da "Comunicação Científica", conforme os "padrões internacionais".

Com efeito, a legitimidade do quadro normativo da comunicação documentária teria que recorrer às fontes e autoridades internacionais, como um modo de manter o discurso local nas trilhas e nas esferas contemporâneas do discurso. A UNESCO, a IFLA, e outras instituições internacionais e de prestígio em áreas de ciência e tecnologia, reforçavam os critérios externos de legitimidade e prioridade - através de suas ações promotivas(13). Ao mesmo tempo, consolidavam-se os agentes hegemônicos da ordem internacional documentária, cujo centro se deslocara, em meados do século, da Europa para os Estados Unidos da América do Norte.

Os esforços informacionais eram, muitas vezes, mais do que desdobramentos dos espaços comunicacionais, sua antecipação, uma proposta impositiva que, subrepticiamente, colocava o produto antes da produção. Em todo caso, acompanhando as ações modernizantes do Estado criavam-se os novos universos de informação referencial e

bibliográfica, algumas "ilhas" de representação temática e procurava-se construir "pontes" sobre os acervos documentários segmentados, através dos "catálogos coletivos".

Borba de Moraes, outra vez, resume com clareza uma situação que ele, sem dúvida, é digno de avaliar:

> "As vezes penso que os bibliotecários trabalham para outros bibliotecários."(14)

Entre fins da década de 50 e início da década de 60 acontecerá a institucionalização da profissão, sob o modelo da profissão liberal.

Uma profissão liberal define-se conforme dois parâmetros principais: primeiro, trata-se de uma profissão que pode ser exercida de maneira autônoma, sem depender de uma categoria patronal correspondente, e que não obtém por sua atividade nem "lucro" nem salário, mas "honorários". Em segundo lugar, exerce uma atividade que requer uma base de conhecimentos especializados, cuja aquisição requer um processo formativo de longa duração, que é oferecido pelo ensino universitário.

Como mencionáramos anteriormente, a "ideologia" da profissão liberal enfatiza, ao lado da "especialização" e da "perícia", onde se assenta a capacidade de dar "parecer" e "consultoria" -, um outro lado de

"responsabilidade profissional", um aspecto ético-normativo, no qual se assenta a função "crítica" da profissão liberal.

A Biblioteconomia fará parte daquele grupo de profissões liberais que requerem do Estado o reconhecimento e os privilégios que resultam de ter-lhe sido outorgado em "status público".

A ênfase seria colocada no reconhecimento da existência de uma base de conhecimentos diferenciada, que era de competência dos Bibliotecários e que possuiria as características e as exigências de uma formação de nível universitário. Uma resolução do Ministério do Trabalho (Portaria nº 162, de 07/10/58), inclui a Biblioteconomia no 18º grupo do Plano da Confederação das Profissões Liberais. A partir daí, obtém-se a Regulamentação Profissional (Lei 4.770/58) e começa uma nova etapa de luta pelo reconhecimento e a "publicização" da categoria: a reserva do mercado de trabalho e o "monopólio" da qualificação.(15)

Com a promulgação da Lei 4.084/62, com o apoio do patrono Aluisio Affonso, e o decreto de regulamentação da lei, em 1966 são instalados os Conselhos Federais e Regionais da Classe, órgãos de fiscalização sujeitos aos instrumentos jurídicos da regulamentação e adequação a novas circunstâncias. Fortaleciam-se os mecanismos de

consolidação profissional dirigidos para dentro da categoria, mais que para os contextos de uso da informação.

Um outro parâmetro da Profissão Liberal dificilmente corresponderia à realidade dos Bibliotecários brasileiros, como, aos poucos, deixará de corresponder à realidade da maior parte dos profissionais pertencentes aos setores médios:a independência econômica do exercício profissional. Um percentual majoritário dos bibliotecários tem como patrono o governo, são "funcionários públicos", assim como, em geral, os médicos, os professores, e até os engenheiros e os advogados passam, hoje, a integrar majoritariamente os quadros dos trabalhadores assalariados.

O princípio do "sujeito econômico", o conceito trabalhista de ação coletiva, demorariam a chegar, porém, à categoria.

O sujeito que assume a construção prático-discursiva das atividades biblioteconômicas é um sujeito que se identifica com os modelos da profissão liberal. Idealizada inicialmente conforme o ideário da "modernização para dentro", de base social ampliada e enraizada na cultura local, a partir de fins da década de 60, década de 70, predominará a ideologia da "profissão técnica", do administrador e do tecnólogo da informação,

organizador de "cadeias curtas"[16] de ações instrumentais e administrativas, cada vez mais legitimadas na "autoridade" da racionalidade técnico-científica.

A profissão parece estabelecer-se no interior de espaços de informação bem demarcados, onde os critérios de valor da informação modernizadora, enquanto é considerada "variável causal" do desenvolvimento, independem do julgamento e da demanda dos contextos de uso, e justificam as ações de informação "de cima para baixo".

Durante muito tempo, esse espaço informacional foi trabalhado dentro de suas fronteiras, como espaço técnico (processo técnico, normalização, Bibliografia) ou técnico-administrativo, dissociado não só das cadeias prático-discursivas que o alocaram num espaço social e comunicativo, mas também dissociado de sua posição relativa com respeito aos campos político e econômico.[17]

Não, porém, como um espaço autônomo. O próprio fato de os bibliotecários terem como principal entidade patronal o Estado, estando as unidades de informação enquadradas nos organogramas das agências do governo, favorecia seu distanciamento da esfera social. O "peso" da ordem institucional parecia dificultar a percepção de outros horizontes. Com sua capacidade de decisão reduzida após o regime de 64, recebiam maior ou menor capacidade de

gerir o "espaço de informação", conforme a posição que aquele "espaço de informação" ocupava no organograma(18).

Essa proximidade a um poder, na maioria das vezes discricionário, marcaria, ora os avanços, ora os empecilhos com que se defronta a classe, como um todo.

De fato, mais do que a demanda, era a iniciativa do Estado que abria ou deslocava as "frentes" de ação informacional, e o Bibliotecário, a partir de sua perícia e seus instrumentos técnicos, ia transformando essa ação iniciada pelo Estado, em ofertas efetivas de serviços e produtos.

No cenários das políticas burocrático-autoritárias(19), o discurso técnico-científico da informação teria um efeito des-politizante sobre o próprio campo-objeto das atividades de informação: o domínio da produção da informação científico-tecnológica. O aperfeiçoamento e a modernização da gestão da informação(20) contribuíam para retirar a questão da informação de todo contexto referencial de demanda. A ausência de esferas políticas deliberativas completaria a auto-suficiência dos espaços burocráticos profissionais.

Por outro lado, no quadro das atividades profissionais incipientes, e sob o fundo dos modelos clientelísticos e centralizadores do Estado, as relações

são personalizadas e os conflitos se resolvem ou se dissimulam sob o predomínio das relações pessoais, de amizade, ou embasadas em princípios não comunicativos de prestígio.

> "... problemas assim muito específicos, de funcionalismo público, sempre funcionalismo público, mas até algumas reivindicações assim, bem rançosas, porque as pessoas ficavam se preocupando com a categorização, quantas letras e quantas linhas cada categoria podia atingir e tal, mas não era uma organização. Era muito mais quem vai falar com quem para reivindicar, então, era muito em termos pessoais da influência... então essa linha de ação de vamos tentar chegar a soluções por influência de fulano, de sicrano..."(21)

Nesse contexto, era desalentada, sem dúvida, toda expectativa de mudança pela ação coletiva, e toda forma de agregação de poder através de coletivos organizados. O conceito liberal ou democrático de "soberania", como atributo do indivíduo monádico ou de uma vontade coletiva consensual, estava também desativado.

O bibliotecário brasileiro, idealizado no modelo da modernização liberal e normativa, como um técnico-intelectual, na década de 70, parece ter que enfrentar uma nova definição de seu perfil, não alheia aos modelos tecno-burocráticos vigentes em outros segmentos da ação do Estado.

Ao mesmo tempo, as opções fora do Estado são poucas ou nulas. Não se trata, assim, tanto de uma "escolha" quanto das condições efetivas do trabalho informacional, sujeito, como em outras áreas, à expansão do Estado em esferas cada vez mais amplas da atividade econômica e cultural e, ao mesmo tempo, à ausência de iniciativas do setor privado.

Na década de 70, poder-se-ia falar de uma "burocracia profissional" que tinha acesso a postos relevantes nas agências de governo, por possuir de modo individual os atributos mais valiosos, em termos técnicos e simbólicos, contruídos coletivamente pela categoria. Nisso diferenciaríamos aqueles grupos das formas neocorporativas, onde as ações de relação com o Estado mantém-se de algum modo atreladas ao movimento associativo, ao menos de modo inicial ou formal.

Nesse quadro, a associação civil seguiria sendo, ao longo de décadas, a forma institucional preferida para abrigar a categoria. Ao invés de enfatizar a mobilização e a participação, propõe-se como espaço de "publicização" do "status quo" da categoria dos bibliotecários. Para isso, colocara-se primeiro, em relação ao Estado, enquanto constitui-se como um interlocutor à altura do diálogo oficial, segundo, em relação à sociedade, como instância de formação de "capital simbólico", de demarcação e de reconhecimento de perícia, e terceiro, em relação à

própria categoria, como maneira de tornar públicas e legítimas as relações de parceria e amizade, agora reconhecidas e manifestas como relações de classe.

É, porém, no usufruto individual de um capital simbólico coletivo, que se nutrirão as novas e as antigas lideranças que se incorporarão às agências especializadas do Estado, em funções de consultoria e assessoria, nas diversas áreas de ciência e tecnologia promovidas por órgãos e empresas estatais, ou, mais diretamente, atuando em áreas de planejamento e coordenação de ações de informação, dentro do CNPq e do IBICT.(22)

Em 1959 é criada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), ao mesmo tempo que multiplicam-se as associações estaduais da categoria. Dentro de suas finalidades, inclui-se a "defesa, coordenação, desenvolvimento, divulgação e legítima representação da classe, nos terrenos técnico, cultural, social e econômico".(23)

Segundo o desdobramento dessas finalidades em disposições estatutárias, predominam os princípios da representação funcional e a definição da unicidade da representação na esfera nacional. Entendemos por um princípio "funcional" de representação, aquele que define o agente e o escopo da ação associativa pelos atributos, atividades e responsabilidades profissionais da categoria,

a diferença de uma definição realizada conforme um princípio econômico-trabalhista de representação de interesses, destacando-se, assim, atributos próprios da condição de trabalhador (ser assalariado, ser dependente do mercado de trabalho, entre outros).

O efetivo desdobramento do princípio de representação funcional, o encontramos, primeiro, na criação de Comissões Permanentes, no âmbito nacional, agregadoras de Grupos de Trabalho, no âmbito das associações estaduais (Seção V, Estatuto da FEBAB, Anexo nº 2); e, segundo, na preocupação pela geração e disseminação de informação sobre a atividade biblioteconômica e documentária, relevante para seu melhor desenvolvimento e desempenho. Esse segundo aspecto desdobra-se especificamente na intenção de servir de centro de documentação e informação na área (Artigo 2,d), de formar uma "memória técnica" do movimento associativo (Art. 7) e no desenvolvimento de atividades editoriais (Art. 35).

A preocupação com a construção de uma "identidade" profissional junta-se à demanda da "unicidade" da representação da categoria, constituindo-se no ponto de reunião de duas séries hierárquicas ordenadas: as associações, representadas por seus diretores, e as comissões permanentes, "órgãos auxiliares da Diretoria Executiva da FEBAB" (Estatuto, Seção V). Será considerada,

assim, "promotora de todos os eventos de sua área de atuação" que incluirem em sua denominação a expressão 'brasileiro', 'nacional' e 'internacional'" (Estatuto, Art.50).(24)

De fato, o predomínio do princípio funcional de representação ficaria explicitado, na década de 70, com a criação de numerosos Grupos de Trabalho e Comissões Permanentes (ver Anexo nº 4).

O princípio "funcional" gera formas estáveis de agrupamentos, a partir de semelhanças nas funções ou tarefas profissionais dos participantes, e dos interesses e problemas comuns daí resultantes.

Nas associações dos setores médios, de caráter profissional, os primeiros agrupamentos funcionais reproduziram as "especialidades", definidas pelas "grades" curriculares tanto quanto pelas atividades e as funções que lhe são atribuídas. Para alguns, o passo de um princípio funcional de agregação a um princípio econômico e "territorial" de agregação (por exemplo, da "Associação de Pediatria" à "Associação de Médicos do Hospital das Clínicas), indicaria uma orientação em direção a formas mais ativas e políticas de organização.(26)

A agregação funcional resulta de diferentes movimentos de reunião/segmentação dentro da categoria.

Temos, assim, comissões organizadas em torno da divisão do trabalho da categoria (Comissão de Processos Técnicos) em função de uma área de atividades socialmente relevante, geradora e usuária de informação (Comissão Brasileia de Documentação Agrícola, em Tecnologia, Jurídica, etc.), ou conforme o tipo de unidades de informação (Bibliotecas Públicas e Populares, Bibliotecas Universitárias) e seus contextos decisivos (ver Anexo nº 4).

Até a década de 70, predomina, portanto, o modelo da associação civil, o princípio funcional de organização e a consolidação do "status" público da profissão, que procura atrelar a uma única rede institucional todas as iniciativas do movimento associativo. Tudo isso colocaria essas associações mais próximas do Estado que da sociedade, ainda que colocando-se frente ao Estado como parte da sociedade organizada. Expressão de uma identidade profissional que se coloca como "braço" coadjuvante do "desenvolvimento", mas preferentemente dentro dos limites técnicos de definição da tarefa: os últimos anos da década, porém, começaram a ser cenário de novas transformações.

2. A Busca da Autonomia e do Controle do Processo de Trabalho

As mudanças por que passara a sociedade brasileira, nos últimos 20 anos, e os fatos que se desencadearam na década de 80, não deixariam de ter seus efeitos sobre agentes e atividades da informação.

Nesse tempo, a expansão da classe biblioteconômica seguiria o ritmo da expansão do ensino universitário, tanto quanto as mudanças efetivas no mercado de trabalho. De 600 credenciados no Conselho Regional, no início da década de 70, no Rio de Janeiro, chegava-se no ano de 1989 a mais de 5.000 bibliotecários credenciados. Em 1981, eram oferecidas 2.051 vagas nas Escolas de Biblioteconomia de 16 Estados.(27)

Frente a seus similares europeus e norte-americanas, seu movimento associativo aparece como sendo ainda frágil, desigual(28), mas frente a seus pares de outras regiões, como outros países da América Latina e do Leste Europeu(29), teria um desenvolvimento significativo. As Associações de Bibliotecários, as maiores, congregam em torno de 500 bibliotecários, algumas passam de 1.000(30), e a Federação (FEBAB) reunia, em 1989, umas 25 associações(31).

Congressos, Encontros e Jornadas, cursos, publicações periódicas e atividades editoriais regulares parecem traçar uma rede bastante extensa de ações associativas, de razoável densidade.

Alguns dados começam a mostrar as particularidades do vínculo associativo. Os "Encontros" e os "Congressos" reunem, maciçamente, uma parte considerável da categoria. Promovidos e organizados pelos órgãos associativos, cujos quadros diretivos e "comissões" específicas organizadoras definem o tema principal do evento, sua estrutura, as pessoas e os tipos de discurso que vão dar "ancoragem" às apresentações, deliberações, e às propostas e conclusões. As "bases" da categoria, ou um número muito expressivo de seus membros, aceitam essas "regras do jogo" associativo e transformam o espaço do Encontro ou do Congresso em uma Esfera Coletiva de Discurso, não deliberativa, porém, reconhecida como espaço de expressão e manifestação, participando com aplausos, com perguntas, em séries de perguntas-respostas que alongam as mesas redondas e as palestras.

A presença nas assembléias, porém, é praticamente nula ou muito fraca, na maioria das associações. Numa associação de uns 500 membros efetivos, de três assembléias citadas, em 1989, uma reune três associados, outra 20 e só a terceira consegue realizar-se(32).

Constantemente, as "bases" falam de inoperância e intransparência das entidades de classe(33) e as diretorias e outros quadros do movimento associativo queixam-se da solidão, da ausência, da participação e do

alto custo de assumir, nessas condições, a responsabilidade da representação da classe(34). De fato, causa ou consequência daquela situação, um pequeno grupo se reproduz nos postos diretivos das Associações e da Federação. Alguns representantes da categoria reunem até três ou mais períodos - contínuos ou não - à frente de uma associação (ver Anexo nº 3).

As diretorias da FEBAB, da Associação de Bibliotecários de Brasília, do Rio de Janeiro, de São Paulo, entre as consideradas, e de algumas Comissões Permanentes, permitem identificar um grupo relativamente pequeno de profissionais que têm, tiveram ou chegarão a ter, além de sua passagem pelo movimento associativo, alguns dos cargos mais notórios de agências governamentais associados ao setor (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, CAPES), nas principais Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do País (da USP, PUC, UnB, entre outros) ou nas grandes estatais e/ou seus órgãos de pesquisa (EMBRAPA, PETROBRAS, CNEN).(35)

Nesse cenário, com uma direção do movimento associativo de tendências "reprodutivas" e caracterizável como uma "elite" profisisonal, ao mesmo tempo que distanciada das bases pela ausência de mecanismos participativos, os problemas e interesses expressos no discurso associativo tenderão a ser colocados conforme o

"julgamento" dessa elite - e não necessariamente de acordo com as reivindicações e demandas da categoria como um todo, ou dos problemas emergentes dos mais diversos contextos de ação.

De fato, na última década, uma pluralidade de eventos e a emergência de novas formas associativas pareceriam indicar um horizonte de turbulências, uma energia segmentada que não encontra os caminhos de articulação, nem dentro nem fora da categoria.

Poder-se-ia falar, então, numa pluralidade de frentes incipientes e descontínuas, de uma luta discreta pelo controle do processo de trabalho, e de uma busca de novos rumos para o movimento associativo, ainda vista como confronto entre concepções alternativas do movimento - e não entre visões políticas da sociedade. Dois caminhos ficariam delineados para o movimento associativo, na busca de uma redefinição do "estatuto profissional". Num dos caminhos, deu-se início à construção de uma identidade reivindicatória, como trabalhador assalariado, no campo das atividades de informação - afetado por sua reformulação como setor da economia de mercado, na nova ordem internacional. Num outro caminho, na busca da autonomia, preferirão manter-se no quadro mais flexível - da associação civil, apesar de suas limitações.

> "... a grande ênfase dada por outras profissões diz respeito à luta sindical, enquanto na

> biblioteconomia ainda é de associações civis. Isto faz com que consigamos editar, realizar eventos, etc., mas como categoria profissional não temos força política legal para reivindicar melhores condições de trabalho, melhores salários, etc."(36)

A associação civil, porém, pode ser cenário de uma luta pacífica pela autonomia e pelo controle do processo de trabalho. Três conceitos, reunidos no discurso associativo, parecem produzir o efeito de um novo significado. Eles são: ação voluntária, ação cooperativa e autonomia.

O que parece caracterizar esse processo é a transformação de redes de relações informais, logo, de interação pessoa a pessoa, e que atravessam diferentes ambientes institucionais, gerando novas redes comunicacionais, com regras de jogos estabelecidos sob o pressuposto da reciprocidade, e que teriam como um de seus princípios motivadores a reformulação do controle do processo de trabalho sob novas condições de realização:

> "... as mesmas pessoas que já se conheciam, já faziam um trabalho conjunto... dentro da área de Informática, aqui, no Rio de Janeiro. A gente tem uma rede muito informal que agora já se formalizou um pouco mais... já havia uma rede só - por mais informal que fosse, mas o acordo de cooperação era realmente muito grande."

> "... a atividade cooperativa, associativa, de certa maneira já existia, quer dizer.. mas... em relação a uma meta específica. ...

> começou a se tornar um pouco mais palpável com esse Tesauro, se tornou mais forte com o seminário... acho que consolidou um pouco mais... e na subcomissão... então a gente passou a traçar essas coisas, né... quer dizer, vejo assim... a coisa nos era colocada, agora a gente passou a colocar."(37)

O controle do processo de trabalho expressa-se, também, na inclusão de metas alternativas ou a seleção de metas dentro dos quadros de objetivos institucionalmente definidos. Em um dos casos estudados, a "ação de informação", colocada no espaço associativo, procura uma adequação "oferta:demanda", orientando-se para o levantamento da produção local de informação científico-tecnológica, com opção preferencial pela língua portuguesa.

> "... uma base de dados chamada Informática Brasil... pretende cobrir a literatura nacional de informática."
> "... a conclusão de que não só deveria incluir a literatura, mas também a literatura estrangeira traduzida no Brasil... quer dizer, de alguma forma as pessoas quiseram registrar o que existia escrito em língua portuguesa, na área de informática..."(38)

A busca de autonomia seguirá também outras direções.

Se o espaço institucional, principalmente na esfera das agências e empreendimentos do Estado, comprime e regula o espaço informacional, a mediação das ações de

informação pelo espaço associativo poderia remover os constrangimentos burocráticos e administrativos próprios das estruturas "jurisdicionais" hierárquicas do Estado.

Na versão burocrático-autoritária ou na versão dos governos representativos, o espaço informacional, interiorizado nas instituições, sofre a compressão das "grades" funcionais-administrativas, atreladas ainda a concepções da comunicação e do conhecimento que não respondem às novas situações.

Deslocando a ação informacional ao espaço associativo, subvertem-se as rotinas e organogramas dos modelos oficiais, e consegue-se introduzir iniciativa e criatividade, também no setor público.

> "Eu acho que o espaço associativo é o melhor ambiente para esse tipo de iniciativa, porque você ali concentra toda uma classe profissional, então, quer dizer, não tem melhor ambiente, porque você 'libera' em termos institucionais essas ações."
>
> "O grupo de 'usuários de ...' é uma associação de bibliotecários, extrapola a instituição, então você não tem a restrição institucional, a nível de área de conhecimento..."
>
> "Você pode ter várias ações, como esse grupo de meio ambiente... inserido no contexto associativo, porque você solta as amarras das relações institucionais, então o ambiente associativo é o melhor ambiente para negociar essas ações."(39)

Enfatizamos essa capacidade de introduzir, no setor público, o conceito de "iniciativa", a capacidade de iniciar cadeias de ações através da mediação associativa, ou seja, fora das regras pré-estabelecidas nas ordens institucionais. A iniciação da ação depende logo da intensificação e formalização de relações voluntárias, onde a agregação dos participantes e sua posição não resulta das cadeias mono-hierárquicas, dispostas nos organogramas institucionais, geralmente complexos mas com fraca sensibilidade à diversidade de competências e tarefas.

Outra das questões envolvidas é o próprio "alargamento" da comunidade de interlocução e relevância que hoje partilha o domínio dos conhecimentos e das ações de informação, nos novos contextos sociais e tecnológicos.

Os espaços associativos e interassociativos parecem oferecer o quadro institucionais mais adequado para as interações entre diferentes categorias profissionais, assim como é adequado para mediar diferentes ambientes institucionais, na esfera estatal ou privada.

Existem vários exemplos desse processo de "alargamento" das comunidades de interlocução e relevância, procurando novas formas de interação e trocas de informação de diversas bases de experiência.

Os ENBI, organizados pela Associação de Bibliotecários de Brasília; os Seminários "Biblioteca e Informática", realizados primeiro em São Paulo, com a participação da FEBAB e da SUCESU, entre outros(40).

No Rio de Janeiro, a experiência será realizada, agora com a organização da Comissão Brasileira de Documentação em Informática, junto com as entidades já enunciadas, a partir de 1988. A iniciativa da entidade associativa preocupa-se, também, em alargar o leque temático aceito e reconhecido como pertencente a um "paradigma" da Biblioteconomia:

> "... acho que foi uma coisa muito interessante que a gente trouxe... acho que a gente trouxe pela primeira vez este tema, assim, 'oficialmente', 'Biblioteconomia e Inteligência Artificial'..."
> "... tinha cerca de 400 pessoas no auditório."(41)

O controle do processo de trabalho deve fazer frente, enfim, a dois processos que afetariam a organização do trabalho documentário/informacional: a incipiente presença das novas tecnologias, e a expansão de modelos administrativos de gestão da informação, que retalhariam o espaço funcional do profissional.

Nos dois casos, tratar-se-ia de processo de desqualificação que requerirá processos de qualificação e de

"educação contínua". A "qualificação", porém, e como já fora advertido, não é um conceito de fácil definição.

Trata-se de incorporar - de fora para dentro - uma nova base de conhecimentos tecnológicos ou administrativos, ou de explorar mais profundamente as próprias "bases de conhecimento", em novos contextos de aplicação, conforme novos problemas, e gerando novas alternativas?

> "Nós, bibliotecários, temos características próprias... é muito fácil você passar a investir em conhecimentos em informática. Uma das características da Biblioteconomia é a lógica, e uma das características do bibliotecário é a lógica."(42)

E não é essa "lógica" da recuperação da informação a que procura reproduzir a Informática?

Até onde, porém, poderão conjugar-se as novas situações com formas tradicionais de demanda?

Uma chamada para o XV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, no Boletim Informático da APB-RJ, MICRONOTÍCIAS, destaca a relevância do tema central.

> "A necessidade de capacitação do profissional da informação como gerente tem transparecido na literatura recente, em reuniões, em qualquer forum que discuta hoje o

> papel deste profissional. A importância do tema e a necessidade de discussão mais ampla de todos os aspectos envolvidos levaram os organizadores a elegê-lo como tema central deste 15º CBBD."(43)

Um dos desdobramentos do tema retoma, porém, a questão do contexto institucional da Biblioteca, e sua "posição" no respectivo "organograma":

> "... onde o conhecimento dos objetivos, da estrutura e do perfil da organização é fundamental: tanto para um melhor desempenho do bibliotecário, projetando suas atividades profissionais no ambiente sócio-político da instituição, como também <u>para que o enquadramento do setor de informações conquiste o mais alto escalão da instituição</u> propiciando o envolvimento profissional do bibliotecário na tomada de decisão do órgão."(44)

Um dos aspectos a observar nessa estratégia do movimento dos bibliotecários é que pretende-se de melhorar a posição do profissional em estruturas administrativo-funcionais desenhadas fora de seu âmbito de ação. Trata-se, porém, de uma estratégia "realista" orientada à obtenção de sucesso, de um efeito confirmatório sobre a <u>situação</u>, sem chegar a "virtualizá-la" enquanto condição atual mas não necessária nem imutável da atividade informacional.

Toda estratégia de qualificação que não "virtualiza" as condições da oferta e da demanda de trabalho, a partir de uma compreensão histórica de seu

caráter processual e contingente, poderá levar a um modelo defensivo e compensatório de ação coletiva, sempre atrelado a iniciativas originadas, de fato, nos centros hegemônicos onde se radica o "poder informacional": o Estado, as Empresas, as Ordens Internacionais de divisão do trabalho de informação.

A centralidade do tema da gestão da informação mais que definir diretamente um objetivo da categoria, define melhor um objetivo das tendências hegemônicas sobre o setor de informação, ao qual são aplicados progressivamente modelos administrativos-gerenciais e econômico-empresariais de organização e condução estratégica. De fato, isso implica incluir, em quadros maiores de planejamento e execução, tarefas técnico-funcionais que eram do domínio do profissional de informação.

É, porém, na "gerência" da informação que se dá a recuperação do papel profissional, tal como fora definido no ideário liberal do consultor, do promotor, do agente de uma "pedagogia informacional"?

São essas as alternativas, hoje, entre o "gerente de informação" e o "profissional liberal"? Quais são as mudanças do setor das atividades de informação que parecem reduzir o "lugar" da figura moderna do bibliotecário - tecno-intelectual, ao mesmo tempo que demandam uma

redefinição de seu papel, como agente da "oferta" renovada de recursos de informação - "oferta" institucional, "oferta" tecnológica?

3. A Abrangência do "Nós" Associativo

Para serem efetivas, as lógicas de ação social deverão impedir que se trate "o igual como diferente" e "o diferente como igual"(45).

Qual seria o melhor "ponto de corte" do "nós" associativo, para que realize sua potência maior de agregação e de expressão de uma identidade coletiva?

A utilização do espaço associativo como espaço de busca do controle do processo de trabalho, mostrava-se, nos casos estudados (informação tecnológica, jurídica, entre outros) como uma mudança relacionada justamente aos espaço da ação e ao princípios de sua institucionalização, mas não com respeito aos conteúdos dessas ações, que seguiriam caracterizando-se como técnico-instrumentais e, logo, pareceriam atualizar o corte técnico-funcional dos grupos de trabalho e das Comissões permanentes.

De fato, trata-se de ações que, de modo voluntário e cooperativo, lidam com certo tipo de conflitos (entre saberes e práticas técnicas, entre ordens hierárquico-

administrativas e os princípios da "perícia" e a "excelência" profissional), e que indicam a centralidade das questões em torno das mudanças no processo e na organização do trabalho.

Ficam, porém, muitas outras possibilidades e alternativas de ação, menos adequadas para desenvolver-se nos "interstícios" interinstitucionais dos "organogramas" das agências do Estado e das empresas, e que remetem a outras lutas coletivas, reivindicatórias ou transformadoras.

Uma dessas frentes, é o das reivindicações e demandas de caráter trabalhista.

O movimento associativo dos bibliotecários não teria conseguido, até fins da década de 90, consolidar uma luta na esfera econômica, ainda que procure fazê-lo. Nos principais centros urbanos, onde a categoria estaria mais expandida, chegaram a constituir-se os primeiros sindicatos: São Paulo (1986), Rio de Janeiro (1989).

O primeiro Congresso de Biblioteconomia, realizado em Recife, em 1954, tendo como tema "Situação da Biblioteconomia no Brasil", é um dos primeiros indicadores da preocupação em colocar, dentro do contexto associativo, "os aspectos mercadológicos da profissão".(46)

A construção de um "nós" associativo na esfera econômica das atividades de informação requeria, de fato, preencher condições "subjetivas" acerca da "representação" de um "nós" ao qual fossem pertinentes as questões trabalhistas e sindicais, e outras condições "objetivas", que resultariam da existência de um "mercado de trabalho" que, através de suas demandas e suas "grades ocupacionais", participaria na definição da "posição" do bibliotecário na esfera econômica da sociedade de mercado.

Almeida Junior, que reune à reflexão sobre o tema do Mercado de Trabalho uma longa prática como quadro do movimento associativo, enfatiza a ausência de uma identidade trabalhista que agencie as ações reivindicatórias em torno de salário e emprego:

> "Em primeiro lugar, nós, BIBLIOTECÁRIOS, SOMOS ASSALARIADOS (por favor revisão. em maiúscula). Acho melhor repetir: NÓS, BIBLIOTECÁRIOS, SOMOS ASSALARIADOS. E, como tal, recebemos um salário que, por sua vez, é pago pelo setor público ou privado."(47)

Por outro lado, os "mercados da informação" não parecem ter ampliado sua demanda sobre os profissionais de Biblioteconomia. Os mercados potenciais não chegam a concretizar-se, e seus agentes de demanda nem sempre identificam suas crescentes necessidades de informação com a oferta profissional da Biblioteconomia:

> "A necessidade da informação, do trabalho com a informação, a sua manipulação mais rápida, eficaz e segura, já foi sentida pelas empresas. O uso contínuo e crescente do computador, é um exemplo disso. No entanto, o campo de trabalho foi aberto apenas para os Analistas, os Programadores, os Operadores, enfim, apenas para aqueles que trabalham diretamente com as 'máquinas'..."
>
> "É preciso que, ao invés de esperarmos, como esperamos os usuários em nossas bibliotecas, a gente comece a demonstrar a necessidade de nossos serviços para as empresas..."(48)

A institucionalização sindical da ação coletiva, têm outros fatores complicadores.

No Encontro de Bibliotecários do Rio de Janeiro, um diretor do novo Sindicato(49) delimita o cenário em que deveria colocar-se a questão trabalhista: "somos de cultura e não do setor produtivo". O momento, por outro lado, e após da constituição de 1988, seria de transformações do próprio movimento sindical, que poderiam reavaliar alguns dos parâmetros dessa forma organizativa.

O trabalho em atividades de informação tem, de fato, especificidades que levantam novas problemáticas no quadro da ação coletiva.

Dificuldades de mobilização, de reunião em esferas deliberativas como as assembléias, são multiplicadas pela dispersão dos bibliotecários, categoria que "cruza", de

maneira oblíqua, todos os outros campos de atividade cultural e econômica.

> "... você tem, por exemplo, os professores, com grandes concentrações, ou seja, você numa mesma escola têm 30, 40, 50 professores, as pessoas têm chance (de se reunirem) e nossa categoria não, é muito pulverizada."(50)

Conforme Falabella(51), a organização dos Sindicatos por categorias econômicas (todos os empregados de um mesmo empregador) evita que num mesmo local, empresa de serviços, fábrica, se produzam tantas frentes de conflito quanto categorias profissionais: a "pulverização" do coletivo dos trabalhadores em "categorias especializadas", levaria à fragilização de suas lutas e demandas.

> "então, as lutas econômicas não são desenvovlidas, porque para você ter uma luta econômica você teria a luta do bibliotecário junto com o resto do pessoal, por local de trabalho, e não bibliotecário com bibliotecário..."(52)

Poucos aceitam considerar, porém, como uma alternativa ao Sindicato por "categoria especializada", a formação de um Sindicato que reuniria empregados de Bibliotecas, Arquivos e Museus e que, em termos de Brasil, colocaria como principal fonte empregadora ao próprio Governo.

Olhando-as sob o ponto de vista dos bibliotecários e sua "oferta profissional", o mercado das atividades de informação não é mais forte na geração de demanda, do que seria, por outro lado, a sociedade e seus atores coletivos.(52)

Em todo caso, o Estado aparece como o polarizador de um campo de atividades de informação, e frente a ele se deslancham processos de busca de autonomia e ações reivindicatórias e de defesa do espaço de atividade profissional.

Será ao fim da década de 80 que, limitado em sua ação por uma economia recessiva, e por um modelo neoliberal não alheio às condições internacionais de negociação da dívida externa, o Estado iniciará uma retirada sem gradações do campo das atividades culturais, educacionais e em Ciência e Tecnologia. Os efeitos serão diretos e imediatos sobre os setores de Documentação e Informação.

No melhor dos casos, a minimização do papel do Estado sem uma paralela transformação das alternativas sociais de participação, não poderia evitar a continuidade de modelos neopatrimonialistas de gestão da documentação e da informação que, como tais, são tanto excludentes com respeito à "perícia" e o princípio técnico-funcional de ação, como com respeito às lógicas contratuais e

comunicacionais da democratização das ações de informação.(53)

Justamente esse papel polarizador do Estado como "empregador" parece indicar uma linha possível de demarcação do setor das atividades de informação, que colocaria num dos lados, uma possível interseção dos interesses dos segmentos profissionais que lidam com documentos/informação. Bibliotecários, Museólogos e Arquivistas, representados por seus órgãos de classe, realizam certas ações conjuntas, ao menos nos dois Centros onde se encontram os principais empreendimentos culturais, informacionais e documentais, que tem como agente o Estado e seus desdobramentos orgânicos: Rio de Janeiro e Brasília.

O duplo elo com o Estado, como Estado Empregador ou como Estado jurídico e jurificador, no entanto, favorece as ações neocorporativas.

Numa das ações, reunidos sob o conceito de "os profissionais da área de documentação", numerativamente definidos a seguir como "arquivistas, bibliotecários e museólogos", tendo como apoio o "status público" das organizações que reprensentam (conselhos, associações), demandam dos "poderes executivo, legislativo e judiciário", "a elaboração de leis complementares e ordinárias que se fazem necessárias para disciplinar os

dispositivos constitucionais relativos à Documentação".(54)

Os "profissionais da área de documentação" o fazem em defesa do "exercício da cidadania", mas em nome da demarcação juridicional da ação profissional: trata-se, outra vez, de um discurso público onde a "extensão da demanda" (a cidadania) justifica-se pelo "princípio" do demandante de falar pela "Documentação" - ainda que agora dirija-se ao Estado "constitucional" - com potência legislativa, formalmente "universal" e contratual, expressão da soberania do povo. A distância, porém, entre o "nós" que enuncia e o "nós" do enunciado (o cidadão, a "vontade geral", etc.), interrompe, num plano imediato e simbólico, "formal", a possibilidade de cadeias longas prático-discursivas que, ao recorrer efetivamente aos múltiplos espaços coletivos de ação, como os partidos políticos, os sindicatos, as organizações não-governamentais, pudesse reforçar a demanda formal da lei, com mecanismos de pressão e fiscalização que garantissem a realização dos atos de execução da norma e da sanção da norma e de sua violação.

Um outro procedimento de agregação, a partir da realização de um "evento", cujo caráter "pontual" é o reverso da máxima extensão formal da demanda por "juridificação", contribui para descrever melhor as possibilidades e limites da ação associativa. Trata-se de

uma iniciativa de um grupo de trabalho da área Biomédica que, com o apoio da Associação Profissional regional e do SENAI, que proporcionou o local, realizou o 4º Encontro de Bibliotecários do Rio de Janeiro, em torno do tema da "Insalubridade", no contexto ocupacional.

O conceito de "evento" parece gerar uma abertura maior do espaço associativo.

A questão da saúde ocupacional, situada no contexto da negociação ou da demanda de ação previdenciária, teria um corte mais imediato, no paradigma da ação sindical: como demanda de compensações salariais ou, de modo mais amplo, como melhoria das condições de trabalho.

O evento situa-se num espaço associativo mais aberto: o grupo de trabalho, a associação profissional. Por isso, quiçá, oferece uma oportunidade de reflexão que rodeia e prepara o "lugar" onde serão colocadas as demandas. Fato pontual, ele serve, porém, para ilustrar uma forma alternativa de conhecimento e comunicação propiciada pelo espaço associativo.

No início, o tema da "insalubridade" carecia de toda "visibilidade", aparecia como uma "nebulosa". Começaria nele trabalhar um pequeno grupo formado por membros do Grupo Biomédico, que seria o organizador, da

Associação Profissional, já em vias de sindicalização e do DIESAT. Começou-se pela Bibliografia:

> "E para sorte nossa nos caiu na mão um artigo de... uma médica mexicana... sobre medicina ocupacional, onde ela nos alertava justamente que a coisa que é mais importante no trabalho humano é o ser humano e não o trabalho."(55)

Oportunidades geradas pelo texto ou pela leitura? Por certo, a preocupação com a "higienização do acervo em função do meio ambiente" podia ser algo a mais que uma questão técnico-instrumental, se colocada no quadro de uma ação sinérgica, relacional, onde sob qualquer questão tudo é deslocado e colocado em questão: a relação do homem com seus modelos de ação, do homem com o homem, do homem com a natureza. A "sinergia" da ação permite um olhar mais lúcido e abrangente sobre os signos e sobre as coisas:

> "para conservação do acervo eles esquecem que o livro é feito de celulose, então precisa de todo um ambiente adequado, porque antes ele tava lá dentro da árvore, recebia água pela raiz, então não precisava ser arejado, mas porque ele saiu da árvore e foi para o livro, ele não deixa de estar aí, respirando..."(56)

Como lidar com livros que respiram, se esquecemos a respiração de nossos corpos? O que é igual ou diferente com respeito ao respirar, ao ver, ao trabalhar com o corpo e com a mente?

A "saúde ocupacional" acostumou-se a lidar com o trabalho no contexto industrial. A insalubridade, porém, podia ser um problema de qualquer contexto de trabalho.

Primeiro, além dos bibliotecários, pretende-se agregar o pessoal de arquivos e museus:

> "porque eles tem problemas muito semelhantes aos nossos - na conservação de peças, nos museus, na conservação dos documentos nos arquivos."(57)

Documentos e objetos servem de "matéria-prima para a produção de instrumentos de pesquisa tradicionais (catálogos, guias, inventários)" e para a produção de novos conhecimentos e registros.

A danificação de peças, livros, ou outros documentos, as condições inadequadas do ambiente de leitura ou de fruição do objeto ou evento cultural, afetariam a todos os que lidam, como profissionais ou como clientela, com esses acervos, nesses ambientes. Do ponto de vista médico, tratar-se-ia de doenças profissionais que acometem aos profissionais que atuam em bibliotecas, arquivos e museus, independentemente de serem bibliotecários, biólogos, químicos, museólogos ou, ainda, historiadores e outros pesquisadores que mantem um contato reiterado, regular, com acervos documentários.

Através da exploração das diversas cadeias prático-discursivas que convergiam em um "tema" - a insalubridade, o "invisível" foi ficando em visibilidade, manifestando-se os traços comuns de diversos segmentos profissionais. O que parecia resolver-se numa certa cadeia instrumental (refrigeração, desumidificadores, purificação do ar, etc.), ou numa reivindicação jurídico-previdenciária (adicional por insalubridade), ampliou-se em numerosas séries prático-discursivas que rodeiam o evento e o desdobram (este texto é, de fato, um de seus desdobramentos).

Ao menos três "cadeias" de interação e discurso cruzam-se e se "oxigenam" nesse evento: uma, a que lida com os aspectos médicos e previdenciários, e agrega médicos, ofatamologistas, o DIESAT; outra, a que lida com as condições de preservação do acervo e conservação do meio ambiente, e agrega biólogos, químicos, arquitetos, além dos profissionais de documentação e, finalmente, os vínculos intersindicais, que agregam à visão do que tem em comum todos os que trabalham com signos e com coisas, o que tem em comum todos os que trabalham.

O saber e a interlocução sindical deveria crescer, assim, pela especificação das demandas e por sua contextualização nos novos cenários da sociedade de serviços e de informação.

A questão técnica enriquece-se porque seus procedimentos e conceitos são mediados pelos significados e valores dos agentes do campo de aplicação e uso, e a equação de problemas/soluções ganha na forma da interlocução, um espaço transdisciplinar onde é possível lidar ao mesmo tempo com condições técnico-materiais e quadros normativos.

As exigências cotidianas de reagir, por um lado, às reivindicações da categoria e, por outro, as pressões resultantes das políticas econômicas recessivas, limitam cada vez mais as alternativas da ação sindical, e parecem reduzir suas oportunidades de alargar os horizontes associativos.

Certamente, os deslocamentos das "frentes" sobre os quais se focaliza a ação associativa, são indicadores do momento da sociedade brasileira em que essas ações são contextualizadas: reconhecimento público da profissão, legitimação e consolidação da competência técnico-profissional, juridificação da profissão; juridificação do direito à informação e do caráter "público" do "capital" documentário; demanda salarial - sequência de "palavras de ordem" que reconstroem a interdependência entre a sociedade brasileira e um dos seus segmentos, a Biblioteconomia e as atividades documentárias.

O caráter defensivo ou reativo das ações associativas, indica a distância entre essas ações e as metas da autonomia e o controle do processo de trabalho.

A utilização do espaço associativo como espaço de ações modernizadoras e agentivas - iniciadas pelo agente associativo - podem ser interpretadas como formas de buscar a autonomia e o controle do processo de trabalho. Luta não antagônica pela autonomia, estas ações encontram um espaço propício em zonas de relevância aceitas nas estruturas instituídas da informação: na atualização funcional e técnica das atividades de informação. Exploram, porém, zonas de realização e construção que não seriam possíveis por vias da negociação ou do conflito, no grau atual de desenvolvimento do movimento associativo.

A ação sindical, reivindicatória, ganha especificidade na agregação da categoria, mas perde eficácia na esfera do poder, o que parece justificar sua orientação à utilização de recursos jurídico-previdenciário (planos de cargos e salários, legislação trabalhista).

A ausência de um "mercado de informação" de base ampla, ou de uma legitimação institucional das demandas sociais de informação - ou de uma esfera social de demandas, manifesta-se de uma maneira simples, no mapa das

entidades associativas do setor das atividades de informação (Quadro 6).

As ações associativas que tem como destinatário ou como ponto de partida as classes populares ou a sociedade civil, ocorrem fora das associações de empregados ou de empregadores - organizados indiretamente pelos mercados de informação ou pelo Estado: referimo-nos as "organizações não-governamentais" e as "sociedades de amigos" (ver Quadro 6).

Organizações não-govrnamentais são aquelas que, na esfera da iniciativa "privada", não subordinam seus objetivos e estratégias organizacionais as regras estritas dos "jogos" do mercado. Assim, as qualificações técnico-profissionais de seus membros, deverão ser acompanhadas pela correspondência de seus quadros valorativos com os quadros normativos e as finalidades institucionais.(58)

As "sociedades de amigos" pertencem a esfera das ações voluntárias e cooperativas, e podem perseguir dois tipos de objetivos: obter recursos para unidades de informação em áreas culturais ou de caráter público ou popular; integrar aos usuários e a comunidade local, com as bibliotecas, procurando uma maior participação dos mesmos na definição de prioridades e objetivos.

Nos fatos, muitas administrações preferem enfatizar o primeiro objetivo, fortalecendo o papel do Bibliotecário, do profissional, como mediador técnico e administrativo das demandas das comunidades, frente as estruturas oficiais.

As afirmações anteriores, no entanto, requerem certas restrições. Os congressos de Biblioteconomia e Documentação, e muito insistentemente na década de 80, discutiram as possibilidades e as experiências que colocariam a informação ao serviço da democratização e a disposição de objetivos e prioridades das classes populares(59). A Comissão de Bibliotecas Públicas e Escolares(60), indicam a existência de inúmeras iniciativas de Bibliotecários, que trabalham nesse setor. Tarefa, porém, grande demais para as Comissões Permanentes, de qualquer extensão!

A constituição de 88, por outro lado, colocou no espaço jurídico da máxima extensão, o reconhecimento de um "Direito à informação". A "palavra de ordem" que iniciara a ação doutrinária dos Bibliotecários da década de 20, "informação para o cidadão", transformou-se, na década de 80, em norma jurídica.

Como proceder para que o "direito à informação" seja uma "palavra de ordem" em todos os contextos coletivos de ação - capaz de iniciar transformações

superadoras do hiato comunicação-informação, além de toda reprodução ampliada das ofertas de informação?

CAPÍTULO 3 - Os Movimentos Associativos dos Profissionais em Processamento de Dados

1. A Construção de uma Identidade Coletiva e as Variações do Contexto

A microeletrônica e, especificamente, a informática, atualizaramm o modelo da modernização, sob o mesmo princípio do que Mattelart denomina "o determinismo" da oferta tecnológica(1).

A expansão do computador na vida brasileira - tal como em outras partes - foi mais rápida e significativa no setor de serviços que na produção industrial e ganhou um papel protagônico no modelo de Estado ampliado, que agregara os atributos de empresário de serviços públicos às obrigações de Estado previdenciário(2).

A introdução das novas tecnologias dos centros geradores para o novo centro usuário processou-se através das grandes empresas internacionais.

O perfil associativo dos novos atores, constituídos em torno dos interesses do setor, permitem acompanhar as reacomodações econômicas e sociais geradas pela introdução, de fora para dentro, de novas tecnologias e recursos.

Na área da informática, as associações de empresas de fabricantes de equipamentos e de empresas usuárias precederiam à formação de uma instância decisória diferenciada para o setor - no governo - sendo que as entidades associativas das empresas e as agências de assessoramento do Governo, precederão às organizações dos profissionais da área.

Grandes empresas internacionais, como a IBM, GE, Telefunken, entre outras, eram da Associação brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), constituída em 1963.(3).

Na década de 60, uma única organização de caráter civil, a ABRACE, reunia

> " praticamente todos aqueles que tinham importância na área."
> "... inicialmente constituiu-se o que poderia chamar-se de comunidade de interessados no uso do computador, englobando desde empresários, pesquisadores até por exemplo médicos interessandos em aplicações na sua área."(4)

Os interesses profissionais não recebiam tratamento diferenciado, mesmo porque, nessa época, as profissões na área não estavam bem delineadas.

Um levantamento dos recursos humanos na área de informática, em 1973, encomendado pelo Governo,

considerava que o setor de informática empregava em torno de 12.000 profissionais(5).

O processo de diferenciação do setor começará a crescer a partir da dissolução da ABRACE e a constituição da SUCESU (Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários), em 1964(6). Com a finalidade de defesa dos interesses comuns frente aos fornecedores de equipamento, permitiria a consolidação dos "círculos" de troca de experiência dos grandes usuários de computadores, ampliando as perspectivas e demandas dos "clubes de usuários" de uma emrpesa específica (tal como o Clube da Burrough)(7).

No final da década de 70, o espaço de intermediação de interesses experimentará suas demarcações decisivas.

Em 1976, seria criada a ASSESPRO - Associação das Empresas de Serviços de Processamento de Dados - reunindo empresas de prestação de serviços, de consultoria e desenvolvimento de "software".

A ABICOMP, representante da incipiente indústria nacional do setor, surgirá como defensora de um programa de desenvolvimento industrial e da "reserva de mercado", ao mesmo tempo em que pretendia preservar a "livre iniciativa" e opor-se às práticas monopólicas das grandes empresas ou do Estado.

A SBC, Sociedade Brasileira de Computação[8], expressará o ponto de vista dos setores universitários e centros de pesquisa, e traz consigo a história e experiência dos "SECOMU", os Seminários de Computação na Universidade, e que, desde 1971, seriam um "forum" de deliberação e de elaboração de grandes premissas de orientação política, não só na esfera de Ensino e Pesquisa do setor - na busca de uma via autônoma de formação de recursos humanos - como também informando políticas públicas, através de suas recomendações[9].

A organização de interesses, porém, privilegiava o ponto de vista das empresas do setor. Era necessário "alargar" os espaços de deliberação e demanda, uma ação já iniciada pela SBC, como expressão da comunidade acadêmica. A APPD - Associação dos Profissionais de Processamento de Dados[10] surgirá em 1978 para preencher essa ausência.

O novo movimento associativo estabelecia, de fato, um "corte" no espaço comunicativo da intermediação de interesses, diferenciando os interesses dos trabalhadores do setor, dos interesses patronais.

A própria SUCESU, naquela conjuntura, oferecia às empresas um mapeamento estratégico do mercado de trabalho através da pesquisa salarial, de um manual de cargos e salários, além de um manual de equipamentos e outras

informações úteis para as empresas usuárias de computadores e empregadoras dos profissionais de informática.

O associativismo empresarial gerava novas assimetrias com respeito aos trabalhadores do setor, que ficariam em condição de desvantagem na barganha do salário e, em geral, nos processos de negociação(11).

A Associação dos Profissionais em Processamento de Dados ia de encontro a um coletivo que teria existência "em si" e não "para si", com um crescente potencial de agregação, e propondo sua articulação nos três planos da ação coletiva: a esfera tecnológica, a qual pertencem enquanto técnicos e profissionais; a esfera econômica, na qual se situam como trabalhadores e clientela do mercado de trabalho; a esfera política, na que se situam enquanto cidadãos.(12)

Deixando em suspenso toda hipótese da existência "a priori" de coletivos determinados na ordem econômica ou pela divisão social do trabalho, a leitura narrativa dos fatos nos coloca frente a um processo de construção onde operam ora critérios alternativos de agregação e institucionalização do agregado, que são provenientes dos próprios atores, ora as interferências "desagregadoras" de outros agentes, que sentem seus próprios domínios de interesses afetados pelo novo agenciamento.

No caso dos trabalhadores da Informática, formar-se-ia um "quadrilátero de forças", onde a resultante das concepções internas dos agentes e os fatores externos de pressão, levaram à institucionalização do Sindicato dos Empregados das Empresas de Processamento de Dados e à desagregação de um dos segmentos mais ativos nas origens das APPD: a categoria dos "diferenciados".

A esfera preferencial da ação coletica e as formas de sua institucionalização constituem assim dois parâmetros para a leitura do processo de construção de um ator coletivo.

Até a Constituição de 88, as "ofertas" institucionais constituiam parâmetros impositivos ao desenvolvimento coletivo da ação.

Se como Associação voluntária não existiam restrições enquanto aos princípios de agregação - mas sim limites à capacidade de representação e ao reconhecimento na esfera jurídica e econômica -, como Sindicato o "nós" deve ser enquadrado em formulações pré-estabelecidas: enquadramento sindical por atividade econômica, enquadramento por categorias diferenciadas ou enquadramento como "profissionais autônomos". No primeiro caso, o critério de enquadramento é a atividade econômica em que está engajado independentemente de seu ofício e

implica uma dualização dentro da atividade: por um lado, uma categoria patronal e o sindicato das empresas, por outro o sindicato de todos os empregados dessa empresa. O enquadramento por categorias diferenciadas tem como critério a qualificação profissional, independentemente da atividade econômica em que é desenvolvida. O enquadramento sindical como autônomo exigiria a regulamentação da profissão, a formação de Conselhos que a regulamentam e fiscalizam, entre outras condições.(12)

De fato, comprova-se uma forte relação entre as possibilidades de institucionalização e os "conteúdos" concretos: as "ações coletivas" realizadas e seus conteúdos de demandas, reivindicações e formulações políticas.

Num primeiro momento, o investimento principal do movimento associativo dirige-se a uma esfera tecnológica, de modo que as figuras de "trabalhador" e "cidadão" ficariam atreladas à figura do "profissional". O conceito de "profissional" abrange, neste contexto, um coletivo formado por todos aqueles que realizam as diversas tarefas de processamento de dados (analistas, programadores, operadores, digitadores, etc.).(14)

Num segundo momento, a esfera principal em que se insere o movimento associativo é a econômica, de modo que as figuras de "profissional" ou "técnico" e de "cidadão"

ficariam atreladas a do "trabalhador". O conceito de "empregado das empresas de processamento de dados" abrange todos aqueles que trabalham em empresas de serviço na área, nas diversas funções administrativas, de produção, etc. Após uma fase prévia de associação profissional, proceder-se-á à criação do sindicato, em 1984.

A construção de uma identidade profissional, sendo um dos primeiros nomes o de "tecnólogo" de processamento de dados, os leva a preocuparem-se com a diferenciação de funções e grades ocupacionais, em oposição àquelas já existentes, e outras que utilizam os novos serviços de computação: técnicos de administração, vendedores de empresas internacionais, usuários de computador, engenheiros. Procuram assim adquirir autonomia com respeito a outros agentes que atuam no seu campo de atividades (Estado, coletivos empresariais, etc.), e conseguem constituir um coletivo capaz de "vocalizar" novas demandas e interesses.

Ao menos em sua primeira fase, a formação da APPD-RJ parece ir de encontro com a tese do surgimento de uma "vanguarda tecnológica" na área de Informática(15).

O mero reconhecimento da filiação institucional dos membros das primeiras diretorias, indicam duas características expressivas dos quadros do novo movimento associativo.

Por um lado, trata-se de funcionários e tecnólogos, de alto nível, provenientes de empresas estatais e de órgãos assessores da esfera governamental; por outro lado, trata-se de professores e pesquisadores provenientes dos setores acadêmicos ligados tanto ao ensino como à pesquisa e desenvolvimento (por exemplo: o vice-presidente da Cobra, técnicos da CAPRE, professores/pesquisadores da COPPE e da PUC, entre outros).(16)

Eliminada toda hipóteses de fronteiras rígidas entre as jurisdições, explicitam-se, nesta formação inicial da APPD, tanto as "interpenetrações" entre a esfera da academia e a esfera industrial quanto aos interpenetrações entre organismos da sociedade civil (a APPD-RJ é uma associação civil e voluntária) e as esferas técnico-administrativas do Estado.

No ponto de encaixe destas diferentes esferas, encontrar-se-ia um grupo de tecnólogos que desempenharia o papel de agente privilegiado de desenvolvimento e orientação do setor.

Para muitos dos analistas e relatores deste processo, seria uma "vanguarda tecnológica" que após estudar nos mais conceituados centros do pais (ITA, PUC, USP, etc.) e de continuar sua formação em instituições de Ensino e Pesquisa dos Estados Unidos, da Alemanha e da

França, procuraram criar em seu país as condições de sua realização como pesquisadores, engenheiros, especialistas.(17)

A falta de desenvolvimento da indústria nacional no setor e a expansão das grandes multinacionais da informática, só lhes deixava espaço na comercialização e gerenciamento de um aparelho tecnológico concebido, projetado e desenvolvido nos laboratórios dessas multinacionais e das universidades e centros de pesquisa daqueles paises que possuíam um controle estratégico do desenvolvimento tecnológico.

O que diferenciaria essa nova "vanguarda tecnológica" dos atores coletivos articulados em torno da Comunidade Científica ou dos Profissionais Liberais?

Em 1989, o então Ministro Especial de Ciência e Tecnologia, Décio Zagotti,(18) faz a seguinte reflexão, acerca da

> "... desarticulação da comunidade tecnológica, apesar de sua dimensão.
>
> "Ao contrário dos cientistas ... os tecnólogos não tem participação política significativa".

Após declarar quem constituia esse novo "sujeito" ("Eu incluo aí as pessoas que trabalham com pesquisa

tecnológica e desenvolvimento"), agrega um motivo a mais para sua estimativa do papel político desse setor:

> "E além disso, quando fazem política, se confundem com certos segmentos empresariais, o que é problemático, porque nem sempre as posições desses grupos são coincidentes com as da comunidade tecnológica."(19)

De fato, o tecnólogo será diretamente afetado pela dualização do campo econômico e tecnológico, efeito da crescente internacionalização da economia sobre a sociedade local.

O novo movimento emergente numa área tecnológica "de ponta", apresentará assim uma figura mais complexa que as das elites tradicionais.

Compondo blocos de alianças, procurando relações auxiliares, desenhando trajetórias complexas, ora junto à oposição, ora agregado aos interesses complementares do empresariado nacional, ora como "braço esquerdo" do nacionalismo estratégico.

Os processos de agregação e desagregação que acompanham essas trajetórias, não são porém as mudanças juvenis de um ator em desenvolvimento numa lógica naturalista da história. São também resultado dos confrontos com os representantes do capital financeiro ou internacionalizado, com as propostas neo-liberais

conservadoras e resultam aliás, do acirramento dos conflitos empresa-trabalho quando se intensifica a estagnação e reversão do crescimento econômico.

Entre 1978 e 1981, realizam-se, no movimento associativo, diferentes ações tendentes a formação de um saber e um querer associativo e de definição da forma institucional para sua sustentação. Denominamos "ações construtoras" aquelas tendentes à constituição intersubjetiva de um sujeito coletivo.

Correspondem a esta fase construtora do movimento associativo, um conjunto de "ações de informação" encaminhadas ao desenvolvimento de processos deliberativos e informacionais numa esfera de comunicação entre pares. A ampliação do "nós" associativo pelos "pares", entre os quais se colocam questões acerca dos impactos das formas institucionais sobre as possibilidades de ação associativa, são, de fato, elas mesmas, instâncias de construção de identidade. O "a priori" dessa praxis discursiva entre associações, permitirá mapear os pontos onde o novo coletivo articula suas solidariedades e interesses.

Em comum quase todas elas têm o fato de serem associações que reúnem profissionais, com formação especializada, universitária. Os "temas" introduzidos permitem mapear as leituras de relevância do sujeito

coletivo: a transformação do profissional "liberal" ou "autônomo" em assalariado, em proporções cada vez maiores e a consequente extensão dos problemas trabalhistas às categorias profissionais dos setores médios e de serviços; a definição de uma "base de conhecimentos" como princípio de reconhecimento, de legitimação e de barganha, na luta pelo controle do processo de trabalho; o conflito entre a busca de um "status público", e a preservação da autonomia sendo que a ordem institucional adjudica a capacidade legal da representação ao Sindicato, ao mesmo tempo que o coloca sob os procedimentos definicionais do Estado.(20)

Existia então clara consciência do caráter "vicariante" do espaço associativo enquanto espaço político: ele agiria como substituição conjuntural de outros canais de representação e participação então suspensos. Conforme um membro do IERJ, entrevistado pelo Informativo APPD-RJ:

> "O fato é que - com essas dificuldades de toda ordem, impostas ao exercício da política partidária... a política se entrojetou no seio dessas entidades representativas de entidades profissionais."
>
> "Num contexto político mais aberto, o nível de politização de entidades como APPD, IERJ, OAB, seria certamente menor, porque essas atividades estritamente políticas seriam analisadas pelos partidos políticos livremente organizados."(21)

Além da natureza impositiva dos "modelos" jurídico-institucionais de enquadramento associativo, e das condições e alternativas que são decorrência da própria história local, no cenário do "Estado-Nação", a formação de um novo coletivo passará por processos de confronto com outros "atores coletivos", conforme um princípio de demarcação de "jurisdições" por categorias de atividade e do "monopólio jurisdicional", dentro dos diferentes campos de poder.

Uma das intervenções iniciais seria a do Conselho Federal de Técnicos em Administração (CFTA), em 1979, pretendendo incluir o tecnólogo em Processamento de Dados na categoria de "Técnico em Administração" - o que implicava desconsiderar a existência de uma qualificação específica.

> "Essa medida possibilitaria aos tecnólogos se filiarem aos conselhos regionais de técnicos de Administração passando sua categoria profissional a ser definida como 'técnico de administração' com habilitação em processamento de dados."(22)

O discurso associativo procurava dissociar a figura do "analista de sistema" do "especialista em Administração":

> "É óbvio, e todos sabemos, que a atividade de análise de sistemas para o processamento eletrônico de dados faz interseção com as áreas de aplicação; no entanto, entender que

> análise de sistemas na área administrativa é privativa dos técnicos de Administração é o mesmo que dizer que um arquiteto ao projetar um escritório de administração tenha que ser técnico no ramo."(23)

Uma série de ações de negociação e de informação permite eliminar a "resolução normativa" do CFTA, mas não impede uma votação contrária à um Projeto de Regulamentação da Profissão apresentado na Câmara dos Deputados.(24)

Uma outra intervenção - da ANDEI (Associação Nacional dos Dirigentes e Executivos de Informática) - dirige-se agora à elaboração do Código de Ética, sem a participação das APPD. Questiona-se a legitimidade da entidade, que reuniria um pequeno número de profissionais que, por suas "funções gerenciais", estariam muito mais perto dos interesses empresariais, para elaborar um Código de Ética profissional - anterior, aliás, à Regulamentação da Profissão e da criação de um "Conselho de Processamento de Dados".

Quanto aos conteúdos, considera-se que:

> "O texto do código de ética é semelhante ao de um contrato de trabalho e sempre beneficia a empresa e não o empregado."(25)

Uma nova ação de intervenção sobre o controle e organização da profissão na área de processamento de

dados, teria como agente a SUSESU, em 1984, que pretendia tramitar um projeto alternativo de regulamentação.(26)

A regulamentação alcançaria só os analistas de sistema seria criado um Conselho Federal de Analistas formado por entidades como APPD, SUSESU, ANDEI e SBC - sendo que os profissionais em PD seriam considerados profissionais autônomos, isto é: separavam-se os interesses profissionais dos interesses trabalhistas (regulamentação de horas-extras, insalubridade, salário-mínimo profissional, etc.).

Se o projeto de regulamentação do CFTA preocupava-se com a dissolução da "identidade técnica" do novo coletivo, procurando minorizar a constituição de um novo campo de conhecimentos e procedimentos que poderiam justapor-se ou condicionar as tarefas Administrativas, o projeto da SUCESU pretendia a dissolução de uma "identidade trabalhista", procurando isolar os Analistas de Sistemas, ao considerá-los profissionais liberais, das demandas e regulamentações da esfera do trabalho, assim como de outros segmentos das atividades técnicas em Processamento de Dados.

Se um se sentia afetado em seus interesses corporativos (CFTA), o outro precavia-se em seus interesses patronais (SUCESU).

Se as intervenções anteriores dirigiam-se mais ao controle da atividade técnico-profisisonal, e sua base cognitiva, outras intervenções originariam-se da esfera econômica. Com a expansão da rede de automação bancária, não só cresce o número de trabalhadores empregados na rede, em diferentes ocupações, como passa a ter um papel significativo nas negociações trabalhistas na área bancária.

O que preocupa a CONTEC , Confederação Nacional dos Sindicatos de Bancários, é a desagregação dos profissionais de processamento de dados, como "categoria diferenciada", desses sindicatos e a conseguinte perda de base de negociação. Tratava-se nesse caso de conflitos na própria esfera de interesses trabalhistas a serem resolvidos pelo diálogo.(27)

Finalmente foi obtido o enquadramento sindical, sendo o mesmo outorgado pelo princípio da "atividade econômica" em outubro de 1985. Se intensificam, então, as discussões em torno da construção jurídica do "nós", conforme a Carta de Enquadramento Sindical, e o processo histórico de construção do "nós", no qual tivera uma participação decisiva um grupo representativo da categoria dos "diferenciados". Soma-se ao processo de "jurisdificação", o confronto entre "modelos" alternativos de institucionalização dos próprios participantes do movimento associativo.(28)

Para uns seria correta a priorização do modelo sindical por ramo de produção:

> "Na minha opinião, a organização dos Profissionais de Processamento de Dados, do ponto de vista sindical (em que o principal é a luta dos trabalhadores frente ao patronato por melhores salários e condições de trabalho) deve se dar nos sindicatos por ramos econômicos."

> "Grande parte do movimento sindical é contra o sindicato diferenciado, porque essa é uma forma de organização que divide os trabalhadores de uma mesma empresa. E eu concordo com essa visão. Se o patrão é o mesmo, trabalhadores devem ter uma forma única de organização."

O movimento associativo se vê, assim, como braço da mobilização sindical.

Para outros, a prioridade seria o modelo sindical por categorias diferenciadas, e o movimento associativo deveria lutar por esse objetivo:

> "A organização diferenciada dos Profissionais de PD é correta e poderia influir sobre o movimento sindical, a favor de uma nova estrutura sindical."

Outras duas posições manifestam-se, uma, pelo "sindicato de todos" (atividade econômica e categoria diferenciada), outra, pelo "pluralismo" das formas institucionais:

> "Este sindicato parcial pode ser uma vitória parcial que nos ajudará na luta pelo sindicato amplo, geral e irrestrito de todos os trabalhadores de PD..."
>
> "A APPD-Civil e o Sindicato nada mas são que dois instrumentos do movimento e... internamente, as duas entidades devem se confundir numa só. A divisão de tarefas se dará por assuntos entre os ativistas, colaboradores e diretores do movimento, indistintivamente entre as duas entidades."
>
> "'Unitariamente' soa igual a 'autoritariamente'... Sem nenhum dogma estabelecido (as duas associações devem representar os anseios da categoria) procurando que as conquistas da categoria econômica passe aos diferenciados."
>
> "Problemas como a regulamentação da profissão atingem aos diferenciados e aos agregados por atividade econômica. As questões do impacto da informática na sociedade, sob o ponto de vista do trabalhador da área, é outra tarefa a dar continuidade. Aliás, é para isso que a gente está no CONIN."( )

O desenvolvimento dos fatos outorgará maior peso, finalmente, a organização sindical dos interesses trabalhistas.

2. A Sindicalização dos Profissionais de Processamento de Dados

Uma rápida análise das categorias ocupacionais dos associados alarga a primeira definição de uma

"inteligência" tecnológica, incluindo um conjunto de ocupações e funções que permitem colocar o movimento associativo de processamento de dados no contexto da mobilização dos setores médios.

Conforme os dados da Associação, em 1979, sobre um total de 740 afiliados, 59% pertenceriam às ocupações próprias da área de "Desenvolvimento" (analistas, programadores, diretores, gerentes, assessores, professores) e 41% das áreas de "Produção" (digitadores, perfuradores, técnico de controle, manutenção, entre outros). Conforme dados obtidos através da entrevista com um dirigente do SIND-PD, a estimativa da composição da categoria (1989) seria a seguinte: Desenvolvimento: 30%; Produção: 70%.(29)

FEIGENBAUN(30) destaca a diferença do perfil do profissional ligado às tecnologias de informação em relação a outras categorias ocupacionais nos setores da indústria e dos serviços. Só 6,55% desses profissionais possuem instrução de nível primário, sendo que, no setor de serviços, mais de 80% dos Analistas de Sistemas e mais de 60% dos programadores possuem uma instrução de nível superior(31).

O desenvolvimento da indústria local de informática permitiu, além disso, o desenvolvimento de tecnólogos e de pesquisadores, empregando em seus laboratórios de pesquisa

e desenvolvimento várias vezes o número de especialistas que era demandado pelas subsidiárias das empresas internacionais. De fato, o discurso dos tecnólogos, face a dependência tecnológica do país, expressa muitas vezes um sentimento de exclusão, resultado de atuar em tarefas de administração, comercialização e operação de tecnologias que em tarefas de desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias nas condições concretas dos ambientes de demanda e aplicação.

A deterioração das condições econômicas, além da expansão da base das novas grades ocupacionais, começará a levantar a "questão trabalhista" na área de informática.

Nesse momento, o movimento associativo reconhece a expansão quantitativa de sua base potencial e a expansão territorial de sua capacidade de agenciamento institucional da ação coletiva: já em meados de 1979 existem APPDs em oito dos principais Estados da Federação (Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal).

À esse reconhecimento junta-se a percepção de que teria chegado ao fim "a situação de privilégio" dos profissionais em processamento de dados.

Enumeram-se três fatores responsáveis da nova ordem de coisas: mudança da conjuntura econômica, inversão da

situação inicial de escassez de mão-de-obra em PD, desqualificação tecnológica que "em pouco tempo, torna obsoleto o conhecimento do profissional, principalmente daqueles de menor qualificação técnica".(32)

Diversos problemas - principalmente o salarial - já não se resolvem pela "barganha" individual entre o trabalhador e a empresa, ou por mobilidade horizontal ou geográfica (mudar de emprego, mudar de localidade) passam a requerer agora soluções coletivas.

Os primeiros a sentir o peso das novas condições de trabalho, são os que pertencem aos estamentos menos qualificados da profissão: os "operários" da informática. O Informativo da APPD reproduz o discurso dos digitadores(33). À diferença das "ideologias profissionais" de base universitária, que acompanham tarefas com maiores margens de criatividade e de sofisticação pessoal, o trabalhador na área de produção não têm expectativas de mudança individual. Dos interrogados, nenhum manifesta "prazer" em trabalhar na digitação, gostam sim de trabalhar "bem remunerados". Frente às tarefas rotineiras e repetitivas, a única gratificação é o salário.

O Sindicato tem uma continuidade e uma capacidade representativa de outra ordem. Ele "pertence ao modelo institucional do país. Os sindicatos têm que sentar com os

empresários, os empresários tem que sentar com os sindicatos para poder negociar um acordo coletivo. Ele tem que existir".(34)

O espaço da negociação, comunicacional, discursivo, não é porém, um espaço de relações fundadas na reciprocidade. Na maioria das vezes trata-se de um jogo estratégico, onde as informações econômicas sobre a empresa e sobre o setor - sobre as quais poderia discutir-se propriamente uma política de salários - não está disponível.

O espaço das relações sindicais, entre trabalhadores, espaço onde deverá ser definido o "quantum" e a qualidade das demandas - dificilmente pode estabelecer-se no interior da empresa, no local de trabalho. O Sindicato chega à porta da empresa e deve utilizar-se dos meios da comunicação indireta: Boletins, jornais, panfletos, quadros de aviso.(35)

O sindicalista, assim, trabalha no próprio sindicato e na rua: é institucionalizado um tempo e um espaço de negociação, bem delimitado, não é institucionalizado um espaço comunicativo, de reunião dos quadros sindicais e das bases, no local e no tempo do trabalho.

Em 1989, o sindicato dos empregados das empresas em processamento de dados tinha conseguido formar comissões de representantes dentro das empresas estatais e estava lutando por conseguí-las também nas empresas privadas.

Tudo leva, porém, às especializações do quadro sindical, que obtêm seus principais atributos e suas possibilidades de ação reconhecidas por pertencer a uma diretoria sindical e não por sua relação com as bases.

Nessa "especialização" do quadro sindical intervem também o desenvolvimento de um saber sindical, de uma "gnoseologia" da ação trabalhista.

Orgãos intersindicais como o DIEESE e o DIESAT, instituições não governamentais como a FASE(36) ou o IBASE(37), uma advocacia especializada em consultoria à instituições sindicais, alargam com novas esferas de discurso e de sistematização de conhecimentos, as esferas do discurso sindical.

São porém, espaços meta-discursivos, muitas vezes espaços de competência meta-discursiva pela definição do discurso sindical. E qualquer que seja a intencionalidade das partes, eles devem passar pelo espaço sindical para alcançar as bases, pois são "mediadores" da mediação sindical das negociações.

Ao mesmo tempo, o quadro sindical, assim especializado, tenderá a estabelecer-se na estrutura sindical, pois perdeu a mobilidade e o enraizamento nos espaços de trabalho - sujeito à perda de emprego: a ser preterido nas ofertas profissionais.

Assim condicionado o jogo, o sindicato lida - e só deve e pode lidar - com questões de salário e condições de trabalho.

Os participantes do movimento sindical, e principalmente seus membros especializados, são quase totalmente absorvidos pelo ciclo "mobilização:negociação" que, como um curto-circuito interrompe toda estratégia de longo alcance.

Questões como a inovação tecnológica, a discussão mais estrutural e menos circunstanciada da questão econômica, ficam, quase que exclusivamente, em mãos daqueles órgãos intersindicais ou "meta-sindicais", que através de estudos, cursos ou seminários, e às vezes, publicações mais especializadas, analisam a variável tecnológica do ponto de vista do trabalho.

No caso do SINDPD, antes da institucionalização por atividade econômica, e entre os que lutaram pela constituição do sindicato, existia uma capacidade e uma prática de discussão da variável tecnológica, não só no

modo do grupo de interesse, enquanto esta afeta o mercado de trabalho - mas também conforme um ponto de vista mais amplo, enquanto afeta a sociedade brasileira, sua economia e sua cultura.

Para alguns o "estrangulamento" das questões de longo prazo pela questão salarial, não se devia, apenas, à mudança do perfil associativo entre uma associação de profissionais em processamento de dados e um sindicato de empregados em empresas de processamento de dados. Em todo caso, à essa rearticulação do critério de agregação, que redefine o "nós" das relações de solidariedade e de interesse, agrega-se agora a perda salarial como efeito da inflação e o desemprego, que produz uma nova agregação em torno da centralidade da questão econômica.

> "Na verdade, a nossa categoria trabalha numa área nova e de ponta, a informática... antes do sindicato, na APPD uma das grandes bandeiras de luta era pela reserva do mercado e a autonomia tecnológica, mobilizava mais os setores médios, para cima - programador, analista, normalmente pessoas de nível superior, mais ligados à universidade, mas com a questão da informática como questão de produção, sempre predominaram as questões trabalhistas, é uma área mais explorada. Hoje, com a crise econômica, o grande achatamento salarial que há no país... isso faz que se unifiquem os interesses dos diversos segmentos, distintos, até você vai a uma empresa de processamento, visita a área de desenvolvimento e a área de produção, parece que está em duas empresas diferentes... Mas hoje há uma homogeneização de interesses."(38)

Por outro lado, se a centralidade econômica da questão sindical reduz o olhar "diferenciado" da categoria, justamente o olhar do "nós" segmentado de uma categoria, obscurece, tira transparência ao olhar mais abrangente, da totalidade dos trabalhadores ou da totalidade do social.

Poderíamos indagar onde e como se constitui uma esfera gnoseológica e comunicativa que agregue aquele "nós" fragmentado, sujeito à múltiplas segmentações (de experiência, de "jurisdição", de interesses), recolocando a questão do sujeito como questão relevante do pensamento político.

De fato, se não se percebe uma solução, fica porém em evidência o limite do olhar corporativo, o que, segundo Mattelart(40), denominaremos de "ideologia profissional". Com efeito, se a experiência de vida e de trabalho de uma "elite" profissional, sua participação em uma base de conhecimentos especializados, permite-lhe olhar os problemas do setor com certo alcance, até da ótica maior da "sociedade como um todo", nada elimina o caráter situacional do olhar, o olhar de uma "situação".

Alguém diria que a justiça é algo demasiado importante para que fique exclusivamente nas mãos dos advogados; o mesmo poderíamos dizer neste caso: a

informação é algo demasiado importante para que fique nas mãos dos profissionais de processamento de dados, ou dos bibliotecários, ou dos arquivistas - enquanto "categorias" isoladas e excludentes.

A Associação Civil, voluntária, mais livre, parece oferecer um espaço mais propenso a aceitar a heterologia de diversos agentes de discurso e mobilizar fluxos de informação mais dinâmicas.

Sua "publicização", o reconhecimento pelo Estado ou ainda pela sociedade como sendo algo de "status" público - , produz nela, porém, outro tipo de estreitamento das esferas comunicativas.

Na medida em que o "nós" associativo, o "nós" do enunciar é só simbolicamente representação do campo do "socius"; o nós que ele coloca como sujeito de seus enunciados é sempre o resultado de uma redução da parte pelo todo. Os conteúdos culturais, os valores, as consignas de orientação da ação, podem até ser considerados pela base associativa como simbolicamente legítimos, sem que se sintam obrigados a transformá-los em práticas e sem que expressem, necessariamente, alguma realidade em seus campos de trabalho e de vivência.

A lucidez de alguém que fora dirigente da associação e do sindicato, permite-lhe afirmar que

acreditava ter coletivizado um tipo de argumentação em torno de questões tecnológicas: simplesmente tinha-lhes colocado no espaço público do discurso associativo.

A particularidade do ponto de vista do "nós" e do discurso que se expressa em cada forma de institucionalização, leva a aventar a hipótese de seu caráter complementar, sendo que de fato uma não substitui o espaço de ação da outra: existindo o sindicato, teria-se que criar de novo uma APPD.

De fato, lidar com o imperativo industrial colocado pela informática, mas também com outras questões que podem requerer igualmente a combinação de saberes locais e saberes de longo alcance, científicos, técnicos e estratégicos - como as questões ecológicas, por exemplo - parece uma tarefa aquém ou além das organizações de massas: próprias de micro-grupos ou de organizações transversais que perpassam, de algum modo, o campo de intermediação de interesses e geram círculos de reflexão e deliberação dentro e além das fronteiras nacionais.

Dentro da ordem internacional, agências da esfera do trabalho, ligadas à ecologia, à saúde, enfim, organizações não governamentais surgidas de Igrejas e outras ações voluntárias, apresentam também seus "perfis" meta-discursivos e propõem-se determinados efeitos articuladores.

É nessa complexidade de níveis e pontos de vista que as questões podem ganhar, neste fim de século, alguma transparência

3. Estado, Empresa e Movimento Associativo: o "Status Público" e o Discurso

A construção de uma identidade coletiva movimenta-se constantemente entre um "nós" idealizado e um "nós" possível e portanto, realizável. Através do discurso associativo temos mais acesso ao "nós" que cresce no espaço ideal da palavra, sempre maior que o "nós" que é o agente efetivo do ato de enunciar. Esse espaço "vazio" indica o lugar imaginário da sociedade civil.

De fato, a política consiste em trabalhar sobre esse vazio que, porém, nunca poderá ser totalmente preenchido. Daí que para nós o social nunca é totalmente possível e o político, numca é impossível totalmente.(39)

É dentro desse "nós" ideal, imaginário, que as ações de comunicação e de geração e disseminação de informação preparam os traçados articulatórios das relações associativas.

O discurso associativo, ao expandir-se nos espaços coletivos - encontros, congressos e finalmente, órgãos de comunicação do movimento e a própria imprensa - define "a priori" sua rede de relações políticas, e "prepara" o "outro" para reagir conforme suas demandas e expectativas, na medida em que o incorpora pela definição.

O "nós" associativo de uma categoria profissional, terá, como extensão máxima, no ato de enunciar, o número daqueles que compõem a categoria. Sob o modelo da "soberania do grupo", a busca da autonomia profissional e de controle do processo de trabalho produzirá uma "sutura" do campo imaginário da construção do "nós", de modo que a categoria se coloca como centro da sociedade civil, e os temas do discurso são demandas atuais e imediatas da própria categoria.

Conforme um quadro sindical,

> "As categorias são corporativas. Como elas se mobilizam muito por interesses próprios, há uma tendência a eles raciocinarem todo em função da categoria... É preciso mostrar... que o mundo não é sua categoria, que não é o centro do mundo, que existem outras categorias que têm interesses diferentes... Então um dos objetivos é ele (o ativista sindical) romper com o corporativismo, perceber a sociedade como um todo... inclusive (assim) ele atua melhor dentro de sua própria categoria..."(40)

No caso dos profissionais de informática, o passo inicial fora dado por uma "intelligentzia" tecnológica, mais próxima por sua percepção da "totalidade" do intelectual doutrinário que do modelo corporativo. A "totalidade" que contextualiza o "nós" de seu imaginário político, é da máxima extensão: abrange o Estado e a Sociedade Civil. Admite, aliás, alternativas: para uns, o que totaliza o "nós" dos profissionais de informática é a "informatização da sociedade"(41); para muitos, o único "totalizador" de interesses do setor é o Estado, através de uma "Política Nacional de Informática".(42)

Nas duas situações o objetivo não é a autonomia da categoria profissional e seu controle de uma base de conhecimento organizados mas a <u>autonomia tecnológica</u> de uma totalidade ora definida como <u>a sociedade</u> ora definida pela referência ao <u>Estado-Nação.</u>

Em fins da década de 70, podemos sentir a alternância dos contextos de formação do "nós" associativo, primeiro, como instância complementar da iniciativa privada nacional - o emergente setor da indústria da informática - e depois como parceiros numa sociedade civil organizada, colocando-se como instância decisória da política nacional do setor.

Resultante de uma agregação de entidades, num congresso da SUCESU, os técnicos e pesquisadores do setor

conseguem a aprovação de um documento que incluia a maioria de suas teses. Essas teses, constituídas numa esfera de intermediação de interesses, tem como agentes as "associações de classes representativas da comunidade de processamento de dados", as quais reúnem tanto "profissionais como empresas nacionais da área".

Com efeito, o documento elaborado no Congresso da SUCESU, têm como pano de fundo a aliança entre atores econômicos do projeto de "desenvolvimento nacional", incluindo objetivos da modernidade: a formação de sujeitos coletivos, legítimos e legitimadores, capazes de conduzir o conjunto dos profissionais de processamento de dados à condição de parceiros eficazes do mercado de processamento de dados, da "Indústria Nacional de Hardware e de Software".(43)

Desse modo, tanto o Estado como os profissionais - considerados como "recursos humanos" - ficarão subordinados às mecânicas dos mercados.

Por um lado, a iniciativa privada demanda seu lugar nos "órgãos controladores da informática", como a CAPRE. Por outro lado, estabelece limites à estatização, indiretamente, pela exclusão do Estado nas áreas de operação que oferecem lucro e rentabilidade, explicitamente, estipulando um equilíbrio negociado entre a iniciativa privada e a estatal.

As "recomendações" do tópico "com relação ao Estado e a iniciativa privada" desenham um Estado regulador das relações no mercado interno, seja para evitar a expansão das internacionais, seja para favorecer a iniciativa privada no setor, seja para manter as Empresas Estatais do Processamento de Dados nas áreas onde predominam "objetivos sociais".(44)

O Estado, enfim, só é regulador quando é regulado pelos objetivos da expansão do capital nacional.

Sob a epígrafe de "... formação de recursos humanos", as demandas - que são sem dúvida, bandeiras dos movimentos associativos dos profissionais da área - ficam contidas pela demarcação transparente do campo de debate: as areias da economia na ótica do capital nacional. Incorporam-se, assim, demandas de controle pelo profissional, dos processos de educação tecnológica, das "éticas" de exercício profissional assim como do desenvolvimento de instrumentos de luta pelos direitos trabalhistas: a sindicalização. Quanto aos "conhecimentos" implícitos nas demandas, se o conceito de "responsabilidade social" acompanha o conceito de "controle de qualidade" da mão-de-obra especializada, o faz para mantê-lo reduzido à esfera da produção: O "valor", constituído conforme a ordem do mercado de trabalho, apresenta-se como "eficácia", do ponto de vista

da demanda do capital, e como "reserva de mercado de trabalho", desde o ponto de vista da oferta do profissional assalariado.

A regulamentação da profissão aceita, então, as regras do jogo industrial-capitalista, as hierarquias verticais na organização do trabalho; nenhuma regra de fundo é afetada no jogo capital-trabalho.

Trata-se, então, de um começo de um "discurso público" dos profissionais do setor. O "nós" do ato enunciativo (profissionais e empresas) mostrava o efeito redutor da operação de equivalência, montada pelos efeitos da "representatividade" dos "conteúdos" discursivos: a "subjetivação" na esfera da indústria nacional, exclui do campo discursivo "zonas" inteiras contempladas, de maneira difusa abrangente, pelos grupos de tecnólogos.

É interessante comparar a construção do campo discursivo com aquele reconstruído em outro documento.

Esse segundo documento é produto de um Seminário sobre política nacional de informática, realizado sob o patrocínio da APPD-RJ e o Clube de Engenharia, e reúne as "Recomendações" desse seminário, publicadas e difundidas pelas entidades patrocinadoras.(45)

Por um lado, restringe-se o campo do sujeito inicando uma desagregação da aliança anterior: o sujeito da enunciação é agora "a comunidade tecnológica", representada pelos setores de informática e engenharia.

Ao mesmo tempo, amplia-se o modelo do agente político-decisório para incluir novos agentes sociais, e um movimento crítico frente ao papel do Estado, enquanto questiona-se o encaminhamento da formulação de políticas que alcancem, em seus efeitos, à sociedade como um todo, através do mecanismo da "comissão" fechada e "diretamente ligada ao executivo".

As recomendações do seminário, sob o tópico de "Organização e ação dos profissionais da área tecnológica" manteriam o objetivo de ampliar a participação deliberativa e decisória da sociedade na elaboração das Políticas Nacionais de Informática, explicitando as "posições-sujeito" desse discurso possível: enumerativamente, o Congresso nacional, Empresas Públicas, Empresas Privadas sob o controle do Capital Nacional, representantes das diferentes categorias profissionais atuantes em processamento de dados.

Uma série articulada ou articulatória de colegiados reforçaria a formação modulada da vontade coletiva. Assim, as empresas onde existisse participação do Capital Estatal teriam em seus Conselhos de Administração, representantes

da Sociedade Civil, por meio de Sindicatos de Trabalhadores e de Associações Profissionais da área.

A demanda de autonomia profissional recorre aos mesmos tópicos: o direito a livre organização dos profissionais em sindicatos livres e representativos, o reconhecimento de associações representativas independentemente da sua forma organizativa; a participação na regulamentação das profissões na área e de uma legislação do trabalho assalariado.

O horizonte, porém, como já fora analisado, é outro: ele inclui o momento econômico, mas o transcende, redefinindo o campo do debate e os papéis dos agentes envolvidos.

Em relação ao Estado, o recoloca no contexto da Nação e da Sociedade propondo a revisão crítica do conceito de Soberania:

> "O aparelho do Estado, cuja segurança deveria ser definida pela Sociedade a partir da Segurança desta mesma Sociedade, passa a ver-se como fundamento desta última e a identificar Segurança do aparelho do Estado como Segurança nacional".(46)

A definição do caráter estratégico da informação é logo contextualizada numa redefinição do conceito de Segurança.

Em relação ao poder econômico, o contextualiza na instância histórica da desigualdade social que o computador "potencializa".

O espaço do debate não é, porém, nem o tecnológico, nem o econômico: é o espaço onde são negociados os "significados" das novas tecnologias - sobre o que é, como e para benefício de quem serão gestados e aplicados os novos procedimentos de processamento, controle e acesso à informação.

> "O remeio, assim, não está em medida de natureza tecnológica (por exemplo, a eliminação dos computadores), mas sim em medidas de natureza política, que tendem a democratizar o controle das decisões."(47)

O novo ator coletivo, constituído em torno das novas tecnologias de informática, dirige-se à cidadania através do Estado, e, por isso, preocupa-se não só com os "conteúdos" das políticas do setor, mas com seus procedimentos. Quase uma década antes da constituinte, preocupava-se com as formas democráticas de traduzir os processos políticos de formação da vontade em mecanismos legítimos e decisórios dos poderes públicos. Os apelos ao Congresso e ao aparelho Legislativo - também uma das demandas do 1º Congresso Nacional das Associações de Profissionais em Processamento de Dados, respondia a uma situação histórica específica. Deverá lembrar-se que as decisões na área científica e tecnológica teriam sido

tomadas, após 64, de maneira tecnocrática, na esfera do Executivo e suas agências.

Nas recomendações finais a "intelligentzia" tecnológica, associando ao caráter de intelectual específico a formulação antecipadora de políticas sociais, próprias do intelectual doutrinário, renova o diálogo profissional-Estado, mediado agora pelo poder legislativo:

> "Ao Congresso Nacional,
> Que promova um amplo debate sobre Política Nacional de Informática e sobre as consequências do uso do computador na sociedade e... assuma efetivamente a iniciativa de elaborar e aprovar a legislação que progressivamente se torne necessária."
> "Às organizações patrocinadoras do Seminário,
> Coordenar a luta pelo direito de representação das associações profissionais e dos diversos segmentos da sociedade nas organizações responsáveis pela formulação e acompanhamento da Política Nacional de Informática."
> "Ao poder Executivo,
> Que as decisões no sentido de centralização ou descentralização dos sistemas computadorizados sejam explicitamente e publicamente tomadas e constantemente avaliadas, pois comandar a informatização é escolher um modelo de sociedade."(48)

A institucionalização da política nacional de informática reproduzirá, em termos discursivos, a relação paradoxal entre a "extensão" do sujeito coletivo de enunciação e a "contração" da esfera ideacional desenhada pelos "conteúdos" discursivos.

Conforme declarações dos próprios atores, seria a denotação de uma campanha "opositora", a nível internacional, o que deflagraria a "reação" dos defensores da reserva de mercado para a indústria da informática. É essa "ação de informação" dos representantes das grandes empresas internacionais o que desloca a questão nos "espaços para o público" da imprensa privada. Propagandas, entrevistas, editoriais, em jornais de ampla circulação, indicavam uma mudança nas estratégias de pressão sobre as esferas decisórias - agora partilhadas pelo Executivo e o Legislativo. A "opinião pública" aparece como pano de fundo da esfera parlamentar, explicando-se assim a "passagem" da questão para os jornais:

> "É a primeira vez que essa reivindicação deixou de aparecer apenas nas seções de economia e em publicações especializadas para ganhar a imprensa e a televisão. Alguns jornais têm dedicado sucessivos editoriais onde são veiculadas opiniões semelhantes às das duas companhias."(49)

A dualização do cenário econômico e político permite reconstruir as polarizações do campo discursivo. Por um lado, os defensores da "livre iniciativa" nos mercados de informática; são argumentos a favor: as empresas internacionais trazem, junto a seus capitais, conhecimentos e tecnologias; a reserva de mercado retira a indústria nacional dos processos "reguladores" do confronto competitivo nos mercados; enfim, a informática,

enquanto favorece a redução de custos e o aumento da produtividade, propõe-se como fator corretivo das crises econômicas de outros segmentos das atividades da indústria e dos serviços.(50)

Por outro lado, os defensores da "reserva de mercado" a situam no horizonte maior da "emancipação tecnológica".

O "Movimento Brasil Informática" permitirá a manifestação de novas potências de subjetivação do campo tecnológico. Agregar-se-ão, assim, os movimentos associativos da área de Informática, a APPD, a SBC, as entidades associativas de engenheiros (Clube de Engenharia, Sindicato de Engenheiros); soma-se também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, uma das expressões mais estáveis de uma "sociedade civil" brasileira.

A ABICOMP incorpora o setor empresarial da indústria de informática. Os partidos políticos começarão a manifestar-se primeiro, os da oposição - PMDB, PDT, PT; finalmente, alguns segmentos de orientação nacionalista dos representantes da situação.

O que se ganhou na consolidação e ampliação do agente coletivo das demandas, orientadas à reserva de mercado para a indústria nacional de informática, perdeu-

se, na própria formulação da lei, com respeito a abrangência e qualidade de seus conteúdos políticos. Com efeito, não ficaria estipulado, de maneira clara e efetiva, acerca do apoio a pesquisa, sobre a política de "software" e, transcendendo a esfera dos interesses econômicos, acerca da democratização da informação.

Um diretor da APPD, comentava:

> "Embora o decreto se disponha a regular "toda a política de informática", ele não aborda importantes aspectos dessa política, como a própria informatização da sociedade brasileira."(51)

Não é, então, a falta de um conteúdo ideacional o que limita a elaboração das políticas: é o afunilamento do quadro de interesses, conforme as prioridades que expressam as tendências hegemônicas, o que "contrai" o "mapa temático" do processo de "juridificação". A política nacional de informática receberia, assim, sua primeira institucionalização.

Para as lideranças do movimento associativo, a demanda de "autonomia tecnológica" se contrasta com a premissa da dependência econômica, tecnológica e cultural, e transcende, ainda que incluia, a reserva de mercado. O papel do Estado na defesa dos interesses nacionais, ainda que caracterize uma versão estatizante do modelo político, não era porém legitimado sem a exigência de uma

redefinição das relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

No contexto do movimento associativo a "autonomia tecnológica" se associa à soberania e à democratização da política nacional de informática.

O espaço associativo era assim olhado como um espaço de modernização emancipatória, capaz de unir numa mesma reflexão à inovação tecnológica e à mudança social. É nessa tradição de um "Discurso Público" que outro dos diretores da APPD situa o papel do movimento associativo dos profisisonais da informática:

> "Quando o clube (de Engenharia) fala, quando a OAB fala, quando a ABI fala, não se vê o lado corporativo:
>
> "A APPD nacional é um exemplo positivo"
> "... só existe enquanto nome, mas mesmo esse fantasma consegue passar mensagens graças a sua tradição."
>
> "Então isso aí, a marca que a APPD Nacional tem, de discutir tecnologia com seriedade."(52)

Ao mesmo tempo que o "nós" associativo passava por processos de transformação, que o deslocavam do campo tecnológico para o campo econômico das relações trabalhistas, mantivera-se como interlocutor de um Estado interventor e regulador, que repercutia tanto no plano das organizações sociais como no plano das relações entre os diversos setores e segmentos sociais.(53)

As relações entre o movimento associativo e o Estado passaram por três fases principais: a da CAPRE, a do SEI e a do CONIN (ver Anexo nº 5).

A CAPRE, Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados, surgida sob o Governo Médici em 1972, ia de encontro às preocupações de cientistas e engenheiros da área eletrônica, que estavam em melhores condições, por seu conhecimento e experiência, para avaliar o papel dos computadores na Administração Pública e no desenvolvimento econômico: cientes da necessidade de elaborar respostas práticas, institucionais, educacionais, as questões colocadas pelas novas tecnologias - que redefiniam, para os países receptores, os condicionamentos contemporâneos dos imperativos da industrialização e da modernização.

Muitos deles têm o mesmo perfil dos primeiros quadros do movimento associativo - de formação acadêmica, de filiação institucional. Para muitos, aquela associação tratava-se do "braço combativo" de uma ação que, do interior do aparelho estatal, o transcendia e o "ampliava" uma imagem gramsciana da sociedade civil.(53)

As parcerias não seriam, porém, duradouras.

Dentro do Estado, começava a redefinir-se o lugar da Política Nacional de Informática, em termos da "Segurança Nacional".

Tendo o CAPRE um papel decisivo, com seus erros e seus acertos, nas políticas nacionais o setor, outros segmentos da vontade política, no interior do aparelho do Estado, começam a procurar seu lugar na tomada de decisão com respeito às novas tecnologias.

Na trilha das ações destes novos agentes, uma série de eventos afetaram o rumo das políticas e suas expressões institucionais. Entre os novos fatos estava a supressão da CAPRE e a criação do SEI, a Secretaria Especial de Informática.

> "Sabe-se também que a informática passará a ser considerada de importância para a Segurança Nacional, merecendo atenção igual ao setor de energia."(54)

Em maio de 1979, o editorial do Informativo, entitulado "Pela Democratização da Política Nacional de Informática", introduzia, através do espaço associativo de discurso, uma dupla demanda sobre os procedimentos que deveriam levar à formulação das políticas do setor: ampliação do leque de questões, ampliação da base social da tomada de decisão.

Muitas das teses levantadas pelos departamentos científicos das Associações Civis e Profissionais do setor, serão abandonadas pelos Sindicatos da categoria econômica.

> "Nós criamos que essa discussão em que nós estávamos, era discussão de todos, e não era..."(55)

As mudanças políticas e legislativas reformulariam, a partir de 1984, o cenário de elaboração de políticas públicas na área de informática. O Conselho Nacional de Informática e Automação, o CONIN, formado por 14 Ministros de Estado e 8 representantes de Associações de Classe, teria a missão de oferecer subsídios para a elaboração das políticas do setor.

A APPD Nacional, agora com o apoio da FENADADOS, Federação de Sindicatos de Empregados de Empresas de Processamento de Dados, ocupará seu lugar de interlocutor especializado no quadro dos representantes das Associações de Classe.

Tratava-se, de fato, de uma luta solitária e assimétrica, à medida que o "discurso público" da "intelligentzia tecnológica" era diluído no contexto das reivindicações trabalhistas: salário, emprego, condições de trabalho.

O esboço de uma esfera neocorporativa teria os limites de um "status público" concedido pelo Estado e regulamentado pelo Estado:

> "Na plenária do CONIN contestamos o conceito de maioria naquele conselho. Nós da sociedade civil - representando os trabalhadores pela APPD e CONTEC, os cientistas pela SBC/SPPC, o direito pela OAB/IAB e o empresariado da informática pela ABICOMP e ASSESPRO; nós éramos a representação da maioria que não se materializara em Conselho onde o governo detinha esmagadora maioria dos votos."(56)

O Governo Collor, orientado por um modelo neoliberal de economia de mercado, apressará o processo de liberação dos segmentos da Reserva de Mercado e, finalmente, deixará de convocar o novo CONIN, em meados de 91.

4. Os Homens, as Palavras, as Máquinas. A Questão da Variável Tecnológica

O coletivo dos trabalhadores é um produtor de significados, de formulação e de reformulação de parâmetros de experiência que participam na geração de novos quadros conceituais.

O imperativo industrial pretende reduzir as formas alternativas e plurais de lidar com modelos tecnológicos.

Uma "redução" anterior, porém, levou à dissociação das síntesis cognitivas da Ciência e da Tecnologia e, antes, à dissociação da inteligência e do corpo.

O olhar, um mesmo olhar humano, "theomai", na expressão grega, desdobrou-se, na história da cultura, numa "teoria" e um "trabalho visual".

É nesse contexto que traça sua experiência o trabalhador de informática.

É nesse trajetória da cultura Ocidental que deve ser colocada a formulação e reformulação da função cognitiva e da figura hegemônica do poder.

Uma particularidade do trabalho com informação, é que eles trabalham na fronteira entre o trabalho sincrônico - ou "trabalho vivo" e o "trabalho diacrônico" - ou "trabalho morto", transformado em registros, inscrito em rotinas e circuitos eletrônicos, transformado em máquinas.

Seu trabalho é um constante ir entre as coisas e as palavras, o mundo e o comentário do mundo; o trabalhador de informação coloca seu tempo para "salvar o tempo" de um outro produtor. Com sua inteligência e com seu corpo, atrela os tempos diacrônicos e sincrônicos do trabalho, num único tempo social.

O que o trabalhador aprende acerca do trabalho, depende certamente das mudanças da esfera do trabalho. O trabalho com signos e com informação redefiniu seus parâmetros de experiências quando passa do trabalho com palavras, signos e coisas ("documentos") ao trabalho com máquinas.

Uma mudança fundamental resulta, no entanto, da qualidade da experiência que está na base de cada trabalho. Nós nos relacionamos com as coisas como "utensílios": o uso redefine o ser "uma coisa", para ser "uma coisa útil": nos colocamos à coisa no tempo, no ritmo da ação.

A máquina não permite já essa "manipulação": nós tanto utilizamos a máquina como a máquina nos utiliza. A máquina organiza nossos movimentos, nossas pausas. Através da máquina, nosso tempo de vida é absorvido pelo tempo uniforme, abstrato, do trabalho. A máquina coloca em visibilidade, o enquadramento do trabalho com signos e palavras, no paradigma produtivista da sociedade industrial.

O que sempre aconteceu, o que foi regularmente dissociado e fragmentado por padrões culturais e por formas sociais de organização do trabalho, agora aparece, deslocado, como uma condição nova, como uma questão nova

da sociedade contemporânea: a questão da síntese, das relações, das totalidades.

A "aisthesis" e o conceito, o olhar e o agir, o signo e o mundo, o signo e o pensamento: quando Ocidente pensa que se lança sobre o futuro, está só colhendo as sementes do passado...

> "Na realidade, não estamos acostumados a pensar em ver e olhar como trabalho, uma vez que relacionamentos trabalho a esforço muscular. Na realidade, as atividades de ser e olhar envolvem uma grande quantidade de músculos. Podemos, portanto, falar em verdadeiro trabalho visual, que consiste de trabalho ocular, trabalho nervoso e trabalho postural."(57)

Associações profissionais e sindicatos atuantes na esfera de processamento de dados, realizaram diferentes ações, frente ao Estado e frente as empresas, para a implementação de procedimentos orientados à deteção, tratamento e prevenção das lesões provocadas por esforços repetitivos (LER)) e que afetavam aos profissionais de informática com ocupações na área de produção, especialmente digitadores.

O conteúdo das demandas que ativam o movimento associativo, provêm do mundo de vida e experiência das bases, moldadas pelas formas concretas do trabalho e interação.

Conforme um dirigente do movimento de saúde, do sindicato de trabalhadores em processamento de dados, o processo começaria assim:

> "Eu era leigo nesse assunto (...) por volta de 84, 85 (...) em todo caso, comecei a liderar esse movimento de saúde porque no local em que trabalhava estava havendo muita incidência (...) um número grande de trabalhadores se queixando de dores. Os médicos que nos atendiam não esclareciam (...) o problema crescia, dores e mais dores, a produção descia (...) ameaças de desemprego, essas coisas todas (...)."(58)

Conforme a literatura(59), no início da década de 70, criou-se no Japão um comité para estudar esse tipo de doença, dentro de uma associação japonesa de saúde industrial. A atualização e reformulação local de um saber médico disponível na esfera da literatura científica, passa, no entanto, por processos sociais complexos de construção e reconstrução conceitual.

A esfera do saber, idealmente considerado uma unidade auto-regulada e orientada à "pesquisa de frente", concretamente se desdobra em diferentes séries, conforme perpassa os campos institucionais de equacionamento das demandas sociais.

As respostas numca precedem ao reconhecimento do problema - mas tudo depende de quem, por que e para que começa a "problematização":

> "Então, como iniciar aquela luta? O primeiro passo foi procurar a previdência social para ela nos amparar. 'Na previdência social recebemos uma negativa, porque a doença não era reconhecida."(60)

O movimento associativo, formula um problema e enquadra os termos possíveis da resposta numa ordem normativa e estratégica, sua própria "pragmática de informação".

> "De acordo com a necessidade de acordo com a importância, nós solicitamos apoio, informações (...) são instituições federais, órgãos técnicos capacitados. É através desses órgãos que nos desenvolvemos melhor (...) vamo-nos a aparelhar, a estruturar melhor, com informações, com publicações, com mais trabalhos científicos."(61)

● que dá "sentido" ao momento cognitivo-informacional é o modo como é incorporado por um agente coletivo em seus contextos de ação (construtora, defensiva, estratégico), mas ação e conhecimento se constituem numa esfera de interlocução que dá ancoragem à produção social de significados.

Trata-se de um processo: nem o agenciamento coletivo precede a suas esferas de interlocução, nem

existem "conteúdos cognitivos" ou "significados" que precedem ao próprio coletivo.

O alongamento das esferas comunicacionais e dos horizontes cognitivo-informacionais, modificaram os horizontes da ação, estabelecendo novos pontos de partida para a colocação de demandas e objetivos, do ponto de vista de sua legitimidade e instrumentalização.

> "Através de nossos conhecimentos, dessas informações, (...) podemos chegar a uma massa de negociações e comprovar que existem trabalhos (científicos) que justificam aquilo que estamos pedindo (...) aquela preocupação nossa para melhorar as condições de trabalho e prevenir a doença, para que os trabalhadores não venham a sofrer essa lesão."(62)

Sumarizando, as pragmáticas informacionais do movimento associativo, seguem duas vertentes principais. Por um lado, poderíamos falar de um modelo <u>jurídico-assistencialista</u> de geração e uso de conhecimento/informação. O conhecimento tem um papel de legitimação e é usado junto com seus signos de "autoridade" (literatura científica, parecer de cientistas, de órgãos técnicos, governamentais e internacionais, etc.). A informação e o conhecimento são incorporados visando a aumentar o poder de "barganha" do trabalhador, numa orientação da ação defensiva ou reivindicatória, e colocada nas esferas da negociação. As práticas e ações de informação do movimento associativo

são estabelecidas em espaços institucionais, reconhecidos pelos poderes públicos e enquadrados na legislação trabalhista.(63)

Por outro lado, poderíamos falar de um modelo político e articulatório de geração e uso de conhecimento/informação através do qual a demanda de saber é instituída em esferas interativas e recíprocas de interlocução, visando a uma transformação técnica e social.(64)

Uma terceira alternativa, melhor explorada pela Associação Profissional que pelo Sindicato, preocupa-se em fortalecer as cadeias de transferência de conhecimento/informação do ponto de vista da qualificação e a obtenção de reconhecimento institucional da profissão. Modelo técnico-funcional ou técnico-corporativo, não teria chegado a ser dominante nos movimentos associativos na área de informática.(65)

A construção social dos significados perpassa, porém, as diferentes pragmáticas: se a diversidade das experiências e dos sujeitos - individuais, coletivos, pluraliza as cadeias prático-discursivas, os conceitos elaboram pontos de interseção de saberes e experiências e geram sempre novas séries prático-discursivas.

O caso das "LER" (Lesões por esforço repetitivo), ilustra a operação sintética do conceito:

> "... Mas agora temos outros problemas (além da tenosivitis): bursitis, problemas visuais... todos deveriam ser enquadrados como doença profissional (...) como nós vamos chegar a isso? Vamos englobar tudo num termo só. Já está demonstrado que se trata de doenças profissionais, que são resultado de movimentos repetitivos."(63)

As pragmáticas plurais do movimento associativo, dissociado, mostram suas limitações.

A escolha de padrões políticos e articulatórios de organização dos conhecimentos, parece colocar o movimento associativo numa encruzilhada: quando ela adquire extensão e qualidade para interferir nas cadeias decisórias acerca das variáveis tecnológicas, a ação associativa fica no mesmo plano meta-discursivo das agências do Estado e das instituições diferenciadas e especializadas da política científica e tecnológica - mas dissociada dos processos locais e miúdos da luta contra o monopólio dos conhecimentos e pelo controle do processo de trabalho.

Os modelos técnico-funcional ou jurídico-previdenciário, tendem a atrelar o momento discursivo e conceitual ao monopólio jurisdicional da categoria, e a reforçar comportamentos corporativos e neo-corporativos. A fragilidade das bases dos movimentos associativos reforça

o caráter reprodutivo das ações orientadas por padrões exclusivamente técnicos e assistencialistas.

A questão seria a articulação das pragmáticas e ações de informação numa esfera concreta de interação comunicativa.

Dentro desses limites, como aspecto afirmativo, destaca-se a especificidade da ação associativa: ela tem uma tarefa na superação da dissociação entre as cadeias distributivas e as cadeias formativas de transferência de conhecimento/informação:

> "quando comecei eu era leigo, não sabia de nada e agora estou aqui, dando essas informações todas porque fui buscar (...) eu discuti com médicos, com técnicos e eles passaram essa experiência (...) Então é importante (...) uma experiência muito rica (...) o trabalhador jogando suas queixas, sentindo na pele o problema (...) e então buscar informações e saber como a gente seguia o caminho."(64)

A informação pode mapear ou abrir caminhos, mas só o "nós" associativo pode definir as metas, selecionar as informações, e, principalmente, caminhar.

CONCLUSÃO

Estamos, ainda, sob a força meta-discursiva dos conceitos de modernidade e de modernização. Eles compõem as premissas do argumento político que conduz, através de uma lógica derivativa, a afirmação conjunta do imperativo da inovação tecnológica e dos princípios normativos da democracia jurídica.

O conceito de modernidade sumariza, de fato, uma Filosofia da História, caracterizada como a "demarche" emancipatória da racionalidade, envolvendo o processo e o agente da modernização: o indivíduo soberano, o cidadão do Estado jurídico, o empresário de todas as indústrias: das indústrias do aço, da informação e, finalmente, das indústrias da vida.

A maneira moderna de organizar a experiência do Ocidente implica um modo específico de articular os principais parâmetros de construção dessa experiência, a partir da centralidade da função cognitiva.

A comunicação e a linguagem - espaço de junção de toda modulação cultural da aventura hnumana - é também o espaço daquela integração caracterizada pela centralidade da função cognitiva.

Essa sinergia do conhecimento como função centralizadora ou preferencial, realiza-se como capacidade de intermediar e de ser intermediado por todos os contextos da ação coletiva: os padrões cognitivos participam na definição dos contextos institucionais da ação e os padrões associativos organizam as cadeias de conhecimento/informação.

Toda referência à centralidade da função cognitiva requer, no entanto, a referência a sua dualização, resultante de seu modo específico de inscrição nas estruturas de poder. Poder que ganha suas qualidades e instrumentos por sua tendência à maximização dos valores de conhecimento/informação e à apropriação monopolista de seus produtos e recursos.

De fato, a inscrição da função cognitiva numa forma histórica do poder a subordina a dois princípios: um princípio de legitimação e universalismo, e um princípio de eficácia e de controle.

Essa inscrição na estrutura de poder explica, aliás, porque, no século XX, o ciclo que se iniciara pelo predomínio do modo de produção industrial capitalista experimenta uma transmutação: o modo de produção realiza-se agora como modo de informação.

É próprio do mesmo paradigma da centralidade e dualização da função cognitiva, que um "quantum" de informação recorra, em todos os sentidos e em todas as direções, ao espaço social, o que implica a existência de elos comunicacionais e cognitivos que perpassem todas as "posições" e "campos" que organizam esse espaço, em toda sua extensão. Esse é, ao menos, o protótipo da sociedade moderna e da institucionalizaçào dos modelos da ação racional.

A hipótese de um "quantum" de informação que perpasse todos os contextos sociais sustenta-se uma das premissas maiores da construção política moderna: a que afirma a comensurabilidade dos discursos sociais, conforme a reformulação contratual do vínculo social - no Estado de Direito.

Hegel aponta as aporias a que conduzem as figuras modernas das relações sociais, por um lado definidas pelo princípio formal da igualdade, e por outro lado, segmentadas e hierarquizadas por privilégios e desigualdades.

A comunicação, no seio da conflituada sociedade civil hegeliana, junção das disjunções, perde sua função vinculante. A totalização ocorre pelo retorno ao Absoluto da Idéia, após os fracassos dos procedimentos modernos para lidar com a contingência da informação: toda síntese

é impossível nos espaços sociais e políticos de interação - na esfera da opinião públicam, na esfera parlamentar.

A sociedade civil é assim o espaço da centralidade e dualização da função cognitiva no contexto das relações sociais.

Mediação construída entre o Estado e uma esfera de ações "privadas" e institucionalização dos coletivos de indivíduos "soberanos", a sociedade civil, desde seu surgimento, carrega o peso da possibilidade e da impossibilidade do próprio "ser social". Os dois princípios vinculantes que idealizaram a realização do social, a representação e a participação, resultam ser insuficientes para essa finalidade.

Conforme o modelo hobesseano, que leva a seu limite o princípio da representação, o momento sinérgico da formação do coletivo ocorre como a negação da soberania do indivíduo e sua projeção na figura do representante. É o representante, signo individual de expressão do plural, quem estabelece a identidade do campo do representado.

O que instaura o vínculo é a relação de cada um dos "muitos" com o representante. Na medida em que a negação da particularidade e da diversidade "energiza" a representação, o representar adquire o caráter de uma relação fechada, suturante.

A palavra do representante não fala mais para o representado: o ato contratual tem o caráter de um imperativo pragmático, no qual a palavra do representado é substituída pela palavra de ordem do representante.

Na concepção de Rousseau, é a presença simultânea dos muitos a única forma de "semantizar" o vínculo social. A soberania é o próprioo ato de dar sentido a qualquer conteúdo social pela força e legitimidade da "vontade geral". A vontade geral é, porém, pura sinergia de uma ação formal e vinculante. Quando cessa a ação institucionalizante, fica outra vez estabelecida uma figura identitária, resultado do enlace entre a vontade formulada e a instituição normativa.

Como poderiam juntar-se a intensidade relacionante da formação participativa da vontade coletiva e a potência agregadora da representação que unifica a pluralidade?

Como manter, ao mesmo tempo, numa mesma definição do vínculo social, a potência da representação na potência da participação?

A resolução dessa difícil equação política seguirá o procedimento simplificador da redução dos termos do problema: mantendo sob a vigência formal da equivalência

as relações unidirecionais da hegemonia, a representação substitui a presença e a particpação.

A natureza "inclusiva" das formações hegemônicas - o que significa que os procedimentos de exclusão e privilégio não podem ser instituídos de maneira formal e transparente - impõe a condição de lidar com o conflito no interior de seus quadros institucionais: Escolas, Universidades, Sistemas de Saúde, Tribunais etc.

A ação social coordenada e a cooperação dos indivíduos em papéis formalmente instituídos - produtor, consumidor, eleitor -, exige que um "quantum" de informação recorra aos dois extremos de todas as possíveis polarizações das relações sociais. Ao mesmo tempo, a reprodução ampliada da hegemonia requer a dualização das cadeias de transferência de conhecimento/informação: uma, a cadeia distributiva, e suas linhas descendentes de difusão de conhecimento/informação; outra, a cadeia "formativa", onde os "excedentes" sociais de conhecimento/informação são transferidos, acumulados e geridos nos pólos decisórios dos poderes constituídos.

As figuras políticas hegemônicas necessitam, de fato, das duas "cadeias" de transferência de conhecimento/informação: sem a cadeia distributiva, perdem a base de conhecimento e colaboração social para sua realização; sem a cadeia formativa, perdem a capacidade de

expansão e de inovação, a flexibilidade e eficácia para responder às mutações e resistências imprevisíveis colocadas pelo ambiente natural e social.

A "dualização" das cadeias, aliás, é necessária para manter os objetivos e interesses da centralidade hegemônica como determinação principal da centralidade da função cognitiva.

A figura do intelectual-coletivo, organizada para manter o poder vinculatório da função cognitiva em contextos sumetidos à imprevisibilidade e à segmentação, é a maneira metafórica, personificada, em que o Ocidente idealiza a realização hegemônica do vínculo social. Como técnico e como político, ele é o "liame" moderno entre os contextos fragmentados da ação racional: o contexto instrumental, o contexto institucional.

A expansão do coletivo no intelectual não parece, porém, realizar-se na direção gramsciana da "reforma moral".

Mais do que uma revolução cultural, parece ser a própria transmutação do "modo de produção" no "modo de informação", que levará ao paroxismo - e não a sua dissolução - a centralidade e dualização da função cognitiva.

Tratar-se-ia, conforme todas as considerações anteriores, da reformulação contemporânea da figura ocidental da hegemonia.

Alguns dados parecem dar suporte à previsão: a crescente socialização da produção cultural e intelectual e sua inclusão progressiva nos quadros econômicos, tecnológicos e administrativos do paradigma industrial capitalista.

O conceito de "indústria cultural" e de "bem cultural" como mercadoria, artefato, "commodity", já não abrange todas as mutações que são introduzidas nos contextos da atividade intelectual e da "inteligência social", e que antecipam a expansão das indústrias do conhecimento e da informação.

Tratar-se-ia, agora, de processos que incidem sobre o produtor e não sobre os produtos das atividades culturais e científicas instituídas.

A reformulação não atinge, de modo prioritário ou dissociado, um mercado de bens culturais, mas os mercados de trabalho. Todos e cada uma das atividades e dos arcabouços sociais que têm contribuído na produção social de conhecimento/informação, de sua geração a seu registro e disseminação, serão agora reformulados, agregados em

novas unidades técnico-administrativas, classificados em novas grades ocupacionais.

As formas idealizadas de organização do trabalho dos produtores culturais e intelectuais - já especializados - sofrem o impacto das novas transformações. A comunidade científica, as "ideologias profissionais" e os modelos corporativos e neocorporativos de agregação de segmentos profissionais, as estruturas associativas de construção e reconhecimento de identidade dos coletivos do trabalho, deverão dar conta de novas e aceleradas dinâmicas de socialização do trabalho intelectual e de gestão pela forma empresarial de organização do trabalho, na indústria e no setor de serviços.

A existência de uma "frente" de indagações acerca dos modos de coordenação ou de síntese de saberes e práticas fragmentares indica, para nós, que o processo está chegando a um novo "ponto de mutação" neste fim de século. A atualidade das questões da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, a procura de paradigmas sistêmicos, holísticos e ecológicos, o renascimento de uma procura pelos pontos de vista filosóficos e humanísticos, indicam a reversão dos processos de segmentação do paradigma moderno e o enfraquecimento de suas linhas de compartimentação e de sessão da experiência.

A questão interdisciplinar e epistemológica, a questão humanística, poderão, porém, ser deslocadas por reformulações contemporâneas, em termos de divisão e organização do trabalho intelectual e de modelos industriais de integração e processamento a "inteligência" social - em contextos produtivos ou no contexto da coordenação de outras práticas sociais.

Outros "indicadores" devem ser agregados para colocar o problema na dimensão certa. Um, refere-se ao desatrelamento de duas variáveis, até então conjugadas: a dissociação da variável de "produtividade" das variáveis definidoras da "formação de recursos humanos". O trabalho diacrônico - informação e processadores de palavras - pode substituir funções de inteligência no aparelho produtivo, diminuindo o "trabalho direto" do técnico, do engenheiro, do administrador, enfim, do "produtor" direto de cultura e conhecimentos.

Outro, efeito já dos anteriores, refere-se a crescente assalarização dos setores médios e de segmentados cada vez maiores das profissões autônomas ou liberais.

De fato, é o salário o que atrela ao produtor cultural ou intelectual, ao profissional, às diretrizes do empreendimento econômico. Os objetivos e as trajetórias das atividades técnico-intelectuais são traçados nas

esferas decisórias das grandes empresas e das agências de Estado.

Não só as decisões, mas também os critérios de julgamento de saberes e práticas profissionais passam a ser definidos em contextos administrativos e estratégicos. Os critérios de julgamento, os quadros normativo-epistemológicos, estéticos, éticos, são substituídos por critérios gerenciais, técnicos, mercadológicos.

A coordenação normativa, a regulamentação de operações de síntese e de mediação em diferentes situações e práticas sociais, colocavam o agente profissional nos contextos da sociedade civil e, a partir dessa definição de sua faixa de ação, foram elaboradas as representações ético-doutrinárias do imaginário liberal.

Quando Gramsci idealiza a figura do "intelectual orgânico" e diferencia uma função intelectual de índole cultural e moral, o faz em contraposição a crescente expansão de uma função técnico-cognitiva enquadrada pelo mercado ocupacional, e plausível de ser regulamentada pelas regras do jogo da economia.

A concepção dos frankfurteanos da indústria cultural, como modelo de integração cultural, mais do que dissolver, reformulava - com novas figuras de controle - a função disciplinar e reprodutiva das figuras hegemônicas

da instituição civil. A ênfase no efeito das tecnologias de comunicação sobre os contextos de interação cultural, assim como a universalização da sociedade capitalista de consumo e sua dupla demanda sobre as "massas" - sujeitas à colaboração forçada, como força de trabalho e como consumidor - terminaram por desatualizar as energias críticas da dialética negativa e da teoria crítica.

Outros processos parecem conduzir a uma nova figura, pós-gramsciana, da hegemonia. A substituição ou complementação de mecanismos disciplinares, por dispositivos exteriorizados de controle da atividade social, não exprime já a forma contemporânea do poder.

Novos processos de produção e novos modos de formação de valor, as novas semióticas do capital financeiro - sem referências subjetivas -, reduzem as demandas de legitimação em zonas significativas da nova ordem mundial, ao mesmo tempo que permitem a retração das cadeias distributivas, que procuravam manter num mesmo circuito de colaboração a todos os componentess do universo societário e da ordem mundial capitalista.

Nessa nova figura da hegemonia nenhuma intervenção sobre a distribuição será efetiva, sem mudar os efeitos da dissociação e a destinação das "cadeias formativas" de conhecimento/informação.

Dissociadas e enquadradas nos mercados da informação, as atividades de informação, convertidas em função primária e extraídas dos "continum" prático-discursivos dos múltiplos contextos de ação, indicam o novo espaço de intervenção tecnológica e econômica. Através do campo semiótico, é possível atingir as operações e transformações de todos os contextos de ação: no contexto produtivo, da indústria e dos serviços, e nos contextos institucionais de coordenação das atividades sociais. A reformulação do campo semiótico por redes digitais e telemáticas, parece substituir com novos efeitos sinérgicos todas as fórmulas políticas de formação coletiva da vontade e todos os paradigmas epistemológicos e normativos de síntese cognitiva.

O próprio setor das atividades - diferenciadas e primárias - que lidam com informação, experimenta intensamente essas mudanças.

O ritmo acelerado de inovação da variável tecnológica altera as linhas de hierarquia das ocupações do setor de comunicação e informação.

Por um lado, os degraus "intermediários" das grades ocupacionais passam por novos processos de divisão do trabalho, de modo que um grande número de posições ficam subordinadas a tarefas de definição rotineira e organizadas a priori por sistemas homem-máquina, ao mesmo

tempo que muitas de suas atribuições e tarefas são deslocadas para os segmentos superiores de "desenvolvimento", onde são desenhados e implementados os novos sistemas homem-máquina.

Por outro lado, seriam atingidas categorias ocupacionais correspondentes a "funções intermediárias" nas cadeias de geração e transferência de conhecimento/informação (cif. Quadro 7). Essa categoria de "intermediários" teria uma parte significativa de suas tarefas divididas: entre "produtores de conhecimento/informação", que teriam como objeto específico de conhecimento e desenvolvimento os segmentos da transferência, e entre os "usuários", que passariam a interagir de maneira mais direta com a "infoesfera" (bases e bancos de dados, redes telemáticas), e com as esferas de produção de conhecimento/informação.

Nos países de modernização dependente, é necessário re-colocar esses processos, a partir de outros ângulos de reflexão.

Intelectuais, profissionais e tecnólogos têm nos países de modernização dependente um papel específico: na maior parte das situações, eles são os agentes e os produtos da modernização, de modo que vão constituir as primeiras camadas dos atores coletivos modernos.

Sua trajetória os leva da "anunciação" dos novos tempos à enunciação de demandas modernas. Eles são os que introduzem os insumos de conhecimento/informação próprios da modernização, nos contextos "indutores" da comunicação institucional (escolas, tribunais, administração pública, hospitais, bibliotecas).

A mudança, como palavra de ordem, precede nesses casos a inovação técnica dos contextos de ação, a instituição, precede à prática e a organiza, enfim, a informação pretende preceder e detonar os circuitos ampliados da função cognitiva e da comunicação.

O hiato comunicação-informação ganha, nesse contexto, novas figuras. Às dualizações da função cognitiva, caracterizada pelos procedimentos da inclusão hegemônica, é necessário agregar uma outra dualização: a que resulta da existência de uma ordem de exclusão, nunca reduzida pela formulação modernizadora de ações de inclusão. Populações maioritárias ficam marginalizadas dos processos mais elementares da expansão da sociedade urbana e industrial: redes sanitárias, transporte, educação, serviços de saúde, trabalho.

Sobre esse cenário, inscreve-se a mudança da função hegemônica, que seria o novo modelo para definir a ordem mundial, pelas grandes potências capitalistas ocidentais.

Sumarizando as análise e considerações anteriores, pode-se delinear uma grande premissa, o que serviria de contexto atual à figura do "hiato comunicação/informação".

Nesses países neo-industriais, de atualização tecnológica dependente, deverá conviver-se, conforme todos os índices, com um duplo processo: de desproletarização e de proletarização.

A desproletarização, resultado da redução do papel do trabalho direto na formação de valor, levará ao desemprego as grandes massas de população não-qualificada desses países, países que perderão ao mesmo tempo as vantagens de um lugar complementar das economias industriais avançadas, como fornecedores de mão-de-obra barata.

A desproletarização do empreendimento industrial pela redução do papel do trabalho direto, vai ser acompanhada por um processo de proletarização intelectual, pela redução da participação dos setores modernos das sociedades neo-industriais, no desenvolvimento e implementação das cadeias formativas de conhecimento/informação, onde é planejada e desenvolvida a oferta tecnológica e onde são preparados os recursos humanos de alto nível para o exercício das funções de inovação.

Agrega-se a esse fator de restrição da demanda de quadros profissionais e técnicos de alta qualificação (de Pesquisa e Desenvolvimento, de reprodução dos aparelhos de reprodução da Ciência e da Tecnologia - universidades, institutos politécnicos, etc.), outros fatores de restrição dessas demandas: referimo-nos aos constrangimentos das demandas - historicamente baixas - de quadros profissionais que ativem os segmentos distributivos das cadeias de transferência (cultura, educação, saúde pública, etc.). A tercialização acelerada dos países latino-americanos, deveria ser avaliada no contexto dessa tendência à "proletarização intelectual".

O associativismo é um dos espaços no qual perceber-se-ia o impacto daqueles processos e inovações.

Nos setores médios e urbanos, onde situamos os profissionais, os tecnólogos, os trabalhadores semi-qualificados, é onde atuam com mais intensidade os dispositivos inclusivos da sociedade industrial capitalista. Entre eles vão expandir-se com maior rapidez os movimentos associativos que reconstroem as três figuras coletivas da modernidade: os partidos e associações civis e políticas - coletivos do "cidadão" -, os sindicatos - coletivos do "trabalhador" - e as associações profissionais - coletivo do "profissional", do cientista, do tecnólogo.

Após a Primeira Guerra Mundial, novas ondas de modernização ativaram os movimentos associativos de profissionais, também nos países latino-americanos. Procuravam, através desses movimentos, a obtenção de reconhecimento para suas atividades e de "publicização" de seus papéis específicos. Empreendem, nesse momento "lutas doutrinárias" em duas frentes: como ação pedagógica, onde o agente é o "indutor" de sua função; como luta pelo reconhecimento, investimento simbólico destinado a obter a jurisdição e os privilégios da competência instituída num setor específico de atividades relevantes - onde poderia exercer sua potência normativa.

A sequência de figuras, corporativas ou neo-corporativas, que darão continuidade às "lutas doutrinárias" e às luas pela "publicização" da profissão, acompanham as mudanças do cenário local e das ordens internacionais interpretadas e traduzidas nesses cenários.

No início da década de 80, o alargamento dos espaços coletivos de mobilização e de demandas incentivaram figuras democráticas e participativas dos movimentos associativos, que além de construir novas alternativas, reformularam segmentos significativos dos movimentos sindicais e das organizações de categorias profissionais.

Em fins da década de 80, aumenta a participação do movimento associativo, expressão de setores médios e profissionais, nas lutas reivindicatórias e econômicas, e a substituição da forma de associação civil ou profissional para a forma sindical.

Um esboço aproximativo do quadro atual das demandas indica até onde o setor das atividades de informação sofre o impacto de novas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que se reproduzem as restrições das demandas de informação pela dualização inclusão/exclusão dos modelos predominantes da transferência de conhecimento/informação.

A organização funcional da ação associativa mostra-se uma estratégia alternativa, de uma luta não-antagônica pelo controle do processo de trabalho, dentro das condições de "pressão" que são provocadas pelos ambientes tecnológicos e administrativos da atividade informacional.

Ações cooperativas e voluntárias teriam a capacidade de introduzir a iniciativa e a exploração autônoma do campo de demandas - fora dos "a priori" econômicos e burocráticos - das grandes empresas e das agências do Estado.

O associativismo funcional-profissional, com aqueles modelos de ação não-conflitual, teria como espaço

de realização as zonas "brandas", não prioritárias, das instituições de base.

O avanço tecnológico da informática tenderia à redução do "operariado da informação" - o que, de modo imediato, significa a perda do poder de barganha desses segmentos por salário e por melhoria das condições de trabalho - passando a ser a preservação do emprego a "palavra de ordem" da ação associativa desses segmentos.

Os segmentos melhor situados nas linhas de maior hierarquia, nas grades ocupacionais, sofrem também o achatamento dos salários, agravado pelo retrocesso do Estado como patrono ou patrocinador em áreas de ciência, tecnologia e cultura.

Segmentos em processo de desqualificação aceleradas e outros, deserdados das vantagens obtidas em modelos de políticas tecnocráticas e desenvolvimentistas, vão a engrossar as bases das demandas sindicais pela melhoria dos salários, pela preservação do nível de emprego, ou deslancham ações neo-corporativas, agora buscando apoio na sociedade para justificar suas demandas frente ao Estado.

Em geral, parece que nos países neo-industriais e de modernização conservadora, as novas figuras da hegemonia pós-gramsciana teriam efeito mais radical. As coordenações administrativo-econômicas da ação social,

parecem mais fácil de implementar em contextos que não foram mediados pelos princípios de um discurso prático e seus ideais reguladores de reciprocidade; formal ou jurídica, econômica, cultural e social.

O associativismo parece ficar restrito a dar resposta às questões colocadas, a maioria das vezes, por uma ordem mundial externa, de modo que as ações defensivas e reativas predominam sobre as ações agentivas e construtoras dos novos quadros de ações coletivas.

Expressão constante, ainda que heterológica de discursos coletivos, o associativismo de trabalhadores e profissionais do setor de informação, na década de 80, consegue acompanhar os processos de mobilização popular, mas não tem a mesma capacidade de capitalizar essa mobilização em processos de institucionalização de qualidades democráticas renovadas.

O movimento associativo consegue, assim, instituir um espaço de discurso público, mas não o alargamento de uma esfera pública de discurso nem a socialização reguladora de um ideal de discurso prático.

As associações civis, profissionais e os coletivos de trabalhadores organizados, constituem um espaço de discurso público, e abrem novas séries das cadeias de transferência de conhecimento/informação, Neles, porém, o

princípio do "reconhecimento público" predomina sobre o princípio da reciprocidade, e o "status público" se institucionaliza em esferas não deliberativas.

Congressos - e não assembléias -, atos de enunciação de diretorias, quadros e assessorias - e não das bases -, interpretações que exprimem as perspectivas da categoria - e não os desdobramentos de sua especificidade sobre a sociedade global -, indicam que esse associativosmo consegue manter aberta uma esfera de discurso público, para o qual gera e transfere informações, sem ter o mesmo êxito na reformulação dos dispositivos políticos de definição do vínculo social e dos objetivos coletivos.

A sequência e alternância de pragmáticas de geração e uso de informação: técnico-funcionais, jurídico previdenciários e político-articulatórios, que definem a inscrição dos movimentos associativos do setor nas séries prático-discursivas da sociedade global, mostram a instabilidade e heterologia das formas associativas de organizar o discurso coletivo.

Ao mesmo tempo, essas pragmáticas diversificadas - que antes de organizar as relações do movimento associativo com outros atores sociais, articulam a própria esfera do "nós" associativo - são apresentadas como alternativas internas da forma associativa.

Parece não existir "passagens" entre essas pragmáticas. Os antagonismos entre as formas internas de organização resultam ser mais importantes que as tomadas de posição do "nós associativo" frente aos ambientes econômicos e políticos em que atua.

Tratar-se-ia, no entanto, da ausência do horizonte ético de um discurso prático, o que impede toda "comutação" dos discursos coletivos.

Assim, as lutas pelo controle do processo de trabalho, pela autonomia tecnológica - ou ainda, pelo controle corporativo da função cognitiva, o monopólio da qualificação - poucas vezes conseguem ficar associadas às lutas econômicas ou às lutas sociais.

Assim mesmo, os dispositivos de exclusão contribuem para manter dissociados os movimentos associativos de profissionais e trabalhadores dos setores urbanos, dos quadros de demanda dos setores populares.

A centralidade e dualização da função cognitiva e seus desdobramentos nas sociedades de modernização dependente, sujeitas à definição externa do imperativo industrial, colocam sobre os atores coletivos e suas figuras associativas uma exigência do mais alto nível de dificuldade: a evolução do conflito entre democratização e

inovação só pode acontecer como uma inovação sobre o poder.

A qualidade comunicativa do poder ficaria, nessa nova forma do argumento político, em primeiríssimo plano.

Nem a luta "humanitária" pela ampliação dos processos distributivos, nem a luta "economicista" ou "estratégica" pela reformulação das cadeias formativas - onde é gestada a oferta tecnológica -, podem hoje desenvolver-se de modo unilateral.

Efeito conjunto da socialização do trabalho intelectual e da apropriação monopolista dos excedentes sociais de conhecimento/informação, à medida que aumente a fragmentação e dispersão do trabalho intelectual e sua agregação administrativa, menor parece ser a capacidade de ação coletiva dos trabalhadores de informaçÔo. Ao menos, dentro das formas disponíveis de agregação do poder, nos quadros modernos de composição do ator sócio-político.

Para o movimento associativo do setor de informação, parece valer a afirmação de Ratchford, reformulada: dado que existe, agora teria que ser inventado.

POST-SCRIPTUM

POST-SCRIPTUM

Não por acaso, intencionalmente, mudamos de lugar "o tratamento das 'questões' do método" — ou melhor, o discurso metodológico.

Colocar em suspenso o lugar do método, para melhor compreendê-lo, tem um efeito imediato: eliminar a divisão do trabalho no campo da pesquisa, entre a produção do conhecimento teórico e a produção do conhecimento empírito. O método é uma estratégia de ação que vai da formulação de uma pergunta à obtenção de uma resposta — ou a um novo estado de interrogação.

De fato, o que transforma a vivência singular e momentânea numa experiência enunciável, generalizável, e por isso dotada de valor cognitivo, é a operação organizadora do conceito.

Não seria certo, porém, dividir o campo conceitual em "conceitos observacionais" e "conceitos teóricos". Os conceitos só existem como redes de conceitos, e estas recorrem em todas as direções um "continuum" prático-discursivo.

A teoria dos "paradigmas" de Kuhn, dos "jogos de linguagem" de Wittgenstein, ou do "discurso-prático" de Foucault, trabalham sobre essas fronteiras entre o conceito e a ação, a "aisthesis" e o conceito, não o fazem, em tanto, para demarcar melhor essas fronteiras, senão, para suavizá-las, para melhor acompanhar as operações de transformação que constantemente as perpassam e redistribuem a densidade das redes.

Pensamos, certamente, que o modo de olhar estabelece diferentes leituras dessas redes.

Um dos modos do olhar — o olhar nomológico, estruturalista, formalizador, procura reunir a rede e suas prolongações em pontos nodais, de estabilização e permanência; busca aquilo "subjacente e invisível além da multiplicidade do visível, procura encontrar um conceito maiorante, definidor, no qual se recolhe toda a rede de significados.

Um outro modo de olhar — o modo dialético, hermenêutico, etnometodológico — procura reconstruir os ritmos e as inten

sidades dessas redes. Para isso, oferece um espaço de luminosidade onde o objeto de descrição ou interpretação pode aparecer em toda sua visibilidade, e ganha novas facetas por seus deslocamentos – através de diferentes redes de contextualização.

Escolhemos, em nosso estudo, o olhar contextualizador.

Para reconstruir os padrões de geração de conhecimento/informação, recorremos aos repertórios culturais reunidos nos discursos filosóficos e políticos dos pensadores do Ocidente, acompanhando no possível suas próprias lógicas de articulação e oposição.

Estabelecemos assim, elos conceituais – e não históricos –, entre a sociedade que se caracteriza pelo modo de informação e a moderna sociedade industrial capitalista, que fôra caracterizada pelo modo de produção: o elo seria a presença nas duas, da centralidade e dualização da função cognitiva.

Estabelecemos, então, um elo histórico – e não conceitual –, entre aqueles padrões culturais e as sociedades latino-americanas: o elo são os processos de modernização dependente.

Nesse contexto, a pergunta por espaços coletivos onde – através da comunicação recíproca e intersubjetiva – sejam submetidos a revisão as ofertas tecnológica e os modelos institucionais de demanda, nos levou a perguntar-nos pelas expressões atuais do associativismo.

Na nova ordem mundial, o movimento associativo dos profissionais de informação parece ter, nesse quadro, um papel significativo. Eles poderiam promover um "forum" político, onde sejam reformulados os impactos das mudanças sobre o setor específico das atividades de informação, como caso particular dos impactos globais das mudanças sobre a sociedade local. Nesse ponto, então, aconteceria a transmutação possível de um "nós" neocorporativo, num "nós" político.

Para reconstruir as figuras associativas dos coletivos de profissionais de atividades de informação, utilizamos o discurso associativo, expresso em órgãos de comunicação dos movimentos (Boletins, Informativos), documentos "oficiais" (relatórios,

atas, programas de atividades) e as entrevistas com quadros di - rigentes — falando em nome do coletivo.

O ponto de partida, no entanto, foi dado pelos momen - tos de comunicação direta onde o ato de enunciar e o enunciado remetem um ao outro, são complementares.

O enunciar é a única prática que oferece subsídios pa- ra sua interpretação. O primeiro elo que liga o plano da "prática associativa" ao "discurso associativo" é o próprio ato de enunciar.

Assim, muitas entrevistas, formais e informais,não são explicitadas, como "texto": elas operam como pré-texto e como contexto, geram redes de inter-textualidade.

Na leitura do discurso associativo, procuramos sempre preservar a distância e o espaço de interseção entre o "nós" — sujeito do ato de enunciar — e o "nós" — sujeito do "enunciado": no espaço "vazio" entre o "nós" do enunciar e o "nós do enunciado", fica indicado o campo de relações sociais que pretende ser definido pelo agente do ato de enunciar.

A distância entre o "nós" do enunciar e o "nós" do enunciado, indica o "locus" político onde constroe-se o espaço associativo: território parcial ou pleno da sociedade civil, figura ampliada pelos conceitos de "nação", de "classe", de "Estado".

Procurar reconstruir os coletivos de ação e de discurso, como agentes e destinatários de cadeias de transferência de conhecimento/informação, requer, porém, um outro espaço de comunicação, onde esses coletivos marquem sua presença, desenhem seus significados.

A premissa geral acerca da interdependência da comunicação direta e a indireta, não resolte todos os problemas do modo comunicacional de obtenção de informação.

A pragmática da pesquisa segue uma regra indeferível: a "suspensão do julgamento" durante um tempo controlado pelo pesquisador, como procedimento de "des-familiarização" e "tomada de distância". Procura-se assim evitar distorções, ampliando no possível a recepção de pontos de vista conflituosos e alternati-

vos.

As pragmáticas associativas não partilham essas regras.

Cada um dos sujeitos se constroe, na comunicação instituida pelo pesquisar, na resistência que oferece à suspensão do julgamento, na demanda que coloca de aceitação de sua própria produção de sentido. Como membro ativo de um movimento social, todo seu dizer é performático, pretente produzir o que diz.

Cada um dos sujeitos do campo entrevistado, propõe um modelo de ator social e um modelo de associativismo — tratar-se-á de modelos destinados, porém, a transformar a realidade — e não meramente a descrevê-la.

Nosso interlocutor é ele também um formulador de modelos do ser social, um gerador de representações acerca dos atores sociais e do campo de relações em que praticam seus jogos relacionais.

O agir político, o ativismo social, são também "trabalhos" de produção de conceitos. São os conceitos os que permitem transformar a experiência individual num caso particular no contexto de relações sociais gerais.

Ao ficar constituído o campo de pesquisa, como um espaço discursivo com pretensões generalizadoras, estará caracterizado um plano de competências meta-discursivas, em disputa pela competência da definição — dos atores, do campo, das relações.

De fato, ao menos nesse caso, entrarão em confronto — não necessariamente antagônico — os modelos do ator social de todos os que tenham algum papel no campo da pesquisa: pesquisadores e pesquisados, instituições envolvidas, grupos políticos de filiação dos participantes, grupos com visões alternativas do próprio movimento associativo.

É bom, no entanto, ter presente a ordem de distância gerada pelas qualificações da ação comunicativa e gnoseológica da pesquisa. Trata-se de um perguntar situado em outro campo institucional — que não é o espaço associativo. As regras de jogo que deve respeitar, são outras; os riscos assumidos são da ordem do estar certo ou errado, de estar ou não enquadrado nos pa-

radigmas de uma comunidade de referência.

A pragmática da pesquisa acadêmica diferencia-se, assim, das pragmáticas associativas.

Nessa dualização das pragmáticas reside a problematizidade da pesquisa social ou antropológica.

O quadro do movimento associativo, ao ser interrogado, coloca uma demanda de consenso no plano meto-discursivo, e não com respeito aos conteúdos da comunicação. São os quadros normativos e valorativos os que estão em jogo, nessa situação. Daí que ele recorra, muitas vezes, ao discurso oficial do movimento associativo e trate de manter-se nos limites do "discurso público".

Como equacionar, então, essas distâncias, situadas no plano meta-discursivo, entre as pragmáticas da sociedade civil e as pragmáticas da produção acadêmica ?

Existe para nós, porém, um certo paralelismo. No discurso associativo, a relação entre o sujeito que enuncia e o sujeito de suas enunciações, define o espaço de ação política, conforme a representação do próprio movimento associativo. A relação entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, define nas pragmáticas acadêmicas, uma política da pesquisa: traça um arco de relevância que une o espaço acadêmico com o espaço social do movimento associativo. As questões em estudo, têm então como comunidade de relevância e de interlocução, praticamente, a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

É no horizonte ampliado por aqueles critérios de relevância e interlocução, que a reconstrução de formas associativas obtem sua possibilidade — o "minimum" lógico e ético da argumentação.

Como orientação desses processos de reconstrução, consideramos três parâmetros que organizariam as práticas, os discursos e as ações de informação dos grupos estudados.

Primeiro, os parâmetros de definição das formas organizacionais: critérios de agregação, formas de institucionalização da ação coletiva; desempenho e mudança de modelos.

Segundo, os parâmetros da representação do próprio agente coletivo: construção e representação do "nós" associativo e de sua contextualização (categoria, classe trabalhadora, sociedade); domínio de constituição do "nós" (campo tecnológico, campo econômico, campo político); relações de articulação e oposição com outros grupos e agentes sociais e políticos.

Consideramos, finalmente, parâmetros estruturais e "posicionais", de especificação da relação do coletivo com o Estado: demanda de trabalho, ordenamento jurídico do campo de atuação, posições relativas de grupos que disputam a definição do setor.

No caso do movimento associativo dos Bibliotecários, a sua história, o grau de formalização de suas entidades de classe (conselhos, associações, sindicatos), nos levaram a ampliar a base documentária da pesquisa. Utilizamos, também, o discurso associativo disponível em Boletins e Informativos da categoria, provenientes de dois grandes centros de ação associativa: São Paulo e Brasília. Analisamos, dessa imprensa associativa, principalmente as entrevistas com representantes escolhidos da categoria, considerados nesses casos como dupla expressão do discurso associativo: porque são parte dele e porque expressam os critérios de relevância e de prestígio do próprio movimento, que seleciona as entrevistas como conteúdos de seu discurso público.

No caso dos Profissionais de Processamento de Dados, contamos com uma série — não completa, mas significativa e volumosa, do Jornal Informativo do movimento associativo. Utilizamos também outros documentos resultantes de congressos ou encontros da categoria. Muitos e mais numerosos, ainda, eram os "comentários", discursos de diferente procedência e natureza, sobre as atividades do setor de informática. Os usamos, porém, com muita discreção, dando prioridade ao discurso associativo.

Sumarizando, o estudo partiu da consideração de um problema, que podemos formular como um dos paradoxos das sociedades que parecem caracterizar-se pelo modo de informação.

À medida em que aumentam os recursos e excedentes de informações, decrescem as possibilidades da comunicação, como experiência recíproca e intersubjetiva.

Testamos o alcance dessa premissa no contexto da sociedade industrial capitalista moderna e no contexto dos países de modernização dependente, e procuramos reformulá-la conforme a mudança atual da função hegemônica, na ordem mundializadora da sociedade pós-industrial.

Recolocamos o problema, num contexto mais restrito: os movimentos associativos e suas realizações, como espaço de construção da sociedade civil. Nesse plano de indagação, o nosso objeto de estudo são as pragmáticas associativas e sua capacidade de engajar os processos de informação nas redes práticas e discursiva de um coletivo, conforme os quadros normativos de uma comunicação recíproca.

Procuramos, no lado "fraco" do poder, as condições de uma nova equação entre comunicação e informação, além dos imperativos tecno-administrativos e econômicos do Estado e da Indústria, mas sustentada no direito dos atores coletivos de participar na definição, tanto instrumental quanto institucional, de seus contextos de ação.

Os ritmos ora rápidos, ora vagarosos, de nosso discurso, acompanharam as incertezas e descobertas desse caminho andado entre o perguntar, algumas respostas, e sem dúvida, novas interrogações — não por acaso, cada vez mais densas.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARTE III

Capítulo 1

(1) Ver também "Introdução".

(2) Reunimos nessa expressão países que, sendo ex-colônias de algumas das potências ocidentais, passaram por processos de incorporação aos padrões econômicos, técnicos e culturais da sociedade industrial, urbana, capitalista.

(3) Cif. MENZIES, H. (1991).

(4) UNESCO. Draft Niedium-Termm Plan (1984-1989). Second Part, VII. Information systems and access to knowledge. General Conference Rourth Extraordinary Sesson, Paris, 1982, p.157. Citado em HOROWITZ (1988), p.25-26.

(5) ARREGUI, J.J. Hernandez (1973), p.311.

(6) HIRSCHMAN (1979). In: Coller, David (ed.) The New Authoritarianism in Latin America. Cif. também, Touraine (1989).

(7) HIRSCHMAN (1979), p.82-83.

(8) HIRSCHMAN (1979), p.87.

(9) HIRSCHMAN (1979), p.90.

(10) HIRSCHMAN (1979), p.92.

(11) HIRSCHMAN (1979), p.91.

(12) HIRSCHMAN (1979), p.95.

(13) HIRSCHMAN (1979), p.95.

(14) HIRSCHMAN (1979), p.97.

(15) HIRSCHMAN (1979), p.98.

(17) Entre os que trabalham o conceito de "alienação" temos CORBISIER, R.; VIEIRA PINTO, A., entre outros.

(18) Entre os que re-elaboram o conceito de "sociedade civil", destaca-se Coutinho, Nelson; como pano de fundo do conceito de "cidadania", foi assunto de

ensaios e pesquisa de numerosos pesquisadores, intelectuais engajados em projetos de educação popular e em movimentos sociais, tais como Moises, Boschi, Durham, entre outros.

(19) Cif. ao respeito, RIBEIRO, Darcy (1973), (1981).

(20) Cif. ao respeito PECAUT, D. (1980), p.116 e seguintes e p. 123 e seguintes, e ORTIZ, R. (1985), p.64-65.

(21) CORBISIER, Roland. Formação, Problemas da Cultura Brasileira, Rio de Janeiro, ISEB, 1959. Apud ORTIZ, Renato (1980), p.64.

(22) Sumarização de Pecaud de um texto de Corbisier: "A colônia exportando matérias-primas e produtos naturais, exporta o não-ser, e importando produtos acabados, importa o ser". Apud PECAUT, D. (1980), p.117.

(23) JAGUARIBE (1958), p.35, apud PECAUT, D. (1980), p.117.

(24) PINTO, A. Vieira. Consciência e Realidade Nacional, Rio de Janeiro, ISEB, v.1, p.49. Apud TOLEDO, Caio N. de, "Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB". In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V.B. (orgs.): (1986), p.231.

(25) JAGUARIBE, H. (1972), entre outros, e especialmente "O desenvolvimento como projeto", p.23-42.

(26) Cif. TOLEDO, Caio N. de, "Teoria e Ideologia na Perspectiva do ISEB", in: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V.B. (orgs.): (1986).

(27) CARDOSO, F.H. In: STEPAN, D. (1988), p.472. O uso latino, equivalente à concepção "insnaturalista", identificava "sociedade civil" e "sociedade política". Para Hegel e Marx, a sociedade civil é pré-estatal. Ver p.471 e seguintes.

(28) Cif. ORTIZ, Renato (1988), (1985), (1980); COUTINHO, N. (1984), (1988), (1987); SCHWARZ, R. (1981), (1987).

(29) SCHWARZ, R. (1987).

(30) SCHWARZ, R. (1987), p.47.

(31) FREIRE, P. (1980), p.57. O sublinhado é nosso.

(32) FREIRE, P. (1980), p.65 e p.67. Os conceitos são desenvolvidos, desde um ponto de vista epistemológico, em Nicol, citado na Parte I, Cap.1.

(33) FREIRE, P. (1979), p.35.

(34) FREIRE, P. (1980), p.45.

(35) FREIRE, P. (1979), p.22.

(36) Também em FREIRE, (1979), p.20.

(37) Antônio Fagundez, esclarecendo conceitos da prática comum educativa, num diálogo com Paulo Freire. In: FREIRE, P. - FAGUNDEZ, A. (1985), p.31. Cif. também, p.42.

(38) RIBEIRO, Darcy (1981), p.27.

(39) Apud RIBEIRO, Darcy (1981), p.31.

(40) HABERMAS, J. (1987)

(41) RIBEIRO, Darcy (1981), p.33.

(42) RIBEIRO, Darcy (1981).

(43) RIBEIRO, Darcy (1981), p.67.

(44) RIBEIRO, Darcy (1973), p.46.

Capítulo 2

(1) Cif., entre outros VIANNA, L.W. (1982).

(2) Cif. HASENBALG, C.A.; SILVA, N.V. "Industrialização e estrutura do emprego no Brasil: 1960-80". In: _____ (1988).

(3) Se até 1960, 55,1% da população brasileira, vivia em áreas rurais, na década de 80, 67,6% das pessoas viviam em áreas urbanas. Ao mesmo tempo, mudará a estrutura ocupacional: migração dos trabalhadores do setor agrícola; crescimento do número de pessoas incluídas nas relações capitalistas de trabalho, com aumento do número de pessoas que são assalariadas, chegando a 2/3 do total da força de trabalho nos anos 80. Os trabalhadores não-manuais atingem 25% da força de trabalho, em 1980, e dentro desse número, os trabalhadores que pertencem ao estrato de profissões liberais e administradores, aumentou quase 3 vezes. Cif. ao respeito, HASENBALG e SILVA (1988), p.100 e 21.

(4) Cif. HASENBALG, C.A. ; SILVA, N.V. (1988), p.100 e 21.

(5) Cif. HASENBALG, C.A. ; SILVA, N.V. (1988), p.36.
O número de trabalhadores nessas categorias passou de 11,1% em 1960 à 19,1% em 1980. Trabalhadores no estrato de "administradores e profissionais

liberais", subiu de 924.302, em valores absolutos, em 1970, para 2.549.917, em 1980.

(6) Cif. BOSCHI, R. (1986), p.41.

(7) Cif. HASENBALG, C.A. ; SILVA, N.V. (1988), p.59.

(8) Cif. BOSCHI, R. (1988), p.31.

(9) Cif. ao respeito ALMEIDA, Maria H. Tavares de. (1988). In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G. (orgs.) A Democracia no Brasil, Sistemas e Perspectivas.

(10) RODRIGUEZ, Leoncio Martins (1990), p.25. A posição de Rodriguez em confronto com os de Keck e Dirceu. Cif., op.cit., p.9.

(11) Tomamos a expressão de VIANNA, W. (1984), p.23: "Publicizar a profissão constitui, pois, mais uma demanda das corporações do que da necessidade de sua estatização para efeito do seu controle social e político".

(12) Cif. HABERMAS, J. (1984), p.234-235: "O trabalho na esfera pública visa reforçar o prestígio da posição que se tem, sem transformar em tema de uma discussão pública a própria matéria do compromisso: organizações e funcionários desenvolvem uma representatividade pública. (...) A representatividade é menos um elemento da estrutura associativa interna e bem mais uma "expressão de sua intencionalidade pública. Naturalmente, através disso não se restabelece a esfera pública representativa ao velho estilo, mas ela empresta... certos traços de uma esfera pública refeudalizada".

(13) Cif. BORDIEU, P. (1989), princípio Cap.VII: "A Representação política", p.164-207, e Habermas, J., citado e comentado na parte 2, cap.1 deste trabalho.

(14) Cif. NEGT, O. (1980), p.73

(15) STEPAN, A. (1980), p.32 e seguintes.

(16) Sobre a teoria clássica do "bem comum", cif.

(17) TRUMAN, O. The Governamental Process: Political Interests and Public Opinion. Cif. em STEPAN, A. (1980), p.34.

(18) TRUMAN, D., apud STEPAN, A. (1980), p.35.

(19) STEPAN, A. (1980), p.39.

(20) SCHMITTER, Philipie. "Still the century of Corporatism". In: PIKESTRICH, The New Corporatism, p.93-94, apud STEPAN, A. (1980), p.92.

(21) SCHMITTER, Philippe (1977) e RODRIGUES, L.M. (1980), notas 18 e 19, p.74 e STEPAN, A. (1980), cap.3: A Instauração dos Regimes Corporativos: Estrutura Analítica e Análise Comparativa", p.99 e seguintes.

(22) Cif. STEPAN, A. (1980), p.100.

(23) OFFE, C. (1989), p.242-243. Ver também: PEREZ-OICZ, Victor. Economic Policies and Social Pacts in Spain During the Transitio. European Sociological Review, 1(1):1-19, May 1986; e RODRIGUES, Leôncio M. (1990), p.57.

(24) RODRIGUES, L.M. (1980), p.13.

(25) Cif. entre outros, ALMEIDA, Tavares de. (1983), p.60.

(26) VIANNA, W. (1984), p.8.

(27) Cif. VIANNA, W., op.cit.

(28) Cif. MOTTA, C. Guilherme (1977).

(29) VIANNA, W., op. cit.

(30) VIANNA, W., op. cit.

(31) VIANNA, W., op. cit., p.226-227.

(32) Cif. MARINHO, Marcelo Jacques M. da Cunha (1986) e PECAUT, D. (1980).

(33) FREIRE, Victor da Silva (1936), p. 79.

(34) FREIRE, Victor da Silva (1936), p. 90 e 35.

(35) FREIRE, Victor da Silva (1936), p.80.

(36) FREIRE, Victor da Silva (1936), p.7.

(37) Cif. HABERMAS, J.

(38) VIANNA, Werneck (1984).

(39) "A SBPC e a Função Social (e política) do cientista", Debate (1978).

(40) FERNANDEZ, Ana Maria (1990).

(41) "A SBPC e a Função Social (e política) do Cientista" (1984), p.37.

(42) FORJAZ, Maria Cecília Spina (1989), p.91.

(43) FORJAZ, Maria Cecília Spina (1989), p.91.

(44) "A SBPC e a Função Social (e política) do Cientista" (1978), p.38.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARTE IV

Capítulo 1

(1) CARNOY, Martin (1984), p.219, refere-se à falência da previsão das teorias pluralistas de pós-guerra, as quais considerariam que "à medida que as sociedades de baixa renda fossem mais capitalistas (modernas) e menos tradicionais, elas se tornariam mais democráticas... A crescente penetração do capitalismo e do sistema de empresa privada destrói as instituições políticas particularistas e autoritárias coerentes com uma economia feudal, afirmavam os pluralistas".

(2) MATTELART, M.M. STOURDZE (1984), p.157.

(3) MATTELART, M.M.; STOURDZE (1984), p.39., cita, ao respeito, e como expressão dessa concepção, um texto de F. Guatarri: "o terceiro setor" continuará sendo marginalizado e não poderá para nada desempenhar seu papel de incitador da mudança se não logra instaurar um mercado institucional que se interponha entre o mercado capitalista e os sistemas de controle estatal, de modo que possam ser postos a prova e apoiados outros sistemas de valoração das atividades humanas, outras concepções das finalidades da produção social".

(4) Cif. ao respeito, HABERMAS, Jurgen (1987). Marilena Chaui (1982), p.12-13, apresenta uma crítica a noção de "competência" dos especialistas, que remete a C.Lefort: relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que contrapõem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber".

(5) Cif. HOLZNER, Burket. "Social processes and knowledge synthesis", in WARD, Spencer-Reed, Linda J. (1983), p.187 e seguintes.

(6) Cif. HOLZNER, B. op. cit. Cada campo diferenciado de produção de conhecimentos científicos, daria lugar, para MARTON, a uma identidade coletiva e a uma identidade social. Para Kuhn, uma comunidade

científica e aquela que "partilha" um paradigma. Cif. ao respeito Kuhn (1978), p.219 e seguintes e Merton-Gaston (1977). Apud HOLZNER, op. cit., p.206.

(7) HOLZNER, B. op. cit. p.207 e seguintes.

(8) BOREHAN, P. (1983), p.702-703.

(9) FREIDSON, E. Profession of Medicine, cit. em Borenham, Paul (1983), p.703.

(10) Cif, entre outros, BORDIEU, Pierre (1984).

(11) OFFE, Claus (1989), p.146, conforme o princípio do "monopólio jurisdicional", determinados grupos profissionais adquirem um "status diferenciado" e o privilégio de desempenhar certas tarefas ou atividades, de modo que, dentro daquela "jurisdição", possuem a capacidade de julgar o que é ou não uma solução adequada para um certo problema, ou qual é a "base de conhecimento" adequada nesse contexto de ação.

(12) Cif. FREIDSON, E. Profession of Medicine: a study of sociology of applied knowledge, New York, Dodd and Meod, 1970, agora citado por HOLZNER (1983), p.207.

(13) Borenham, Paul (1983), p.698.

(14) OFFE, Claus (1989), p.146.

(15) OFFE, Claus (1989), p.143.

(16) OFFE, Claus (1989), p.143.

(17) OFFE, Claus (1989), p.136.

(18) OFFE, Claus, op. citado, p.137.

(19) OFFE, Claus (1989), p.138-139.

(20) RATCHFORD, J. Th. (1989).

(21) RATCHFORD, J. Th. (1989).

(22) FOUCAULT, M. "The order of Discourse". In: Shapiro, Michael (1984), p.108-138.

(23) FOUCAULT, M., op. cit., p.123.

(24) Os "novos movimentos sociais", ou como prefere Cohen, os movimentos sociais contemporâneos, têm como ponto de partida comum o tema da "auto-defesa" da sociedade frente ao Estado e frente a sociedade de mercado; situam-se logo no domínio da sociedade civil, procurando a democratização das estruturas da vida cotidiana e a construção de identidades

coletivas, colocando maior ênfase nas formas de participação e de comunicação associativa. Não pretendem, porém, a eliminação de toda "diferenciação" institucional, em nome de uma comunidade totalizadora e global. No contexto local, expressam a insatisfação com os mecanismos políticos disponíveis: para Boschi e Valladares (1983) além de buscar novas formas de identidade política, buscam também "soluções alternativas a estruturas e formatos políticos esclerosados, como por exemplo, a máquina clientelística tradicional e mesmo o padrão eleitoreiro de atuação dos partidos políticos", p.65. Cif. COHEN Jean (1985), ROTHSCHILD-WHITT (1979), MELUCCI (1980).

(25) A margem limitada de iniciativa dos sindicatos, é indicada como um dos principais constrangimentos da ação sindical, e da inovação em suas estruturas societárias - conforme quadros diretivos dos sindicatos entrevistados.

(26) ALVES, Maria Helena M. (1987) observa a respeito: "os sindicatos são organizados em estrutura piramidal, para evitar a organização horizontal das diferentes categorias ocupacionais. A Consolidação das Leis do Trabalho expressamente proibe a formação de organismos de coordenação entre os sindicatos a nível local. Desse modo, um sindicato local de metalúrgicos não pode (formal e legalmente) coordenar atividades com bancários, trabalhadores em transporte coletivos ou qualquer outro sindicato. Pode reunir-se apenas com outros integrantes de sua categoria, no quadro de sua federação. Somente no topo, através da confederação, podem articular-se formalmente todas as categorias de um mesmo setor da economia" (p.237).

(27) O DIEESE - Departamento Intersindical e Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, surgiu em 1955 e, conforme seus Estatutos "congrega e é constituído por entidades sindicais e associações de trabalhadores e empregados do Brasil". As finalidades do departamento são "o estudo social, econômico e jurídico das condições de trabalho das categorias profissionais e da situação das empresas, bem como o levantamento estatístico destinados à apuração de dados relativos ao custo, nível e padrão de vida dos trabalhadores e o regime de retribuição do trabalho assalariado". ("Estatutos" do DIEESE, artigos 1 e 2, respectivamente). O DIEESE originou-se para reverter o controle dos dados do índice do custo de vida e quebrar o monopólio da informação, que tinha no Estado a única fonte de legitimação. Ao produzir um conhecimento orientado pelos interesses dos trabalhadores e reconhecido como legítimo no quadro institucional nacional e internacional, ganha uma dimensão política não-partidária: "a dimensão

política é parte dele à medida que problematiza e questiona as relações jurídico-institucionais que envolvem o trabalho, constitui-se em um órgão que permite a unidade e, também, a proposição de alternativas dos trabalhadores". (Chaia, M.W. (1989), p.173). Assim, explora e leva a seus limites os mecanismos da negociação tripartita: Estado-Empresa-Sindicato.

(28) O DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, foi fundado em 1980, e é dirigido por um colegiado de sindicalistas, eleitos pelos sindicatos afiliados, em torno de 160 em 1987. Um órgão informativo do DIESAT, Trabalho e Saúde (dez. de 1987) defin seus objetivos e prioridades: "Enquanto órgão técnico, o DIESAT tem como função realizar estudos e pesquisas, filmes, publicações, seminários, palestras, semanas de saúde, bem como assessorar os sindicatos nos casos de fiscalização de indústrias com más condições de trabalho, formação e treinamento de monitores do CIPA's, etc. Enfim, fornecer informações científicas confiáveis para que as reivindicações na área de saúde, levantadas pelos trabalhadores, sejam fundamentadas. Para isto, mantém um corpo técnico, à disposição do movimento sindical, formado por médicos, engenheiros de segurança, psicólogos e advogados".

(29) Cif. BARCELOS, A. e DRESCH, Pio (1989), p.10.

(30) Cif. BARCELOS, A. e DRESCH, Pio op. cit, p.10: "... a própria concepção da democracia passa a ser limitada e superficial, com a participação das bases na discussão política sendo vista como um momento da disputa das diferentes correntes pelo poder".

(31) Cif. FALABELLA, Gonzalo. "Uma discussão teórico-comparativa: análise de experiências internacionais", in: NEDER, Ricardo Toledo et alii (1988), p.14.

(32) "Vincentinho, um líder sem rabugice". Entrevista assinada por Célia Chain, in" Jornal do Brasil, Domingo, 24 de abril de 1992, 1º Caderno, p.9.

(33) PORAT, M.V. (1977) Information Economy: definition and measurement. Washington CD. Apud: SCHEMET, J.R. (1980), p.454 e seguintes.

(34) BERTALANFY, Ludwig von (1979) e DELATTRE, P. (1981).

(35) KAPRA, Fritjof (1988) e (1986).

(36) "Information, Computer, Communications Policy. Trends in hte Information Economy", OECD (1986).

(37) LYOTARD, J. (1986).

(38) Os dados acerca do associativismo na Europa são de SCHMITTER (1977), p.14. Os dados acerca do associativismo no Brasil foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Associativismo (1986), realizada pelo IBGE.

Capítulo 2

(1) McGARRY, K.J. (1980), p.9.

(2) Cif. a Primeira Parte, Cap.1, deste estudo.

(3) Diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, criou o curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, junto com Adelpha Silva Rodriguez de Figueiredo, a primeira bibliotecária brasileira com título universitário. Entre outras fontes, citamos a respeito Palavra Chave, nº 5, maio de 1985.

(4) Entrevista a Borba de Moraes. Boletim Informativo ABDF, vol.1, nº 7, p.13-5, 1988. Entrevista realizada por Sebastião de Souza, em 1985, p.3.

(5) BORBA DE MORAES (1983), p.22.

(6) História da APB. Palavra Chave, nº 5, p.7, maio de 1985.

(7) Entrevista à Maria Antonieta Ferraz. Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.13, nº 3/4, 1980.

(8) História da APB... (1985), p.7.

(9) "O que precisamos é criar e organizar Bibliotecas modernas, equipadas para atender não somente ao povo ou as elites, mas a todo cidadão". BORBA DE MORAES (1983), p.17. Frente ao modelo tradicional europeu, onde as Bibliotecas para as classes populares eram olhadas como obra humanística da aristocracia, o modelo norte-americano, onde as Bibliotecas públicas eram consideradas um direito cívico, oferecia uma perspectiva progressista para as elites "doutrinárias" da Biblioteconomia Brasileira.

(10) ESTATUTOS da Associação Brasileira de Bibliotecários (1949). Cif. Anexo nº 2. Seu primeiro presidente, Caetano Diaz, foi também o fundador do primeiro órgão infortmativo do movimento associativo.

(11) ENTREVISTA à Maria Antonieta Ferraz, op. cit.

(12) O seguinte texto pode ilustrar esse processo: "E creio que no Simpósio sobre biblioteconomia da 10ª RBPC de 1958, pela comunicação apresentada por Rose Marie Leithold... que tomei ciência da PNB-76 - Referências Bibliográficas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), iniciando minha identificação com a normalização documentária. Foi, então, que caí em brios (muito medrosamente) em competição com os pesquisadores do IEP (Instituto de Estudos Portugueses). Chamei-lhes atenção de que se estava procedendo a uma série de indexações de revistas e levantamentos bibliográficos, sem a observância de normas bibliográficas. E houve ressonância naquela minha chamada". Entrevista à Neusa Diaz de Macedo. Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.15, nº 3/4, p.104-105.

(13) SILVA, Antônio Gonçalves da (1987).

(14) ENTREVISTA a Borba de Moraes, op. cit., 0.5.

(15) ENTREVISTA a Laura Garcia Russo. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.17, nº 1/2, 1984.

(16) THIOLHENT, M. (1980).

(17) ENTREVISTA a Luís A. Milanesi, Bol. Inf. ABDF,v.1,n.5,jul.1988.

(18) SOUZA, Helena de Miranda e (1992).

(19) Com respeito ao modelo "burocrático-autoritário", cif. O"DONNELL, G. (1990), entre outros.

(20) O DASP teve um papel importantíssimo na modernização da gestão e tratamento da informação, no contexto da Administração Pública. Cif. a respeito GONZALES, Antônio, op. cit., e SOUZA, Helena Miranda e, op. cit.

(21) Entrevista a quatro dirigentes do movimento associativo de Bibliotecários. Entrevista nº 1, Anexo nº 1.

(22) Cif. Anexo nº 3.

(23) Cif. ESTATUTOS da Federação Brasileira de Bibliotecários (FEBAB), Anexo nº 2.

(24) Todas as referências correspondem ao Estatuto da FEBAB, vigente em 1988. Cif. Anexo nº 2.

(25) BOSCHI, R.R. (1987), p.110-111.

(26) Cif. ao respeito EDITORIAL, Palavra Chave, nº 4, p.2, maio de 1984, assinada por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

(27) Cif. EDITORIAL, Boletim ABDF, v.8, nº 2, 1985, p.77, assinada por Nice Figueiredo.

(28) ENTREVISTA a Adelaide Ramos e Cortes, Boletim Informativo ABDF, v.1, nº 2, p.4-6, abril de 1988.

(29) Informe verbal das Associações Profissionais, na Assembléia da FEBAB, de 26/08/89, no Rio de Janeiro, a qual assistimos como observador.

(30) Cif. Jornal da FEBAB, Edição Especial, São Paulo, agosto de 1988, p.4.

(31) Participamos, como observador, da reunião da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica (27/08/89), e do 5º Encontro de Bibliotecário do Rio de Janeiro (24/04/91).

(32) Dados obtidos em entrevistas e em atos de Assembléias da Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro.

(33) Entrevistas de associados do movimento associativo de bibliotecários: "Associados avaliam ABDF", Boletim Informativo ABDF, p.3-6.

(34) Todos os entrevistados, com responsabilidades como membros de Diretoria de Associação profissional ou Sindicatos, membros de Comissões Permanentes, GT, compartilham esse ponto de vista.

(35) As entrevistas de quadros dirigentes do movimento associativo, publicadas nos órgãos informativos dos próprios movimentos, oferecem nomes que exemplificam cada uma das categorias institucionais mencionadas.

(36) ENTREVISTA a Adelaide Ramos e Cortes, Boletim Informativo ABDF, v.1, nº 2, p.4-6, abril de 1988.

(37) Entrevista a um dos membros organizadores de um Grupo de Trabalho e integrante de uma das Comissões Permanentes. Entrevista nº 6, Anexo nº 1.

(38) Entrevista a participante de um Grupo de Trabalho. Entrevista nº 7, Anexo nº 1.

(39) Entrevista citada na nota anterior.

(40) Acerca do Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática, ENBI, cif. ENCONTRO Nacional de Biblioteconomia e Informática. Relatório e Documento Final. Rev. de Biblioteconomia de Brasília, v.13, p.288-292, jul/dez, 1985.

(41) Entrevista a um integrante das comissões permanentes e Grupos de Trabalho. Entrevista nº 6, Anexo nº 1.

(42) Entrevista a um integrante de um Grupo de Trabalho. Entrevista nº 7, Anexo nº 1.

(43) MICRONOTICIAS. Informativo do Sindicato de Bibliotecários do Rio de Janeiro, 1989.

(44) RELATÓRIO Final. Anais do 15º CBBD. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (1990).

(45) OFFE, C. (1984), especif. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional", p.56-118.

(46) ROMANELLI, M. de L. C. (1985), p.57.

(47) EDITORIAL. Palavra Chave, v.4, nº 2, maio de 1984. Assinada por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

(48) ALMEIDA JUNIOR, O.F. Mercado de Trabalho. Rev. Bras. de Bibliot. e Doc.,v.12,n.1/2,p.62-77,jun.1985.

(49) Membro da diretoria do Sindicato de Bibliotecários, em mesa redonda, no 5º Encontro de Bibliotecários do Rio de Janeiro, 1990.

(50) Entrevista a quadro dirigente da Associação Profissional e do Sindicato de Bibliotecários do Rio de Janeiro. Entrevista nº 1, Anexo nº 1.

(51) Cif. FALABELLA, Gonzalo (1988) in NEDER, R.T. et al, p.24.

(52) Em áreas como jornalismo e processamento de dados, a Empresa de Capital Privado teria uma participação maior como fonte empregadora. Dados obtidos em Curitiba, Paraná, por Patrícia Zeni Matchori, em Dissertação a ser apresentada no Curso de Ciência da Informação, em 1992, confirmariam essa expectativa.

(53) Destacamos duas características neo-patrimoniais: a "privatização" do espaço público e o predomínio de definições não-contratuais do vínculo social. Cif. SCHWARTZMAN (1982). Cif. também SOUZA, H. Miranda e (1992), sobre seus desdobramentos no setor de Docuemntação/Informação.

(54) Ver Anexo nº 8.

(55) Entrevista a membro do Grupo de Trabalho da área biomédica e do Sindicato de Bibliotecários do Rio de Janeiro, que participou na organização do 4º Encontro de Bibliotecários do Rio de Janeiro. Entrevista nº 3 . Anexo nº 1.

(56) Entrevista citada na nota anterior.

(57) Entrevista citada na nota anterior.

(58) Entrevista nº 20. Anexo nº 1.

(59) A preocupação com a socialização do conhecimento/informação está sempre presente nos Congressos de Biblioteconomia e Documentação e com maior ênfase na década de 80. Em muitas ocasiões, define o tema central do Congresso: XI Congresso, 1982, João Pessoa, Paraiba, "Biblioteca e Educação Permanente"; XII Congresso, 1983, Camboriú, Santa Catarina, "Informação e Desenvolvimento Regional"; XIII Congresso, 1985, Vitória, Espírito Santo, "Informação e Sociedade"; XIV Congresso, 1987, Recife, Pernambuco, "Informação e Democratização". Dado a complexidade e volume da informação, consideramos que Congressos e Encontros deveriam ser tratados em outro estudo.

(60) Cif. a respeito, um dos comunicadores da Comissão de Bibliotecas Públicas e Escolares, Informativo CBBPE, v.4, nº 1, jan/jun, 1987. Conforme as entrevistas - Entrevista nº 5, Anexo nº 1 - o Bibliotecário que realiza ações associativas orientadas à democratização da informação, ao serviço dos setores populares, situa-se no contexto de movimentos populares ou alternativos, fora das ofertas institucionais dos coletivos organizados em função da categoria.

Capítulo 3

(1) MATTELART, A. (1986).

(2) Diversas fontes de dados mostram a importância da informática na área bancária e de serviços. ERBER, F.E. (1985), p.299.
No Boletim Informativo da APPD-RJ (março de 1979), listam-se as seguintes áreas onde "o computador já entrou na vida brasileira", mostrando o papel do Estado na absorção da nova tecnologia: Processamento de contas telefônicas, de luz, de gás; PIS, PASEP, Loteria Esportiva, cobrança de impostos; folha de pagamento, "serviços bancários" e "controles industriais". Outros autores, tais como Theotonio dos Santos (1983), p.36, afirmam que uma "maioria esmagadora: do uso de computadores é orientada para o setor de serviços de contabilidade e outras tarefas de gestão administrativa.

(3) Cif. Parte 4, cap.1, especificamente Quadro nº 3.

(4) In: "Associativismo na Ordem do Dia", Informativo, APPD-RJ, 3:4-6, abril de 1978, p.5.

(5) DANTAS, Vera (1988), p.72.

(6) MARTINEZ, J. (1980) e "Associativismo na Ordem do Dia", Informativo, op. cit.

(7) MARTINEZ, J. (1980).

(8) Em 1978, seria institucionalizada a Sociedade Brasileira de Computação, que seria o braço universitário dos profissionais, pesquisadores e professores que se reuniam nos SECOMU. Partilhando com outras entidades do movimento associativo a luta pela emancipação tecnológica, especifica seus objetivos:
"a) incentivar atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento em computação no Brasil;
b) zelar pela preservação e aprimoramento do espírito crítico, responsabilidade profissional e personalidade nacional da comunidade técnico-científica que atua no setor de computação no país;
...
e) promover por todos os meios, academicamente legítimos, através de reuniões, congressos, conferências e publicações, o conhecimento, informações e opiniões que tenham por objetivo a divulgação da ciência e os interesses da comunidade de computação."
Dados obtidos em: "ASBC, Informações Gerais sobre a Sociedade Brasileira de Computação", s/d.

(9) MARTINS, Luis de Castro (1980).

(10) "Breve Histórico da APPD-RJ", Informativo APPD-RJ, nº 1:3, out.77 e "Assembléia de Criação da APPD-RJ", zInformativo APPD-RJ, nº 1:1-2, out.77. Cif. também "Estatutos", Anexo nº 2.

(11) Cif. a respeito "Associativismo na Ordem do Dia", Informativo APPD-RJ, 3:4-6, abril de 1978, p.5.

(12) Cif. Estatutos da APPD-RJ, Anexo nº 2.

(13) Cif. "Transformação em Sindicato é uma Decisão Política", Informativo APPD-RJ, p.8-9, set. de 1979, p.8, especificamente.

(14) Cif. Estatutos APPD-RJ, artigo 5, parágrafo 1º. In: Anexo nº 2.

(15) Cif. ADLER, Emanuel (1985).

(16) Observando a filiação institucional dos membros das duas primeiras diretorias do APPD-RJ (1977-1979) e

incluindo os participantes da mesa que presidiu a reunião de fundação da APPD-RJ, obtivemos os seguintes dados (colocamos o nome da instituição e a seguir o número de quadros dirigentes pertencentes àquela instituição): SERPRO, 9; COBRA, 3; CAPRE, 3; COPPE, 3; IBM, 2; BNH, 2; outras, 10 (total = 27). Considerando sua agregação em agências e empresas estatais e empresas e instituições privadas, os resultados são: Empresas e instituições estatais: 22: Empresas e instituições privadas: 5. Cif. Anexo nº "Comissões Diretivas".

(17) Cif. ADLER, E. (1986) e DANTAS, Vera (1988).

(18) In: "SBPC dos Tecnólogos" (25/09/1989). O então Ministro da Ciência e Tecnologia propõe a criação de uma "Academia Brasileira de Tecnologia", a ser criada tendo a "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência" (SBPC), como modelo inspirador.

(19) ZAGOTTI, Décio, in: "SBPC dos Tecnólogos", op. cit.

(20) Entre abril de 1978 e início de 1981, através de entrevistas e seminários a Associação de Profissionais de Processamento de Dados estabelece relações com as seguintes entidades associativas, consideradas, de fato, como integrantes de uma "esfera de pares" do movimento associativo: ABI - Associação Brasileira de Impremsa Sindicatos Médisos-RJ; SEP - Sociedade Estadual de Professores; AFERJ - Associação de Fisioterapeutas-RJ; APDI-RJ - Associação Profissional de Desenhistas Industriais de Nível Superior do Rio de Janeiro (derivada da ABDI - Associação Brasileira de Desenho Industrial); IERJ - Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Psicólogos-Rio de Janeiro; Associação Profissional de Nutricionistas-RJ.

(21) LESSA, Carlos, in: "As Associações Profissionais Ocupavam um Vazio Político". Entrevistas a Carlos Lessa e Pedro Malan, Informativo, APPD-RJ, p.5-7, Ano II, maio de 1979.

(22) "Tecnólogos: CFTA adia regulamentação", Informativo, APPD-RJ, julho de 1979, p.10.

(23) "Deputado do PDS vota contra nossa regulamentação", Informativo, APPD-RJ, 4(2):3, jan. de 1981.

(24) Cif. artigo sobre andamento da regulamentação da profissão, citado na nota 23.

(25) "A ética dos patrões. Código de ética ou penal?" Informativo, APPD-RJ, IV(7):1 e 4, abril. 1981.

(26) "SUCESU consulta sócios sobre regulamentação", Informativo, APPD-RJ, VII(12):3, mar.1984.

(27) Comunicação em "Forum Livre", pelo Presidente da APPD-RJ, Informativo, set. 1985, p.2.

(28) Os textos, a seguir, reproduzem os pontos de vista de quadros dirigentes e profissionais acerca ao enquadramento sindical por categoria econômica, como "sindicato dos empregados" nas Empresas de Processamento de Dados: "Futuro dos diferenciados em Debate", Informativo, VIII(26):4-5, 1985; "APPD-Nacional questiona enquadramento Sindical", op.cit., p.8; "O SindPD sem os diferenciadores. O que você acha disso?", op.cit., p.3.

(29) Entrevista de ex-membro da diretoria da Associação Profissional e membros da diretoria do SindPD, RJ. Entrevista nº 13, Anexo nº 1.

(30) FEIGENBAUN (1985), p.137.

(31) FEIGENBAUN (1985), p.138.

(33) Falam dos Digitadores. Informativo APPD-RJ, Ano II, julho de 1979, p.5-7. As apreciações dos entrevistados são consistentes com essas afirmações.

(34) Entrevista com Diretor do Sind PD, RJ. Entrevista nº 13, Anexo nº 1.

(35) Entrevistas nº 13, 14, 15 e 17. Cif. Entrevistas, Anexo nº 1.

(36) FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, reconhecida pelo MEC. Caracteriza-se como instituição orientada a contribuir para o fortalecimento de uma sociedade civil popular, na perspectiva dos fundamentos mais gerais, e não fragmentada por segmentos de demanda.

(37) O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) é uma organização não governamental que oferece um tipo especial de serviços: "a informação e o conhecimento que constituem a matéria-prima da avaliação da realidade e de propostas alternativas". O destinatário são os movimentos populares e os serviços abrangem áreas de consultoria econômica e política - a sindicatos, movimentos de trabalhadores rurais, entre outros -, consultoria em pesquisa de campo - produção de audio-visuais, etc., para comunidades que desejam produzir sua própria informação -, entre outros. Procura desenvolver sistemas de informação e de transmissão de dados que permita a troca de informações entre indivíduos e entidades ligadas ao movimento popular, no país e na

esfera internacional. Dados obtidos em entrevistas e diversos folhetos e relatórios da instituição.

(38) Cif. MATTELART-STOURDZE (1984).

(39) Essa concepção "processual" da formação de um coletivo, foi apresentada na 1ª parte, cap. 3.

(40) Entrevista a quadro dirigente do SindPD, RJ. Entrevista nº 14, Anexo nº 1.

(41) Lideranças da APPD como Ezequiel Diaz, Rosa, entre outros, colocam a questão da informática no contexto da máquina extensão: o de seu impacto sobre a cultura e sobre as relações sociais. A APPD seria uma das primeiras vozes em afirmar que as decisões sobre Informática deveriam ser tomadas pela sociedade como um todo e seria o Congresso o lugar de expressão democrática da vontade social e da soberania nacional. Cif. a respeito: Editorial. "Informática, Democracia e Soberania Nacional", Informativo APPD-RJ, v.VII, nº 13, abril de 84, p.1; "Lançamento do Jornal Brasil Informática", op. cit.; cif. também Informativo APPD-RJ, ago.84, p.4 e 5, acerca do ato de 17/08/84, no Clube de Engenharia; entre outros.

(42) A ênfase na reserva de mercado - e não na autonomia tecnológica - e a afirmação do Estado - e não a sociedade e suas expressões políticas e institucionais - como o "lugar" da questão da informática, acabará sendo a posição dominante nas esferas políticas e de opinião dos defensores da política nacional de informática. Cif. a respeito: Brasil Informática pede apoio nos Estados e no Congresso Nacional, Informativo APPD-RJ, maio 84; Políticos apoiam Brasil Informática, APPD-RJ, agosto de 1984, p.5; Aprovado no Congresso, projeto de Informática garante reserva de mercado, Informativo APPD-RJ, set/out 84, p.4. Posições opostas a essas políticas, lideradas pelo Senador Roberto Campos, são também apresentadas no Informativo: "Opositores da reserva lançam campanha de nível nacional", Informativo APPD-RJ, março de 84, p.4, por exemplo.

(43) Participação da APPD-RJ no Congresso da SUCESU. Informativo APPD-RJ, Ano II, nº 1, dez. de 1978, p.4-7.

(44) Op. cit.

(45) SEMINÁRIO sobre política nacional de informática. In: POLÍTICA Nacional de Informática. Cadernos do Clube de Engenharia, v.1, maio de 1980, 55p.

(46) Op. cit., p.13-14.

(47) Op. cit., p.14.

(48) Op. cit., p.19-20.

(49) REIVINDICAÇÃO não mais em seções "Econômicas". Informativo APPD-RJ, março de 1984, p.4.

(50) Remetemos a análise do documento referenciado na nota 45.

(51) POLÍTICOS apoiam Brasil Informática. Informativo APPD-RJ, agosto de 1984, p.4.

(52) Entrevista a quadro dirigente da Associação Profissional, do SindPD-RJ. Entrevista nº 17, Anexo nº 1 .

(53) Cif a respeito desse papel do Estado Brasileiro, SANTOS, Wanderlei Guilherme dos (1987), p.134-136.

(54) SNI investiga o Setor de Informática. Informativo APPD-RJ, março de 1990, p.12.

(55) Entrevista de quadro dirigente da Associação Profissional, do Sindicato e em órgãos de caráter nacional, do movimento de trabalhadores em Processamento de Dados. Entrevista nº 17, Anexo nº 1.

(56) Boletim Informativo, FENEDADOS/APPD Nacional, nº 3, dez. de 1989, p.2.

(57) ANTONAZ, D. (1987), p.2.

(58) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

(59) MACIEL, R.H. A Síndrome dos Digitadores. Texto da Fundacentro, difundido pelo SIND-PD, RJ, s/d, mim.

(60) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

(61) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

(62) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

(63) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

(64) Entrevista nº 15, Anexo nº 1.

Observação: Os documentos usados como fontes primárias para coleta e análise do discurso do movimento associativo e de seus quadros, estão referênciados no

próprio corpo das NOTAS E REFERÊNCIAS, não constando, por
ísso, na Bibliográfia geral.

BIBLIOGRAFIA

AAB - 10 anos de fundação. Arquivos e administração, v. 9, n. 3 , p. 37-47, set./dez. 1981.

ADLER, Emanuel. The power of ideology: computer and nuclear energy development in Argentina and Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ: 1985. 142p. (Série Estudos, n. 42).

ADORNO, Theodor W. - HORKHEIMER; M. La sociedad. 2a. ed. Buenos Aires: Proteo, 1978.

ALLIEZ, Eric. Tempos capitais. Relatos da conquista do tempo . São Paulo: Siciliano, 1991, 504p.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984). Petrópolis: Vozes, 1984. 362p.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Direitos sociais, organiza - ção de interesses e corporativismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, n. 25, p. 50-60, out. 1989.

_____. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: REIS, Fabio Wanderley - O'DONNEL, Guilhermo (orgs.) A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Novas demandas, novos direitos: experiência do sin - dicalismo paulista na última década. Revista de Ciências Sociais, v. 26, n. 3, p. 265-290, 1983.

ANAIS do 15º CBBD, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Rio de Janeiro, 1989.

APEL, Karl-Otto. O desafio da crítica total da razão e o programa de uma teoria filosófica dos tipos de racionalidade. Novos Estudos CEBRAP, n. 23, p. 67-84, mar. 1989.

APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas , 1983. 201p.

ARATO, Andrew - COHEN, L. Social movements, civil society and the problem of govereingty Praxis international v. 4, p.266-283, 1984.

ARENDT, Hannah. A condição humana, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARISTÓTELES, Periérmeneias (ou: de Interpretatione) In: ORGANON. I Categorias; II Penérmeneias. Lisboa: Guimarães, 1985. 176p.

ASSOCIAÇÃO de Amigos de Bibliotecas. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Deptº Geral de Cultura, Divisão de Documentação e Biblioteca. (s.ed), 1979, 18p.

BARAN, Paul. Excedente econômico e irracionalidade capitalista . Cuadernos Pasado y Presente, n. 3, 1968.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A formação de recursos humanos para otimizar a indústria da produção de conhecimentos no Brasil. Ciência da Informação, Brasília, v. 19, n. 2, p. 113-116, jul/dez. 1990.

BARCELOS, Adair - DRESCH, Pio. Democracia e organização de base. Os impasses do novo socialismo. Proposta. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 5-18, mar. 1989.

BEATY, S.B. The role of professional societies in information resource management In: Swveeny, G.P. (ed.) Information and the transformation of society. Amsterdam, North-Holland, 1882.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENAKOUCHE, Rabah (org.). A informática. São Paulo: Polis, 1985.

BERTALANFFY, Ludwig Von. Perspectivas en la teoria general de sistemas. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

BLOOR, David. Popper's mystification of objective knowledge . Science Studies, n. 4, p. 65-76, 1974.

BOBBIO, Norberto - BOVERO, Michelangelo. Sociedade e estado na filosofia política moderna. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade Civil. Rio Grande do Sul: Graal, 1982.

BORDIEU, Pierre. Homo academicus. Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. O poder simbólico. Lisboa, DIFEL, 1989.

BOREHAN, Paul. Indetermination: professional knowledge, organization and control. The Sociological Review. v. 31. n. 4,p. 683--718, nov. 1983.

BOSCHI, Renato Paul. A arte da associação política de base e democracia no Brasil. São Paulo, Vértice: Rio de Janeiro:IUPERJ, 1987.

BOSCHI, Renato - VALLADARES, Licia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. Espaço e Debate, n. 8, p. 64-77, jan./abr. 1983.

BOTELHO, A.J.J. Les scientifiques et le pouvoir au Brésil. Tese Paris: Conservatore National des Artes et Métiers,/s.d./

BRADFORD, S.C. Documentação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura , 1961.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista do século XX . Rio de Janeiro, /s.n./, 1974.

BROOKES, B.C. The foundations of information science: the changing paradigm. Part IV. Journal of Information Science, n. 3, p. 3-12, 1981.

_____. The Foundations of information science. Part I: Philosophical aspect. Journal of Information Science, n.2, p.125--133, 1980.

BUCI, GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 500p.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. Sabedoria incomum. São Paulo: Cultrix, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado - dependente e teoria democrática. In: Stepan, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.443-482.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. São Paulo, Papirus , 1986, 340p.

CARNOY, Martin - LEVIN, Henry. Escola e trabalho no estado capitalista, São Paulo: Cortez, 1987.

COHEN, Jean L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. Social Research, v. 52, n.4, p. 263-716, 1985.

COLLIER, David (ed.). The new authoritarianism in Latin America . Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1979.

COOPER, Robert - BURRELL, Gibson. Modernism, postmodernism and organizacional analysis: an introduction. Organization Studies . v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

CORNFORD, Francis M. Plato's theory of knowledge. New York : Bobbs-Merril, 1957.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes. Estado, revolução e democracia na teoria marxista. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson - NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 160 pg.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed., Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. 204p.

CHAIA, Miguel Wady. DIEESE: saber intelectual e prática sindical. Lua Nova. São Paulo, n. 19, p. 141-177, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982. 220p.

DAHLBERG, Ingetrant. Ontical structures and universal classification. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1978.

DANTAS, Vera. Guerrilha tecnológica. A verdadeira história da política nacional de informática. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1988.

DANTAS, Marcos. O crime de Prometeo. /s.l./. Abico M.P.,set.1989.

DELATTRE, Pierre. Teoria dos sistemas e epistemologia. Lisboa : Cadernos de Filosofia, 1981.

DELEUZE, G. - GUATTARI, F. Mil mesetas. Capitalismo e esquizofrenia. Valencia: Pré-textos, 1988.

DESCARTES, René. Discurso del método. In: _____ Obras Escolhidas Bsas, Editorial Sudamericana, 1967.

DESLANDES, A.M. Costa et al. Formação de associação de Amigos nas Bibliotecas Regionais. 5ª ed., agosto 1984, 32p.

DIEESE. Ficha técnica. /s.l./, nov. 1987, 11p.

DIJK, Teun A. Von. Texto y contexto (Semântica y pragmática del discurso). Madrid: Cátedra, 1984. 358p.

DONOHUE, G.A. - TICHENOR, P.J. - OLIEN, C.N. Mass media and the knowledge gap. A hipothesis reconsidered. Communication research, v. 2, n. 1, p. 3-23, 1975.

DONOHUE, Joseph. Information resources management: passing fad or new paradigm ? IMR, v. 1, n. 2, p. 67-77, 1985.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP, n. 10, 24-30, out. 1984.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Seleção de Textos de José Arthur Giannotti).

ERBER, Fabio Stefano. The development of the "Eletronics Complex" and the government policies in Brazil. World Development, v.13, n. 3, p. 293-309, 1985.

EVANS, Peter. Informática, metamorfose da dependência. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 15, p. 14-31, jul. 86.

EVANS, Peter B. O declínio da hegemonia e a industrialização afirmativa: conflitos entre Brasil e Estados Unidos na indústria de computadores. Dados: Rev. Ciêwncias Sociais, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 311-351, 1990.

FEIGENBAUN, Dina. O emprego no setor informático no Brasil. In: BENAKOUCHE, R. (org.). A informática no Brasil. São Paulo: Polis, 192p. p. 133-143, 1985.

FERNANDEZ, Ana Maria. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPq, 1990.

FONSECA, Edson Neri da. Problemas brasileiros de documentação . Brasília: MCT-CNPq - IBICT, 1988.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação ? 5. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 93p.

_____. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979, 149p.

FREIRE, Paulo - FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 158p.

FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau Registros de uma experiência em processo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 174p.

FREIRE, Victor da Silva. A regulamentação das profissões de engenheiro, de architecto e de agrimensor. São Paulo: Escolas Salesianas, 1936 ("Separata do Annuario da Escola Polytechnica de S. Paulo").

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). BIB, n. 28, p. 71-99, 2 sem. 1989.

FOUCAULT, Michel. The order of discourse. In: SHAPIRO, Michel (ed.) Language and politics. Oxford: Blackwell, 1984, p. 108 - -138.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977. 278p.

FOSTER, Mark. Foucault, marxismo e história.Modo de produção versus modo de informação. Brasília: Paidos, 1987, 229p.

GÓMEZ, Maria Nélida González de. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. Ciência da Informação. Brasília, v. 16, n. 2, p. 157-161, jul./dez. 1987.

GORZ, André (org.) Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUATTARI, Felix. As três ecologias. Campinas, São Paulo:Papirus, 1990, 56p.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civiliação Brasileira, 1980. 444p.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 244p.

_____. Concepção dialética da História. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: BENJAMIN, W. et al. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.301-302.

_____. Modernidade versus pós-modernidade. Arte em Revista . v. 5, n. 7, p. 86-90, ago., 1983.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. New social movements. Telos, v.14, n.3, p.33-37, 1981.

_____. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In: ____. Consciência moral e agir comunicativo . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. The philosophical discourse of modernity. Massachusetts: Mit Press, 1987.

_____. Soberania popular como procedimento. Novos Estudos CEBRAP, v. 26, p. 100-113, mar. 1990.

_____. Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. What is universal pragmatics ? In: ____. Communication and evolution of society. London: Heineman, 1979.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Industrialização e estrutura do emprego no Brasil: 1960-80. In: ___.Estrutura social, mobilidade e raça. São Paulo, Vértice, 1988.

HEITZMAN, James. Information systems in development in the Third World. Information Processing & Management, v. 26, n. 4, p.489--502, 1990.

HEIDEGGER,Martin. Que significa pensar ? Buenos Aires,Nova,1964.

_____. El ser y el tiempo. 2. ed. México: FCEN, 1962 (1ª ed. em alemão, 1927. 1ª ed. em espanhol 1951).

_____. La pregunta por la cosa. La doctrina kantiana de los principios transcendentales. Buenos Aires, Sur, 1964.

HEGEL, G.W.F. A sociedade civil burguesa. Lisboa. Estampa, 1979.

_____. Filosofia del derecho. 5. ed., Buenos Aires: Claridad, 1968.

HERNANDEZ, Arregui, J.J. La formación de la consciencia nacional. Bsas: Plus Ultra, 1973, 571p.

HIRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social. Rev. Social. USP, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103,2.sem. 1989.

HIRSCHMAN, Albert. The turn to authoritarianism in Latin America and the search for its economic determinants . In : COLLIER, David (ed.) The new authoritarianism in Latin America. Princeton University Press, 1979.

HOBBES, Thomas. Leviathan. London: Collins, 1983. 410p.

HOFFMAN, Kurt. Microeletronics, internacional competition and development strategies: The unavoidable Issues - Editor's Introduction. World Development, v. 13, n. 3, p. 263-272, 1985.

HOLANDA, Héloisa Buarque de. A mulher entre duas histórias.Pós-feminismo. Jornal do Brasil - Idéias/Ensaios, p.47, jul.1990.

HOROWITZ, Rosário G. de. Librarianship. A third world perspective. New York: Greenwood Press, 1988.

INFORMATION, Computer. Communication Policy. Trends in the information Economy. /s.l./ OECD, 1986.

INHELDER, B.; PIAGET, T. Da lógica da criança à lógica do adolescente. São Paulo, Pioneira, 1976.

JAGUARIBE, H. O nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

JOHNSTON, R.; ROBBINS, D. The role of cognitive and occupational differentiation in scientific controversies. Social Studies of Science, n. 6, p. 349-368, 1976.

KANT, Emmanuel. Resposta à pesquisa: que é "esclarecimento" ? In: __ . Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1974.

KAPLINSKY, Raphael. Electronics - base automation technologies and the onset of systemofacture implications for third world industrialization. World development, v. 13, n. 3, p. 423-439, 1985.

_____. The international context for industrialisation in the coming decade. Journal of Development Studies, v. 21,n.1, p. 75-96, 1984.

KERVEGAN, Jean-François. A democracia natural ? Filosofia Política, UNICAMP/UFRGS, n. 3, p. 89-116, 1986.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, 258p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratics politics. London: Thetford Press, 1985, 198p.

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In : HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro, Rocco, 1991, 273p. p. 127-149.

LADRIÈRE, J. Os desafios da racionalidade. O desafio da ciência e da tecnologia às culturas. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAKATOS, Inre y MUSGRAVE, Alan (eds.) La critica, y el desarrollo del conocimiento. Barcelona, Grijalbo, 1975, 524p.

LÉCUYER, Bernard-Pierre. Bilan et perspectives de la sociologie de la science dans le pays occidentaux. Arch. Europ. Social , n. 19, p. 257-336, 1978.

LOCKE, John. Ensayo sobre el entendimiento humano. México: Fondo de Cultura Econômica, 1956.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 124p.

_____. Just Gaming. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

MAAR, Wolfgang Leo. O encanto da modernidade. A Folha de São Paulo, 17 set. 1990.

MACHLUP, F.; KRONWINKLER, T. Workers who produce knowledge a study increase, 1900 to 1970. Weltwirts Chaftlicheg Archive . v. 3, n. 4, p. 752-759, 1975.

MC GARRY, K.J. The changing context of information. London, Clive Birgley, 1980.

MARTINS, Luiz de Castro. Pequena história dos seminários(SECOMU). Dados e Idéias, n. 3, p. 44-50, ago. 1980.

MARTINEZ, José. Uma comunidade à procura de caminhos (reportagem). Dados e Idéias, n. 6, p. 26-32, fev./mar. 1980.

MARINHO, Marcelo S.M. da Cunha. Profissionalização e credencia -

mento. A política das profissões. Rio de Janeiro: SENAI, Depto. Nacional, 1986.

MATTELART, M.M. y STOURDZE. Tecnologia, cultura y comunicación. Barcelona: Mitre, 1984.

MATTELART, A. Entrevista. Sul. Boletim de Novas Tecnologias de Comunicação. ECA, USP, nº 0, p. 21-22, mar. 1986.

MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. Social Science Information, v. 19, n. 2, p. 199-226,1980.

MENDOCA, Eduardo, José. Primeiros resultados das reuniões de grupos (SUCESU). Dados e Idéias, p. 24-26, set. 1980.

MENZIES, Heather. Information systems and monopolies of knowledge. The Canadian Journal of Information Science, v. 16, n. 1, p. 2-11, 1991.

MICELI, S. Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

MONDOLFO, R. Rousseau y la consciencia moderna. Buenos Aires : Eudeba, 1962.

MORAES, Rubens Borba de. O problema das bibliotecas brasileiras. 2. ed., Brasília: ABDF, 1983, 37p.

MORAES, R.; ANTUNES, R; FERRANTE, V.B. (orgs.).Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986. 308p.

MORAES, Narinha. EUA planejam estrada da informação. Folha de São Paulo; Informática. 18 set. 1991. Cad. 6, p. 2.

MORIN, Edgard. Para uma sociologia do conhecimento. Sociologia , n. 6, p. 135-146, 1989.

_____. O método. A natureza da natureza. Lisboa,Publicações Europa-América, 1987.

_____. O método: O conhecimento do conhecimento, Portugal , Europa-América, 1983. 230p

MOTA, C. Guilherme. Ideologia da cultura brasileira. São Paulo : Ática, 1977.

MYTELKA, Kneger Lynn. Knowledge-intensive production and the changing internationalization strategies of multinacional firms. In: CAPORASO, S. (ed.). A changing International Division of

Labor. Condor, Frances Rinte, 1984, p. 43-70.

NEDER, Ricardo Toledo et al. Automação e movimento sindical no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988, 272p.

NEILL, S.D. Brookes. Popper and objective knowledge. Journal of Information Science, v. 4, n. 1, p. 33-39, mar. 1982.

NESTEROV, Anatoly. Em direção à midiateca. In: Ciência e Informação, Brasília: v. 30, n. 2, p. 229-231, jul./dez. 1991.

NICOL, Eduardo. Los principios de la ciencia. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.

NEGT, O. Mass media: tools of domination or instruments of liberation ? Aspects of the Frankfurt School's Communication Analysis. In: WOODWARD, Kathleen. The Miths of Information: Technology and postindustrial culture. London: Routledge & Kegan Paul, 1980, 250p.

O'DONNELL, Guilhermo. Análise do autoritarismo burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 428p.

_____. Tensions in the buroucratic and authoritarian state and the question of democracy. In: COLLIER; David (org.). The new authoritarianism in Latin America. Princeton: Princeton University Press, 1979.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989. 322p.

_____. Trabalho & sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade e do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

O'DONNELL, Guilhermo; SCHMITTER,Philippe. Political life after authoritarian rule: tentative condutions about uncertain positions. /s.n.t./ mimeo.

ORTIZ, Renato. A consciência fragmentada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 192p.

_____. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política brasileira. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, /s.d./, 336p.

PEREZ-DIAZ, Victor. Economic politics and social pacts in Spain during the transition: the two faces of neo-corporatism. European Sociological Review, v. 2, n. 1, p. 1-19, may 1986.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios. Suplemento n. 1.Associativismo. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, IBGE, 1986.

PLATON, La república. 3. ed., Buenos Aires, Eudeba, 1968. 544p.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar, La Biblioteconomia en Brasil. Movimientos asociativos y formación profesional. Revista Española de documentación Científica. v. 12, n. 1, p. 37-41, 1989.

POPPER, K. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionista . Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

_____. De nuvens e relógios. Uma abordagem do problema da racionalidade e da liberdade do homem. In: __ . Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

_____. La Lógica de la investigación cientifica. Madrid , Tecnos, 1967, 451p.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

PRZEWORSKI, Adan. Material bases of consent: economics and politics in hegemonic sistem. Political Power and Social Theory , n. 1. p. 21-66, 1980.

RATCHFORD, S. Thomas. Role of professional societies in development (Editorial). Science, n. 216, p. 803, 1982.

_____. The role of professional societies in development . Interciencia, v. 14, n. 1, 14-17, jan./fev. 1989.

RIBEIRO, Darcy. Os brasileiros. Petrópolis: Vozes, v. 1: Teoria do Brasil.

_____. La universidad nueva.Un proyecto. Buenos Aires: Ciência Nova, 1973.

RIBEIRO NETO, Artur. Qual PT ? Documentos petistas divergem do discurso eleitoral. Folha de São Paulo, 10 dez. 1989. Cad. B , p. 6.

REVEL, Jacques. Os corpos e comunidades. In: ___. A invenção da sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ROBBINS, David; JOHNSTON, Ron. The role of cognitive and occupational differentiation in scientific controversies. Social studies of Science, n. 6, p. 349-68, 1976.

ROCHE, Edward M. Brazilian informatics policy: the high costs of building a national industry. The Information Society, v.7, n. 1-32, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos e sindicatos. Escritos de Sociologia Política. Ática, 1990.

_____. CUT:os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

ROMANELLI, Maria de Lourdes Cortes. Mercado de trabalho - formal e alternativo - do bibliotecário brasileiro. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. v. 18, n. 34, p. 54-82, dez. 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. El contrato social. Madrid: Agular,1969.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. American Sociological Review, v. 44, n. 4, p. 509-527, 1979.

SAKS, Mike. Removing the blinkers ? A critique of recent contributions to the sociology of profession. The sociological Review, v. 31, n. 1, p. 121, febr. 1983.

SANTOS, Theotonio do S. Revolução científico-técnico e acumulação do capital. Petrópolis: Vozes, 1987, 286p.

_____. Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 1983. 170p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e castigo. Partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice,1987. 208p.

SAUR, Ricardo. Industrialização nacional: uma tarefa para técnicos e políticos (CAPRE). Dados e Idéias, n. 1, p. 44-53, ago./ /set. 1979.

SARACEVIC, Tefko; BRAGA, Gilda M.; AFOLAYAN, Matheus. Issues in information science education in developing countries. Journal of the American Society for Information Science. v. 36, n. 3 , p. 192-199, 1985.

A SBPC e a função social (e política) do cientista. Debate. Cadernos de Ciência e Tecnologia, p. 37-49, 1978.

SBPC dos tecnólogos. Revista Brasileira de Tecnologia, v.19,n.11, p. 25, set. 1989.

SCHEMENT, Jorge Reina. Porat Bell and the information society Re considered: the growth of information work in the early twenty century. Information Processing & Magagement, v. 26, n. 4, p. 465, 1990.

SCHMITZ, Hubert; HEWITT, Tom. Learning to raise infants: A case study in industrial policy. Institute of Development Studies, University of Sussex, p. 1-31, aug. 1989.

SCHMITTER, Philippe C. Modes of interest intermediation and models of societal change in Western Europe. Comparative Political Studies, v. 10, n. 1, p. 7-37-1977.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: ____. Que horas são ?. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. As idéias fora do lugar. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. A força do novo: por uma sociologia dos co - nhecimentos modernos no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 47-66, out. 1987.

_____. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

6º SECOMU: os frutos de um promissor debate universitário. Dados e Idéias, Rio de Janeiro,n.3, p.39-43, dez./jan. 1976/77.

SERVAES, Jan. Development theory and communication policy: power to the people: European Journal of Communication, n. 1, p.203-229, 1986.

SHIELDS, Peter; SERVAES, Jan. The impact of the transfer of in - formation technology on development. The Information Society, n. 6, p. 47-57, 1989.

SILVA, Luis Antonio Gonçalves de. A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - (IBBD). Brasília, 1987. Diss. (M. Biblioteconomia, Documentação - Faculdade de Estudos Sociais, UnB).

SOENEN, Hélène. Les métiers de la documentation: panorame et perspectives de evolution. Bulletin des Bibliothèques de France, vol. 32, n. 4, 1987, p. 334-341.

SOUZA, Helena de Miranda Rosa e. Rio de Janeiro: transferência da capital federal e seus impactos na esfera da informatiza - ção/documentação. Rio de Janeiro, 1992. Diss. (M. Ci. enf.ECO/ UFRJ - IBICT).

STEPHAN, Alfred. Estado, corporativismo e autoritarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TÁVORA, Silvia. Da CAPRE a SEI e as grandes promessas. Dados e Idéias, n. 6., p. 12-14, fev./mar. 1980.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e en - quete operária. São Paulo: Polis, 1982.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

TOURAINE, A. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989. 598p.

TUDJMAN, Miroslav. Culture and information society: the japanese way. Information Processing & Magnagement, v. 27, n. 2/3, p. 229-243, 1991.

THIOLLENT, M. Crítica da racionalidade e reavaliação da tecnologia. Educação e Sociedade. Cedes. Ano II, n.7,p.63-68, set. 1980.

UM MUNDO e muitas vezes: comunicação e informação na nossa época: relatório da Comissão Internacional para o estudo dos proble - mas da comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1983, 500p.

VATTINO, Giani. O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Lisboa: Presença, 1987.

VIANNA, Maria Lucia Werneck; SALINAS, Julio A. Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário. Dados.Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 105-128, 1982.

VIANA, Luiz Jorge Werneck. A OAB como intelectual coletivo:1964--1980; relatório de pesquisa. Rio de Janeiro; IUPERJ, 1984.

_____. A nova cara de um mundo velho. Jornal do Brasil , Rio de Janeiro, 19 jan. 1992.

"VICENTINHO, um lider sem rabugice". Jornal do Brasil, 1º caderno, p. 9, 24 de abril de 1992. Entrevista assinada por Célia Chain.

WARD, Spencer A; REED, Linda. (ed.). Knowledge structure and use: implications for synthesis and interpretation. Philadel - phia: Temple University Press, 1983.

WEBER, Max. Economy and society. New York: Beduins Press, 1968.

WEINSTEIN, Michael E. Intellectuals: public and proletarian. In: Canadian Journal of Political and Social Theory, v. 12 , n. 3, p. 37-47, 1988.

WHITE, Stephen. The recent work of Jurguen Habermas. Reason,justice & modernity. Cambridge:Cambridge University Press, 1989 . 190p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratado lógico-filosófico. Investigações filosóficas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1987. 612p.

ZIMAN, J.M. Information, communication, knowledge. Nature,n.224, p. 318-324, 1969.

_____. Conhecimento público. Belo Horizonte:Itatiaia, 1979.

ZURKOWSKY, Paul. Integrating America's In Infrastructure. Jour - nal of American Society for Information Science. v.35, n.3, p. 170-178, 1984.

ANEXOS

ANEXO Nº 1

LISTA DE ENTREVISTAS

Lista de entrevistas realizadas com representantes dos movimentos associativos de Bibliotecários e de Profissionais de Dados, e de outras organizações e associações relacionados com os agentes do setor das atividades de informação - 1989/1991

Rio de Janeiro

Agente Entrevistado		Entrevista	
Posição no movimento associativo:	Posição nas atividades de informação:	Data e características	Objetivo:
1. Membro de diretoria da associação profissional /do sindicato	Bibliotecária Centro de Informação Científico-tecnológico	14-09-89 (Entrevista não estruturada)	O associativismo dos Bibliotecários e suas formas institucionalizads: associação / sindicato.
2. Membro de um Grupo de Trabalho/Comissão Permanente	Bibliotecário Área Jurídica	21-09-89 (Entrevista não estruturada)	Os grupos de trabalho, as comissões e o associativo. O perfil associativo do Bibliotecário.
3. Associado à Assoc. Profis. de Bibliotecários-RJ, membro do Grupo de Trabalho	Bibliotecário Centro de Informação da área Biomédica	22-09-89 (Entrevista não estruturada)	Formação de redes informacionais e discursivas no espaço associativo, e a transferência de informação.
4. Membro da Comissão da "Associação de Amigos da Biblioteca"	Bibliotecário Biblioteca Pública	02-10-88 12-10-89 06-11-89 (Entrevistas informais)	Formas de integração entre os contextos comunitários da atividade de informação. Expressão no espaço associativo.
5. Não participante do movimento associativo.	Coordenação Bibliotecas Públicas na esfera municipal	02-10-89 (Entrevista não estruturada)	Formas de interação entre os profissionais e os contextos comunitários das atividades de informação. Expressão no espaço associativo.

Agente Entrevistado		Entrevista	
Posição no movimento associativo:	Posição nas atividades de informação:	Data e características:	Objetivo:
6. Membro de Grupo de Trabalho e Sub-comissão	Assessoria; Informação científico e tecnológica (Esfera Universitária)	07-11-89 (Entrevista não estruturada)	A formação de novas cadeias prático-discursivas no espaço associativo (entre profissionais de diferentes áreas e instituições)
7. Membro de Grupo de Trabalho	Bibliotecária Informação tecnológica; Área Interdisciplinar.	20-09-89 (Entrevista não estruturada)	A formação de novas cadeias prático-discursivas no espaço associativo.
Diretoria do Sindicato de Bibliotecários	8. Bibliotecária;empresa 9. Bibliotecária, Bibliot. Nac. 10. Bibliotecário,Bibliote.Nac. 11. Bibliotecário, Empresa 12. Bibliotecário,Bibliot.Nac.	31.01.91 (Entrevista nao estruturada, com roteiro antecipado)	O passo da Associação profissional ao Sindicato. Problemas da sindicalização da categoria, estratégias adotadas.
13. Membro da diretoria da Associação Profissional/Membro da Diretoria do Sindicato.	Analista de Sistema/Empresa de Processamento de Dados.	05-01-90 (Entrevista não estruturada)	As esferas comunicacionais da ação sindical e a informação. Relações sindicato: empresa; diretoria: bases; sindicato: associações - no quadro de transferência de informações.
14. Membro diretoria Associação Profissionais/Diretoria do Sindicato.	Analista de Sistema/Empresa de Processamento de Dados.	09-01-90 (Entrevista não estruturada)	As esferas comunicacionais da ação sindical e a informação. Problemas de segmentação de interesses: dentro da categoria; entre a "categoria" e os "trabalhadores"em seu conjunto.

Agente Entrevistado		Entrevista	
15. Membro da Diretoria do Sindicato	Digitador/ Empresa de Processamento de Dados	19-12-89 (Entrevista estruturada)	Produção de conceitos/singificados como expressão de demandas e interpretações dos trabalhadores. Transferência de informação: especialista - sindicato; Departamento sindical: bases; Sindicato: agências governamentais.
16. Membro da Diretoria da Associação Civil	Consultor/Pesquisadora; Área de Informática	29-05-89 (Entrevista não estruturada)	O movimento associativo dos profissionais da área de informática. Processos e formas de institucionalização.
17. Membro da Diretoria da Associação Profissional /Diretoria Sindicato / Associação Nacional.	Analista de Sistemas/ Empresa de Processamento de Dados.	22-01-90 (Entrevista não estruturada)	As formas de institucionalização da ação coletiva e seus efeitos na formulação de objetivos, demandas e cadeias prático-discursivas.
18. Diretoria do Sindicato	Secretária/Empresa de Processamento de Dados	03-05-90 (Entrevista não estruturada)	Problemas de diferenciação de interesses e demandas. A transferência de informação quadro dirigente: bases. A questão da mulher.
20. Membro Colegiado Organização não-governamental	Assessoria/Pesquisa	25-05-90	A função de assessoria com respeito as associações e sindicatos do setor urbano.

Agente Entrevistado		Entrevista	
Posição no movimento associativo:	Posição nas atividades de informação:	Data e características:	Objetivo:
21. Membro Associação de Produção de audio-visuais	Produção de Audio-visuais	25-10-89	Associativismo e organizações não-governamentais: seus "espaços específicos".

*Observação: Caracterizamos a entrevista como "informal" quando o registro é realizado após a entrevista, sem participação do entrevistado; caracterizamos a entrevista como "não-estruturado" quando é realizado o registro durante a entrevista, mas sem uso de questionário ou roteiro totalmente pré-estabelecido.

ANEXO Nº 2

ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM PROCESSAMENTO DE DADOS
ESTATUTOS - 6/10/77 - (Associação Civil)

Caracterização

A Associação de Profissionais de Processamento de Dados do Rio de Janeiro, doravante designada por APPD-RJ, é uma sociedade Civil de direito privado com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição em todo o estado do Rio de Janeiro. (cap. 1, art. 8).

Finalidades

I) Congregar os profissionais envolvidos em atividades de computação, promovendo sua união e a defesa de seus interesses técnicos e profissionais, de um modo geral.

II) Zelar pelos direitos e interesses dos profissionais que representa enquanto técnicos especializados:

(i) estimulando melhor aproveitamento e distribuição do pessoal técnico e científico no campo da Computação, incentivando:

(i.1) a manutenção e valorização de uma carreira técnica com vistas a desenvolver e fixar uma tecnologia nacional na área;

(i.2) a fixação do profissional na atividade técnica de modo a minimizar a transferências desses profissionais para atividades permanente administrativas:

(ii) estimulando a melhoria do ensino da informática em todos os níveis;

(iii) promovendo reuniões científicas, congressos especializados, conferências, cursos, publicações, inclusive com caráter de divulgação técnico ou científica;

(iv) incentivando e promovendo o intercâmbio com as demais entidades técnico-científicas.

III) Zelar pelos direitos e interesses dos profissionais que representa quanto a aspectos específicos de seu relacionamento com o mercado de trabalho:

(i) exigindo condições de trabalho adequadas e remuneração digna;

(ii) estimulando e participando do debate em torno da regulamentação das diversas categorias de seus associados.

IV) Zelar pelos interesses e direitos dos profissionais que representa enquanto cidadãos:

(i) evitando que as técnicas utilizadas na área sejam usadas como suporte a práticas predatórias da natureza;

(ii) evitando que as técnicas utilizadas na área sejam usadas para restringir a liberdade individual através do controle da vida privada ou de quaisquer outros meios.

(iii) considerando, em cada questão concreta que a técnica nunca é neutra, devendo portanto, estar a serviço da população.

Critérios de Filiação

- Poderão se filiar à APPD-RJ todas as pessoas físicas maiores de 18 anos que se enquadrem nos requisitos especificados abaixo;
- Profissionais com 90 dias ou mais de experiência em uma ou mais das categorias:

a) Analista;
b) Programador;
c) Operador;
d) Perfurador/Digitador;
e) Professores ou Pesquisadores nas áreas de computação ou a ela relacionadas;
f) Analistas e técnicos em Documentação. Organização e Métodos ou em Pesquisa Operacional, desde que vinculados ao trabalho em processamento de dados;
g) Técnicos de manutenção;
h) Técnicos em atividades outras, similares ou conexas às acima desde que da área de Computação (Cap. 2, art.5, § 1).

Estrutura organizada

- A Associação de Profissionais de Processamento de Dados do Rio de Janeiro é constituída pelos seguintes órgãos: Assembléia, Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo, Departamentos e Comissões.

§ 1º - O órgão soberano da APPD-RJ é a Assembléia Geral;

§ 2º - A Direção da APPD-RJ é exercida pela Diretoria, tendo como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal e como órgão assessor o Conselho Consultivo.

§ 3º - Existirão quatro (4) Departamentos:

I. Departamento Administrativo-Financeiro;
II. Departamento de Divulgação;
III. Departamento de Assuntos Profissionais;
IV. Departamento Técnico-Científico.

(Cap. 3, art. 15).

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caracterização

Artigo 1º - O Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, é constituído para fins de defesa e representação de todos os empregados em empresas de processamento de dados e serviços de informática, empregados e funcionários das instituições de processamento de dados das administrações diretas, indiretas e fundações federais, estaduais e municipais que venham, em assembléia, a aderir ao presente estatuto, visando a melhoria das condições de vida e de trabalho de seus representados. (Título I, Seção I).

Finalidades

(princípios, prerrogativas e deveres)

Artigo 3º - São princípios do SINDPD-RJ:

a) lutar para que o uso da informática seja feito em benefício do povo brasileiro;

b) lutar por melhores condições de vida para o povo brasileiro;

c) zelar pelos direitos e interesses dos trabalhadores em Processamento de Dados nas suas relações com o mercado de trabalho;

d) zelar pelos direitos e interesses dos profissionais enquanto técnicos especializados;

e) zelar pelos direitos e interesses dos trabalhadores em processamento de dados enquanto cidadãos;

Artigo 4º - São prerrogativas e deveres do Sindicato:

a) defender os direitos e interesse coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;

b) representar judicial e estrajudicialmente os interesses coletivos da categoria, inclusive funcionando como subs-

tituto processual de seus associados;

c) promover e participar obrigatoriamente das negociações coletivas de trabalho, com vistas à celeração de acordos e convenções coletivas;

d) propiciar a organização da categoria, promovendo a eleição de representantes e comissões sindicais;

e) promover a solidariedade entre seus representados e destes com as demais categorias profissionais;

f) promover o desenvolvimento profissional dos representados;

g) prestar assistência a seus associados, na forma que a Assembléia Geral decidir;

h) estabelecer contribuições a todos os representados e associados;

i) decidir por filiações a organizações sindicais pelo escrutínio secreto e sufrágio universal de seus associados.

Critérios de Filiação

SEÇÃO II
Dos Associados

Artigo 6º - A admissão ao quadro social é garantida a todos aqueles que integrem a categoria representada.

Estrutura Organizativa

Art. 8º - Constituem em órgãos permanentes do SINDPD-RJ:

a) Assembléia Geral;
b) Conselho de Representantes;
c) Diretoria;
d) Delegacias regionais;
e) Representações sindicais

Art. 9º - Poderão ser criados órgãos temporários, para o desenvolvimento de atividades específicas, pela Diretoria.

Parágrafo Terceiro - Será designado pelo menos um Diretor para cada um dos seguintes encargos:

a) administração de pessoal e material;
b) administração financeira;
c) secretaria;
d) divulgação e mobilização;
e) negociação coletiva e assuntos jurídicos;
f) ligação com entidades sindicais

COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Caracterização e finalidades (princípios básicos)

Art. 1º - A Coordenação Nacional de APPDs, doravante designada CN, tem duração indeterminada e exercerá suas atividades de acordo com as disposições deste Estatuto.

Art. 2º - A CN não tem fins lucrativos, devendo sua receita reverter integralmente em favor da manutenção e consecução de seus objetivos estatutários.

Art. 3º - São princípios básicos da CN:

I - Zelar pelos direitos e interesses dos profissionais nas suas relações com o mercado de trabalho;

II - Zelar pelos direitos e interesses dos profissionais enquanto técnicos especializados;

III - Zelar pelos direitos e interesses dos profissionais enquanto cidadãos;

Art. 4º - São finalidades da CN:

a) congregar as associações estaduais de profissionais envolvidos em computação, promovendo sua união e ação conjunta;

b) coordenar, assessorar, representar as APPDs estaduais;

c) recomendar sobre assuntos de interesse comum visando uma ação conjunta coerente das várias associações;

d) promover o intercâmbio com entidades técnico-científicas, de profissionais ou de classe;

e) funcionar como órgão de intermediação entre as APPDs;

f) incentivar a criação de novas associações estaduais;

g) lutar pela formação de sindicatos de profissionais da área;

h) contribuir e fomentar, através da promoção de eventos e uso de instrumentos, o esforço de mobilização das APPDs membros para o aumento de sua representatividade;

i) lutar pela criação da APPD-Nacional.

Critérios de filiação

Art. 5º - São consideradas associações fundadoras da CN as seguintes associações:

APPD-CE; APPD-PE; APPD-BA; APPD-MG; APPD-DF; APPD-RJ; APPD-SP; APPD-PR; APPD-RS.

§ 1º - Poderão se filiar à CN as Entidades Representativas dos Profissionais de PD das Unidades da Federação, doravante designadas APPD membros, desde que concordem com este Estatuto. (Cap. II)

Art. 6º - As APPDs membros da CN congregam profissionais de PD das categorias abaixo:

a) analista de sistemas; b) programador de computador; c) operador de computador; d) perfurador/digitador/ transcritor de dados; e) preparador de dados; f) professor ou pesquisador nas áreas de computação ou a ela relacionados; g) analista e técnico em documentação, organização e métodos ou em pesquisa operacional, desde que vinculado ao trabalho em PD; h) técnico em manutenção; i) técnico em atividades outras, similares ou conexas às acima desde que da área de computação; j) estudante e estagiário em Processamento de Dados.

Estrutura Organizativa

Art. 11º - A CN é constituída pelos seguintes órgãos: Congresso Nacional de Profissionais de Processamento de Dados (CNPPD), Conselho Diretor, Secretaria Executiva e Coordenações.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA - ESTATUTO - 1949

Características

Art. 1 - A Associação Brasileira de Bibliotecários (A.B.B.) sociedade representativa da classe, fundada em 18 de julho de 1949 por iniciativa de um grupo de bibliotecá - rios, com sede e foro no Distrito Federal, é filiada à Associação dos Servidores Civis do Brasil (A.S.C.B.) associação essa criada pelo Decreto-lei nº 8.012, de 29-9-1945.

Parágrafo único - À direção da A.B.B. será por tempo indefinido, e ilimitado o número de seus membros.

Finalidade

Art. 2 - A A.B.B. tem as seguintes finalidades:

I - Cultivar a solidariedade entre os bibliotecá - rios brasileiros;

II - Promover e estimular o desenvolvimento técnico e cultural dos bibliotecários;

III - Manter intercâmbio cultural com entidades congêneres do País e do estrangeiro;

IV - Apoiar os bibliotecários em suas justas aspirações coletivas;

V - Organizar e realizar Congressos para tratar de assuntos de interesse técnico da classe;

VI - Prestigiar a organização de bibliotecas populares em todo o território nacional, cooperando dentro de suas possibilidades.

Critérios de filiação

Art. 3 - Podem ser admitidos como membros da A.B.B. todos os servidores de bibliotecas bem como as pessoas interessadas em assuntos de biblioteconomia (Cap. II).

Estrutura organizativa

Art. 15 - São poderes da A.B.B.:

a) Assembléia Geral (A.G.)
b) A Diretoria;
c) O Conselho Fiscal (C.F.)

Art. 25 - São órgãos imediatamente subordinados à Presidência da Diretoria, os seguintes Departamentos:

a) Departamento Social
b) Departamento Técnico

§ 1 - O Departamento Técnico será constituído pelas seguintes Divisões:

I - Educação de Adultos
II - Catalogação e Classificação
III - Administração de Bibliotecas
IV - Bibliotecas Infantis e Escolares
V - Bibliografia e Referência
VI - Microfilme
VII - Bibliotecas Colegiais e Universitárias
VIII - Bibliotecas Especializadas
IX - Bibliotecas Públicas (Cap. IV).

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB)

Caracterização

Artigo 1º - A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), fundada na Bahia em 26 de julho de 1959, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documantação, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade civil, sem finalidades lucrativas que congrega as Associações dos profissionais em Biblioteconomia e Documentação em todo o território nacional. (Cap. I)

Finalidade

Artigo 2º - São finalidades da Federação:

a) congregar as Associações de Biblioteconomia do País, com o objetivo de defesa, coordenação, desenvolvimento, divulgação e legítima representação da classe, nos terrenos técnico, cultural, social e econômico;

b) contribuir para a solução dos problemas atinentes à classe, quer regionais ou nacionais;

c) prestar assistência às Associações filiadas;

d) servir como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras. (Cap. I).

Critérios de filiação

Artigo 5º - São unidades filiadas da FEBAB todas as Associações de Bibliotecárias, quer dos Municípios, dos Estados, Territórios e da Capital da República.

Artigo 6º - São requisitos para o reconhecimento e permanência de qualquer Associação de Bibliotecários Municipais, Estaduais, Territoriais ou da Capital da República como unidade filiada da FEBAB:

a) possuir personalidade jurídica;

b) ser regida por estatuto na forma da lei;

c) cumprir e fazer cumprir as obrigações previstas neste Estatuto;

d) ser a sua Diretoria eleita, diretamente, pelos sócios que a compõem, quer por voto direto ou por procuração.

Artigo 7º - As Associações filiadas conservam a sua autonomia administrativa e econômica. Obrigam-se entretanto a:

a) prestigiar todas as iniciativas e resoluções tomadas pelos órgãos deliberativos da FEBAB;

b) enviar o Estatuto à FEBAB para ser referenciado pela sua Diretoria Executiva;

c) manter a FEBAB informada das iniciativas e resoluções tomadas no âmbito Estadual, Municipal ou Territorial pelos seus órgãos dirigentes;

d) comunicar à FEBAB qualquer alteração na composição de seus órgãos dirigentes, bem como qualquer modificação da denominação ou sede;

e) comparecer às Sessões da Assembléia Geral e às Reuniões do Conselho Diretor convocadas pela Diretoria Executiva da FEBAB, através de seu Presidente ou representante oficial;

f) contribuir anualmente para os cofres da FEBAB, de acordo com o estabelecido no artigo 56 desse Estatuto;

g) adotar e utilizar em todos os seus impressos e cartazes a expressão "Filiada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB";

h) incluir a FEBAB nas Comissões Organizadoras de seus eventos de âmbito nacional e regional;

i) participar na elaboração do planejamento anual da FEBAB;

j) enviar uma cópia de suas publicações para a memória técnica da FEBAB;

k) remeter, anualmente, ao Secretário Geral da FEBAB, até o dia 28 de fevereiro, o relatório de atividades do exercício anterior e o planejamento de atividades para o ano em curso. (Cap. II).

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS BIBLIOTECÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Caracterização

Art. 1º - A Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro - APB-RJ, criada em 18 de julho de 1949, com a denominação de Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB), tendo sido denominada posteriormente como Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Guanabara (APBEG), Associação Profissional dos Bibliotecários do Município do Rio de Janeiro e Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro (APBERJ), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é constituída para fins de estudo, coordenação e proteção, com o intuito de colaboração com os órgãos públicos e demais associações, no sentido de solidariedade entre Bibliotecários e Documentalistas e de sua subordinação aos interesses nacionais.

Finalidades (Prerrogativas e Deveres)

Art. 2º - São prerrogativas da Associação:

a) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses individuais dos associados, relativamente à categoria dos Bibliotecários e Documentalistas;

b) indicar, quando solicitada e sendo do seu conhecimento, empregos a seus associados;

c) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, do estudo e solução dos problemas que se relacionam com a sua categoria profissional) (Cap. I).

Art. 3º - São deveres da Associação:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das classes;

b) manter serviços de assistência judiciária para os associados, visando à proteção da classe;

c) promover a aproximação e o congraçamento entre os profissionais em Biblioteconomia e os interessados em assuntos correlatos;

d) apoiar o desenvolvimento das bibliotecas, a expansão dos serviços bibliotecários e a difusão do livro;

e) promover e incentivar o civismo e o desenvolvimento técnico e cultural dos associados;

f) manter intercâmbio e filiar-se às instituições congêneres nacionais e estrangeiras, sempre que isto atenda aos objetivos da classe, desde que seja previamente autorizada pelo Presidente da República;

g) organizar congressos e seminários de assuntos de interesse técnico-profissional;

h) promover campanhas no sentido de divulgar, na comunidade, o papel da biblioteca e do bibliotecário;

i) organizar biblioteca especializada em assuntos relacionados com a profissão de bibliotecário, documentarista para uso dos sócios;

j) publicar obras de interesse técnico-profissional e didático no campo da Biblioteconomia e da Documentação;

l) editar boletim através do qual informe sobre o desenvolvimento biblioteconômico, divulgue trabalhos de sócios e outras notícias de interesse profissional;

m) não admitir qualquer espécie de propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais e observar rigorosamente a lei e os princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;

n) proibir o exercício cumulativo de cargo eletivo com o de emprego remunerado pela Entidade.

Critérios de filiação

§ 4º - Serão considerados sócios INSTITUCIONAIS entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que contribuam para o pleno desenvolvimento cultural, econômico e patrimonial da APB-RJ. Os sócios INSTITUCIONAIS serão aceitos mediante aprovação da Assembléia Geral, por maioria de votos.

§ 5º - Serão considerados sócios HONORÁRIOS professores de Biblioteconomia, Bibliotecários, brasileiros ou estrangeiros de renome nas letras, nas artes e ciências que tenham prestado serviços de relevância à APE-RJ, ao Brasil e a humanidade, cujos nomes venham a merecer homologação da Assembléia Geral, por 2/3 de seus votos (Cap. IV).

Estrutura organizativa

Art. 8º - São órgãos da APB-RJ:

a) Assembléia Geral;

b) Conselho Fiscal;

c) Diretoria.

Art. 24 - Os departamentos da APB-RJ, serão em número de 4 (quatro):

a) Departamento de Publicações;

b) Departamento de Bibliotecas e Serviços de Documentação;

c) Departamento Estudantil;

d) Departamento de Relações Públicas. (Cap. VII)

ANEXO Nº 3

COMISSÕES DIRETIVAS

(Associação Civil, Associação Profissional,Sindicato)

		77-78	79-80	81-82	83-84
Presidente		E. Pinto Dias (SERPRO)	E. PINTO DIAS (SERPRO)	S. Rosa (NATRON	S. Rosa (NATRON
Vice-Presidente		D. Pegado (COBRA) (COBRA)	J. Lizardo H.de Araujo (COPPE)	J. Manuel Barbosa (COBRA)	L.A. Martins (SERPRO)
Deptº Assuntos Profiss.	Diretor	L. P. de Souza (CAPRE)	O.L.M.de Farias (CAPRE)	P.L. Werneck (COBRA)	R. da Silva Plá
	V.Dir.	A. F. Rodrigues (SERPRO)	G. de C. Oliveira (SERPRO)	E. de S. Dantas (DEIDATA)	J.W. Casado (NATRON)
Deptº Técnico Cient.	Diretor	M. R. Milan (PUC)	M. R. Milan (COBRA)	B. F. de Oliveira (SERPRO)	M. R. Milan (COBRA)
	V.Dir.	J.L.H.de Araújo (COPPE)	P.V.do Nascimento (BNH)	V. de Lima (COBRA)	C.K.Lins e Silva
Deptº Divulgação	Diretor	L.F.Machado (SERPRO)	M.A.M. e Lima (SERPRO)	L.A.Martins (SERPRO)	H.L.dos Santos (Fluminense Tecidos)
	V.Dir.	O.L.M.de Farias (BNH)	M.I.O.L.Fabrício (PROMON)	M.A.Moraes (BRASCON)	J.L.G.Seixas (CAPEMI)
Deptº Adm. Financ.	Diretor	C.A.Canabrava (IBM)	C.A.S.de Azevedo (PETROB.)	S.P.Veiga Torres (NATRON)	S.P.V.Torres (NATRON)
	V.Dir.	A.dos S.Neves (TELERJ)	J.S.Sá Martins (BIODATA)	V.R.Jones (ELETROBRÁS)	S.J.de S.Macedo (Fundação Seguridade/RFFSA)

		5a. Diretoria - APPD-Civil Out. 84-85
Presidente		R. de Oliveira - UFRJ
Vice-Presidente		E. Pinto Diaz - SERPRO
DAP	Diretor	L. C. Marins - PRODERJ
	Vice-Diretor	G. Martins - DOCAS SANTOS
DTC	Diretor	M. R. Millan - COBRA
	Vice-Diretor	J. Lizardo - UFRJ (COPPE)
DAF	Diretor	A. Powe - BANCO BOA VISTA
	Vice-Diretor	S. S. Mello - SERPRO
Divulgação	Diretor	M. E. Carvalho - PRODERJ
	Vice-Diretor	L. R. Santos - SERPRO

Associação Profissional de Profissinais de Processamento de Dados - Set. 1984 - 1985

Presidente	S. Rosa (NATRON)
1º Vice	L. Martins (SERPRO)
2º Vice	B. Linhares (LOJAS AMERICANAS)
1º Secretário	L. Ayres - (VARIG)
2º Secretário	L.F. Vilas Boas (NACIONAL INFORMÁTICA)
1º Tesoureiro	R. da Silva Plá (SERPRO)
2º Tesoureiro	H. L. dos Santos (FLUMINENSE TECIDOS)
Suplentes	S. J. de Souza Macedo (Fundação Seguridade-RFFSd)) R. Nin Ferreira (SPL) J. W. Casado (NATRON) E.V. Teixeira (Autônomo) O.Gomez (Volta Redonda-CSN) P.C.Maline (VARIG) J.L. G.Seixas (CAPEMI)

1a. Diretoria: 86-88	
Presidente	S. Rosa
Vice-Presidente	L.A. Martins
1º Secretário	L.F.Villas Boas
2º Secretário	J. A. das Neves
1º Tesoureiro	J.C.Neto
2º Tesoureiro	S. da Silva Barros

2a. Diretoria: 89-91	
Presidente	L.A. Martins (SERPRO)
Vice-Presidente	O.T.Cordeiro (SERPRO)
Secret. Geral	G. de Pinto Brandão
Tesoureiro	L.M.de P.Mendez Sobrinho
Dept° Saúde no Trabalho	A. Braga Filho C.P. da Silva J.A. das Neves
Dept° Negociaçoes Coletivas	M. V. de Castro S. J. de Oliveira
Dept° Formação Profiss. e Apoio ao Desempreg.	W. de S. Lima G. F. da S. Figueira Mello
Dept° Formação Sindical	L. R. D. Santos S. Barbosa Basile
Dept° Jurídico	W. S. Vilarinho

DIRETORIAS EXECUTIVAS DA FEBAB

Nº	PERÍODO	CARGOS	NOMES
7º	1978/1980	Presidente :	Antonio Gabriel (SP)
		Vice Presidente :	Ronice Maria Albamonte Arruda (SP)
		Secretária Geral :	Maria Cristina Bignardi Machado (SP)
		1º Secretária :	Maria Angelica Quemel (SP)
		2º Secretária :	Neide de Carvalho
		1º Tesoureiro :	Pedro Luiz Martinelli
		2º Tesoureiro :	Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro (BA)-falecido
			Julce Cornelsen (SP)
		Observador Legislativo :	Anibal Rodrigues Coelho (DF)
		Editora :	Neusa Dias Macedo
8º	1981/1983	Presidente :	idem
		Vice-Presidente :	idem
		Secretária Geral :	Francisca Pimenta Evrard (SP)
		1º Secretária :	Maria do Socorro Fontenelle (SP)
		2º Secretária :	Isabel Cristina SantAna Louzada (BA)
		1º Tesoureiro :	idem
		2º Tesoureira :	Satiko Morita
		Bibliotecário :	Arari G. Silva
		Observador Legislativo :	Anibal Rodrigues Coelho
		Editora :	Vania Lando de Carvalho

Nº	PERÍODO	CARGOS	NOMES
9º	1984/1986	Presidente :	May Brooking Negrão (SP)
		Vice-Presidente :	Carminda Nogueira de Castro Ferreira (SP)
		Secretária Geral :	Maria Angelica Carneiro Martorano (SP)
		1º Secretária :	Helena Gomes de Oliveira (SP)
		2º Secretário :	Humberto de Souza Lima (SP)
		1º Tesoureiro :	Pedro Luiz Martinelli (SP)
		2º Tesoureira :	Maria Arlete Pivari
		Editora :	Maria de Fátima de Castro Ferreira Zanin(SP)
			Francisco José de Castro Ferreira
		Observador Legislativo :	Anibal Rodrigues Coelho
		Assessora Div.Val.Prof. :	Maria de Lourdes Cortes Romanelli
10º	1986/1989	Presidente :	Elizabet Maria Ramos de Carvalho (RJ)
		Vice- Presidente :	Selma Chi Barrero (RJ)
		Secretária Geral :	Miriam Salvadore Nascimento (SP)
		1º Secretária :	Ione de Souza (RJ)
		2º Secretária :	Maria Alice Martins (RJ)
		1º Tesoureira :	Maria de Fátima Pereira Raposo (RJ)
		2º Tesoureira :	Marly Soler (RJ)
		Editora :	Neusa Dias de Macedo (SP)
		Observador Legislativo :	Sueli Angélica do Amaral (DF)
		Assessora Div.Val.Prof. :	Selma Mendes Fontes Sodré (RJ)

ANEXO Nº 4

COMISSÕES PERMANENTES E GRUPOS DE TRABALHO - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS

ANEXO Nº 4

Comissões permanentes da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)

As comissões permanentes da FEBAB, denominadas "comissões brasileiras", foram criadas durante o "VI Congresso Brasileiro em Biblioteconomia e Documentação", em Belo Horizonte, em 1971. Em 1988, foi aprovado o "Regimento Padrão" das Comissões Permanentes" em Assembléia da FEBAB, em São Paulo.

As comissões permanentes são integradas por Grupos de Trabalho constituídos nas diferentes unidades estaduais do movimento associativo, as quais mantém relações cooperativas com essas associações.

Um Grupo de Trabalho surge quando um grupo de bibliotecários decide ocupar-se de maneira conjunta e voluntária, na solução de um problema ou no desenvolvimento de uma área de interesse comum, relacionados com sua atividade profissional. Sua consolidação, e o surgimento de grupos análogos em mais de uma região, permite a formação de "sub-comissões". Quando existem 3 ou mais núcleos em diferentes Estados, eles são agregados em uma "Comissão Permamente".

A história, formação, consolidação ou declínio desses grupos e comissões, são uma espécie de "mapa" das áreas prioritárias, emergentes ou estacionárias das atividades informacionais do país.

Classificadas considerando qual é o critério de agregação ou de organização, e seu domínio de ação,podem agrupar-se em 3 grandes categorias:

1) Comissões organizadas por sua área-fim (área de conhecimento /atividade social relevante):

- Comissão Agrícola (1967)
- Comissão da Área Biomédica (1971)
- Comissão da Área Jurídica (1971)
- Comissão Brasileira de Document. Tecnológica (1971)
- Comissão Brasileira em Ciências Sociais e Humanidades(1978)
- Comissão Brasileira de Document. em Geociência e Tecnologia

Mineral (1987)

- Sub-Comissão Brasileira de Document. em Informática (1982)

2) Comissões organizadas em torno de funções / processos / Metologias

- Comissão Brasileira de Doc. e Processos Técnicos (1974)
- Comissão Brasileira de Catalogação, ampliada para abranger todo o processo técnico - 1971)

3) Comissões organizadas conforme o contexto de uso da informação:

- Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares (1973
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

Em 1973, foi criada a Comissão Brasileira pela Valorização e Divulgação Profissional, transformando-se, em 1982, em uma assessoria. No Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, existem Grupos de Trabalho correspondentes a praticamente todas as comissões, sendo que algumas estão melhor distribuídas no país como um todo.

COMISSÕES PERMANENTES
Regimento Padrão*

Capítulo I
DOS FINS, SEDE E OBJETIVO DAS COMISSÕES

Artigo 1º - As Comissões Permanentes, denominadas Comissões Brasileiras, de acordo com sua área de atuação foram criadas por convocação da FEBAB, no dia 9 de julho de 1971, durante o VI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Belo Horizonte, e tem como finalidade promover a cooperação mútua dos Grupos das Associações de bibliotecários filiados à FEBAB, das entidades e das instituições que congreguem profissionais relacionados com a Biblioteconomia, Documentação e Informação.

Artigo 2º - As Comissões Brasileiras são órgãos auxiliares da Diretoria Executiva da FEBAB, terão a mesma sede desta, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e funcionarão onde residirem os seus presidentes.

Artigo 3º - As Comissões tem por objetivo:

a) Incentivar a criação e manutenção de grupos especializados, nas Associações filiadas à FEBAB;

b) manter o intercâmbio entre os Grupos estimulando o entrosamento das bibliotecas e centros de documentação de sua área de atuação;

c) prestigiar a organização de bibliotecas e ou serviços de documentação na sua área de atuação;

d) propor anualmente, aos Grupos filiados, projetos, programas de estudos, pesquisas de assuntos da área, de abrangência nacional, para serem desenvolvidos de forma cooperativa;

e) divulgar, em âmbito nacional e internacional, notícias e programas de interesse da área, utilizando-se da comunicação formal e informal;

f) manter cadastro atualizado de endereços de todas as bibliotecas e centros de documentação de sua especialidade, em âmbito nacional e, se possível, internacional.

g) apoiar a publicação de documentos e centralizar as publicações técnicas específicas editadas pelos Grupos filiados;

h) promover o aperfeiçoamento da comunidade bibliotecária e dos usuários da área específica.

ANEXO Nº 5

O ESTADO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO: SETOR DE INFORMÁTICA

O ESTADO E O SETOR DE INFORMÁTICA

CAPRE - Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados (1972).

O objetivo inicial foi racionalizar as compras de equipamento na área de Administração Pública.

Resolução 05/77 - CDE. Reformulação como órgão promotor de desenvolvimento da indústria nacional de computação. Objetivo: desenvolvimento de tecnologia por parte de firmas brasileiras e minimização das importações do setor.

Possuía um conselho primário; as decisões sobre o controle das importações, só eram tomadas após decisões estabelecidas no conselho.

COMISSÃO COTRIM (1978)

Com base no relatório dessa comissão, Mário Henrique Simonsen, faz exposição de motivos ao Presidente João Figueiredo, e propõe um grupo de trabalho para elaborar uma nova política do setor: Grupo de Trabalho Especial de Informática (GTEI), Decreto nº 83444, 10 de maio de 1979. São participantes do GTE-1: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; Ministério de Relações Exteriores, Estado Maior das Forças Armadas, Serviço Nacional de Informação, SEPLAN.

Teria chegado a conclusões drásticas, acerca das limitações das políticas seguidas até então.

> "... o fato de a política estar ligada apenas ao segmento industrial, incentivos insuficientes para o desenvolvimento tecnológico do setor, ausência de mecanismos de coordenação dos diversos segmentos da política geral do governo para o Setor de Informática; ausência de uma política de componentes semi-condutores".

SEI - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA

Órgão complementar ao Conselho de Segurança Nacional. Decreto 84.067, 8 de outubro de 1978.

São atribuições da Secretaria:

> "Assessorar o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional no estudo dos meios necessários à formulação pela Presidência da República da política nacional de Informática e, como decorrência natural dessa primeira atribuição, elaborar e propor o Plano Nacional de Informática, a ser aprovado pelo Presidente da República, e ainda executar direta ou indiretamente esse plano".

Considera-se o setor de domínio estratégico, junto com a energia nuclear.

Uma das atribuições é a criação de uma Comissão de Informática, da qual são membros: Secretário de Informática, representantes do Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Indústria e Comércio, Ministério do Interior, Ministério das Comunicações, Secretaria Geral do Conselho das Forças Armadas. Teria funções de coordenação: de projetos industrial, da importação de produtos acabados, das atividades do setor na esfera federal, entre outras. Absorve 10 dos 30 técnicos da CAPRE.

Os objetivos são reformulados:

> "O nosso objetivo não é frear as multinacionais. Deve-se tentar uma convivência pacífica, desde que haja um casamento perfeito dos interesses do país com os deles". (Entrevista cit.).

Fontes: TÁVORA, Silvia. Da CAPRE a SEI e as grandes promessas. Dados e Idéias, n. 6, p. 10, fev.mar. 1980.

CONIN - Conselho Nacional de Informática e Automação - Dezembro de 1984.

Terá como membros 14 Ministros de Estado e 8 representantes de Associações de Classe.

Em assuntos relevantes são requeridos 80% dos votos favoráveis.

O SEI teria um caráter executivo, levando adiante as decisões do CONIN.

Novas mudanças acontecerão no Governo de Collor de Mello no ano 90. Collor nomearia os membros das atividades não governamentais para o CONIN, conforme o decreto 99.406. Eles seriam:

- ROLLEMBERG, Armando, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas;

- FISHER, George, da Associação Brasileira de Propriedade Industrial (ABPI);

- ROSA, SÉRGIO, Presidente da Associação Nacional dos Profissionais em Processamento de Dados;

- SOUZA NETTO, Fábio de, representante da Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações (SOCESU).

- CORDEIRO, Celso, da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES);

- ROCHA, Carlos, da Associação Brasileira de Computadores e Periféricos;

- MISAGI, Eurico, da Confederação Nacional da Indús - tria:

Pela primeira vez, a ASSESPRO e a OAB, ficam fora dessa Comissão.

Algumas questões importantes são tratadas no CONIN;em 1991 aprovam os Diretos de Autor para Programa de Computador,entre outros assuntos considerados.

Em junho de 1991, o Congresso propõe a nova Constituição do CONIN. As entidades não governamentais incluidas são: SUCESU, SBPC - Sociedade Brasileira de Computação, em conjunto; dois representantes das Centrais Sindicais, a Confederação Nacional da Indústria, CNI;

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Eletrôni - ca; CNF - Confederação Nacional de Instituições Financeiras; ABIPTI - Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisas Tecnológicas e Industriais; APPD - Associação dos Profissionais em Processamento de Dados, Coordenação Nacional; ABICOMP, Associação Brasileira de Computadores e Perisféricos; ABIMAq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos e SINDI - MAq - Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas, Confederação Nacional do Comércio.

Os representantes da área governamental são: dois representantes do Ministério de Relações Exteriores; três do Ministério de Economia; representantes dos Ministérios de Trabalho e Previdência Social, Educação, Agricultura, Ação Social, Saúde e do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A partir de outubro de 1991, após aprovada a nova Lei de Informática, Lei 8248, o CONIN não se reune mais; o executivo não aprova as designações do Congresso.

FONTES: O novo papel da SEI. Dados e Idéias. Ano 10, nº 81, fev. 1985 p. 11; COLLOR indica 8 novos integrantes do CONIN, Jornal do Brasil, 1º set. 1980; OAB e ASSESPRO não vão fazer parte do CONIN. Jornal do Brasil. 1º set. 1990 , p. 13.

ANEXO Nº 6

BOLETINS E INFORMATIVOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO CONSULTADO: 1980 - 1988

ANEXO Nº 6

BOLETINS E INFORMATIVOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO CONSULTADOS - 1980-1989

MICRONOTÍCIAS - Nova Série - Informativo da Associação Profissional de Bibliotecários de Rio de Janeiro (1987-1989).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB) - (1980--1989).

PALAVRA-CHAVE - Associação Paulista de Bibliotecários - APB; Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de São Paulo - (nº 2/82; nº 3/83; nº 4/84; nº 5/85; nº 6/87).

ABDF - Boletim Informativo - (1988-1989).

BOLETIM ABDF. Anos: 1981 (n.1-4); 1982 (n.1-4); 1983 (n.1-4) ; 1985 (n.1-4); 1986 (n.1-4); 1987 (n.1-2).

INFORMATIVO - APPD-RJ
(Associação de Profissionais de Processamento de Dados) - (1977-1984).

INFORMATIVO - SINDPD-RJ (Sindicato de Empregados das Empresas de Processamento de Dados) (1984-1989).

OUVIROLHANDO - CETA - IBASE (1986; 1987-1989).

ANEXO Nº 7

O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL

O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL

Pessoas de 18 anos ou mais, por filiação a órgão comunitário, segundo os grupos de idade:

Grupos de Idade	Total de Pessoas	Total de Pessoas Associadas à Órgão Comunitário	% de Pessoas Associadas
18 a 24 anos	18.240.176	2.316.876	13%
25 a 29 anos	10.761.375	1.624.553	15%
30 a 39 anos	17.973.808	3.227.131	18%
40 a 49 anos	12.495.158	2.302.442	18%
50 a 59 anos	9.004.094	1.463.597	16%
60 anos ou mais	9.355.603	1.070.755	11%
Sem Informação	1.891	766	
T o t a l	77.832.105	12.006.120	15%

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1986.

Pessoas de 18 anos ou mais, por filiação a órgão comunitário, segundo os anos de estudo.

ANOS DE ESTUDO	Total de Pessoas	Total de Pessoas Associadas	% de Pessoas Associadas
Sem Instrução	16.847.658	876.325	5%
Primeiro Grau	45.659.590	6.842.157	15%
Segundo Grau	10.054.833	2.504.173	25%
Formação Superior	5.133.977	2.053.987	40%
Sem Informação	136.047	24.619	
T o t a l	77.832.105	12.006.120	15%

Pessoas ocupadas de 18 anos ou mais, por filiação a sindicato ou órgão de classe, segundo os ramos de atividade

Ramo de atividade	Total de pessoas	Total de pessoas sindicalizadas	% de pessoas sindicalizadas
Agrícola	11.315.767	2.567.561	23%
Indústria de Transformação	7.959.550	2.413.093	30%
Indústria de Construção	3.312.194	373.079	11%
Outras atividades industriais	788.771	320.071	40%
Comércio de Mercearias	5.526.802	940.578	17%
Prestação de Serviços	7.750.567	531.933	7%
Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas	1.446.582	450.062	31%
Transporte e Comunicação	1.918.167	650.869	34%
Social	4.397.320	1.126.161	26%
Administração Pública	2.531.167	530.554	21%
Outras Atividades	1.468.463	621.516	42%
T o t a l	48.415.350	10.525.477	22%

ANEXO Nº 8

OFÍCIO ENVIADO AO SECRETÁRIO DA COMISSÃO CONSTITUCIONAL DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA - OFÍCIO Nº 001/89, BRASÍLIA, 4 DE AGOSTO DE 1989.

OFÍCIO Nº 001/89 Brasília, 04 de agosto de 1989

Senhor Secretário da Comissão Constitucional do Centenário da República:

A filosofia principal da Constituição, no que se refere às atividades exercidas na área de Documentação, é a busca da democratização da informação e da cultura, o reconhecimento do direito que todos têm de obtê-las e a responsabilidade atribuída aos órgãos públicos de amparar o patrimônio cultural e garantir o acesso individual e coletivo à informação. A proteção ao patrimônio documental segue de perto a filosofia maior: protegendo os documentos, preserva-se o patrimônio histórico, de cuja defesa também cogita o novo texto constitucional.

No momento em que se elabora a programação das comemorações do Centenário da República, os profissionais da área de Doccumentação - arquivistas , bibliotecários e museólogos representados pelos órgãos de classe, vêm solicitar gestões de V. Sa. junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no sentido de viabilizar a elaboração de leis complementares e ordinárias que se fazem necessárias para disciplinar os dispositivos constitucionais relativos à Documentação: Art. 5º (itens XVI, XXXIII ; XXXIV - alínea b -, LXXII, LXXIII); Art. 23 (item III); Art. 24 (itens VII e VII); Art. 216 (item IV, §1º, 2º e 4º), adiante reproduzidos.

Cumpre sugerir a elaboração de legislação - lei complementar, leis ordinárias, decretos, etc - que certamente irá contribuir para o exercício da cidadania.

Os especialistas ressentem-se da falta de dispositivos legais respeitantes às seguintes matérias:

a) Elaboração de Política Nacional para Arquivos , Bibliotecas e Museus, Públicos e Privados;

b) Criação do Sistema Nacional de informações arquivísticas, bibliográficas e museológicas

c) Lei do Acesso à Informação

d) Lei do Livro e das Bibliotecas inclusive atualização do Depósito Legal

e) Incentivos ao intercâmbio documental e à importação e exportação de livros e bases de dados documentais

f) Lei sobre os Arquivos públicos e privados

g) Lei dos Museus e Coleções públicas e privadas

h) Atualização da lei do Patrimônio Cultural

i) Criação do Conselho Nacional de Documentação(com representação dos Arquivos, Bibliotecas e Museus públicos e privados brasileiros); do Centro Nacional de Referência Cultural (museológica, arquivística e bibliográfica) e do Conjunto Cultural da Capital da República

j) Adoção de medidas , na administração pública, que visem coordenar a ação dos diversos órgãos e serviços de documentação, otimizando os meios e evitando sua duplicação para fins idênticos

k) Respaldo orçamentário aos órgãos que atuam na área de Documentação e Informação em Ciência e Tecnologia

l) Estudo de inclusão na Contabilidade Pública, de rubrica especial para ACERVO DOCUMENTAL

m) Elaboração de política de recursos humanos, para o setor de documentação, inclusive a nível de graduação e pós graduação

n) Criação de piso salarial e insalubridade para os profissionais do setor

Finalizando, sugerimos a V.Sa. que convoque as instituições nacionais de preservação da memória nacional (Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IBICT, Fundação Nacional pró-Leitura , Sistema Nacional de Museus e Fundação Nacional pró-Memória) para, em colaboração, definirem metodologia a ser adotada e recursos tecnológicos necessários à elaboração do Guia de Fontes para a História da República - Bibliotecas, Arquivos e Museus - , que consideramos de importância fundamental para dar início ao processo de

modernização do setor.

Consideramos que, sem este esforço, - ainda mais necessário em período de grave situação econômica e financeira, pois nele a área cultural é sempre considerada secundária - todo o setor documental da cultura brasileira sofrerá, como disse Charles Kecskeméti - Diretor-Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, ruína e danos irreparáveis.

Ao ensejo parabenizamos V. Sª. pela dedicação e esforços empreendidos em prol da documentação e informação no País, cujas conquistas já se fazem notar pela comunidade.

NILZA TEIXEIRA SOARES
Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo de Brasília
Presidente

ADELAIDE RAMOS E CORTE
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Presidente

LAÍS SCUOTTO
Conselho Federal de Museologia
Presidente

Ilustríssimo Senhor
Doutor VIRGÍLIO COSTA
MD. Secretário Executivo da Comissão Constitucional
do Centenário da República
Nesta.